

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

WANALYSE ANGÉLICA PONTES EMERY

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO:

o tecer narrativo entre temporalidades

Mariana
2018

Wanalyse Angélica Pontes Emery

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO:

o tecer narrativo entre temporalidades

Trabalho apresentado ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Temporalidades da Universidade Federal de Ouro Preto (PPGCOM-UFOP) como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Comunicação

Área de concentração: Comunicação e temporalidade.

Linha de pesquisa: Práticas comunicacionais e tempo social.

Orientação: Prof^a Dra. Marta Regina Maia.

Mariana
2018

E537m Emery, Wanalyse Angélica Pontes.
Memorial da Resistência de São Paulo [manuscrito]: o tecer narrativo entre temporalidades / Wanalyse Angélica Pontes Emery. - 2018.
165f.: il.: color; tabs.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marta Regina Maia.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Comunicação.
Área de Concentração: Comunicação e Temporalidades.

1. Memorial da Resistência de São Paulo - Teses. 2. Comunicação em museus - Teses. 3. Narrativa - Teses. 4. Memória cultural - Teses. 5. Experiência - Teses. I. Maia, Marta Regina. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU: 316.77

Catálogo: www.sisbin.ufop.br

Wanalyse Angélica Pontes Emery

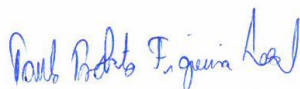
MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO: O TECER
NARRATIVO ENTRE TEMPORALIDADES

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Comunicação, aprovado em 18 de junho de 2018.

Banca Examinadora:



Prof.(a). Dr.(a). Marta Regina Maia – Orientador(a) (UFOP)



Prof.(a). Dr.(a). Paulo Roberto Figueira Leal (UFJF)



Prof.(a). Dr.(a). Priscilla Arigoni Coelho (UFOP)

Ao meu pai e a todos aqueles que resistem às coerções do cotidiano.

AGRADECIMENTOS

Estes dois anos de aprendizado marcaram a minha vida, e agradecer o apoio que recebi durante este caminho sem esquecer ninguém é uma tarefa difícil. Mas vou ser breve, lembrando algumas pessoas que se fizeram presente, contribuindo para a entrega desta pesquisa. Seja como for, agradeço a todos que, de alguma maneira, possibilitaram a superação desta etapa.

À Prof. Dra. Marta Regina Maia, em sua paciência infinita, estando sempre ao meu lado nesta trajetória. Pela ajuda, direcionamento e contribuição. Sua presença foi fundamental para que eu superasse o caminho tortuoso desta caminhada.

Aos professores que, gentilmente, aceitaram participar da minha avaliação – À Prof. Dra. Priscilla Arigoni Coelho, presente na minha vida desde a graduação em Museologia. E ao Prof. Dr. Paulo Roberto Figueira Leal, por ter aceitado o convite.

A todos os professores do PPGCOM pelos ensinamentos. À Renata, por ser sempre auxiliar com questões burocráticas. E ao Prof. José Arnaldo Coelho de Aguiar Lima – eternizado na memória como exemplo de professor.

À equipe do Memorial da Resistência, em especial a Júlia Gumieri, a Marília Bonas, e principalmente ao Maurice Politi, cuja entrevista marcou minha vida.

À minha família, principalmente, ao meu pai, que não está mais presente, mas continua sendo um exemplo de pessoa a seguir, e que um dia disse que me veria formar várias vezes, mas partiu antes que isso acontecesse.

Aos queridos amigos, que tanto me ajudaram nos momentos de dificuldade, Elis Monteiro, Raiany Silva, Larissa Rosário, com participação especial da Camila Luar Rezende e do Rafael Silva. As meninas que moram comigo, amigas queridas, que me aturaram neste tempo – Yasmin Detoni e Miriam Ribeiro Lisboa. E aos queridos amigos na graduação e pós-graduação, em especial ao Wellington Costa – que também é amigo de infância – Kelly Braga, Suellen Mayara, Leandro de Paula Silva, Gilson Coutinho, Rogéria Barbosa, André Gonçalves. Ênfase ao Saulo Rios, com quem estudei na mesma sala no ensino fundamental e médio, e com quem novamente me encontro na pós-graduação.

Em suma, agradeço a todos que se fizeram presente nesta jornada, possibilitando um passado bonito, um presente satisfatório, e um futuro de novas possibilidades.

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo compreender a potencialidade do processo de construção de sentidos apreendido no Memorial da Resistência de São Paulo, através do campo conceitual da narrativa. Um processo possuidor de lógica própria devido às especificidades museológicas da instituição. Sob tais aspectos, a pesquisa pretende criar, em meio a um estudo transdisciplinar entre os campos da Comunicação e da Museologia, uma análise hermenêutica e pragmática, estabelecendo as articulações entre os diversos fragmentos da memória e os sentidos construídos no cotidiano. Uma análise transversal que incide sobre o fenômeno comunicacional promovido através dos principais dispositivos interacionais do museu, respectivamente nas suas ações expositivas (exposição de longa duração), educativas (visitas mediadas) e culturais (Sábados Resistentes). Metodologicamente, a pesquisa se fez a partir do trabalho de campo, em meio à observação e coleta de fontes primárias – nove relatórios anuais, nove livros de visita, e duas entrevistas. Fontes que permitiram possibilidades interpretativas sobre os sujeitos agenciados e a constituição dos diferentes dispositivos interacionais, evidenciando a capacidade tentativa de comunicação do Memorial da Resistência com seu público. Condições que geraram uma pesquisa qualitativa relacionada aos sujeitos presentes no museu, em suas consonâncias e dissonâncias, tal como, ao próprio processo evolutivo da instituição, que vem se deslocando novamente de sentido. Um processo capaz de mostrar o amadurecimento do museu em sua capacidade de construir sentidos por meio de processos de interação, tentativos e adaptáveis. Um fenômeno comunicacional capaz de construir a memória, estabelecendo um conjunto de representações que possibilitam à construção de valores que atravessam temporalidades.

Palavras-Chave: Memorial da Resistência de São Paulo. Comunicação em Museus. Narrativa. Memória. Experiência.

ABSTRACT

The present research aims to understand the potentiality of the process of sense construction seized in the Memorial of the Resistance of São Paulo. Through the conceptual field of narrative. A process that has its own logic due to the museological specificities of the institution. Under these aspects, the research intends to create, in the midst of a transdisciplinary study between the fields of Communication and Museology, a hermeneutical and pragmatic analysis, establishing the articulations between the various fragments of memory and the senses constructed in daily life. A transversal analysis that focuses on the communicational phenomenon promoted through the main interactive devices of the museum, respectively in its expositive actions (long term exposure), educational (mediated visits) and cultural (Resistant Saturdays). Methodologically, the research was done from field work, through observation and collection of primary sources - nine annual reports, nine visiting books, and two interviews. Sources that allowed interpretive possibilities on the subjects and the constitution of the different interactional devices, evidencing the attempt to communicate the Memorial of the Resistance with its public. Conditions that generated a qualitative research related to the subjects present in the museum, in their consonances and dissonances, as well as to the own evolutionary process of the institution, that is moving again of sense. A process capable of showing the maturation of the museum as its capacity to construct meaning through processes of interaction, tentative, and adaptive. A communicational phenomenon capable of constructing memory, establishing a set of representations that enable the construction of values that cross temporalities.

Keywords: Memorial of the Resistance of São Paulo. Communication in Museums. Narrative. Memory. Experience.

*“Nós somos todos constituídos de bocados,
de extratos de história, de literatura, de direito internacional. (...)
E se nos perguntarem o que fazemos, podeis responder: ‘Recordamo-nos’”*

Fahrenheit 451
- Ray Bradbury

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - O prédio ocupado da Estação Pinacoteca	50
Figura 2 - Peça “Lembrar é Resistir”	54
Figura 3 - Interior de uma das celas durante a reforma	54
Figura 4 - Cella antes da reforma.	55
Figura 5 - Banheiro da cela no início das reformas.	55
Figura 6 - Cella após reforma.	55
Figura 7 - Interior das celas do DEOPS.	58
Figura 8 - Interior das celas do DEOPS.	58
Figura 9 - Banco de dados do Programa Coleta Regular de Testemunhos.	75
Figura 10 - Banco de dados do Programa Coleta Regular de Testemunhos	75
Figura 11 - Banco de dados do Programa Lugares da Memória.	77
Figura 12 - Banco de dados do Programa Lugares da Memória.	77
Figura 13 - Espaço inicial destinado às exposições do Memorial da Resistência.	81
Figura 14 - Módulo A – O edifício e suas memórias	82
Figura 15 - Módulo A – O edifício e suas memórias.	82
Figura 16 - Módulo B – Controle, repressão e resistência: o tempo político e a memória.	82
Figura 17 - Módulo C – A construção da memória: o cotidiano nas celas do DEOPS/SP.	83
Figura 18 - Módulo C – A construção da memória: o cotidiano nas celas do DEOPS/SP	83
Figura 19 - Módulo C – A construção da memória: o cotidiano nas celas do DEOPS/SP	83
Figura 20 - Módulo D – Da carceragem ao Centro de Referência.	83
Figura 21 - Módulo D – Da carceragem ao Centro de Referência.	83
Figura 22 - Exposição “Lugares da Memória. Resistência e repressão em São Paulo”	85
Figura 23 - Exposição “Cartas Abertas - correspondências na prisão”	85
Figura 24 - Contação de Histórias.	88
Figura 25 - Memorial para Todos.	88
Figura 26 - Sábados Resistentes.	91
Figura 27 - Sábados Resistentes.	91
Figura 28 - Atualização feita na linha do tempo.	123
Figura 29 - Foto do novo módulo da exposição de longa duração.	124
Figura 30 - Painel interativo no novo módulo da exposição de longa duração.	124

Figura 31 - Foto do novo módulo da exposição de longa duração.....	124
Figura 32 - Visita mediada para deficientes visuais.....	125
Figura 33 - Cartaz com programação para surdos.....	125
Figura 34 - Visita mediada para deficientes visuais.....	125

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A - Entrevista com Maurice Politi	141
APÊNDICE B - Entrevista com Marília Bonas	152
APÊNDICE C - Recorte dos comentários do Livro de Visitas	161

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 A CULTURA DA MEMÓRIA NO CONTEMPORÂNEO.....	17
1.1 A expansão do campo da memória.....	17
1.2 A memória coletiva	25
1.3 Entre a lembrança e o esquecimento: a memória em disputa.....	29
1.4 A questão dos lugares	36
1.5 O testemunho: entre a memória e a história	42
2 O MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO	48
2.1 O Memorial da Resistência de São Paulo: entre a lembrança e o esquecimento.	49
2.2 O museu como dispositivo a serviço da sociedade.....	61
2.2.1 A comunicação nos museus.....	66
2.3 O Memorial da Resistência de São Paulo: preservar, pesquisar e comunicar.....	69
2.4 O Memorial da Resistência de São Paulo e suas linhas programáticas.....	71
2.4.1 Coleta Regular de Testemunho.....	72
2.4.2 Lugares da Memória.....	76
2.4.3 Centro de Referência	78
2.4.4 Exposições.....	79
2.4.5 Ação Educativa.....	85
2.4.6 Ação Cultural.....	88
3. A CONFIGURAÇÃO DA NARRATIVA	93
3.1 Narrativa, experiência e temporalidade	93
3.2 Memorial da Resistência de São Paulo: a relação entre dispositivos interacionais e sujeitos agenciados	100
3.2.1 Os sujeitos agenciados pelo Memorial da Resistência de São Paulo	103
3.2.2 Os dispositivos interacionais do Memorial da Resistência de São Paulo.....	118
CONSIDERAÇÕES FINAIS	128
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	134

INTRODUÇÃO

O Memorial da Resistência de São Paulo é uma instituição museológica singular, constituindo uma das poucas entidades brasileiras vinculadas à Coalizão Internacional de Sítios de Consciência¹. Sua formação remete aos anos de 2007 e 2009, momento de especial enfrentamento do legado da ditadura civil-militar por meio da chamada Justiça de Transição, com a promoção de inúmeras ações de justiça, memória e verdade². É resultante da retomada de sentido sobre um espaço simbólico ao passado de perseguição, arbítrio e violação de direitos humanos: a antiga sede do Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS/SP). Contudo, não se caracteriza apenas como a recuperação histórica de um lugar, mas, principalmente, pela ressignificação da memória de cidadãos que contestaram o abuso de poder estatal e agora questionam o silêncio sobre seu direito de fala.

Como museu, o Memorial da Resistência é local do fato museal, sendo um espaço de preservação, pesquisa e comunicação da memória. Enquanto mídia é lugar de fenômenos comunicacionais por conter um conjunto de dispositivos aptos à construção de sentidos por meio da interação. Um museu que discorre sob o tempo vivido, reorganizando a memória individual e coletiva dentro de dispositivos, que, por sua vez, promovem experiências a sujeitos em ação. Uma instituição cujo processo comunicacional se efetiva por meio da narrativa – forma peculiar de organização do mundo, que se apresenta, implica e desdobra aos sujeitos, à experiência, aos saberes, aos cotidianos (LEAL, 2006). Narrativa esta que se espraia por diferentes dispositivos interacionais – “matrizes e modos práticos compartilhados para fazer avançar a interação” (BRAGA, 2011, p. 5).

Partindo de tais considerações, esta pesquisa se abre para o seu objetivo: entender a potencialidade do processo comunicacional do Memorial da Resistência na criação de sentidos sobre o mundo ao redor. Um processo tentativo, que coloca sujeitos em interação, cuja análise faz emergir

[...] as formas de articulação do cotidiano, que coloca em perspectiva toda uma rede complexa de relações que abrange elementos estruturais, passíveis de serem eleitos como categorias analíticas; as situações de comunicação que envolvem os diversos textos, parte dessa tessitura maior; a experiência de mundo que esta narrativa

¹ Rede mundial que agrega instituições estabelecidas em lugares históricos dedicados à preservação das memórias traumáticas, a fim de conectar passado e presente em prol de um futuro mais humano e justo.

² É neste período que se inicia uma sucessão de eventos e debates sobre os mecanismos de enfrentamento das questões ainda abertas da ditadura, tais como: a publicação do Livro-relatório Direito à Memória e à Verdade, em 2007; a efetivação das Caravanas da Anistia, em 2008; a sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos, em 2010; a edição da Lei de Acesso à Informação, em 2011; e, finalmente, a instalação da Comissão Nacional da Verdade, também em 2012.

organiza, assim como, a inserção dos sujeitos e a composição das forças histórico-sociais (LEAL, 2006, p. 23).

A partir de uma pesquisa qualitativa sob um olhar narrativizante (LEAL, 2006), observa-se às formas de sentir o mundo por meio dos dispositivos interacionais e à compreensão dos aspectos que propiciam a construção de sentidos dentro de um contexto específico: um memorial que funciona a partir de uma perspectiva museológica. É nesse recorte que se encontra a estrutura a qual reitera a experiência a cada momento, convocando e construindo interlocutores. Ao se colocar em questão a memória, o museu e o público, busca-se compreender como os dispositivos interacionais do Memorial da Resistência apresentam um conjunto de representações acerca de uma experiência social do tempo, criando processos de comunicação que permitem possibilidades de elaboração do cotidiano. Nesse viés, a análise volta-se para as práticas condutoras de sentido, entendendo o museu como elemento de mediação entre sujeitos em interação.

Por sua vez, para concretização desta análise, há de se refletir sobre o processo comunicacional do Memorial da Resistência por meio de duas perspectivas: 1) a narrativa do museu, os sujeitos agenciados e as possíveis respostas que o público traz para as suas interações; 2) os dispositivos em seu funcionamento, como estes vão sendo, tentativamente, desenvolvidos, testados e recriados. Para tal, busca-se aporte no processo hermenêutico instituído por Paul Ricoeur (2016), cujo modelo está no entendimento da construção de sentidos, em meio a um fluxo contínuo, baseado em três tempos de representação, assim como, na análise dos processos interacionais, tal como percebido por José Luiz Braga (2010, 2011, 2012), uma vez que perpassa a abordagem pragmática dos contextos relacionáveis à ordem dos dispositivos.

Constituindo os eixos centrais deste estudo, as condições hermenêutica e pragmática possibilitam entender as possibilidades de interpretação e de ação do público museal, a interseção entre o mundo dos textos e a experiência. A hermenêutica permite a compreensão do mundo, a configuração da condição de comunicação e a sua ressignificação, isto é, todo o “conjunto de operações do qual uma obra se destaca do fundo opaco do viver, do agir e do sofrer para ser dada a um leitor que a recebe e assim muda seu agir” (RICOEUR, 2016, p.95). Ao mesmo tempo, a pragmática fundamenta a análise da ação dos sujeitos dentro do museu. Dessa forma, compreende-se um processo ancorado no mundo da ação, que coloca sujeitos em relação, configurando a instituição, sua linguagem e seus dispositivos, tal como a criação de sentidos na formação de comportamentos e atitudes.

Partindo dessa relação, o trabalho busca analisar os três programas de comunicação do museu – as ações expositivas, as ações educativas e as ações culturais – em seus principais dispositivos – a exposição de longa duração, as visitas mediadas e os Sábados Resistentes – a fim de entender os sujeitos envolvidos na narrativa, os tempos de representação e a constituição dos dispositivos interacionais do museu. Dispositivos os quais, na prática, contribuem para criação de sentidos sobre o cotidiano, uma vez que permitem que o público entenda o presente em sua relação com o passado, em meio as estruturas que permanecem, tal como sua relação com o futuro, por meio da modificação de povir que se aproxima.

Por sua vez, a metodologia utilizada possibilita o entendimento dos sujeitos agenciados, assim como a dinâmica dos dispositivos interacionais do Memorial da Resistência, em uma análise transversal, capaz de unir duas áreas do conhecimento – a Museologia e Comunicação –, a fim de estimular uma nova compreensão da realidade. Uma análise feita a partir de fontes primárias, em caráter documental e oral, respectivamente: 1) nove relatórios anuais, produzidos entre 2009 e 2017; 2) nove livros de visitas, também relacionados ao recorte temporal de 2009 e 2017; 3) duas entrevistas com indivíduos atuantes no museu, respectivamente, Maurice Politi – ex-presos político fundamental no processo de criação do Memorial – e Marília Bonas – atual coordenadora da instituição. Fontes coletadas durante quatro visitas, nas quais também se observou parte dos fenômenos comunicacionais.

Os relatórios permitem a análise das mudanças ocorridas no museu, principalmente o processo de criação, manutenção e remodelação dos dispositivos interacionais ao longo do tempo, além de permitir a análise quantitativa do público e sua relação com os dispositivos museais. Os livros de visita apresentam as impressões pessoais de uma parcela dos visitantes, permitindo inferências sobre as diferentes formas o público enxerga o mundo ao redor, isto é, como a narrativa se irradia pelo cotidiano. Neste sentido, os livros possibilitam a análise qualitativa dos sentidos acionados e produzidos pelo museu, evidenciando o caráter dialógico do processo comunicacional, além das expectativas do público sobre a instituição. Já as entrevistas mostram a relação dos sujeitos que constroem a narrativa, as expectativas criadas sobre o museu e sua condição atual de funcionamento. Analisadas em conjunto, estas fontes revelam as estratégias do Memorial, tal como as possibilidades interpretativas do público agenciado.

Por conseguinte, o trabalho será dividido em três capítulos – um teórico, um teórico-descritivo e outro teórico-analítico –, nos quais há de se compreender: a condição da memória na contemporaneidade; a própria instituição museológica e os dispositivos instituídos; a narrativa, os sujeitos, as expectativas e o processo de evolução do museu. Partindo de tal

estrutura, busca-se analisar o museu, entendendo o processo comunicacional em sua tentativa/expectativa e as linguagens acionadas para a interação em vias de elaboração.

A memória é o aspecto analisado no primeiro capítulo, a fim de se entender, posteriormente, as maneiras que museu se relaciona com seu fato museal. A memória de um mundo prefigurado, que fomenta os dispositivos interacionais do museu, e que também possibilita a ressignificação do antigo DEOPS/SP em uma instituição museológica a serviço da sociedade. A memória é colocada em primeiro plano, evidenciando sua condição social, seus conflitos, seu processo de fixação e ancoragem e, principalmente, sua relação com o testemunho. Neste processo, autores como Andreas Huyssen (2000, 2014), Maurice Halbwachs (1990), Michel Pollak (1989), Pierre Nora (1993), Paul Ricoeur (2012), Jeanne Marie Gagnebin (2006), Beatriz Sarlo (2007) e Seligmann-Silva (2000, 2003, 2008, 2010) foram convocados.

No segundo capítulo, o estudo volta-se para o museu, seu processo de constituição, sua relação com a comunicação e a descrição do conjunto de dispositivos interacionais. Partindo da premissa geral sobre o *modus operandi* das instituições museológicas, o segundo capítulo aborda a idiosincrasia do referido museu, que tem como centro de seu trabalho museológico um objeto imaterial: a memória em forma de testemunho. Uma imaterialidade que permite a produção de uma rede de narratividade em seus dispositivos interacionais, gerando uma estrutura sinérgica e dinâmica, a qual se adapta aos movimentos de criação de sentidos por meio da experiência museológica. Um capítulo que tem como base os estudos sobre a constituição da Museologia como disciplina, e sua interface com a Comunicação, principalmente a partir dos trabalhos Marília Xavier Cury (2005a, 2005b), Judite Primo (1999), Waldisia Russo Guarniere (1984, 1990, 2010) e, sobre o próprio museu com o trabalho dissertativo da ex-coordenadora da instituição Kátia Neves (2011) e da pesquisadora Déborah Neves (2014).

Por fim, o terceiro capítulo coloca em questão a narrativa e sua relação com experiência e a temporalidade. Categorias as quais permitem que a narrativa se reconstrua em uma espiral de representação contínua, sendo reformulada à medida que agencia sujeitos, os quais reverberam no mundo sentidos negociados. Após uma breve conceituação teórica sobre o conceito de narrativa, em sua relação com a experiência e a temporalidade, o capítulo ganhará caráter analítico, a fim de compreender os aspectos inerentes às especificidades do Memorial da Resistência, principalmente no que tange a construção de sentidos pelos sujeitos agenciados pelo museu. Capítulo cujo aporte principal recai nos estudos de Paul Ricoeur

(2016), José Luiz Braga (2010, 2011, 2012), tal como na análise de fontes primárias em caráter documental e oral.

1 A CULTURA DA MEMÓRIA NO CONTEMPORÂNEO

Este capítulo tem como objetivo explicar algumas noções fundamentais para o desenvolvimento do presente estudo, contextualizando o quadro teórico relacionado ao conceito de memória na contemporaneidade e alguns correlatos. Trata-se da plataforma conceitual pertinente ao entendimento do mundo da ação, em sua compreensão do mundo prefigurado que antecede a constituição do Memorial da Resistência. Conceitos relacionados a alguns estudos inscritos dentro do referido panorama teórico da memória social, nos quais serão abordadas algumas das problemáticas atuais sobre os regimes ditatoriais que ocorreram em um passado recente na América do Sul, especialmente no Brasil.

Por conseguinte, por meio de perspectivas relacionadas ao esquecimento, aos conflitos, aos lugares e ao testemunho, há de se ponderar sobre alguns trabalhos inscritos dentro do panorama teórico no campo da memória e suas relações com a sociedade contemporânea, principalmente por meio de perspectivas relacionadas ao esquecimento, aos conflitos, aos lugares e ao testemunho. Sob tal ótica, serão elencados autores como Andreas Huyssen (2000, 2014), Maurice Halbwachs (1990), Michel Pollak (1989), Pierre Nora (1993), Paul Ricoeur (2012), Jeanne Marie Gagnebin (2006), Beatriz Sarlo (2007) e Seligmann-Silva (2000, 2003, 2008, 2010). Pesquisadores estes que contribuíram com as reflexões teóricas do capítulo e que apresentam especial pertinência à construção desta pesquisa.

1.1 A expansão do campo da memória

Enquanto coletivo humano, a modernidade acreditou que, quanto mais conhecimento houvesse sobre a realidade, maior seria a possibilidade de controle do universo, em um consequente domínio sobre seu futuro (GIDDENS, 1997). Contudo, contrariando um modelo de progresso instituído a partir dos ideais Iluministas do século XVIII, o presente vive momentos de deslocamentos, angústias e incertezas. O desenvolvimento da ciência e da tecnologia melhorou a qualidade de vida, gerando ao mesmo tempo um processo avassalador sobre o tempo e o espaço, aumentando o trânsito de pessoas e fluxos informacionais. Um período de utopias esfaceladas, que minaram a crença em um porvir, gerando no lugar um futuro obliterado por um espaço-tempo cada vez mais comprimido e acelerado. Dimensões modificadas que passaram a esmagar os indivíduos, estremecendo pontos de referência socialmente estabelecidos.

Por conseguinte, o século XX destruiu a crença em um mundo direcionado à razão e à liberdade, instituindo experiências que desalojaram a humanidade da expectativa de um destino certo, pleno e virtuoso. Eventos traumáticos que acabaram com as certezas de progresso, arruinando os ideais de futuro da modernidade, instaurando em seu lugar um mundo regido por governos autoritários, guerras, fome, massacres, genocídios e catástrofes ambientais. Consequentemente, a instabilidade de uma humanidade descrente e traumatizada possibilitou a reorientação do presente para o passado, estabelecendo novas narrativas sobre a experiência social do tempo e do espaço. É neste contexto que a memória surge como âncora temporal, instaurando-se como ponto de apoio em um mundo em transformação, como ressalta o professor Andreas Huyssen:

Têm-se repetido que, na medida em que nos aproximamos do fim do século XX e, com ele, do fim do milênio, as coordenadas de espaço e de tempo estruturadoras das nossas vidas estão sendo crescentemente submetidas a novos tipos de pressão. Espaço e tempo são categorias fundamentais da experiência e da percepção humana, mas, longe de serem imutáveis, elas estão sempre sujeitas a mudanças históricas. Uma das lamentações permanentes da modernidade refere-se à perda de um passado melhor, da memória, de viver em um lugar seguramente circunscrito, com um senso de fronteiras estáveis e numa cultura construída localmente com o seu fluxo regular de tempo e um núcleo de relações permanentes (HUYSSSEN, 2000, p. 30).

Emergindo de uma ideia de um porvir que deixou de existir, os discursos da memória nascem das incertezas de mundo em transição, no qual a descrença sobre o futuro elegeu o passado como um fluxo regular do espaço-tempo. Ao se constituir uma das principais preocupações da contemporaneidade, os discursos mnemônicos surgem a partir das últimas décadas do século XX, culminando no que alguns estudiosos chamam de “boom de memória” (HUYSSSEN, 2000; WINTER, 2006). Para o historiador Jay Winter (2006), os discursos da memória emergem de uma multiplicidade de fatores e desenvolvimentos sociais, sendo reflexo de uma matriz de sofrimento, ativismo político, reivindicação de indenizações, pesquisa científica, reflexões filosóficas e artísticas. Seu entendimento, apesar de pormenorizado, vai ao encontro de Huyssen (2000), que concebe uma mudança de foco de futuros presentes para passados presentes, evidenciando o desejo por novas narrativas do passado em todos os âmbitos culturais.

Por sua vez, o surgimento de uma cultura e uma política de memória permitiu o deslocamento temporal para passados presentes, instituindo a criação de releituras sobre certas experiências coletivas. Para Huyssen (2000), eventos como a queda do muro de Berlim, o fim das ditaduras latino-americanas, tal como o Apartheid na África do Sul, marcam a expansão de uma política de memória, que teve o Holocausto como lugar-comum universal da

falência do projeto de futuro da modernidade. A expansão da cultura da memória propiciou a construção de uma política global, a qual se expandiu pelo mundo por meio de uma dimensão particular e localizada. O Holocausto tornou-se a base para construções totalizantes, servindo como metáfora para o entendimento de outras histórias e memórias, e evidenciando, em situações específicas, a incapacidade da civilização ocidental de viver em paz com as diferenças. Aspecto sob qual Huyssen assinala:

[...] é precisamente a emergência do Holocausto como uma figura de linguagem universal que permite à memória do Holocausto começar a entender situações locais específicas, historicamente distantes e politicamente distintas do evento original. No movimento transnacional dos discursos de memória, o Holocausto perde sua qualidade de índice e do evento histórico específico e começa a funcionar como uma metáfora para outras histórias e memórias. O Holocausto, como lugar-comum universal, é o pré-requisito para seu descentramento e seu uso como um poderoso prisma através do qual podemos olhar outros exemplos de genocídio (HUYSSSEN, 2000, p. 13).

Consequentemente, os usos da memória dentro de uma política global ressonaram nas sociedades midiaticizadas, permitindo uma crescente massificação de lugares alternativos sobre o passado em todos os âmbitos culturais. Um excesso de memória se fez a partir de tramas secundárias, possibilitando à constituição de empreendimentos patrimoniais com produtos culturais de cunho memorialístico e instituindo novas formas de percepção da experiência social do tempo. Neste aspecto, a volta do nostálgico, a demarcação do trauma, a moda retrô, entre outros elementos, criaram condições tanto para a museificação³, quanto para a constituição de mercados de memória, em uma crescente comercialização do passado via mídia. Assim, a transformação da temporalidade tem sido acompanhada por uma complexa “interseção de mudanças tecnológica, mídia de massa e novos padrões de consumo, trabalho e mobilidade global” (HUYSSSEN, 2000, p. 25).

O excesso de memória se institui em um momento histórico específico, marcado pela midiaticização e pelo surgimento de novas tecnologias da informação. Um passado frequentemente encontrado nos meios de comunicação, operado dentro de um mercado cultural que modela o imaginário social relacionado ao tempo. Uma obsessão que surge junto a um mundo acelerado e comprimido, no qual os meios de comunicação exercem um papel fundamental por propiciar alterações no sentir temporal, permitindo uma “memória voltada para a herança de sua própria intimidade pela película efêmera da atualidade” (NORA, 1993, p. 8). Um excesso atrelado a uma cultura midiaticizada, que produz objetos descartáveis, sob a velocidade sempre crescente das inovações técnicas científicas e culturais, como uma

³ O termo museificação é um neologismo no contexto de processos de patrimonialização. Por sua vez, o referido termo quase sempre traz consigo uma ideia pejorativa de petrificação de contextos, objetos e lugares.

crecente capaz de gerar “quantidades cada vez maiores de produtos que já nascem obsoletos” (HUYSSSEN, 2000, p. 27). Assim, não é por acaso que, para a pesquisadora Aleida Assmann (2011), a contemporaneidade representa um mundo de transformação no qual a cultura material foi suplantada por uma cultura eletrônica, modificando categoricamente os processos de representação do tempo.

Mediadas cada vez mais pelas tecnologias digitais, as sociedades ocidentais passaram por novos problemas de representação do passado. Uma representação aberta à dialética da lembrança e do esquecimento inerente a uma memória cultural, que se fez em detrimento de uma memória comunicativa⁴. Uma memória cultural instituída de maneira artificial suportada por mídias, as quais, por vezes, são protegidas por portadores materiais como monumentos, memoriais, arquivos e museus. Uma memória artificial que pode se eternizar em textos normativos, em suportes da memória que paradoxalmente, permitem esquecimentos. Mídias que se constituem enquanto gatilhos de significação sobre o passado, mas são, ao mesmo tempo, subordinadas às políticas de memória, nas quais a dialética entre lembrar e esquecer se relaciona com o “risco da deformação, da redução e da instrumentalização da recordação” (ASSMANN, 2011, p.19). Sobre o impacto midiático na percepção humana, Huyssen observa:

A acusação é feita através de uma crítica à mídia, a despeito do fato de que é precisamente essa, desde a imprensa e a televisão até os CD-Roms e a internet, que faz a memória ficar cada vez mais disponível para nós a cada dia. Mas e se o aumento explosivo de memória for inevitavelmente acompanhado de um aumento explosivo de esquecimento? E se as relações entre memória e esquecimento estiverem realmente sendo transformadas, sob pressões nas quais as novas tecnologias de informação, as políticas midiáticas e o consumismo desenfreado estiverem começando a cobrar seu preço? (HUYSSSEN, 2000, p.18).

Tanto a tecnologia como os meios de comunicação têm trazido inúmeras consequências para a formação de uma memória coletiva, pois as novas formas midiáticas possuem influência considerável sobre a atual sociedade. Mídias que traçam sentidos sobre o passado e que servem de referência sobre a experiência de outrora. Para Silverstone, a mídia “filtra e molda realidades cotidianas, por meio de suas representações singulares e múltiplas, fornecendo critérios, referências para a condução da vida diária, para a produção e a

⁴ Assmann (2011) assinala duas formas de memória a partir de um desdobramento do conceito de memória coletiva inferido por Maurice Halbwachs. Segundo a autora, a memória cultural é aquela que supera épocas, sendo guardada em textos normativos. É exteriorizada, armazenada, transmitidas entre gerações e requer instituições de preservação. Por sua vez, o termo memória comunicativa serve para diferenciar a memória coletiva de uma memória cultural, sendo, portanto, semelhante à ideia inicial de Halbwachs. A memória comunicativa se faz na lembrança comunicada oralmente, repassada entre gerações, sem mecanismo de preservação. Não é mantida por nenhuma instituição, nem estabilizada por alguma forma material, ou seja, não é formalizada e ocorre na comunicação cotidiana, possuindo uma durabilidade restrita.

manutenção do senso comum” (SILVERSTONE, 2005, p. 20). Isto é, cria um conjunto de narrativas que são produzidas como instrumento para articulação da memória para a posterioridade.

Não é por acaso que, sob o contexto contemporâneo, a cultura da memória tem permitido não só a lembrança, mas também o esquecimento devido à crescente disponibilidade de registros, dispositivos, recursos de mídia e tecnologias de informação. Em um duplo movimento, o medo da perda da memória gera a sua valorização, pois cada nova técnica de armazenamento representa o deslocamento de alguma habilidade humana, sob o qual “o homem transitoriamente perde uma parte de si, a imagem que tem de si e do mundo” (SANTAELLA, 2000, p. 87) em uma condição de arquivamento. Assim, a instituição de uma memória cultural da humanidade, cumulativa e acessível, inerente à constituição de novas tecnologias, tem permitido políticas públicas que trabalham cada vez mais a dialética da lembrança e do esquecimento.

Paradoxalmente, o excesso de memória se faz em uma sobrecarga que possibilita o risco do esquecimento. Uma cultura da memória que tem consolidado importantes transformações na experiência humana, em meio ao impacto de novas tecnologias, alterando a sensibilidade de percepção do tempo, mas que, simultaneamente, promove um fluxo quase que instantâneo das informações dentro de um presente comprimido pela instabilidade do espaço e do tempo. Apesar desse processo, Assmann (2011) assinala que os meios de armazenamento técnicos são fundamentais para a constituição de uma memória que ultrapasse gerações. Desde a escrita às novas tecnologias, os suportes da memória possuem uma força de conservação, mas também de esquecimento. “De fato, a ameaça do esquecimento emerge da própria tecnologia à qual confiamos o vasto corpo de registros eletrônicos e dados, esta parte mais significativa da memória cultural do nosso tempo” (HUYSSSEN, 2000, p.33).

É inegável que as transformações dos últimos tempos possibilitaram a preservação de um volume cada vez maior de dados e informações em novos suportes técnicos. Condição que acelerou ainda mais o impulso preservacionista, evidenciando uma nova dinâmica entre a lembrança e o esquecimento. Para Huyssen (2000), o excesso de memória também permitiu a expansão dos movimentos de amnésia, tanto pela vontade quanto pela necessidade, tal como pelo medo de não lembrar. Em meio ao frenesi do armazenamento, a memória se institui dentro da espera de um horizonte acessível, que guarda informações, indicadores e indícios de um acontecimento passado, mas, também, oculta e escalona a experiência armazenada. Em analogia ao pensamento de Jacques Derrida (2001), um mal de arquivo, no qual o frenesi da

memória se abre para a possibilidade da interpretação do passado a partir dos interesses e vicissitudes do presente, relacionando a memória à história, à verdade e ao poder.

Apesar dessa obsessão que também gera esquecimento, Assmann (2011) evidencia que, independente do processo de arquivamento, a técnica e os meios são os elementos que possibilitam a acumulação da memória, tal como a representação e transmissão do passado. É no medo de esquecer que a memória cultural reside. “A memória só existe ao lado do esquecimento: pois um complementa e alimenta o outro, um é o fundo sobre o qual o outro se inscreve” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 53). Uma relação que passou a conjugar condições de museificação em um projeto de recordação total, que tem se alastrado por todos os campos da vida cultural e tem permitido a criação de museus e memoriais, além da recuperação do patrimônio histórico nacional ao redor do mundo.

Na América do Sul, a obsessão pela memória, principalmente pela memória gerada pelos regimes militares que se instauraram na metade do século XX, ocorreu após os diversos processos de redemocratização. Um passado recente que permanece na mentalidade coletiva de parte da sociedade civil e alimenta debates e políticas públicas em torno das feridas abertas pelo trauma. Um desejo de memória que é clamado por uma parcela da sociedade, que pede por verdade e justiça para que os crimes cometidos pelo Estado jamais sejam esquecidos. Ou seja, uma obsessão que se defronta com diferentes processos de esquecimento, por memórias fragmentadas, em um embate de força, que molda as ações dos agentes políticos e sociais em seus posicionamentos.

A história política brasileira ficou marcada pelas violações sistemáticas dos direitos humanos, bem como pela negação de valores democráticos e pelo arbítrio do Estado, entre os anos de 1964 e 1985. Particularmente no Brasil, a memória surge à tona apenas após a redemocratização, na segunda metade da década de 1990, quando, de forma tímida, se estabelecem os primeiros mecanismos de reparação. Considerando este contexto, a formação de uma memória coletiva sobre as experiências traumáticas do período recai sobre a mudança de sentido nas manipulações exercidas na construção narrativa estipulada no momento anterior. Dessa forma, observa-se uma tentativa de curar as feridas abertas por “processo intensamente truculento, cujas consequências se fazem sentir até o presente, pois suas dores nunca foram inteiramente superadas” (GINZBURG, 2001, p.131).

No Brasil, os primeiros mecanismos relacionados à justiça de transição foram criados entre em meados da década de 90, e o início dos anos 2000, apresentando caráter financeiramente reparatório e investigativo. Instituída em julho de 1991, durante o governo de Fernando Collor de Mello, a Lei n. 8.213 possibilitou uma aposentadoria excepcional aos

anistiados de 1979. Em novembro de 1992, durante o governo de Itamar Franco, o Brasil aderiu à Convenção Americana de Direitos Humanos. Por seu turno, o presidente Fernando Henrique Cardoso, que fora um exilado político, sancionou, em dezembro de 1995, a Lei n. 9.140, conhecida como Lei dos Desaparecidos, reconhecendo a morte de 136 desaparecidos políticos, entre 1961 e 1979. A partir da aprovação desta lei, o governo brasileiro assumiu, pela primeira vez, a responsabilidade pelas ações abusivas, cometidas pelos seus representantes públicos, durante a ditadura militar.

Apesar do reconhecimento das arbitrariedades do passado, o Estado continuou sem a obrigatoriedade de identificar e responsabilizar os agentes públicos diretamente envolvidos nas práticas de violação aos direitos humanos. Por sua vez, perseguidos políticos e familiares de mortos e desaparecidos seguiram em sua busca por justiça, lutando pelo reconhecimento da verdade, pela responsabilização dos agentes envolvidos e, principalmente, pela localização e identificação de vítimas fatais do regime. Simultaneamente a Lei dos Desaparecidos, houve a criação de uma Comissão Especial (CEMDP) para analisar denúncias sobre mortos e desaparecidos políticos. A partir de então, diversas indenizações foram pagas aos familiares de desaparecidos, e aos indivíduos que sofreram com o uso discricionário do poder e foram impedidos de exercer suas atividades por causa da perseguição política.

Por conseguinte, em novembro de 2002, ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso, criou-se, a partir da Lei n. 10.559, a Comissão da Anistia. Vinculada ao Ministério da Justiça, a referida comissão foi concebida para analisar pedidos de anistia política, reparando moral e economicamente as vítimas de atos de exceção, arbítrio e violações de direitos humanos, entre 1946 e 1988. Desde que entrou em funcionamento, o seguinte comitê recebeu mais de 80 mil requerimentos, julgando 66.400 processos, deferindo mais de 35 mil pedidos (MEZAROBBA, 2010). Contudo, apesar do reconhecimento dos atos ilícitos, promovidos em nome do poder estatal, pouco foi feito para identificar, processar e punir os perpetradores das ações discricionárias, evidenciando, assim, a complacência do Judiciário brasileiro com agentes públicos envolvidos na violação de direitos fundamentais do cidadão no período da ditadura militar.

Alguns anos mais tarde, já no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, que também fora um anistiado, novos contornos foram delineados, quando, em novembro de 2005, o Decreto 5.584 determinou a transferência dos documentos dos extintos Conselho de Segurança Nacional (CSN), Comissão Geral de Investigações (CGI) e Serviço Nacional de Informações (SNI) para o Arquivo Nacional. Fontes documentais, que até então estavam sob acesso restrito, passaram para salvaguarda de uma instituição governamental, que permite

acesso pleno à informação, possibilitando, assim, o regaste de uma história silenciada. Em seguida, em agosto de 2007, o referido presidente lançou, como resultado das atividades da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, o livro “Direito à memória e à verdade”. Contendo aproximadamente 500 páginas, tal obra é entendida como o primeiro documento oficial do Estado brasileiro, atribuindo aos integrantes das forças de segurança crimes de violência contra opositores do regime militar.

Pouco tempo depois, o governo brasileiro passou a ser questionado no âmbito jurídico, dentro e fora do Brasil, sobre as leis e ações de reparação promovidas pelo Estado. Em 2008, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) protocolou um pedido formal ao Supremo Tribunal Federal (STF), discutindo a validade da Lei da Anistia para os agentes do Estado, que cometeram atos discricionários no período militar. Um ano mais tarde, em 2009, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) submeteu o Brasil, por questões referentes aos desaparecimentos forçados e à execução de integrantes da Guerrilha do Araguaia, à Corte Interamericana de Direitos Humanos. Apesar dos esforços da OAB, a Suprema Corte brasileira julgou, em 2010, o caso como improcedente. Porém, neste mesmo ano, a referida Corte internacional declarou o governo brasileiro responsável pela detenção arbitrária, tortura e desaparecimento de 62 indivíduos, entre 1972 e 1974, na região do rio Araguaia. Com base no direito internacional, a referida Corte concluiu que as disposições da Lei da Anistia e as leis de sigilo impediram a investigação dos crimes contra os direitos humanos cometidos no período militar. Neste sentido, o Estado brasileiro foi autuado a revelar e investigar os crimes cometidos e promover a punição de todos os responsáveis.

Por fim, em novembro de 2011, já no governo da presidenta Dilma Rousseff, instaurou-se por meio da Lei 12.528, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) com a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas entre 1946 a 1988, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica. Instituída em 2012, a Comissão Nacional da Verdade deu continuidade aos dois processos anteriores, ou seja, à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos e à Comissão de Anistia, promovendo esclarecimentos públicos sobre atos autoritários praticados por representantes do Estado. As atividades da referida comissão terminaram em 2014, com a formulação de um relatório, dividido em três volumes⁵, sobre as apurações feitas durante dois anos de trabalho.

Apesar deste conjunto de ações, vale ressaltar que, ao contrário dos outros países da América do Sul, o Brasil vem apresentando um processo diferenciado na constituição de uma

⁵ Relatório da CNV: Volume I; Relatório da CNV: Volume II – textos temáticos; Relatório da CNV: Volume III - mortos e desaparecidos políticos – todos disponíveis para download no site <http://www.cnv.gov.br>.

justiça de transição. Enquanto outras nações estabeleceram mecanismos de cobrança e responsabilização sobre os agentes do terrorismo estatal, constituindo políticas públicas sobre a memória e a verdade, o Brasil foi marcado pela reparação financeira das vítimas, somado ao silenciamento dos crimes cometidos, fato que gerou uma série de dificuldades em torno da construção de uma memória sobre a ditadura civil-militar. Em relação aos outros contextos políticos na América do Sul – tais como na Argentina, Uruguai, Chile e Paraguai –, no Brasil se instituiu um movimento de amnésia social pós-experiências ditatoriais devido a uma transição lenta e gradual, ocorrida às sombras de um regime autoritário.

Por conseguinte, a instauração do esquecimento permitiu um quadro de incompletude democrática. A lei de anistia aprovada em 1979, durante o governo do General Figueiredo, foi considerada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal em 2010. O sigilo documental de determinados órgãos foi estendido aos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva. Apenas tardiamente, no governo de Dilma Vana Rousseff, a Comissão Nacional da Verdade foi estabelecida, entretanto, pode ter seu trabalho solapado pelas ações do atual presidente Michel Temer, o qual exonerou seis membros e nomeou outros vinte para Comissão de Anistia, incluindo apoiadores da ditadura civil-militar. Até hoje, nenhuma medida de responsabilização dos agentes da repressão foi implementada, muito menos houve qualquer tipo de retratação das Forças Armadas. A negação, a justificação e a atenuação dos crimes perpassam pela impunidade das esferas institucionais, tal como de seus agentes, gerando narrativas de negação do erro.

Nesse sentido, fica perceptível que em pouco mais de três décadas de redemocratização, a justiça de transição no Brasil se manifestou timidamente, quase sempre reparando as vítimas a partir de um aspecto financeiro e instituindo indenizações daqueles que sofreram graves violações de direitos humanos. Uma reparação que não consentiu o protagonismo memorial das vítimas, gerando diferentes narrativas no espaço público. Conseqüentemente, esta condição descaracterizou o sentido de justiça do processo pós-traumático brasileiro e permitiu, assim, a constituição de uma memória fragmentada, baseada em conflitos, que tem, por vezes, levado ao ódio, ao ressentimento e ao dissenso. Uma memória cada vez mais em disputa, clivada por múltiplas narrativas dentro da esfera pública do cotidiano.

1.2 A memória coletiva

O conceito de memória se expandiu nas últimas décadas do século XX, por meio de uma grande quantidade de pesquisas e debates em diferentes áreas do conhecimento. Como campo privilegiado de discussão, a memória tem evocado interesses multidisciplinares⁶, sendo um conceito polissêmico, transversal e transdisciplinar (GONDAR, 2005). Dentro do campo das Ciências Humanas e Sociais, a memória é compreendida a partir de estruturas coletivas, processos interativos, práticas reflexivas associadas aos atos de lembrar e esquecer por meio das dimensões indivíduo, sociedade e tempo (SANTOS, 2012). Como objeto de pesquisa dentro do campo da Comunicação, a memória pode se inserir em uma gama de estudos voltados para o entendimento da relação entre a mídia, a narrativa e a experiência social do tempo.

A memória tornou-se elemento de pesquisa dentro das Ciências Sociais no início do século XX, com a obra do sociólogo francês Maurice Halbwachs⁷, um dos primeiros teóricos a operacionalizar tal conceito como um fenômeno coletivo⁸. Após o trabalho de Halbwachs (1990), a memória deixou de ser vista como um elemento exclusivamente interior e subjetivo para se transformar em um movimento de ressignificação do passado com base em ordenações socioculturais do presente. Seu estudo parte da premissa que os indivíduos se recordam por meio da experiência coletiva, sendo, portanto, um elemento socialmente construído. Nessa condição, a relação do sujeito com a sociedade é fundamento básico para a compreensão dos mecanismos de produção e evocação de referências passadas, já que os indivíduos sempre se recordam a partir de estruturas que os antecedem (SANTOS, 2002).

De acordo com Halbwachs (1990), a memória está relacionada à complexidade das interações sociais dos indivíduos, constituindo um fenômeno que ocorre não só no plano individual, mas também na esfera coletiva. Mesmo a memória individual, por mais particular que pareça, é fundamentalmente coletiva, pois é a reformulação subjetiva de um conjunto de lembranças compartilhadas pelos indivíduos de uma coletividade. É um trabalho de (re)construção do passado, o qual se dá no inconsciente de cada sujeito por meio do conjunto

⁶ A memória é um fenômeno analisado por diferentes áreas nas ciências humanas, sociais e da natureza, tais como história, sociologia, arte, comunicação, museologia, filosofia, psicologia e neurociências, entre outros.

⁷ Maurice Halbwachs (1877-1945) é inegavelmente um dos teóricos que mais contribuiu para a compreensão do caráter coletivo da memória. Considerado fundador do campo da memória social, Halbwachs apresentou, em 1925, o trabalho “Os contextos sociais da memória”, o qual foi posteriormente ratificado no livro póstumo “A Memória Coletiva”, em 1950. Com forte influência da sociologia de Durkheim, seu trabalho rompeu com os estudos que enfatizavam a condição subjetiva da memória, indo na contracorrente das ideias hegemônicas de outros teóricos da época, tais como Henri Bergson, Marcel Proust, William James e Sigmund Freud.

⁸ Vale destacar que, segundo Myriam Sepúlveda Santos, o trabalho de Halbwachs sobre memória coletiva pode ser entendido “como uma radicalização das primeiras tentativas de Bergson de des-subjetivar a noção de memória” (SANTOS, 2012, p.21). A autora também cita a importância do trabalho de Barillet como um dos principais fundamentos teóricos sobre a memória coletiva no pensamento social.

de representações encontradas em uma consciência de um grupo social do presente. Assim, a memória individual é sempre coletiva, na medida em que se constitui como um ponto de vista arquitetado a partir das diferentes perspectivas dentro do patrimônio de lembranças compartilhadas, tal como assinalado pelo referido teórico:

No mais, se a memória coletiva tira sua força e sua duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante eles são indivíduos que se lembram, enquanto membros do grupo. Dessa massa de lembranças comuns, e que se apoiam uma sobre a outra, não são as mesmas que aparecerão com mais intensidade para cada um deles. Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que eu ali ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios (HALBWACHS, 1990, p. 51).

Halbwachs (1990) entende a memória como um sucessivo movimento de rememoração da experiência vivida, cuja lembrança se mantém na consciência de grupos situados no tempo e no espaço. Sob suas proposições, nenhuma lembrança pode existir apartada da sociedade, pois a memória só se faz a partir dos contextos sociais aos quais os indivíduos estão inseridos. Consequentemente, é um fenômeno dinâmico, baseado em processos de lembrança e esquecimento, que tira sua força e durabilidade dos grupos de referências aos quais os sujeitos encontram-se inseridos. Devido a essa característica, a memória é fluida e volátil, pois está atrelada à conservação dos laços sociais, assim, permanecendo ou não a partir da continuidade das relações entre os integrantes de uma mesma coletividade. Desse modo, sua preservação se faz por meio da continuidade de uma consciência coletiva, tanto para o indivíduo quanto para a comunidade.

Para Halbwachs (1990), a lembrança é um sucessivo trabalho de reconhecimento e reconstrução com base na experiência vivida. É reconstrução porque se faz dentro de um movimento de reforço, no qual o passado é reelaborado a partir do presente. Tal condição justifica-se na alegação de que o ato de recordar está apoiado sobre referências externas, tais como signos e lembranças, em um contínuo processo de assimilação de recordações e reafirmação de conteúdos. É, segundo Ecléa Bosi (1994, p. 281), “um trabalho sobre o tempo vivido, conotado pela cultura e pelo indivíduo”. Em constante processo de negociação, a memória só se efetiva por meio do aparelhamento entre representações em meio à concordância afetiva entre memórias individuais. Isto é, a construção da memória individual, tal como da memória coletiva só é possível quando os quadros sociais, nos quais as lembranças se encontram, criam pontos de apoio nas diferenças, articulando-se entre si, permitindo algum nível de concordância dentro do conjunto de recordações compartilhadas. Sob esta condição, Halbwachs afirma:

[...] para que nossa memória se auxilie com a dos outros, não basta que eles nos tragam seus depoimentos: é necessário ainda que ela não tenha cessado de concordar com suas memórias e que haja bastante pontos de contato entre uma e as outras para que a lembrança que nos recordam possa ser construída sobre um fundamento comum (HALBWACHS, 1990, p. 34).

A memória em Halbwachs (1990) é mutável e seletiva, pois está atrelada ao aparelhamento de perspectivas, sendo um fenômeno submetido a transformações e mudanças, que sofre flutuações em função do momento em que é articulada, em que se expressa. É uma memória viva, a qual se apoia na experiência, segue as regras gerais dos mecanismos de rememoração e só se mantém a partir da coesão dos grupos sociais. É agregadora, de tendência homogeneizante e se decompõe com o tempo. Entendida através do ponto de vista temporal, a memória é um sucessivo movimento de ressignificação do passado a partir dos processos sociais do presente. “A elaboração da memória se dá no presente e para responder solicitações do presente. É do presente, sim, que a rememoração recebe incentivo, tanto quanto as condições para se efetivar” (MENESES, 1992, p. 11). Por tal, não apreende sentido apenas da experiência passada, encontrando-se atrelada a estruturas e práticas da atualidade, permeando processos de fala e latência por meio do acaso ou da intencionalidade. Desta maneira:

[...] lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, “tal como foi”, e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas ideias, nosso juízo de realidade e valor. O simples fato de lembrar o passado, *no presente*, exclui a identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe a sua diferença em termos de ponto de vista (BOSI, 1994, p. 55).

Apesar de basilar, a obra de Maurice Halbwachs encontra-se atualmente atravessada por inúmeras perspectivas relacionadas a abordagens teóricas contemporâneas, que permitem a compreensão de como e por quem as memórias coletivas são construídas. Análises contextualizadas dentro de uma condição perpassada por mediações baseadas não só em interações sociais, mas também por condições políticas, culturais e econômicas, as quais relacionam os diversos sujeitos de uma determinada conjuntura. Por conseguinte, os estudos de Halbwachs não oferecem a completude analítica sobre a realidade dinâmica da memória no mundo contemporâneo: uma memória global, simultaneamente conflitante e fragmentada, midiática e hipertrofiada, formada a partir de uma articulação temporal que não para de se modificar.

A memória em Halbwachs é diferente das atuais práticas memorialísticas da contemporaneidade. Práticas que não buscam por uma memória coletiva baseada na constituição de uma coesão social, mas pela clivagem de narrativas em meio à reivindicação de grupos os quais não puderam traçar sua versão sobre o passado. O que se desvela é uma memória em disputa que, segundo Jeanne Marie Gagnebin, não é “só um objeto de estudo, mas também uma tarefa ética” (GAGNEBIN, 2006, p. 97), a qual se relaciona aos seus usos e abusos. Longe da perspectiva afetiva e coerciva de Halbwachs, a memória tornou-se elemento de disputa entre indivíduos e grupos, em uma manipulação que silencia lembranças proibidas e recalçadas. Uma memória que vive dentro de uma relação dialética entre lembrança e esquecimento devido à multiplicidade de narrativas que permeiam o espaço público, a mídia e o cotidiano.

1.3 Entre a lembrança e o esquecimento: a memória em disputa

Constituindo-se como uma das principais preocupações políticas e culturais da contemporaneidade, os discursos da memória nascem das incertezas de um mundo em transição, no qual a descrença sobre o futuro promissor elegeu o passado como um fluxo regular de tempo e espaço⁹. Por sua vez, a emergência da memória como elemento de debate na contemporaneidade assinalou o deslocamento do eixo temporal, evidenciando a constituição de uma obsessão energizada “subliminarmente pelo desejo de nos ancorar em um mundo caracterizado por uma crescente instabilidade do tempo e pelo fraturamento do espaço vivido” (HUYSSSEN, 2000, p. 20). Uma ancoragem baseada em um projeto de recordação total, que tem, paradoxalmente, levado ao esquecimento, constituindo processos de amnésia cruciais ao entendimento dos conflitos narrativos os quais compõem a vida pública do presente. Esquecimentos que se fazem a partir de silêncios, desarticulações, evasões, apagamentos, desgastes, repressões, em mecanismos tão complexos quanto os movimentos de rememoração da própria lembrança (HUYSSSEN, 2014).

Entendendo a memória como um campo em disputa, o sociólogo austríaco Michel Pollak (1989) problematizou a perspectiva uniformizadora proposta por Halbwachs (1990),

⁹ Cabe ressaltar que esta condição está principalmente atrelada ao contexto da Europa, que perdeu, segundo Huyssen (2000), a sensação de um passado melhor, seguramente circunscrito, a partir do esfacelamento das utopias de progresso, principalmente após a Segunda Guerra Mundial e o Shoah. Logo, não pode ser generalizada em sua completude para contextos locais, tal como na América Latina, em seu passado conflituoso, permeado por exploração econômica, extrema desigualdade social e regimes autoritários. Contudo, tal pensamento contribui para o entendimento da Cultura da Memória na contemporaneidade, tal como seus reflexos ao redor do mundo.

apontando o caráter conflitivo entre memórias dissonantes. No texto “Memória, esquecimento, silêncio” (1989), o referido teórico destaca a memória como um objeto de conquista, no qual lembrança e esquecimento fazem parte de um jogo, e nem tudo fica gravado, nem tudo fica registrado. Sob essa direção, seu trabalho vai ao encontro da dimensão política sobre o movimento de construção do passado, demarcando a memória como um instrumento de poder que se imprime em meio à constituição de representações sociais. Por conseguinte, a perspectiva proposta por Pollak transforma a memória em um elemento articulado não só pelo acaso, mas, principalmente, pela intencionalidade.

Acentuando o caráter seletivo da memória, bem como seu processo de negociação, Pollak (1989) assinala a presença de processos de fala e latência entre representações conflitantes. Seu trabalho enfatiza a existência de grupos sociais que permanecem em meio ao silêncio, esperando um contexto propício para reinterpretarem publicamente o passado. Em tal condição, o sociólogo propõe o conceito de memória subterrânea ao se referir às memórias paralelas que foram marginalizadas, esquecidas ou silenciadas em função de uma memória oficial ou hegemônica. Memórias que continuam em meio à subversão, evidenciando o problema o qual cerca a constituição narrativa sobre o passado, tal como sua relação com a lembrança e o esquecimento. Narrativas conflitantes dentro de uma sociedade englobante, atreladas a grupos sociais que seguem mantendo suas memórias diante do percurso temporal, contrapondo o esquecimento.

Pollak (1989) entende que a continuidade da lembrança é essencial para a ruptura do silêncio, já que o surgimento de memórias marginalizadas no espaço público se faz em um presente de conjunturas favoráveis. De acordo com o sociólogo, a memória ganha durabilidade quando as lembranças são transmitidas dentro de redes de sociabilidade afetiva e/ou política, passando despercebidas até o momento de reinterpretarem publicamente o passado. Situação problemática dentro de uma condição temporal alargada, já que as memórias marginalizadas precisam se manter intactas “até o dia em que elas possam aproveitar uma ocasião para invadir o espaço público e passar do “não-dito” à contestação e à reivindicação” (POLLAK, 1989, p. 08). Sob este aspecto, Pollak é enfático ao afirmar que o tempo, em vez de produzir o esquecimento, pode conduzir à resistência das lembranças as quais são passadas dentro de uma memória herdada:

O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amigos, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas (POLLAK, 1989, p. 3).

Enquanto memórias subterrâneas passam por problemas de continuidade, memórias fortemente formatadas atravessam questões de reconfiguração a partir de sua credibilidade, aceitação e organização. De acordo com Pollak (1989), a consolidação de memórias coletivas se relaciona à criação de sentidos sobre um passado que se quer salvaguardar. Por sua vez, tal condição leva a memória ao movimento intencional de enquadramento, isto é, ao processo de seleção do que deve ser lembrado e esquecido por um grupo social. Estabelecido de maneira consciente, o enquadramento configura a memória por meio da formatação de lembranças com apoio histórico, no qual se relacionam a outras referências, a fim de se criar uma construção discursiva coesa e ratificada. Permitindo interpretações e narrativas sobre trajetórias coletivas, o enquadramento é o movimento de salvaguarda de lembranças selecionadas em prol da criação de sentidos sobre um passado permanentemente interpretado, tal como destacado:

O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro. Mas, assim como a exigência de justificação discutida acima limita a falsificação pura e simples do passado na sua reconstrução política, o trabalho permanente de reinterpretação do passado é contido por uma exigência de credibilidade que depende da coerência dos discursos sucessivos (POLLAK, 1989, p.10).

Pollak (1989) evidenciou o movimento de disputa, negociação e aparelhamento de perspectivas do passado a partir dos conflitos do tempo presente, operando a memória em meio a processos de enquadramento, tal como de fala e latência dos grupos sociais perante uma memória hegemônica. Por sua vez, o sociólogo chama atenção para os processos de dominação entre as diferentes memórias, apontando as condições de clivagem sobre determinadas versões do passado. Narrativas que são mobilizadas por conflitos, sob os quais se estabelecem “contradiscursos” da memória, geralmente elaborados por grupos que não puderam instituir publicamente suas próprias versões do passado. Assim, as memórias envolvem lembrar e esquecer, pois estão permeadas por tensões, conflitos e disputas, e legitimam narrativas não fixas as quais se fazem a partir dos interesses do presente. São memórias disputadas, que geram processos de silenciamento, ausência de comunicação, esquecimento, apagamentos e repressão em camadas tão complexas como o próprio processo de enquadramento.

Por sua vez, o trabalho de Pollak se encontra com as ideias de Huyssen, no que diz respeito à dialética da lembrança e do esquecimento. Não há como pensar a memória sem

refletir sobre o esquecimento, pois “quanto mais nos pedem para lembrar, no rastro da explosão da informação e da comercialização da memória, mais nós sentimos no perigo do esquecimento e mais forte é a necessidade de esquecer” (HUYSSSEN, 2000, p. 20). Memória e esquecimento encontram-se dentro de um mesmo movimento, no qual o ato de esquecer é um componente necessário para a própria recordação, isto é, como parte crucial para a construção de processos narrativos sobre o passado.

Aspecto também demarcado pelo filósofo francês Paul Ricoeur (2012), ao relacionar a memória e o esquecimento como níveis intermediários que marcam a experiência temporal e a operação narrativa. Circunstância reconhecida pelo referido teórico como uma condição pragmática da memória e, conseqüentemente, do esquecimento, no qual se firma possibilidades de usos e abusos sobre seu exercício. Segundo Ricoeur,

[...] no nível patológico terapêutico serão evidenciados os distúrbios de uma memória impedida; no plano propriamente prático, os da memória manipulada; no plano ético-político os de uma memória abusivamente convocada, quando comemoração rima com rememoração. Essas múltiplas formas de abuso salientam a vulnerabilidade fundamental da memória que resulta da relação da ausência da coisa lembrada e sua presença na forma de representação (RICOEUR, 2012, p.72).

Usos e abusos que formam memórias individuais e coletivas, e são praticados a partir de três chaves interpretativas: o impedimento, a manipulação e a obrigação. Sobre a memória impedida, Ricoeur (2012) fala de uma memória ferida, relacionada a algum nível patológico, sobre o qual se constrói recalques individuais e coletivos. Uma memória instituída por um conjunto de cicatrizes abertas que impedem o processo de rememoração. Diretamente relacionadas à condição do trauma, a memória impedida cria bloqueios diversos os quais evitam a reconciliação com o passado. Em trabalho de elaboração e luto, a experiência é solapada por novos arranjos, que lidam com o passado provocando o esquecimento de impressões ou falsas lembranças. Traumas coletivos, contendo feridas simbólicas, as quais são, em algum modo patológico, impedidas de se expressarem, transformando o processo de construção de sentidos sobre o passado em um árduo trabalho. Traumas que impedem que o passado floresça no presente a partir de novas versões, barrando não só processos de reconciliação, mas também de confronto com o outro.

A memória do trauma é uma memória que não passa. Para a professora Jeanne Marie Gagnebin (2006), a experiência traumática apresenta uma impossibilidade de esquecimento, sendo uma insistência na repetição. É uma representação que tenta dizer o indizível, em uma tentativa de elaborar simbolicamente uma vivência de sofrimento a fim de testemunhar “algo que não podia nem devia ser apagado da memória e da consciência da humanidade”

(GAGNEBIN, 2006, p. 99). Uma memória baseada na necessidade do testemunho, que nunca corresponde inteiramente ao ocorrido, mas que se revela na condição do “discurso como lugar da palavra oferecer aos mortos uma terra e um túmulo” (RICOEUR, 2012, p. 480). O testemunho tomado em sua fase narrativa é o elemento sobre o qual se cria vínculos entre indivíduos, cuja vivência é repassada com intuito de ser reconhecida e comunicada:

[...] o sujeito não só tem experiências como pode comunicá-las, construir seu sentido e, ao fazê-lo, afirmar-se como sujeito. A memória e os relatos de memória seriam a ‘cura’ da alienação e da coisificação. [...] Não há verdade, mas os sujeitos, paradoxalmente, se tornaram cognoscíveis (SARLO, 2007, p. 39).

Para Ricoeur (2012), tanto a lembrança como o esquecimento podem ser frutos de uma memória manipulada, ou seja, uma memória operacionalizada por aqueles que detêm o poder, capaz de constituir narrativas que ocultam, omitem e apreendem sentidos específicos sobre experiências passadas. Uma memória fortemente organizada, instrumentalizada para criar a sustentação de sistemas simbólicos, aos quais se vinculam condições ideológicas, questões identitárias e histórias oficiais. Essa organização se faz a partir de processos de enquadramento, tal como entendida por Pollak (1989). Por conseguinte, fica claro que a memória manipulada se constitui em um campo de relações de forças, imprimindo movimentos no processo de fala e latência de grupos sociais englobados ou marginalizados. É, portanto, uma memória que trabalha eficazmente a organização do esquecimento – seja de maneira passiva, por consequentemente impedir que traumas passados busquem por processos de reconciliação, ou de forma ativa, por meio de processos de aceitação.

Está em ação aqui uma forma ardilosa de esquecimento, resultante do desapossamento de atores sociais do seu poder originário de narrarem a si mesmo. Mas esse desapossamento não existe sem uma cumplicidade secreta, que faz do esquecimento um comportamento semi-passivo e semi-ativo, como se vê no esquecimento de fuga, expressão da má-fé, e sua estratégia de evitação motivada por uma obscura vontade de não se informar, de não investigar o mal cometido pelo meio que cerca o cidadão, em suma por um querer-não-saber (RICOEUR, 2012, p.455).

Sobre a memória obrigada, Ricoeur (2012) assinala que esta se expressa por meio de uma dimensão política e jurídica, remetendo a um “dever de memória”, que é, antes de tudo, um dever de não esquecer. A memória obrigada está vinculada à condição de um fazer de justiça sobre um passado, muitas vezes, relacionado a acontecimentos traumatizantes. Nesse sentido, o dever de memória pode ser apreendido como uma reparação simbólica, em um dever de justiça à vítima, com a qual há uma dívida aberta a saldar. Simultaneamente, é uma condição de uma herança a ser transmitida, em caráter exemplar, cuja narrativa demarca a condição de um passado que não deve voltar a ocorrer. Por sua vez, pode-se dizer que a

memória obrigada está interligada a esta obsessão memorialística assinalada por Huyssen (2000). Condição visível devido ao estado de lugar-comum universal do Holocausto e suas políticas reparação, tal como a intensificação do fenômeno de globalização.

O trabalho de Halbwachs (1990) assinalou a memória como uma construção social, em caráter parcial e seletivo, que está em constante processo de negociação a partir da coerência entre indivíduos dentro de um contexto de consonância entre suas lembranças. Já os estudos de Pollak (1989) evidenciaram a memória como um elemento em disputa, cuja força narrativa é capaz de exaltar ou silenciar grupos sociais de uma dada coletividade. Isto é, uma arma política capaz de obliterar certas versões do passado, constituindo processos de clivagem das diversas memórias de uma sociedade englobante. Um instrumento de uso político que age diretamente sobre a rememoração, criando processos de esquecimento sobre experiências passadas. Uma memória cujo aspecto narrativo articula questões de poder, criando sentido e coerência a partir de versões ratificadas por meio da organização da lembrança ou do próprio esquecimento. Narrativas que são compartilhadas a fim de construir uma memória coletiva.

O conflito entre diferentes memórias têm possibilitado a reinterpretação pública do passado. Para Huyssen (2000), a década de 1980 é marco de uma ressonância global, na qual a força dos discursos da memória passa a constituir ações revisionistas sobre a experiência coletiva. Junto à emergência da memória na contemporaneidade, tal condição possibilitou o surgimento de uma política da memória globalizada, caracteristicamente transnacional, devido aos eventos traumáticos da segunda metade do século XX. Em termos de América do Sul, a reconstrução da memória em sociedades pós-ditatoriais vem suscitando debates e conflitos, os quais visam buscar a reconciliação de uma sociedade traumatizada, repleta de feridas abertas. Assim, ao longo dos anos 60, 70 e 80, diversos países produziram processos de amnésia social, instaurando uma memória impedida, que passou a ignorar parte do passado doloroso das décadas anteriores.

Em meados do século XX, diversos países da região viveram períodos ditatoriais, os quais acarretaram em ações sistematizadas de violência institucional. Com a retomada da democracia nos anos 80 e 90, leis de anistia foram criadas, não com o objetivo de reconciliar o Estado com aqueles que resistiram ao regime de opressão, mas para apagar os crimes perpetrados pelos seus agentes, indivíduos responsáveis por desaparecimentos, torturas, assassinatos, entre outros crimes bárbaros. Levada a cabo no Brasil, na Argentina e outros países da América do Sul, a redemocratização passou a fomentar o silêncio, criando de mecanismos de esquecimentos que solaparam a justiça e a verdade sobre o horror perpetrado. Processo perceptível no Brasil, cuja transição lenta e gradual, feita em meio ao controle

militar, limitou a adesão subjetiva à reconciliação e transformou a anistia em processo de esquecimento (ABRÃO, 2012). É nesta impossibilidade de lembrar que reside a anistia, em um esquecimento manipulado sobre a vivência traumática, injusta e dolorosa da Ditadura Civil-Militar¹⁰.

A centralidade da memória na contemporaneidade tem fomentado o debate sobre o período ditatorial em países sul-americanos, acirrando conflitos políticos e culturais relacionados a processos de silenciamento sobre a repressão política. Um esquecimento instrumentalizado que se imprimiu sobre um acontecimento proibido, capaz de forjar um pacto secreto com a degeneração da memória, cuja simulação do perdão vem prejudicando a reapropriação lúcida do passado e de sua carga traumática (RICOEUR, 2012). No Brasil, a consolidação da democracia caminha de maneira incerta para um processo de desmanche do esquecimento, possibilitando que memórias subterrâneas, impedidas pelo trauma, encontrem pouco a pouco processos de reconciliação. Memórias que são lentamente direcionadas para uma memória obrigada.

A instituição de um dever de justiça, com valor exemplar sobre a constituição de um “nunca mais”, aponta para problemas de violação de direitos humanos, justiça e responsabilidade coletiva no atual regime democrático de direito. Esse fenômeno tem indicado para a necessidade de abertura dos arquivos e da valorização do testemunho, em um dever de justiça que fora instaurado nos últimos anos. Uma necessidade de reelaboração do passado a partir dos rastros e cicatrizes que restaram, em uma tentativa de acúmulo de vestígios, documentos, testemunhos, isto é, de sinais da experiência que se foi. Um esforço para bloquear o trabalho de esquecimento, em um tempo de aceleração, que se relaciona ao “exato significado do presente e com a incerteza do futuro para dar ao mais modesto dos vestígios, ao mais humilde testemunho a dignidade virtual do memorável” (NORA, 1993, p. 14).

Por conseguinte, o uso político da memória no Brasil tem possibilitado, principalmente a partir dos anos 2000¹¹, a criação de esferas públicas sobre o trauma, tal como

¹⁰ Atualmente, a caracterização da ditadura por parte da historiografia nacional tem assumido o termo “civil militar”, e não, apenas, “militar”. Tal condição se relaciona à caracterização do momento nas “íntimas e complementares relações entre empresários e militares na conspiração contra o regime constitucional no Brasil”.

¹¹ Com governo de Luiz Inácio Lula da Silva, novos contornos foram delineados para o tema da Justiça de Transição no que se refere ao direito à memória e à verdade. O governo em questão determinou várias modificações nas políticas públicas de reparação e de acesso à informação. Dentre estas, pode-se citar a transferência dos documentos dos extintos Conselho de Segurança Nacional (CSN), Comissão Geral de Investigações (CGI) e Serviço Nacional de Informações (SNI) para o Arquivo Nacional; o lançamento do livro “Direito à memória e à verdade”, contendo o resultado das atividades da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos; e a instituição do III Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH), no qual consta o

o enfrentamento das políticas de esquecimento promovidas logo após a quebra do regime ditatorial. Período este marcado pela constituição de uma condição moral de não aceitação dos crimes do passado, em políticas públicas específicas de retratação. Nesse viés, Ricoeur (2003) lembra que o dever de memória está atrelado a uma política de memória, enquanto Pollak (1989) assinala para o problema de organização e constituição da memória por meio de processos de fala e latência. Desse modo, a junção de ambas é aquilo que permite a constituição de uma justiça de transição, na qual memórias silenciadas possam se desenvolver no espaço público, instituindo um conhecimento compartilhado sobre um passado até então silenciado.

Por sua vez, o Estado, enquanto sujeito político, é capaz de influenciar diretamente nos processos de reconciliação da sociedade consigo mesma. É um ente fundamental para que memórias subterrâneas possam vir ao espaço público, evidenciando suas feridas e traumas. Sob tal condição, vale sublinhar as ações estatais durante a última década, sob a qual a reparação financeira deu lugar a reparação moral e política. Criada com finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas entre 1946 a 1988, a Comissão Nacional da Verdade¹² (CNV) permitiu o início uma reparação política e moral, instituindo o direito à memória e à verdade. Instaurada em 2012, a CNV deu continuidade aos dois processos anteriores – iniciados pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos¹³ e à Comissão de Anistia¹⁴ –, promovendo diversos esclarecimentos públicos sobre atos autoritários praticados por representantes do Estado. Seu trabalho representou o início de uma reparação ética e política, principalmente por definir os crimes e nomear os criminosos (PEREIRA, 2015).

1.4 A questão dos lugares

A obsessão com a memória surge em um mundo fraturado em seu espaço-tempo, no qual a obrigação da lembrança substituiu as certezas de um futuro promissor, deslocando o presente para o passado a fim de “garantir alguma continuidade dentro do tempo, para propiciar alguma extensão do espaço vivido dentro do qual possamos respirar e nos mover” (HUYSSSEN, 2010, p. 30). Um período histórico-cultural marcado por percepções de um

Eixo Orientador VI – Direito à Memória e à Verdade –, observou a necessidade de uma Comissão Nacional da Verdade.

¹² A Comissão Nacional da Verdade foi regulamentada pela Lei n.12.528/2011.

¹³ A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos foi regulamentada por meio da Lei n.9.140/1995.

¹⁴ A Comissão da Anistia foi regulamentada por meio da Lei n. 10.559/2002.

movimento frenético, que levou ao fim de um porvir, bem como a uma memória espontânea, integrada e organizadora. Um mundo que busca assegurar a existência de “vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do que foi” (NORA, 1993, p. 15) como forma de contrapor os efeitos de uma ruptura temporal, a qual não se relaciona apenas com um futuro fracassado, mas com uma memória que não é mais vivenciada. Um mundo no qual vestígios são criados em respostas às necessidades dos sujeitos que perderam suas referências de tempo e espaço, seja devido a um futuro esfacelado ou a um passado acelerado diante do fim da tradição.

Enquanto na modernidade as sociedades ocidentais se preocupavam em assegurar o futuro, no presente, elas se voltam para o passado, em meio à necessidade de ancoragem temporal. Tal condição permitiu processos de cristalização do tempo a partir dos rastros do vivido, na constituição de vestígios que são materializados por restos e rituais, e que surgem do sentimento de uma memória a qual deixou de ser espontânea. É sob este contexto de transmissão de uma memória esfacelada diante da história que se erguem os lugares de memória. Construindo narrativas sobre um passado comum, os lugares de memória são elementos forjados por uma vontade de registro, sendo uma operação social baseada na experiência vivida, mas enquadrada por meio de elementos de significação, aptos à rememoração de um passado comum. De acordo com Ricoeur, os lugares de memória são

[...] o conjunto que o aqui e o lá do espaço vivido da percepção e da ação e o antes do tempo vivido da memória se reencontram enquadrados em um sistema de lugares do qual é eliminada a referência ao aqui e agora absoluto da experiência viva. [...] Da memória compartilhada passa-se gradativamente à memória coletiva e suas comemorações ligadas a lugares consagrados pela tradição: foi por ocasião dessas experiências vividas que foi introduzida a noção de lugares de memória (RICOEUR, 2012, p. 156-157).

A partir da ideia de uma memória que emerge de sua tensão com a história, Pierre Nora (1993) cria a expressão “lugares de memória” – conceito cunhado por conta do sentimento de memória que deixou de ser espontânea, na qual a passagem regular do tempo em sua transmissão de valores não existe mais. Segundo Nora, os lugares de memória surgem por meio de uma organização não natural associada ao sentimento de uma memória desintegrada pela história. Expressão que se relaciona com a materialização da memória, tal como sua perpetuação ao longo do tempo por meio de espaços e elementos que se convertem na manifestação material e simbólica de representações sociais. Isto é, os lugares de memória se erguem em sociedades de percepção histórica, as quais vivem em um tempo acelerado, no qual o passado, como arranjo vívido e ritualizado, não existe mais. Conforme Nora:

A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da nossa história. Momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado confunde-se com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação. O sentimento da continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de memória porque já não há mais meios de memória (NORA, 1993, p. 9).

Para Nora (1993), memória e história se opõem uma à outra, pois a memória é o elo vivo no eterno presente, enquanto a história é a reconstrução sempre problemática do passado. A memória é múltipla e desacelerada, plural e individualizada. Já a história é uma narrativa organizada que pertence a todos e, ao mesmo tempo, a ninguém. Por conseguinte, os lugares de memória são forjados a partir de uma vontade de registro, que nasce do sentimento do fim de uma memória tradicional. Sendo elementos tangíveis, os lugares de memória se revestem de aura simbólica, tornando-se suporte para ancoragem de representações sociais que versam sobre a experiência coletiva. A condição basilar dos lugares de memória está na transformação da memória em uma operação social, não natural, organizada por meio de elementos de significação. Nesse sentido, o referido autor estabelece:

Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. [...] Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. [...] Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória (NORA, 1993, pp. 12-13).

Segundo Ricoeur (2012), os lugares de memória são indicadores reconhecidos no movimento de recordação, os quais percorrem todos os graus da rememoração. São signos que operam a memória coletiva, consolidando contextos que fundamentam sentidos e percepções do presente sobre o passado, em uma ideia de transmissão de valores para o futuro. São representações instituídas em uma dimensão pragmática, pois transformam a memória em um exercício, isto é, em uma prática que pode potencialmente assinalar os usos e abusos sobre o passado. São restos e vestígios os quais se vestem de uma organização não natural e que podem ser compreendidos a partir do dever de memória.

De acordo com Nora (1993), os lugares de memória são formulados por três dimensões: material, funcional e simbólica. A dimensão material pode ser apreendida pelos sentidos e, por tal, se relaciona ao palpável, no qual a memória social se ancora. O sentido funcional tem como função alicerçar memórias coletivas, pois se vinculam a cristalização e transmissão da lembrança. Enquanto a dimensão simbólica remete à representação de

experiência vivida, na qual esta se expressa e se revela, sendo repassada para uma maioria que dele não participou.

Devido às três dimensões citadas por Nora, os lugares de memória podem ser entendidos, a partir da concepção de Le Goff (1990), como documentos/monumentos, por serem produtos fabricados pelas relações de forças que aí detinham o poder. São monumentos que consolidam contextos, alicerçando a memória na criação de sentidos sobre o passado, tal como na transmissão de valores do presente para o futuro. Monumentos que imprimem força ao processo de evocação do passado, devido à sua condição relacional com a experiência sentida no tempo e no espaço, constituindo substâncias ativas no processo de fala e latência de grupos sociais em suas narrativas temporais. Neste sentido, os lugares de memória tornam-se elementos de significação que teatralizam valores, consolidando uma mentalidade coletiva sobre o passado. Ao possuírem caráter monumental, tornam-se elementos de significação simbólica dentro de uma memória comemorativa, formatando imagens sobre um passado a ser compartilhado.

Contudo, os lugares de memória também são documentos que falam sobre sua própria produção. Embutidos de valor documental, os monumentos registram a intencionalidade de uma organização não natural, envolvendo o passado e o presente em um projeto de futuro, já que remetem a uma montagem advinda das relações de forças que os produziram e os mantiveram, e que se destinam ao futuro, permitindo, conseqüentemente, os processos de conservação da memória (GONDAR, 2005). Nesse sentido, tornam-se elementos os quais reforçam imagens construídas, sendo suportes de significação criados para ancorar a memória em referenciais tangíveis, ecoando como supostos testemunhos entre temporalidades. São, portanto, documentos/monumentos (LE GOFF, 1990) inseridos em uma relação de poder, imbuídos de valor simbólico, aptos a apoiar a memória ou estabelecer o esquecimento, como vestígios sobre o processo de construção da narrativa.

Para Paul Ricoeur (2012), não há como dissociar a memória dos lugares, pois os lugares habitados são, por excelência, memoráveis. Esses lugares habitados se imprimem nas lembranças de uma experiência sentida no tempo e no espaço, cuja força do vivido permite a fixação de uma memória que, segundo Nora (1993), deixou de ter caráter espontâneo. Lugares que testemunham a experiência como rastros que possibilitam a reconstrução da memória no presente. Em sua fala, Ricoeur remete à condição básica do conceito de lugares de memória: a capacidade de construção de pertencimentos afetivos e a cristalização representações sociais sobre a experiência vivida por meio de elementos sensíveis. Lugares que se concretizam como espaços os quais apresentam não só uma vontade de memória, mas que se fazem a partir da

sua capacidade de representação, em uma sensação de fixação lembrança e o arrefecimento do esquecimento.

Desde as proposições iniciais de Nora, o conceito de lugar de memória tem sido alvo de inúmeras reflexões, se ampliando para além de sua condição original. Na atualidade, a sociedade se conduz para o passado, valorizando memórias individuais e coletivas a partir da produção massiva de rastros em meio a um projeto de recordação total (HUYSSSEN, 2000). Como pilares na formação de um tipo de uma memória coletiva, esses rastros têm se vinculado ao estabelecimento de políticas nacionais e identitárias, principalmente no que tange à formulação de narrativas do trauma. Assim, os lugares de memória têm se espalhado pelo mundo, em um processo de globalização da história do holocausto, porém configurado por meio de sua condição local. Lugares de memória atrelados a um passado coletivo, que se faz a partir de um dever de memória instaurado em meio à reparação e ressarcimento.

Atualmente, há grande número de instituições, em diferentes naturezas e especificidades – arquivos, museus, memoriais, entre outros – vinculadas aos “discursos de memória” (HUYSSSEN, 2014). Logo, não é incomum encontrar junto ao processo de transnacionalização da memória a constituição de diversos lugares de memória ao redor do mundo. Segundo a *International Coalition of Sites of Conscience* (Coalizão Internacional dos Sítios de Consciência), rede mundial destinada à transformação dos espaços que preservam o passado em lugares ligados aos direitos humanos e à justiça¹⁵, os sítios de consciência são movimentos coletivos os quais buscam ativar “o poder dos lugares de memória para engajar o público na conexão do passado e do presente, a fim de prever e moldar um futuro mais justo e humano” (ICSC, 2017). Conforme Baccega e Mello, os sítios de consciência permitem a reconstrução da memória coletiva a partir de sujeitos em ação, ou seja, por meio de uma memória evocada a qual opera como “conhecimento coletivo que venha a evitar que tais episódios trágicos não se repitam na história da humanidade” (BACCEGA; MELLO, 2014, p 101).

Os sítios de consciência são resultantes de uma memória construída entre a lembrança e o esquecimento, em meio a um passado aberto às disputas de interpretação. São lugares de memória que usam o território como veículo de comunicação sobre experiências traumáticas de grande impacto para a coletividade. Nesse sentido, é relativamente comum ver sítios de

¹⁵ <https://www.sitesofconscience.org/pt/inicio-2/>

consciência relacionados à questão dos direitos humanos por várias partes do globo¹⁶. Espaços estes que se instituem enquanto suportes de informação sobre um passado de violência estatal, em regimes políticos autoritários ou, até mesmo, sobre atos arbitrários que foram praticados por governos democráticos. Lugares de memória que podem estar compreendidos dentro de políticas públicas da justiça de transição, concebidas como processos de reparação às vítimas de crimes estatais.

Atuando por meio de redes regionais, os sítios de consciência trabalham de forma conjunta a fim de explorar os potenciais dos lugares de memória. No geral, as redes regionais se vinculam a uma temática¹⁷: a rede europeia busca a promoção da cultura da tolerância e dos valores democráticos por meio de debates sobre xenofobia e tem o Holocausto como tema central; a rede africana objetiva o desenvolvimento de democracias em nações em estados de transição de conflitos pós-coloniais; a rede russa se relaciona ao totalitarismo, como forma de combater as ameaças à sua atual democracia; a rede asiática busca a promoção da cultura da paz e dos valores do pluralismo étnico e religioso; a rede latino-americana está voltada à rememoração dos conflitos internos e do terrorismo estatal; a rede norte-americana está relacionada à história da imigração ou dos direitos civis; e a rede regional do Oriente Médio (a mais nova dentre todas) coordena crescentes iniciativas de memória, grupos de vítimas e instituições governamentais no Oriente Médio e Norte da África (NEVES, 2011).

As políticas de memória transnacionais foram traduzidas na América Sul a partir da proposta de não esquecimento das ações perpetradas por governos ditatoriais. Transmitindo para as novas gerações a mensagem de “nunca mais”, os sítios de consciência tornaram-se importantes ferramentas na cultura dos direitos humanos na região ao permitir certa reparação simbólica da violência institucionalizada. Demonstrando os usos da memória, esses sítios se personificam em museus, memoriais, centros de documentação, arquivos, dentre outras instituições de memória. Por conseguinte, na região da América do Sul há 28 sítios registrados pela *International Coalition of Sites of Conscience*, sendo o Chile e a Argentina os países com maior ocorrência (vide Quadro 01). Apenas quatro sítios elencados no Brasil, todos em São Paulo, conforme mostra o quadro abaixo:

¹⁶ De acordo com o site da Coalizão Internacional dos Sítios de Consciência, atualmente, há por volta de 200 sítios de consciência, com o objetivo de ligar o passado ao presente e a memória à ação, cadastrados em torno do mundo.

¹⁷ Apesar das redes regionais formarem um projeto comum relacionado às especificidades de seus lugares de memória e dos problemas locais, existem sítios que fogem ao escopo de sua coalização regional. Ao exemplo do Brasil, a Casa do Povo se relaciona ao processo de diáspora da Segunda Guerra Mundial e à comunidade judaica recém-chegada no bairro do Bom Retiro, em São Paulo. Assim como o Museu da Imigração, que busca a reflexão sobre os diferentes processos migratórios que ocorreram no Brasil durante os séculos XIX e XX.

SÍTIO DE CONSCIÊNCIA NA AMÉRICA LATINA	PAÍS
Archivo Provincial de la Memoria	Argentina
Centro Cultural por la Memoria de Trelew	
Comisión de homenaje a las Víctimas de los Centros Clandestinos de Detención ‘Vesubio’ y ‘Protobanco’	
Memoria Abierta y Parque de la Memoria	
Museo de la Memoria	
Memorial da Resistência	Brasil
Núcleo de Preservação da Memória Política	
Casa do Povo	
Museu da Imigração	
Agrupación de Familiares de Detenidos Desaparecidos de Paine – Memorial Paine	Chile
Museo de la Memoria y los Derechos Humanos,	
Estadio Nacional, Comité de Derechos Humanos “Nido Veinte”	
Fundación 1367 – Casa Memoria José Domingo Cañas	
Corporación Parque por la Paz Villa Grimaldi	
Fundación de Ayuda Social de las Iglesias Cristianas	
Asociación por la Memoria y los Derechos Humanos Colonia Dignidad	Colômbia
Centro de Memoria	
Paz y Reconciliación	
Centro Nacional de Memoria Histórica	
Consejería de Proyectos	
Museo Casa de la Memoria	Paraguai
Museo de las Memorias: Dictaduras y Derechos Humanos, y la Dirección de Verdad	
Justicia y Reparación – Defensoría del Pueblo	Peru
Asociación Paz y Esperanza	
Movimiento Ciudadano Para que no se Repita	
Asociación Caminos de la Memoria	Uruguai
Centro Cultural Museo de la Memoria – MUME- y Fundación Zelmar Michelini	
Espacio para la Memoria y los Derechos Humanos “Quica Salvia – Casa de las Mujeres”	

Quadro 01 – Sítios de Consciência na América Latina
Fonte: Site da Rede de Sítios de Memória Latinoamericanos y Caribeños

1.5 O testemunho: entre a memória e a história

As sociedades contemporâneas têm buscado por novas formas de conservação da memória. Essa condição instituiu transformações no processo de representação da experiência vivida, permitindo, ao mesmo tempo, práticas Memorialistas propícias à criação de novas versões sobre um passado comum. De certo, a capitalização da memória estabeleceu um projeto de recordação total, capaz de celebrar diferentes narrativas disponíveis. Múltiplas versões que se efetivam na construção de monumentos públicos, museus e memoriais, nos

processos de restauração dos centros históricos, nas políticas patrimonialistas, na moda retrô, nas práticas literárias, nos *remakes*, nos discursos testemunhais, nas revisões historiográficas, entre tantos outros empreendimentos mnemônicos. Narrativas diversificadas que reelaboram o tempo vivido, promovendo movimentos revisionistas sobre a experiência de outrora.

A fim de celebrar diferentes passados disponíveis, esta busca mnemônica vem instituindo, em seu desejo de tudo arquivar, a constituição de um dever de memória capaz de apurar responsabilidades coletivas e reparações simbólicas sobre eventos traumáticos. Usado como lugar comum das políticas memorialísticas do trauma, o Holocausto fundou-se como elo transnacional sobre as diferentes ações de retratação ao redor do mundo. Cada vez mais difusas e globalizadas, estas políticas de reparação simbólica figuram sob o título da reapropriação de um passado ainda aberto, elevando o testemunho a uma posição fundamental nesse processo. Políticas que versam sobre os usos e abusos de uma memória em disputa, a qual se faz sobre um passado que pode ser lembrado, esquecido ou silenciado, e se abre à discussão sobre as relações do testemunho com a experiência do trauma, trazendo novas narrativas que reverberaram, de alguma forma, na construção problematizada da história.

É fato que, nas últimas décadas, a história passou a operacionalizar a memória, usando como base os paradigmas da Nova História Cultural¹⁸, isto é, modelos de um sistema conceitual multidisciplinar, usado em estudos historiográficos, o qual passou a trabalhar as referidas noções de significados, práticas, símbolos e representações. A narrativa na História Cultural busca dar voz às pessoas comuns, condição que trouxe a própria ampliação do conceito de fonte nos estudos historiográficos. Uma instrumentalização que gerou, a partir da década de 1970, novos debates sobre a incorporação da memória, elemento volátil e seletivo, na construção problematizada do passado, principalmente por meio da legitimação das fontes testemunhais no campo da história oral. Segundo Peter Burke (2000), a história pode considerar a memória por meio de dois pontos de vista: como fonte histórica ou objeto de pesquisa. Enquanto fonte histórica, a memória não deve escapar à crítica a reminiscência, já que se trata de um vivido preenchido de subjetividade. Como objeto de pesquisa, a memória deve ser relacionada à “história social do lembrar”, ou seja, como as sociedades concretizam os modos de reter lembranças.

Alinhados à perspectiva da Nova História Cultural, os trabalhos que envolvem a relação entre memória e história usam o testemunho como fonte e enfatizam a mudança no

¹⁸ Em linhas gerais, a Nova História Cultural está relacionada aos diálogos interdisciplinares, os quais envolvem as relações da História com outros campos de saber, como a antropologia, a linguística, a psicologia ou a ciência política.

foco dos sujeitos históricos, valorizando as condições sociais e culturais nas dinâmicas cotidianas do passado. Apesar de se constituírem de maneira diferente, história e memória se assemelham em seu grau de complexidade, ao constituir operações que não são inócuas e objetivas, pois partem da seleção consciente ou inconsciente de elementos para a interpretação da experiência vivida. A história não tem a memória como fonte crível. Já a memória não consegue conceber uma história que não leve a lembrança como parte de si. Desse modo, buscar por um passado que junte história e memória é uma tarefa difícil, pois a narrativa histórica é construída epistemologicamente, sendo o método a ferramenta básica para sua constituição. Enquanto a memória pode reconstruir o passado sem o rigor do método, estabelecendo-se em função das necessidades intelectuais, afetivas, morais ou políticas do presente, em versões que se sustentam na esfera pública.

A memória nunca é neutra, pode produzir tanto a lembrança quanto o esquecimento, e está sujeita a interesses e usos específicos, assim como a abusos e manipulações, possuindo uma condição pragmática que é evidenciada por embates, disputas e esquecimentos deliberados. A memória existe no plural, pois se faz entre diferentes leituras do passado, entre diferentes formas de enquadramento (SELIGMAN-SILVA, 2000). Tem caráter seletivo e pode ser instrumentalizada a partir de processos de manipulação, assim, é vista com desconfiança pela história, que busca uma construção problematizada sobre o passado. Apesar da desconfiança, história e memória se voltam para o mesmo caminho: um passado que foi vivido, experimentado e, de alguma forma, contado. Um caminho entrelaçado por novos paradigmas, relacionados aos estudos culturais, os quais evidenciam os novos sujeitos da história, devido às mudanças metodológicas que, atualmente, propõem a reconstrução do passado por meio da experiência. “Por conseguinte, a história oral e o testemunho restituíram a confiança nessa primeira pessoa que narra sua vida (privada, pública, afetiva, política) para conservar a lembrança ou para reparar uma identidade machucada” (SARLO, 2007, p. 19).

O passado pode ser representado pela história e pela memória. Seja como for, qualquer narrativa sobre o passado, seja histórica ou memorialística, é sempre incompleta, jamais surge em sua totalidade, pois o passado não está pronto e acabado, ou seja, narrativa a ser feita em uma articulação com presente, a partir de uma construção jamais neutra. Problematizando a relação entre memória e história, devido à crescente valorização dos testemunhos, Beatriz Sarlo (2007) incide em uma análise crítica sobre o uso de narrativas individuais nos chamados discursos da memória. Para a autora, a crescente valorização da cultura da memória transformou o testemunho, principalmente o testemunho do trauma, em ícone da verdade. Tal situação tem criado um problema epistemológico relacionado a uma configuração acrítica da

história, devido à sobrevalorização do testemunho em sua relação com experiência, tal como identificado:

[...] o testemunho, por sua auto-representação como verdade de um sujeito que relata sua experiência, exige não ser submetido às regras que se aplicam a outros discursos de intenção referencial, alegando a verdade da experiência, quando não a do sofrimento, que é justamente a que deve ser examinada (SARLO, 2007, p. 38).

O uso da primeira pessoa traz a ideia do vivido, evocando um valor de autenticidade à narrativa testemunhal. Enquanto símbolo da verdade, o testemunho do trauma tem sido utilizado sem o rigor metodológico da história por se tratar da narrativa de uma experiência que não pode ser mensurada. Esse testemunho é a resultante de uma experiência limite, sem igual, a qual se encontra atrelada a questões morais e individuais. Seu questionamento significa duvidar de uma vivência única e intangível, que se faz de maneira problemática: como desconfiar daquele que narra uma experiência singular e trágica? Contudo, apesar dessa condição, o testemunho é uma versão permeada de subjetividade, o qual pode partir de imagens construídas, distorcidas e/ou suprimidas para dar sentido e coerência aos fatos relatados. É uma organização narrativa baseada na emoção, no bloqueio, no imaginar, isto é, em instâncias diversas que podem formatar o processo de rememoração. Assim, para a história, a reconstrução do passado a partir da memória é insuficiente e deve, por tal, ser trabalhada junto a outras fontes, que são indispensáveis para construção crítica sobre o tempo que se foi.

Alguns discursos da memória baseados em retóricas testemunhais podem se atrelar à demanda de uma esfera pública sobre passados traumáticos. Nesses casos, a memória é um dever, é uma necessidade moral, jurídica e política. Entretanto, é certo que a memória pode ser um impulso da história, ou seja, uma de suas fontes. De acordo com Paul Ricoeur (2012), o testemunho está na origem do discurso histórico, porém alguns testemunhos apresentam dificuldades no uso epistemológico, já que apresentam maior dificuldade de verificação, uma vez que devem ser confirmados, perscrutados tal como um documento. Quando verificado junto a arquivos e fontes materiais, o testemunho torna-se fonte de grande valia, possibilitando a compreensão das estratégias de ação e das representações de grupos ou indivíduos.

Desse modo, os testemunhos buscam narrar o inenarrável, em um complexo jogo mnemônico sobre os espaços de esquecimento, que envolvem a figura da testemunha. Por sua vez, essas narrativas encontram-se dentro de um engajamento moral e ético sobre a condição do lembrar, esquecer e narrar, procedimentos que se fazem em uma constante luta entre

memória e o esquecimento. Ainda que haja desconfiança sobre a retórica testemunhal, Sarlo evidencia que “lembrar foi uma atividade de restauração dos laços sociais comunitários perdidos no exílio ou destruídos pela violência do Estado” (SARLO, 2007, p. 45). É a memória que possibilita o enraizamento de um princípio de reparação, isto é, um dever de justiça de necessidade moral, política e jurídica. Ainda assim, os testemunhos podem ser operados como matéria-prima à construção crítica do passado, podendo guiar a narrativa histórica até a verdade. Principalmente na América do Sul, onde o testemunho se tornou essencial devido à escassez de fontes documentais após o fim das ditaduras, seja por conta do ocultamento ou da destruição promovida nos arquivos oficiais em um esquecimento organizado. Sob esse aspecto:

[...] o testemunho possibilitou a condenação do terrorismo de Estado; a ideia do “nunca mais” se sustenta no fato de que sabemos a que nos referimos quando desejamos que isso não se repita. Como instrumento jurídico e como modo de reconstrução do passado, ali onde outras fontes foram destruídas pelos responsáveis, os atos de memória foram uma peça central da transição democrática, apoiados às vezes pelo Estado e, de forma permanente, pelas organizações da sociedade (SARLO, 2007, p. 20).

De acordo com Seligmann-Silva, o testemunho só se faz a partir do dialogismo existente entre aquele que narra e a vontade de escutar. “Sem a nossa vontade de escutar, sem o desejo de também portar aquele testemunho que se escuta, não existe o testemunho. O dialogismo do testemunho o transporta para o campo da pragmática do testemunho” (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 72). Assim, a experiência fundamenta o testemunho como discurso, permite ao sujeito construir sentidos sobre sua lembrança, apesar da “insuficiência da linguagem diante de fatos (inenarráveis) como também – e com um sentido muito mais trágico – a percepção do caráter inimaginável dos mesmos e da sua consequente inverosimilhança” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 46). De acordo com Sarlo,

Não há testemunho sem experiência, mas tampouco há experiência sem narração: a linguagem liberta o aspecto mudo da experiência, redime-a de seu imediatismo ou de seu esquecimento e a transforma no comunicável, isto é, no comum. A narração inscreve a experiência numa temporalidade que não é a de seu acontecer (ameaçado desde seu próprio começo pela passagem do tempo e pelo irrepitível), mas a de sua lembrança. A narração também funda uma temporalidade que a cada repetição e a cada variante torna a se atualizar (SARLO, 2007, p.24 e 25).

Já para Le Goff, a memória é local onde “cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens” (LE GOFF, 1990, p.477). Essa reflexão corrobora com o conceito de testemunho de Jeanne Marie Gagnebin (2006), que entende a retórica testemunhal por meio da transmissão simbólica da

experiência entre indivíduos. A partir da retomada reflexiva de um passado que não deve ser repetido, tal estudiosa pondera sobre a ideia de trauma, o testemunho e o rastro. O testemunho se faz por meio da “impossibilidade de esquecimento”, o qual deve se constituir em constante processo de rememoração, para que a lembrança como forma narrativa chegue ao futuro.

A autora também salienta o fim da narrativa tradicional, isto é, o declínio da transmissão da experiência à coletividade. Uma experiência que está se perdendo devido à incapacidade do narrar, a qual, por sua vez, tem impossibilitado a transmissibilidade de um vivido que deve ser comunicado às gerações futuras. Por conseguinte, é a partir dessa falência que Jeanne Marie problematiza a relação entre memória e história, fazendo uma distinção entre a atividade de comemoração e de rememoração. Para Gagnebin, a comemoração se atrela à celebração de um dever de memória vazio, esvaído de significado ao coletivo, que, por vezes, se relaciona a uma história oficial, enquanto a rememoração implica na busca pelo esquecido, ou seja, o recalcado que não teve direito nem à lembrança, nem às palavras. Nesse sentido, “a rememoração também significa uma atenção precisa ao presente, em particular a estas estranhas ressurgências do passado no presente, pois não se trata somente de não se esquecer do passado, mas também de agir sobre o presente” (GAGNEBIN, 2006, p. 55). Isto é, compreender as leituras e usos que a memória e a história fazem do passado, principalmente quando estas se entrelaçam.

De acordo com o professor Seligmann-Silva (2008), o testemunho está relacionado a uma complexa política de memória, que se vincula ao compromisso entre o trabalho de memória individual e outro construído pela sociedade. De acordo com o pesquisador, “o trauma é caracterizado por ser uma memória de um passado que não passa” (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 69), cuja narrativa possibilita a construção de vínculos entretempos, associados à experiência daquele que viveu o acontecimento e a sociedade. Ao estabelecer uma ponte entre passado, presente e futuro, o testemunho mostra-se uma modalidade da memória, que está entre os “fatos” e as narrativas, sendo elo da história com a experiência. Por conseguinte, o referido autor se interpõe à visão de Sarlo, afirmando que no Brasil ainda não existem excessos de testemunhos e discursos da memória devido às políticas de esquecimento que foram promovidas após o período ditatorial (SELIGMANN-SILVA, 2010).

Enquanto modalidade da memória, o testemunho do trauma tem possibilitado a criação de uma consciência coletiva sobre as ditaduras, suas vítimas e suas sequelas, sendo peça fundamental dos discursos da memória com a realidade. Este debate tem se destacado na América do Sul, onde o testemunho tornou-se os processos de silenciamento/esquecimento que se instalaram, pois “os algozes sempre procuram também apagar as marcas do seu crime.

Esta é uma questão central que assombra o testemunho do sobrevivente em mais de um sentido” (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 75).

2 O MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO

Apesar de ter a exposição como uma forma específica de comunicar, o Memorial da Resistência vem produzindo textos diversos em uma rede de narratividade dentro de seus dispositivos interacionais. Operando a memória, a referida instituição agencia testemunhos ao enquadrar lembranças em uma construção discursiva coesa, capaz de configurar vivências pessoais dentro de uma trajetória coletiva. Sob tais aspectos, este capítulo tem como objetivo apresentar o Memorial da Resistência de São Paulo em sua condição museológica – como entidade que apreende um conjunto de regras e operações, e que se guia sobre uma lógica própria referente à sua institucionalização – e em sua condição comunicacional – sobre a qual

se dispõe a relação da linguagem com a instituição em via de elaboração, isto é, como os dispositivos interacionais são formados, testados e desenvolvidos.

Sob essa ótica, o capítulo tem como objetivo situar o Memorial da Resistência dentro do campo da Museologia e da Comunicação, evidenciando seu papel social e a constituição de seu processo comunicacional a partir de seus dispositivos interacionais. Para fins de entendimento, a presente sessão encontra-se dividida em quatro partes. Uma primeira seção relacionada aos antecedentes históricos do Memorial, em sua trajetória de silenciamento e reapropriação. Um segundo tópico atrelado à condição teórica que alicerça a Nova Museologia, elemento que aporta a *práxis* do Memorial. Uma terceira parte vinculada à condição comunicacional dos museus. E, por fim, um quarto tópico, relacionado às características particulares do processo museológico da referida instituição, com especial ênfase nos seus dispositivos interacionais.

2.1 O Memorial da Resistência de São Paulo: entre a lembrança e o esquecimento.

O Memorial da Resistência de São Paulo é uma instituição de caráter museológico, voltada para a pesquisa, salvaguarda e comunicação de memórias da resistência e repressão política do Brasil republicano. Localizada no centro da principal metrópole brasileira, em meio ao Conjunto Histórico da Luz, tal entidade está situada em parte da antiga sede do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS/SP) - órgão de vigilância, controle e repressão instaurado na Era Vargas, e sistematicamente utilizado durante a Ditadura Civil-Militar. Estabelecido atualmente como espaço consolidação democrática, o Memorial da Resistência é uma instituição vinculada ao contexto da Justiça de Transição¹⁹, sendo um sítio de consciência relacionado a um passado traumático de perseguições, arbítrio e violação de direitos humanos em meio ao terrorismo de estado.

Idealizado em 2007, o Memorial da Resistência é fruto da interrelação de forças dentro de um fluxo histórico específico, compreendido pela expansão dos debates em torno do enfrentamento de um passado de violência institucionalizada. Sua criação está relacionada à vontade governamental e às reivindicações de um grupo de militantes do Fórum Permanente

¹⁹ A Justiça de Transição é conceituada como o conjunto de abordagens, mecanismos e estratégias para enfrentar o legado de violência em massa do passado, definido pela professora de direito Ruti Teitel como a “concepção de justiça associada a períodos de mudança política, caracterizados por respostas no âmbito jurídico, que têm o objetivo de enfrentar os crimes cometidos por regimes opressores do passado” (TEITEL, 2011, p.135). De acordo com Mezarobba (2003), a Justiça de Transição consiste em iniciativas tais como: processar criminosos, estabelecer comissões de verdade, reconciliar sociedades fraturadas; desenvolver programas de reparação para aqueles que foram afetados pela violência estatal; criar iniciativas de memória e lembrança em torno das vítimas; reformar as instituições públicas abusivas (como os serviços de segurança, policial ou militar).

de ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo, que se reuniu em prol da retomada do ambiente carcerário do DEOPS/SP e sua reestruturação em um espaço de reflexão crítica sobre processos sociais vinculados ao binômio repressão/resistência política. Contando com o trabalho de profissionais de diferentes áreas e especialidades, aquele lugar simbólico – que no momento abrigava o Memorial da Liberdade, instituição cultural a qual em nada representava o passado do edifício – foi transformado em local de criação de sentidos relacionados às ideias de democracia e cidadania.



Figura 1 - O prédio ocupado da Estação Pinacoteca / Memorial da Resistência.
Foto: José Patrício, 1995. Acervo MRSP

O Memorial da Resistência ganhou características museológicas em meio ao do deslocamento de sentido sobre seu papel e atuação. Uma mudança instituída a partir da luta de diversos atores sociais, junto a uma atuação estatal, sobre a retomada de um espaço representativo ao processo de repressão política do passado. Sob a direção da Pinacoteca do Estado de São Paulo, um grupo de profissionais de diferentes campos do saber concebeu um novo projeto para um memorial que nada representava o passado de repressão do local. Operando os rastros e vestígios de uma condição traumática, o projeto museológico, então formulado, permitiu que um edifício silenciado fosse transformado em um signo representativo para a memória coletiva ao consolidar sentidos e percepções a partir da comunicação das lembranças subterrâneas as quais clamavam por seu lugar de fala. Assim, a referida instituição tornou-se resultado de três elementos: a reivindicação de um grupo social, o interesse governamental e a intervenção museológica (NEVES, 2011).

O Memorial da Resistência está situado no centro da maior cidade brasileira, em um imponente edifício de cinco andares na Praça General Osório. A construção iniciada no ano de 1906 teve diversas funções ao longo de sua trajetória, sendo projetada pelo escritório de

Francisco de Paula Ramos de Azevedo²⁰ para sediar os armazéns da central da Estrada de Ferro Sorocabana. Foi apropriada como armazém desde sua inauguração em 1914 até a data de conclusão do trecho ferroviário que ligava São Paulo à cidade portuária de Santos, em 1938. Em 1940, no período do Estado Novo, o edifício tornou-se sede da Delegacia Especializada de Explosivos, Armas e Munições, órgão público vinculado ao Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS/SP), passando a acomodar, um ano mais tarde, outras delegacias dessa mesma repartição²¹.

Criado em 1924, o DEOPS/SP funcionou neste edifício entre 1940 e 1983, desde a Era Vargas até o período de abrandamento do regime militar, apenas dois anos antes da retomada do Estado democrático. Contudo, apesar do longo período, poucas são as informações sobre a ocupação do edifício por tal órgão após 1964, pois os documentos iconográficos que retratam seu interior remetem ao momento anterior à Ditadura Civil-Militar. De acordo com Deborah Neves (2014), a provável ocupação está voltada para uma suposta distribuição das delegacias pelos cinco andares do edifício. Entre 1950 e 1970, acredita-se que as repartições estavam alocadas da seguinte maneira:

- 1) Na parte térrea, a leste do edifício, contavam 10 celas – seis no espaço projetado sobre a planta original do prédio e quatro num anexo externo voltado para a ferrovia, construído em data posterior e incerta – e mais uma cozinha;
- 2) No segundo andar, havia a Divisão de Ordem Social e a Delegacia de Explosivos, Armas e Munições, as quais ocupavam 10 salas naquele pavimento. Além da Delegacia de Estrangeiros, até 1969, e uma biblioteca, a qual oferecia cursos de línguas e 3.707 volumes de livros, desativada em 1957 para a alocação “do protocolo, recebimento de carteiras, fichário geral” da Delegacia de Estrangeiros. Também havia um Cartório e a sala de Subchefia dos Investigadores;
- 3) Entre o segundo e o terceiro andar, encontrava-se uma cela exclusiva para presos sigilosos, sobre os quais nenhuma informação poderia ser atribuída, ficando estes sob a tutela do delegado;
- 4) No terceiro pavimento funcionava a Delegacia de Ordem Econômica;
- 5) No quarto andar, havia a copa, o ambulatório, um caixa para pagamento de despesas e um grande banheiro. Aqui também estavam instalados o Gabinete do Delegado Geral do

²⁰ Francisco de Paula Ramos de Azevedo (1851-1928) foi um conhecido arquiteto nascido em Campinas, responsável por diversos edifícios públicos da cidade de São Paulo entre os séculos XIX e XX, em meio ao período áureo do desenvolvimento da economia cafeeira de São Paulo.

²¹ Apesar de não haver muitas informações sobre as modificações provocadas pelas diversas ocupações do edifício, no período de ocupação do DEOPS/SP, isto é, entre 1940 a 1990, restaram-se seis celas e um corredor para banho de sol, com grafites, além de quatro solitárias construídas externamente ao edifício.

DEOPS, a Delegacia de Ordem Política, a Sala de Policiamento, o laboratório Fotográfico e o “centro de Estudos”, local visto como uma sala de reuniões. Sobre este andar há referências orais sobre uma sala de tortura;

- 6) No quinto pavimento, encontravam-se uma sala isolada de escutas clandestinas do Serviço Secreto e o Depósito de Armas.

O edifício foi desocupado pelo DEOPS/SP em 1983. Entretanto, o prédio continuou vinculado à área de segurança pública, sendo sede da Delegacia de Defesa do Consumidor (DECON) até 1998, quando foi transferido da Secretaria de Justiça e da Defesa da Cidadania para a Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo. A transferência ocorreu em função da comemoração do aniversário da Lei da Anistia – acordo ambíguo que permitiu perdão aos perpetradores da violência de seus crimes, liberando, simultaneamente, perseguidos políticos do cerco estatal. Vale destacar que a referida mudança foi conduzida em boa parte por Belisário dos Santos Júnior, então secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania do Governo do Estado de São Paulo. No passado, Belisário foi advogado de perseguidos e presos políticos do regime militar. Sua atuação de militância pelos direitos humanos reverberou na sua função política, possibilitando uma nova destinação ao edifício assim que assumiu o cargo (ALMEIDA, 2004).

Em 1999, o conjunto arquitetônico da Estação Sorocabana foi tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat). Com a transferência de gestão, o edifício foi destinado para projetos de revitalização do centro da cidade, tornando-se, em razão de sua localização, objeto de disputa de diferentes propostas de ocupação (NEVES, 2011). Dentre as possibilidades elencadas, havia a sugestão de uma escola de teatro, uma escola superior em música, o Memorial do Cárcere e o Museu do Imaginário do Povo Brasileiro. Apesar das indefinições, também havia um pensamento concreto para criação de um memorial vinculado à história da repressão política no antigo espaço carcerário do DEOPS/SP.

Apesar do registro patrimonial de 1999, o primeiro pedido de tombamento ocorreu décadas antes, em 1976²², enquanto sugestão de Carlos Lemos, então diretor técnico do Condephaat. Estabelecido no centro da cidade de São Paulo, o edifício era visto pela sua importância histórica, sua localização privilegiada e seu valor arquitetônico, sendo parte do conjunto ferroviário das antigas estações Sorocabana e Luz. Não obstante essa condição, a sua

²² Processo nº 20 159/1976, Condephaat.

utilização pelo DEOPS/SP impediu o movimento de tombamento, gerando processos separados para cada estação. Após diversas tentativas negadas de vistoria, assim como de levantamento arquitetônico, em 1981, o referido processo foi definitivamente arquivado. Em 1986, um novo pedido de tombamento²³ foi feito por conta da patrimonialização do traçado urbano e de um conjunto de imóveis do bairro Campos Elíseos. Contudo, seu tombamento foi consumado apenas após o fim do conflito de interesses entre diferentes órgãos estatais em 1999, e somente sobre a fachada do prédio²⁴ (NEVES, 2014).

Por conseguinte, a revitalização do edifício do antigo prédio do DEOPS está relacionada a um conjunto de questões, que perpassam a restituição de uma área vista como insegura no centro da cidade de São Paulo e a revalorização histórico-cultural de um importante edifício no traçado da cidade. No que tange a transformação do prédio em equipamento cultural, tal condição se faz a partir da sua localização e entorno. Além de se situar na região central, em meio ao coração da cidade, à sua volta encontram-se a Pinacoteca de São Paulo – espaço museológico dedicado às artes visuais, com ênfase na produção brasileira do século XIX até a contemporaneidade – tal como o Museu da Língua Portuguesa; o complexo arquitetônico da Estação da Luz – local de referência à chegada de imigrantes no início do século XX; bem como a Sala São Paulo – espaço para concertos, apresentações sinfônicas, dentre outros espetáculos musicais.

Vale ressaltar que este conjunto de atrativos culturais convive lado a lado com graves problemas sociais, sendo em boa parte intencionados enquanto elementos de revitalização de um espaço visto como inseguro. Simultaneamente, a localização e a facilidade de acesso foram fatores que impulsionaram a ressignificação do lugar a partir do campo da cultura. Contudo, deve-se ater que a decisão de transformar o antigo prédio do DEOPS/SP em um espaço cultural não está relacionada apenas ao próprio território que o circunscreve, mas, também, ao silenciamento de um local de tortura e repressão, em uma forma ardilosa de apagamento dos vestígios do trauma, ou seja, um esquecimento via revitalização, em um tombamento que só privilegiou a fachada, a partir de uma reforma que não manteve as características internas do órgão que ali esteve durante 43 anos. Além disso, mesmo com a implantação de um Memorial relacionado à repressão política, a maior parte do edifício, a qual era em sua completude o DEOPS/SP, acabou por se destinar a outra instituição.

A transferência do prédio do DEOPS/SP para a Secretaria de Patrimônio do Estado foi marcada pela encenação de uma peça teatral, tal como por uma exposição em comemoração à

²³ Processo nº 24 506/1986, Condephaat.

²⁴ Processo nº 38 685/1999, Condephaat.

data de abrandamento da ditadura no Brasil. Em homenagem aos vinte anos da Lei da Anistia de 1979, criou-se, na área térrea do edifício, a exposição temporária “Anistia 20 anos”²⁵ e a apresentação da peça teatral “Lembrar é resistir”²⁶. Por sua vez, três anos mais tarde, em janeiro de 2002, já com a fachada totalmente restaurada, o governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, assinou, em meio a uma solenidade, o decreto de criação do Museu do Imaginário do Povo Brasileiro (nunca implantado) e o Memorial do Cárcere²⁷ na antiga área carcerária do DEOPS/SP. Voltado à temática da ditadura, o referido memorial tinha como atribuição “estimular o exercício da cidadania e seus valores democráticos, por meio de mostras, exposições e outras manifestações artísticas e culturais”.

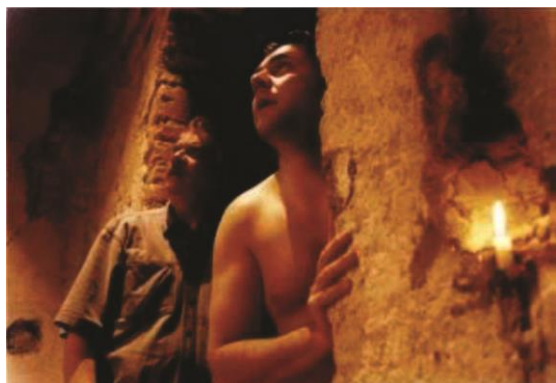


Figura 2 - Peça “Lembrar é Resistir”.
Foto: Ricardo Migliorini. Acervo Analy Alvarez



Figura 3 - Interior de uma das celas durante a reforma, provavelmente entre 2000 e 2001. Foto: Fernando Braga. Acervo: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

O Memorial do Cárcere não existiu por muito tempo, sendo revogado após seis meses de sua criação e substituído em julho do mesmo ano pelo Memorial da Liberdade²⁸ – instituição que, aparentemente, apresentava os mesmos objetivos que a anterior. Apesar de prefigurar como uma simples mudança de nome, o decreto de criação do Memorial do Cárcere considerava em sua proposta a “importância da preservação de símbolos da resistência à repressão e da difusão dos ideais de liberdade”, aspectos não mencionados no documento de criação do Memorial da Liberdade. De acordo com o referido decreto, o segundo memorial não tinha como fundamento a preservação dos símbolos da resistência, fato

²⁵ A exposição “Anistia 20 anos” foi realizada entre 29 de agosto a 26 de setembro de 1999, no térreo do edifício, com apoio do Arquivo Público do Estado, da Secretaria de Estado da Cultura e da Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania.

²⁶ Segundo Almeida (2004) e Neves (2011), a peça “Lembrar é Resistir” esteve em cartaz em São Paulo, entre 19 de setembro de 1999 a 17 de dezembro de 2000, sendo assistida por mais de 20 mil pessoas. Foi escrita por Izaías Almada e Analy Alvarez, dirigida por Silnei Siqueira e produzida pela Secretaria de Estado da Cultura. O elenco contou com atores profissionais e com ex-presos políticos.

²⁷ Decreto N° 46.508, de 21 de janeiro de 2002.

²⁸ Decreto N° 46.900, de 05 de julho de 2002.

que gera questionamentos sobre a intencionalidade da revogação do Memorial do Cárcere e sua posterior substituição pelo chamado Memorial da Liberdade.



Figura 4 - Cella antes da reforma.
Foto: Acervo Arquivo do Estado de São Paulo, 1999.



Figura 5 - Banheiro da cela no início das reformas.
Foto: Acervo Arquivo do Estado de São Paulo, por volta dos anos 2000.



Figura 6 - Cella após reforma.
Foto: Acervo MRSP, s/d.

Com a finalização da reforma, o edifício passou a abrigar suas primeiras exposições, sendo inaugurado no dia 04 de julho de 2002. A abertura do prédio contou com três exposições sob a coordenação do Arquivo Público do Estado. Entre elas: 1) no segundo pavimento, a instalação “Intolerância” de Siron Franco, na qual centenas de bonecos sem cabeças ocupavam uma ampla sala, e se acumulavam diante de uma janela, referência a uma tentativa de fuga; 2) ainda no segundo pavimento, a exposição “Cidadania: 200 anos da Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão”, com litografias de Maria Bonomi, Paulo Caruso, Antônio Henrique Amaral, Aldemir Martins entre outros; 3) no quarto andar, local onde deveria constar o Museu Imaginário, encontrava-se a mostra “Cotidiano Vigiado – Repressão, Resistência e Liberdade nos arquivos do DEOPS 1924-1983”, coordenada pela Professora Maria Luiza Tucci Carneiro. Simultaneamente, o espaço térreo destinado ao Memorial da Liberdade contava com computadores que permitiam consultar parte da documentação do DEOPS/SP, já digitalizada pelo Projeto Integrado Arquivo do Estado / Universidade de São Paulo – PROIN (NEVES, 2014).

Em 2005, uma nova exposição é inaugurada na área do Memorial: “Caderno de Notas – Vlado, 30 anos”, organizada pelo Sindicato dos Jornalistas no Estado de São Paulo, com curadoria de Radha Abramo. Um ano mais tarde, em 2006, o PROIN organiza a mostra intitulada “Vozes Silenciadas – fragmentos da memória”, apresentada em comemoração aos dez anos de pesquisas do projeto junto ao acervo do DEOPS/SP. Foi também nesse ano que o Memorial da Liberdade, até então vinculado ao Arquivo Público do Estado de São Paulo, teve sua administração transferida para a Pinacoteca do Estado de São Paulo, que já ocupava a

maior parte do espaço do edifício desde 2004²⁹. Por conseguinte, a exposição inaugurada em 2005 ficou aberta até novembro de 2008, sendo desmontada para dar lugar à readequação da exposição de longa duração do Memorial da Resistência (NEVES, 2014).

Ainda que o Memorial da Liberdade tenha sido aparentemente construído com o objetivo de transformar o local de cárcere em um espaço de promoção dos direitos humanos, estimulando “o exercício da cidadania e seus valores democráticos, por meio de mostras, exposições, formação de acervo, seminários, publicações e outras manifestações artísticas e culturais”, a instituição acabou tornando-se um verdadeiro espaço de silenciamento. De acordo com Kátia Filipina Neves (2011), ex-diretora do Memorial da Resistência, a revitalização do local tinha como única preocupação o conforto dos visitantes: pintura nas paredes com predomínio do cinza escuro, instalação de banheiros no corredor, aparelhos de ar condicionado, elementos de iluminação. Em nenhum momento, buscou-se a preservação da memória presente na materialidade do espaço. Inclusive, o arquiteto responsável pela reforma, Haron Cohen, procurou propositalmente eliminar as lembranças da repressão. Condição evidente no trecho do jornal O Estado de S. Paulo, de 03 julho de 2002, citado logo abaixo:

Em 2000, a fachada foi restaurada. Em 2001, o arquiteto Haron Cohen iniciou a transformação do prédio em um museu. Amanhã à noite, o governador Geraldo Alckmin entrega a obra pronta. É lá que o secretário de Cultura Marcos Mendonça, espera montar o Museu do Imaginário do Povo Brasileiro até o fim do ano. [...] A ideia, diz o secretário, é usar o espaço para celebrar a liberdade, por meio de exposições. Cohen diz que procurou eliminar lembranças da repressão. Mendonça, que tem ficha no Dops, afirma que sempre sonhou em fazer do prédio um “espaço de felicidade” (*apud* NEVES, 2014, p. 147).

A descaracterização do espaço não se atrela apenas à reforma do edifício, uma vez que lá funcionou outra repartição pública, entretanto, é fato que o Governo do Estado de São Paulo possibilitou, a partir de uma revitalização asséptica, o apagamento dos vestígios do cárcere, artificializando o espaço por meio de uma suposta exploração educativa. A destruição das celas do fundo, entre outras partes da carceragem, silenciou a materialidade do lugar, apagando os vestígios deixados pela repressão. Por conseguinte, a degradação física do prédio, somada a um trabalho de arquitetura normal, proporcionou a destruição de duas celas do interior, quatro solitárias ao fundo e os escritos das paredes. Uma reforma sem nenhum tipo de suporte museológico, que acabou por transformar o local em um simples espaço de atividades culturais capaz de conter exposições e outras manifestações artísticas. Nesse

²⁹ A Pinacoteca do Estado São Paulo assumiu a gestão do prédio em 2004, quando instalou a Estação Pinacoteca para o desenvolvimento de atividades museológicas no campo das artes visuais, mais a Biblioteca Walter Wey, o Centro de Documentação e Memória, e o Auditório Vitae.

sentido, a “liberdade” chegou a um local descaracterizado da tortura, escondendo (e tentando apagar) a memória presente na materialidade (OLIVEIRA; COELHO, 2014).

A reforma do prédio e a constituição do Memorial da Liberdade são resultantes de políticas do governo estadual. Apesar da iniciativa estatal de assinalar o passado de repressão política por meio de exposições pontuais, tais decisões também permitiram o silenciamento das marcas da repressão do edifício. A reforma fez desaparecer todas as solitárias, mais duas celas coletivas da carceragem do presídio do DEOPS/SP. As celas que restaram perderam os banheiros e as inscrições feitas pelos presos nas paredes e portas foram raspadas (FECHER, 2015). Todo o local recebeu uma nova pintura, em uma espécie de maquiagem, apagando as referências deixadas pela resistência de militantes que nunca aceitaram a opressão. Segundo Maria Amélia Telles³⁰, ex-militante presa no DEOPS:

[o prédio após a reforma] está avacalhado, porque fizeram um prédio como se fosse um hotel cinco estrelas. [...] Podiam ter restaurado, melhorado o ambiente, mas certas características deviam ser preservadas. Eu acho que aquilo ali tinha quer ser o Memorial do Cárcere, não o Memorial da Liberdade como puseram o nome. Não significa liberdade, aquele espaço nunca vai significar liberdade. Vai significar repressão política (ALMEIDA, 2004, p. 84).

Neves (2014) assinala que a Secretaria de Cultura, o arquiteto Haron Cohen e membros do Condephaat afirmavam que no local não havia mais nada que restasse da década de 1970. Entretanto, ainda de acordo com a pesquisadora, o acervo fotográfico do Arquivo do Estado de São Paulo, tal como os depoimentos de ex-presos políticos, confrontam essa versão. Partindo dessa contradição sobre o processo de reforma, há de se lançar alguns questionamentos sobre o fim do Memorial do Cárcere. Seria a mudança para o Memorial da Liberdade mais que uma simples modificação de nomenclatura? Seria o decreto de criação do Memorial da Liberdade um acompanhamento jurídico sobre as ações de apagamento das memórias do espaço prisional do DEOPS/SP? Seria a mudança de nome uma estratégia para evitar críticas e rechaço de uma reforma mal estruturada ou um movimento para instauração de uma memória manipulada? Certamente, são questões sem respostas que, provavelmente, ficarão em aberto.

³⁰ Maria Amélia de Almeida Telles foi militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), presa diversas vezes no período de repressão militar.



Figura 7 - Interior das celas do DEOPS, com quatro datas distintas: 1961, 1978, 1979, 1981. Foto: Fernando Braga. Acervo Arquivo Público do Estado de São Paulo.

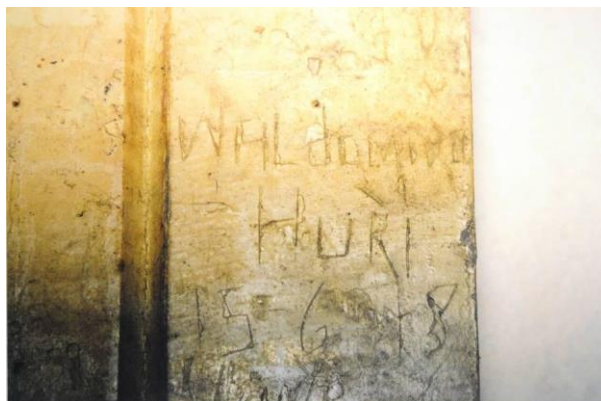


Figura 8 - Interior das celas do DEOPS, com a data de 1978. Foto: Fernando Braga. Acervo Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Por sua vez, o Memorial da Liberdade funcionou até 2007, quando uma nova percepção foi lançada sobre o espaço. Foi nesse período que um grupo de militantes do Fórum Permanente de ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo direcionaram seu olhar para tal instituição, reivindicando sua reformulação. Assim, a fim de buscar uma aproximação com o Governo do Estado de São Paulo, alguns militantes do Fórum, em especial Ivan Seixas, Maurice Politi e Raphael Martinelli³¹, começaram a requisitar modificações sobre o local junto à Secretaria de Cultura, a qual aceitou as demandas sociais sobre o antigo espaço carcerário do DEOPS/SP. Essas solicitações transformaram o Memorial da Liberdade em um verdadeiro local de reflexão, isto é, em um lugar de memória firmado no “diálogo com aqueles que aqui partilharam experiências, conviveram momentos dramáticos e, por resistirem, garantiram a possibilidade de, hoje, esse espaço encontrar um novo destino” (ARAÚJO, 2009, p. 83).

É necessário sublinhar que o processo de criação do Memorial da Resistência ocorreu em comunhão ao novo contexto sociopolítico do país. O Memorial se instituiu simultaneamente ao aumento de discussões sobre a Justiça de Transição no Brasil. Sua criação está atrelada a um período edificante, em meio à mudança de rumos sobre os movimentos de reparação em torno do trauma infringido pelo regime militar. Momento de formalização dos trabalhos da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos com o lançamento do livro “Direito à memória e à verdade” – obra vista como o primeiro documento oficial do Estado Brasileiro, responsabilizando-se sobre crimes de violência estatal. Essa época levantou questionamentos jurídicos ao Governo, dentro e fora do país, sobre suas leis e ações de reparação promovidas pelo Estado, assim, formou-se um período de

³¹ Ex-presos políticos e participantes do Fórum Permanente dos Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo.

debates sobre a adoção de medidas necessárias para a constituição de uma Comissão da Verdade (MEZAROBBA, 2010).

Nesse sentido, não é por acaso que Maurice Politi (2017) afirma, em entrevista, que o Memorial da Resistência foi criado a partir de uma convergência de fatores: um momento propício de reparação simbólica em nível nacional; a reivindicação do Fórum de Ex-Presos; os interesses políticos do presente, tanto na esfera estadual quanto na federal; e a ajuda de agentes públicos da Pinacoteca do Estado de São Paulo, em especial Marcelo Araújo, diretor da instituição em tal período. Desse modo, um deslocamento de sentido se fez sobre o Memorial da Liberdade, marcando a instauração de uma parceria entre Estado e membros da sociedade civil organizada, via Fórum Permanente de Ex-Presos Políticos de São Paulo. Apesar da constituição do Memorial ser uma requisição do Fórum de Ex-Presos Políticos, hoje, é o Núcleo de Memória que se personifica na instituição, o qual age em parceria com o museu.

A nova fase do antigo Memorial da Liberdade foi marcada pelo apoio da Pinacoteca do Estado, que havia se tornado gestora do local. A referida instituição comprou a causa dos ex-presos políticos e solicitou um novo modelo museológico no âmbito do Projeto Integrado Arquivo do Estado de São Paulo / Universidade de São Paulo. O “Projeto de Ocupação do Memorial da Liberdade” – então formulado por uma equipe interdisciplinar formada pela museóloga Maria Cristina Oliveira Bruno (Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo), pela historiadora Maria Luiza Tucci Carneiro (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – FFLCH/USP) e pela educadora Gabriela Aidar (Pinacoteca do Estado de São Paulo) – foi entregue em agosto de 2007, sendo aprovado no ano seguinte pela Secretaria de Estado da Cultura e pelo Governo do Estado de São Paulo.

Por conseguinte, o programa museológico de ocupação definiu algumas características básicas em virtude da trajetória do edifício, inclusive a atual, já que este abriga a Estação Pinacoteca. Entre tais características estão: a) evidenciar os vetores de memória de uma instituição de controle do exercício da cidadania, a partir da musealização dos espaços da repressão e da resistência, como expressões do Estado Moderno; b) difundir a importância da preservação dos vestígios da memória, a partir da pesquisa, salvaguarda e comunicação das fontes e indicadores desta herança patrimonial; c) problematizar os distintos caminhos da memória da repressão e da resistência, enfatizando as estratégias de controle de um Estado Republicano e tendo como referência a ação do DEOPS no estado de São Paulo, a partir dos seguintes segmentos: memórias silenciadas/apagadas/destruídas/exiladas, além de pesquisar

sobre a construção da memória e atualizar as questões relativas à repressão e resistência para os dias atuais (BRUNO; CARNEIRO; AIDAR, 2009).

Em consequência, no dia 01 de maio de 2008, o antigo Memorial da Liberdade começou seu movimento transformação, gerando a exposição “Direito à Memória e à Verdade: a Ditadura no Brasil 1964-1985”³². Baseado nos aspectos teóricos da sociomuseologia³³, o ainda Memorial da Liberdade passou a amplificar seu potencial de pesquisa, preservação e comunicação, objetivando a criação de sentidos sobre a democracia a partir da contraposição de significados entre as ideias de repressão e de resistência. Para tal, o programa museológico transformou a memória em fonte de pesquisa ao articular testemunhos ao acervo documental presente no Arquivo Público de São Paulo. Memórias subterrâneas, até então silenciadas, passaram ecoar pela instituição, permitindo que aquele espaço fosse transformado em um lugar de “reflexão e promoção de ações que contribuíssem para o exercício da cidadania, para o aprimoramento da democracia e da conscientização sobre a importância do respeito aos direitos humanos” (NEVES, 2011, p. 86).

O Memorial da Resistência de São Paulo foi oficialmente inaugurado em 24 de janeiro de 2009, instituindo-se enquanto dispositivo de mediação entre temporalidades, apto a agenciar trajetórias individuais e coletivas em uma operação mimética sobre a democracia. Inserida entre a lembrança e o esquecimento, a dita instituição é fruto de contexto de disputa social em torno do passado, sendo um instrumento de representação capaz de criar outra versão para a história – uma narrativa por meio da ótica da resistência – e possibilitando a reinterpretação de sentidos a partir de determinados grupos sociais do presente. Uma instituição de memória instituída para reconstruir o tempo de outrora a partir da seleção e preservação de testemunhos representativos ao processo de repressão política ocorrida durante o Brasil republicano.

A partir da apreensão de uma potencialidade interlocutora única, o Memorial da Resistência interliga passado, presente e futuro por meio de representações sociais. Em sua relação com o passado, torna-se local de reparação ética, política e moral das vítimas de um recorte histórico conturbado, oferecendo o direito à memória e à verdade aos indivíduos que foram silenciados em meio ao ocultamento do trauma. É uma instituição capaz de ressignificar restos, rastros e vestígios que foram apagados por conta dos ditos e o não-ditos

³² Exposição de curta duração concebida pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e realizada pela Pinacoteca do Estado.

³³ A sociomuseologia é um tipo de abordagem interdisciplinar relacionada ao entendimento dos museus como instrumentos de transformação social, por meio do fomento de práticas reflexivas sobre o patrimônio cultural e a realidade da sociedade.

das políticas estatais. Em sua relação com o presente, tal instituição tem se inserido em processos de conscientização sobre o papel da resistência no cotidiano. No que tange o futuro, é visto como um local de criação de sentidos por meio da relação entre a narrativa e a experiência, em uma transformação de porvir que se aproxima.

O processo de retomada e ressignificação do Memorial da Resistência transformou o museu em um operador temporal que cria sentidos a partir da experiência social. Sua trajetória mostra sua condição de operador mimético, sendo uma instituição inserida na condição contemporânea dos discursos da memória. Enquanto lugar social (CERTEAU, 2002), tal instituição opera a memória dentro de uma construção histórica problematizada, costurando temporalidades em meio a um processo comunicacional capaz de produzir sentidos por meio da experiência. Nessa ótica, o Memorial pode ser visto em uma condição narrativizante devido à sua capacidade de criar significados desde o vivido, possuindo, para além da autoridade do tempo e do espaço, a validade da informação contextualizada em uma escrita historiográfica.

Por conseguinte, entende-se que o Memorial da Resistência é mais que um museu, uma vez que se constitui enquanto instituição multifacetada, a qual permite várias considerações: como um lugar de memória, um espaço público e uma instituição de partilha de sentidos. Considera-se um lugar de memória, tal como previsto por Nora (1993), pois a instituição é imbuída de valor material, simbólico e funcional, capaz de articular passado, presente e futuro a partir do processo de enquadramento e construção da memória coletiva. Como um espaço público, insere-se em uma relação de poder, na qual o testemunho torna-se base para um movimento simbólico de reparação do trauma, ecoando vozes silenciadas em sua proposta do não esquecimento. Já, como um lugar de produção de sentidos, é capaz de articular testemunhos dentro de uma rede de significação. Em suma, um lugar onde se partilha experiências por meio de novas experiências, construindo, assim, significados sobre o mundo ao redor.

2.2 O museu como dispositivo a serviço da sociedade

Enquanto campo prático, a museologia tem uma longa história, remetendo às primeiras experiências humanas sobre o colecionismo, prática inerente à preservação e exibição de objetos a partir da atribuição simbólica de valores e significados. Contudo, apesar de ser reconhecido há tempos por uma *práxis*, tal campo possui uma jovem formulação teórica e científica, iniciada há pouco mais de um século, encontrando-se ainda em processo

de conformação (ARAÚJO, 2012). Segundo Peter von Mensch (*apud* CURY, 2005b, p. 366), a teoria museológica se divide em cinco partes: o estudo da finalidade e organização dos museus; as atividades de preservação dos bens culturais; dos objetos do museu; da musealidade; e da relação específica do homem com a realidade. Desta última abordagem surgiu o conceito de museologia adotado internacionalmente: a ciência que estuda o fato museal, ou seja, a “relação profunda entre o Homem, sujeito que conhece, e o Objeto, parte da realidade à qual o Homem também pertence e sobre o qual tem o poder de agir, relação esta que se processa num cenário institucionalizado, o museu” (GUARNIERE, 1990, p. 07).

Remetendo à formação dos primeiros museus modernos, o termo Museologia foi cunhado no século XIX, enquanto campo de estudo voltado para o conjunto de práticas e técnicas aplicadas junto aos acervos salvaguardados pelos museus. Vinculados ao processo de organização e conservação das coleções, os estudos teóricos da área possuíam caráter profissionalizante, pois eram voltados para a formação de mão de obra qualificada que pudesse desempenhar as atividades rotineiras das instituições museológicas. Ligados à concepção do Estado Nação, os museus do século XIX participavam dos ideais modernos de progresso e civilização inerentes ao período, alinhando-se, ao mesmo tempo, a uma forma positivista de produção de conhecimento. Assim, a constituição científica do campo acabou entrelaçada a uma concepção tradicional de museu, enquanto espaço edificado e centrado no tratamento e na organização das grandes coleções.

Apesar de tecnicista e patrimonialista, o século XIX abriu caminho para a construção de um campo específico dedicado aos museus, enfatizando o estabelecimento de rotinas para sua funcionalidade e atuando em meio a uma construção tecnicista de conhecimento, voltada para os processos de conservação e exposição de objetos. Desse modo, associações profissionais foram criadas ao possibilitar o aprofundamento das atividades formativas na área, seja em meio a análises específicas aos museus ou oriundas de diferentes disciplinas científicas, consolidando questões gerais e inerentes do campo. Por conseguinte, a construção de um saber próprio aos museus permitiu, em um segundo momento, a possibilidade de novas considerações metodológicas, marcando o início de uma série de reflexões críticas e construções científicas sobre o papel das instituições museológicas no século seguinte.

No século XX, um novo modelo de museu foi se delineando a partir da ideia de democratização das coleções, quando tais instituições deixaram de ser vistas como instrumentos a serviço de uma elite intelectualizada para se constituir enquanto locais privilegiados de educação. Deixando de centrar nas ações de conservação do acervo, novas construções teóricas foram estabelecidas e alguns posicionamentos conceituais foram

tomados, possibilitando a ampliação do debate sobre a função dos museus. O impacto desse pensamento foi determinante no processo de cientificidade da museologia ao gerar uma mudança de paradigma nas instituições museológicas em meados do século XX. Ampliando ainda mais os horizontes da museologia, em 1946, após a Segunda Guerra Mundial, ocorre a fundação do Conselho Internacional de Museus (ICOM), organização vinculada à Organização Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas (UNESCO), o qual busca estabelecer as teorias e conceitos que alimentam a práxis museal (CURY, 2005b).

Ao conduzir o processo de transformação, os museólogos Georges Henri Rivière e Hugues de Varine, os primeiros presidentes do Conselho Internacional de Museus (ICOM), construíram o suporte inicial para a revolução conceitual da museologia contemporânea, teorizando sobre o papel de tais instituições dentro da sociedade. Sob a presidência de Rivière, o ICOM promoveu, em 1952, o “I Seminário Internacional da UNESCO” e o “I Seminário Regional da UNESCO”, intitulado de “O papel educativo dos Museus”, nos Estados Unidos, a fim de discutir a função educativa dos Museus. Considerando o museu como um local privilegiado de educação, o referido seminário possibilitou a ressignificação do papel das instituições museológicas ao abrir caminho para uma mudança sobre a funcionalidade das exposições e da museografia. De acordo com Rivière, o sucesso das instituições museológicas não se atrela ao quantitativo de público, nem ao número de objetos salvaguardados, mas à capacidade educacional de tais instituições (DUARTE, 2013). O trabalho pioneiro de Rivieri se traduz na percepção da linguagem museográfica como uma instância comunicacional, em caráter educativo, a qual recusa o simples deleite visual do visitante sobre o acervo exposto.

Por sua vez, a década de 60 instaurou novos olhares sobre o papel dos museus na sociedade ao trazer inovações aos processos expositivos e educacionais, sinalizando um novo caminho para as instituições museológicas. A mudança de foco nos projetos museográficos e a conseqüente abertura dos museus para a sociedade proporcionaram o desenvolvimento do debate conceitual na década seguinte, produzindo outros questionamentos sobre a função sociocultural das instituições museológicas. Nesse cenário, novas propostas foram surgindo, como o conceito de ecomuseu, elaborado por Hugues de Varine-Bohan, então Diretor do ICOM, em 1971, na cidade de Grenoble, no contexto da IX Conferência Geral de Museus. Ao reconhecer as dimensões sociais da museologia, Varine apresentou a ideia de um museu integral, propondo os museus como agentes de transformação do entorno social e proporcionando o desenvolvimento da comunidade que o abriga (DUARTE, 2013).

A criação do ICOM gerou alguns encontros internacionais que se tornaram referentes ao processo de desenvolvimento teórico da museologia e, conseqüentemente, das ações nos

museus. Permitindo novas concepções conceituais, a ideia do museu integral ganhou consistência em 1972, com a Mesa Redonda de Santiago do Chile, conferência do ICOM, promovida para debater o papel dos museus na América Latina. Por conseguinte, o referido encontro delineou as atuais bases conceituais da museologia ao propor uma aproximação dos museus com a sociedade. Baseado na interdisciplinaridade, “o Museu Integral deve proporcionar à comunidade uma visão de conjunto de seu meio material e cultural. Com este novo conceito de museu, a instituição passa a ser entendida enquanto instrumento de mudança social” (PRIMO, 1999, p. 10). Nessa perspectiva, a Mesa Redonda de Santiago do Chile veio a afirmar que

[...] o museu é uma instituição a serviço da sociedade, da qual é parte integrante e que possui nele mesmo os elementos que lhe permitem participar na formação da consciência das comunidades que ele serve; que ele pode contribuir para o engajamento destas comunidades na ação, situando suas atividades em um quadro histórico que permita esclarecer os problemas atuais, isto é, ligando o passado ao presente, engajando-se nas mudanças de estrutura em curso e provocando outras mudanças no interior de suas respectivas realidades nacionais (ICOM, 1972).

O encontro de Santiago pode ser considerado como a primeira reunião voltada para o papel do museu na sociedade e para a interdisciplinaridade no contexto museológico, no qual “preservar é substituído pelo apropriar-se e reapropriar-se do patrimônio cultural” (DUARTE, 2013, p. 111). Por sua vez, a Mesa Redonda de Santiago tornou-se referencial para o desenvolvimento do processo de construção das bases conceituais da museologia, tal como da mudança de paradigma sobre a função do Museu. Foi a partir de 1972 que a museologia passou a ser entendida como o campo de estudo da relação do homem com a realidade, e o museu como instrumento e agente de transformação social (PRIMO, 1999). Nessa mesma década, o ICOM criou, em 1976, o Comitê Internacional de Museologia (ICOFOM), considerado o maior fórum de discussão sobre teoria museológica (CURY, 2005b). Como resultante desse processo, a década de 70 imprimiu as bases da abordagem interdisciplinar da chamada sociomuseologia, a qual permitiu o entendimento dos museus como instrumentos de desenvolvimento e transformação social, fomentando práticas reflexivas sobre o patrimônio cultural e a realidade social.

As bases teóricas construídas nas décadas de 60 e 70, somadas às experiências realizadas a partir da ideia de museu integral, possibilitaram, nos anos 80, a solidificação da Nova Museologia. Por sua vez, a Nova Museologia é um movimento renovador, de caráter teórico e metodológico, fundamental para o entendimento dos museus na atualidade. Tal expressão está relacionada à construção de reflexões críticas e epistemológicas sobre as práticas museológicas, como, também, pela completa transformação dos museus em

instituições a serviço da sociedade. A Nova Museologia tem influenciado amplamente na execução dos processos museológicos, enfatizando o caráter contestador, transformador e, principalmente, interdisciplinar dos museus pelo mundo. Simultaneamente, tem chamado a atenção para as metodologias adotadas, as quais deveriam tirar o enfoque dos objetos e coleções, passando a utilizar o patrimônio cultural salvaguardado em prol da sociedade.

Ao propiciar outra leva de discussões sobre a relação do homem com seu patrimônio cultural, em 1984, o ICOM promoveu em Quebec, no Canadá, o I Atelier Internacional “Ecomuseus, Nova Museologia”, reunindo “parte dos membros do ICOM que defendiam o reconhecimento internacional e a promoção de novas formas museais” (DUARTE, 2013, p.109). Por sua vez, esse encontro resultou no documento internacional conhecido como Declaração do Quebec, o qual buscou aprofundar a relação entre museu e sociedade, reforçando a ideia de que os museus devem ultrapassar suas funções tradicionais e enfatizando uma Museologia exercida “dentro de um território, trabalhando o patrimônio cultural com uma comunidade participativa” (PRIMO, 1999, p.23). Sob tal aspecto, o encontro no Canadá ampliou o campo de atuação dos museus ao deslocar o enfoque da relação homem-objeto-museu para a tríade sociedade-patrimônio-território.

A Declaração de Quebec reafirmou o movimento iniciado em 1972, a partir da Carta de Santiago, destacando a importância dos museus e opondo-se a uma museologia tradicional, centrada nas coleções, a uma nova museologia, voltada para a transformação social. Nesse encontro, manteve-se “a ideia de museu e patrimônio como um instrumento a serviço do desenvolvimento do homem e da sociedade” (CURY, 2005b, p.62). O resultado prático desses movimentos é a solidificação da Nova Museologia, “uma designação elaborada para exatamente traduzir a viragem teórica e reflexiva concretizada – ou tida como ainda necessário promover – na museologia contemporânea” (PRIMO, 1999). Devido ao encontro em Quebec, criou-se em 1985, na cidade de Lisboa, uma federação internacional de nova museologia, a qual recebeu o nome de Movimento Internacional para a Nova Museologia (MINOM), posteriormente, reconhecido pelo ICOM como uma organização afiliada (SANTOS, 2002).

Na década de 90, um novo encontro se fez na cidade de Caracas, na Venezuela, em 1992, por meio do seminário “A Missão dos Museus na América Latina Hoje: Novos Desafios”. O encontro de Caracas veio analisar a situação dos museus na América Latina ao evidenciar as instituições museológicas como instâncias de conscientização da população sobre a realidade, resultando na construção de um documento oficial sobre seu caráter comunicacional e dialógico dos museus, e redefinindo o conceito de museu integral,

trabalhado na Mesa Redonda de Santiago, para o conceito de museu integrado à comunidade. Pragmaticamente, a Declaração de Caracas tangenciou os museus a partir da sua relação com a Comunicação, o Patrimônio, a Liderança, a Gestão e os Recursos Humanos. No que tange a comunicação, tal declaração observou a importância dos museus como instituições a serviço da interação entre a sociedade e os processos e produtos culturais, sendo instâncias “para a participação do público na construção e reconstrução permanente dos processos culturais, agente este integrado e integrador” (CURY, 2005b, p. 62). Ao evidenciar os museus como dispositivos interacionais, a Declaração de Caracas afirmou que as instituições museológicas são:

[...] um meio de comunicação que transmite mensagens através da linguagem específica das exposições, na articulação de objectos-signos, de significados, ideias e emoções, produzindo discursos sobre a cultura, a vida e a natureza; que esta linguagem não é verbal, mas ampla e total, mais próxima da percepção da realidade e das capacidades perceptivas de todos os indivíduos; que como signos da linguagem museológica, os objectos não têm valor em si mesmos, mas representam valores e significados nas diferentes linguagens culturais em que se encontram imersos (ICOM, 1992).

A Declaração de Caracas abriu o caminho para amplificação do entendimento de comunicação nos museus ao postular que as instituições museológicas busquem a constituição plena de sua função social a partir da comunicação, tendo em conta a comunidade como fonte para a compreensão de seu processo cultural e social, e envolvendo-a nos processos museológicos, desde as investigações e coleta dos elementos significativos em seu contexto até sua preservação e exposição (ICOM, 1992). Desse modo, os museus passaram a atuar como um canal de comunicação, a fim de mediar a relação do homem com a realidade por meio do patrimônio cultural. O encontro promovido na Venezuela veio corroborar com os anseios de criação de um sistema democrático, instaurando um espaço de discussão para novas práticas museológicas, em uma maior eficácia no processo de comunicação nos museus.

2.2.1 A comunicação nos museus

Os museus desempenham um relevante papel nas sociedades por conta de sua função primordial – a preservação. Essa atividade está relacionada ao ato de seleção, salvaguarda e manutenção de indicadores culturais que devem ser partilhados no presente, constituindo, também, um legado para o futuro. É a partir da preservação que os museus estabelecem a cadeia operatória sobre a qual se articulam ações de pesquisa e comunicação. A preservação é a base na qual se arquiteta o processo museológico, instituindo procedimentos metodológicos

voltados para a construção de sentidos sobre a relação profunda do homem com a realidade. Dessa forma, a preservação mostra-se fundamental para o estabelecimento da cadeia operatória do museu, sendo a base pela qual se arquiteta as práticas comunicacionais das instituições museológicas.

Ao compor o eixo de trabalho dos museus, o processo museológico é, por sua vez, o movimento resultante da musealização – processo central de preservação e pesquisa dos museus. Para Waldisa Rússio Guarniere (1984), a musealização é a forma de preservação de testemunhos materiais em um cenário institucionalizado. Para Marília Xavier Cury (2005a), a musealização é entendida como uma ação consciente de preservação, sob a qual se institui práticas de aquisição, conservação, pesquisa, documentação e comunicação. Já o professor Ulpiano Bezerra de Meneses entende tal conceito como o processo de transformação do objeto em documento, permitindo que este revele “referências a outros espaços, tempos e significados” (MENESES, 1992, p. 111). Seja como for, todas essas concepções marcam a musealização como um processo capaz de inferir novas perspectivas e olhares aos indicadores salvaguardados.

Instituída como um contínuo movimento de ininterrupta valorização dos objetos dentro do cenário museal (CURY, 2005b), a musealização pressupõe a retirada de um objeto de seu contexto de uso, transformando-o em um suporte de informação representativo ao entendimento da relação do homem com a realidade. É um sistema de preservação que tem como base o processamento informacional, em meio aos procedimentos técnicos e científicos do processo museológico, sob o qual os objetos são relacionados a outras referências, propiciando diferentes possibilidades de representação sobre a realidade. Um jogo polissêmico capaz de criar sentidos a partir de um conjunto interpretações, as quais perpassam não só por opções metodológicas, mas, também, por discussões ideológicas. Em suma, é a ressignificação da materialidade dentro de contexto apto à criação de mecanismos de interlocução do homem com o mundo ao seu redor. Segundo Guarnieri:

É através da musealização de objetos, cenários e paisagens, que constituam sinais, imagens e símbolos, que o Museu permite ao Homem a leitura do mundo. A grande tarefa do museu contemporâneo é, pois, a de permitir essa clara leitura de modo a aguçar e possibilitar a emergência (onde ela não existir) de uma consciência crítica de tal sorte que a informação passada pelo museu facilite a ação transformadora do mundo. [...] a informação pressupõe conhecimento (emoção/razão), registro (sensação/imagem/ideia) e memória (sistematização de ideias e de imagens e de estabelecimento de ligações). É a partir dessa memória musealizada e recuperada que se encontra o registro e, daí, o conhecimento suscetível de informar a ação. [...] E a relação com o seu meio, seja em termos de mera apreensão da realidade, seja de ação sobre essa mesma realidade, implica realização humana em termos de consciência, de consciência crítica e histórica, de consciência possível (GUARNIERI, 1990, p.8)

Os museus são entidades produtoras de sentidos, as quais evidenciam concepções de mundo por meio de leituras específicas sobre a realidade, como lugares de representação do conhecimento, que produzem condições de significação a partir do grau de representatividade de um indicador sociocultural. O museu permite que a materialidade seja transformada em documento, fazendo com que esta ganhe uma dimensão simbólica, diferente de seu valor inicial, inserindo-a em um todo significante, com uma função ilustrativa, específica e concreta (ROQUE, 1990). Isto é, a musealização é o processo pelo qual os museus ampliam suas possibilidades comunicacionais, construindo abordagens semióticas, que envolvem movimentos de significação relacionados a um comum partilhado.

Desse modo, os museus são espaços comunicacionais os quais permitem a inteligibilidade da experiência social ao agenciar fatos museais em um movimento ativo de representação. De acordo com Marília Xavier Cury (2005a), um fato museal é, em essência, um fato comunicativo, já que parte do entendimento da comunicação como interação, ou seja, como um processo no qual sujeitos se encontram, dialogam e negociam. É fundamentalmente dialógico, pois seu significado está na sociedade, não só na produção, mas, essencialmente, nas trocas simbólicas. Nesse sentido, a autora assume que a comunicação nos museus está relacionada à interação e à construção de sentidos por sujeitos imersos em um universo de ressignificações.

Tal como outros elementos do tecido midiático, os museus constroem sentidos, operando um conjunto de referências compartilhadas que se encontram presentes no universo cultural da sociedade. Enquanto instituições de pesquisa do patrimônio cultural preservado, os museus partem do conhecimento existente sobre seu acervo para formular modelos de representação os quais possibilitem uma interpretação com base na coerência associativa entre informação e memória. Compondo textos, os museus estabelecem uma direção significativa, dentro de uma experiência museal, produzindo a recuperação de fragmentos da memória ao articular componentes diversos em seu processo de significação. São instituições narrativas produtoras de significados por meio de “elementos específicos cuja inserção na economia textual deve-se, porém, ao diálogo com outros textos, à situação de comunicação e ao conjunto das relações histórico-sociais que a localizam num contexto” (LEAL, 2006, p.22).

Nesse viés, os museus são instituições midiáticas que estabelecem práticas ordenadoras de sentido, elaboradas discursivamente em contextos específicos os quais relacionam sujeitos em comunicação, constituindo “um lugar de experiências – vividas, narradas, interpretadas e reconfiguradas” (ALZAMORA; SALGADO, 2015, p. 183). Ao

possibilitar circuitos interpretativos para o seu público, os museus comunicam por meio de uma teia de relações, que coloca “sujeitos em experiência, afetando e sendo afetados tanto pela co-presença como pela mediação simbólica que os institui em polos de uma interação” (FRANÇA, 2006, p. 16). São nos museus que se experimentam, aprofundam e exprimem as relações entre o indivíduo e a realidade, sendo um meio pelo qual as evidências materiais e imateriais, abertas às diversas interpretações, se juntam às referências simbólicas como uma forma de construir significados sobre o mundo ao redor.

Construindo modelos dialógicos de comunicação, os museus produzem significância por meio de uma experiência iterativa, com base na interação entre os contextos físico, sociocultural e pessoal do visitante (FALK; DIERKING, 1992). Como um lugar de produção de sentido, no qual há processos de representação e interpretação, os museus constituem experiências por meio de suas práticas comunicacionais, transformando-se “em difusores de narrativas das coisas do homem e do mundo, propiciando a significação/ressignificação consigo, com o outro e com a realidade que o cerca” (FARIA, 2010, p. 345). Isto é, a comunicação nos museus é construída na interação do indivíduo com o museu, em meio a uma perspectiva que produz significações e dá sentido ao mundo, produzindo narrativas que organizam a experiência vivida dentro da experiência museal.

Por sua vez, é necessário ressaltar que a comunicação nos museus é fruto do processo museológico e, por tal motivo, encontra-se centrada em uma rede multifacetada de mediação, na qual se constroem sentidos e formas de atravessamento da experiência ao possibilitar ao público a ampliação de conexões com o mundo ao redor. Provocando novas experiências, sejam elas emotivas, cognitivas, sociais e educacionais (BOTALLO, 1995), os museus articulam objetos, acontecimentos, qualidades, relatos e histórias em diferentes estratégias de produção de sentido, como em exposições, programas educativos, ações culturais, entre outros. Sendo o meio particular de comunicação dos museus, as exposições criam narrativas sensoriais por intermédio de construções *mise-en-scène*, correlacionando signos e símbolos dentro de uma mensagem possuidora de sentido e coerência. É por meio das exposições que ideias presentes no discurso institucional são representadas, sendo, assim, o principal (mas não único) meio comunicacional dos museus.

2.3 O Memorial da Resistência de São Paulo: preservar, pesquisar e comunicar

Apesar do senso comum não diferenciar museus de memoriais, um memorial não é um museu, mas pode se transformar em um quando, em sua intenção, se torna local do fato

museal, permitindo processos de pesquisa, preservação e comunicação, que revelam a musealização de objetos materiais, tanto quanto os objetos-conceito (GUARNIERI, 2010). De acordo com o Estatuto do ICOM (2011), os museus são instituições a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, concebidos para realizar o processo de seleção, estudo e apresentação de testemunhos materiais e imateriais da humanidade e do seu meio. Por outro lado, os memoriais não apresentam uma identidade conceitual bem definida, pois constituem espaços culturais de caráter ideológico, que prestam homenagens e se relacionam com as ideias de tradição e testemunho (OLIVEIRA; COELHO, 2014).

Para a museóloga Maria Célia Santos (2002), o fato museal é o elemento que define a presença da instituição museológica, já que o processo de pesquisa, preservação e comunicação não se restringe aos museus e pode ser aplicado a outros contextos sociais. Tal concepção está atrelada às ideias de Waldisia Russo Guarnieri (2010), a qual evidencia o museu como local do fato museal, onde este é verificado em sua potência informacional e comunicacional, devido à musealização de objetos materiais e objetos conceito. No geral, os memoriais não possibilitam a compreensão do fato museal, pois não apreendem a musealização dos “vestígios, provas da existência do homem e seu ambiente, de seu meio natural ou modificado por ele próprio” (GUARNIERI, 2010, p. 124-125). Nesse sentido, um Memorial não é necessariamente um museu, mas pode funcionar como um desde que possibilite processos museológicos sobre a relação profunda do homem com a realidade.

A partir de então, observa-se o Memorial da Resistência como uma instituição singular, seja devido ao seu processo constitutivo ou à sua real adesão aos preceitos da sociomuseologia. Sendo um Memorial com caráter museológico, a referida instituição elegeu a memória como seu fato museal e o testemunho como objeto a ser musealizado, fugindo, assim, do lugar-comum dos museus, que partem da preservação e pesquisa da materialidade. Ou seja, é um museu que se constituiu enquanto lugar de memória, sendo um elemento material, simbólico e funcional no qual a memória se ancora, além de ser um monumento capaz de reforçar a imagem de um passado coletivo, o qual deve ser partilhado, constantemente lembrado, para não mais ser repetido. Desse modo, destaca-se enquanto uma instituição narrativizante, inserida na condição contemporânea dos discursos da memória, capaz de construir sentidos através do vivido.

Uma das características que o diferencia o Memorial da Resistência de outros memoriais é o permanente trabalho de coleta de testemunhos de ex-presos políticos (OLIVEIRA; COELHO, 2014). A musealização do testemunho tem permitido ao Memorial da Resistência criar uma série de narrativas vinculadas, dispostas em textos variados, dentro

uma estrutura sinérgica apta à produção de diferentes tipos de experiência ao público museal. A junção desses textos, cada qual em sua especificidade, dentro do museu, conforma um enredo maior, que pretende modificar o agir de seu público. O sentido da narrativa está espalhado em diferentes meios que se complementam, convergindo para a criação de um contexto comum. Nesse sentido, a musealização de um objeto-conceito, o qual não apreende materialidade, tem resultado em um processo comunicacional diferenciado, com pleno funcionamento a partir da criação de narrativas vinculadas que se estabelecem dinamicamente, criando sentidos por meio de uma rede representação e interpretação.

Por conseguinte, tal situação tem possibilitado uma amplitude da capacidade comunicacional do Memorial da Resistência, o qual usa a memória como base para a construção de sentidos sobre as ideias de cidadania e democracia. A musealização do testemunho tem resultado em um processo comunicacional diferenciado, baseado na criação de uma rede de narratividade que se estabelece, sinergicamente, em três eixos: a materialidade, quando a memória promove um movimento de ressignificação de objetos, espaços e lugares; a oralidade, quando a memória possibilita a construção de sentidos a partir da interação entre indivíduos; e a virtualidade, quando a memória é comunicada dentro de uma plataforma tecnológica. Por sua vez, essa rede narrativa só é possível devido à condição imaterial do testemunho, que pode se materializar sincronicamente dentro de diversos contornos, permitindo seu agenciamento simultâneo em diferentes plataformas.

2.4 O Memorial da Resistência de São Paulo e suas linhas programáticas

A comunicação é um fenômeno que se realiza a partir de trocas e interações entre indivíduos ou grupos, de forma interpessoal ou mediatizada, sendo um processo social multifacetado que envolve uma grande variedade de circunstâncias, participantes, objetivos e encaminhamentos (BRAGA, 2011). Por sua vez, o museu é uma instituição permeada por dispositivos interacionais, os quais são inventados e remodelados a partir do uso. Esses dispositivos articulam processos de ordenação social, dispondo linguagens que funcionam como operadores no âmbito das interações. Em consequência, os dispositivos do museu oferecem ambientes diferenciados de comunicação correspondentes ao contexto disponível a partir de sua lógica operacional. Desse modo, entender o museu enquanto mídia significa compreender a instituição e sua linguagem comunicacional em via de constituição, ou seja, os dispositivos e as expectativas de um público que constrói contextos de produção, apropriação e resposta ao conteúdo veiculado.

Apesar de ter a exposição como sua principal forma de comunicação, o Memorial da Resistência vem produzindo textos diversos, encaixados uns nos outros, estruturando o tempo e o espaço em meio a uma construção narrativa de caráter dinâmico. É um dispositivo de mediação que apreende, em suas práticas, uma rede de narratividade capaz de criar um sistema de produção de sentido sobre a democracia a partir da oposição do binômio repressão/resistência. Para tal, a referida instituição vem operando a memória social sobre um passado traumático, agenciando testemunhos desde o enquadramento de lembranças em uma construção discursiva capaz de configurar vivências pessoais dentro de uma trajetória coletiva.

A construção da narrativa pelo Memorial da Resistência decorre por meio de contextos específicos que perpassam os seis eixos programáticos definidos em seu projeto museológico: três linhas voltadas para a pesquisa e preservação, inseridas na lógica da formação de conteúdo e informações – Coleta Regular de Testemunhos, Lugares da Memória e Centro de Referência –, e três linhas voltadas, exclusivamente, para a comunicação e a partilha do conhecimento – Exposições, Ação Educativa e Ação Cultural. As linhas de pesquisa funcionam de maneira dependente e sinérgica, sendo a Coleta Regular de Testemunho a plataforma base para o funcionamento das outras duas ações programáticas. Já as linhas de comunicação são independentes umas das outras, mas apresentam funcionamento sinérgico, principalmente com o programa expositivo. É sobre estes seis eixos programáticos que se percebe a comunicação como uma ação, uma tentativa e um processo social.

Por conseguinte, deve-se entender que a comunicação nos museus só se efetiva a partir dos movimentos de pesquisa e preservação. Não há como analisar os dispositivos interacionais dentro das linhas de comunicação sem entender o funcionamento do processo museológico. Partindo desse pressuposto, busca-se a descrição de cada linha programática, perpassando seu histórico, desenvolvimento e particularidades, a fim de analisar rapidamente suas limitações e potencialidades. A descrição será iniciada pelos processos de pesquisa e salvaguarda, seguindo, posteriormente, para as ações de comunicação.

2.4.1 Coleta Regular de Testemunho

Como mencionado anteriormente, os museus instituem ações de pesquisa, preservação e comunicação por meio de uma cadeia operatória denominada processo museológico. A musealização é a base operacional sob a qual se arquiteta o movimento de contínua valorização do objeto no cenário museal, tal como as ações de comunicação nos museus. No

que tange o Memorial da Resistência, a musealização incide sobre a memória concretizada pelo testemunho. Uma memória que é reunida, preservada e pesquisada com o objetivo de ampliar o conhecimento sobre os mecanismos de repressão e resistência inerente a um passado de opressão estatal. Memória esta materializada por processos de coleta e preservação, feitos para garantir sua perenidade, como um armazenamento que permite movimentos de representação.

Por sua vez, no âmbito do Memorial da Resistência, o processo de musealização é feito pelo Programa Coleta Regular de Testemunho, linha programática que coleta e registra testemunhos de ex-presos políticos, de familiares de mortos e desaparecidos, assim como de indivíduos que trabalharam ou frequentaram o antigo Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo. Processados individual e coletivamente, os testemunhos dão base para a ampliação do conhecimento sobre o DEOPS/SP e a resistência política, ou sobre temas específicos, tais como o papel de instituições, grupos de resistência, movimentos estudantis, ações de anistia entre outros.

Os testemunhos individuais são coletados em estúdio de filmagem, registro fotográfico e inventário de objetos e documentos dos entrevistados. Uma catalogação completa, capaz de garantir um conjunto de elementos aptos à contextualização do passado de embate político, repressão e resistência, travado durante a ditadura civil-militar, tal como na subsequente transição democrática. Consequentemente, as entrevistas individuais partem das atuações singulares sobre um passado comum. Já as coletas coletivas são gravadas com a participação do público e especialistas sobre os temas elencados. Por sua vez, tais entrevistas buscam por uma construção participativa do conhecimento, possibilitando, simultaneamente, a projeção do Memorial da Resistência como local de reflexão e debate.

O programa conta com três diferentes profissionais, sendo apenas um pesquisador exclusivo, além da assessoria de Maurice Politi. Em linhas gerais, os procedimentos metodológicos contemplam a pesquisa prévia sobre o entrevistado, caderno de campo, fichas técnicas, roteiros e pautas, planilhas de informação e controle, transcrições, criação de biografias, resumos das entrevistas, organização de dados, organização de arquivo físico e digital e *backups* do material com cópia para o entrevistado. Por conseguinte, em 2016, o programa ganhou um local próprio no primeiro andar da Estação Pinacoteca, especialmente adaptado para as suas gravações. Anteriormente, as entrevistas eram realizadas no auditório, no quinto andar do edifício.

Iniciado em 2008, o programa Coleta Regular de Testemunho catalogou, até 2016, cerca de 127 entrevistas³⁴, que passaram a fornecer subsídios para os diferentes dispositivos interacionais do museu. Inserindo os atores sociais do passado no Memorial, as primeiras atividades de pesquisa foram produzidas para formulação da exposição de longa duração. Para tal, o programa teve início com entrevistas de oito ex-presos políticos, sendo três coletivas e uma individual. Inaugurado no momento de gestação do Memorial, o programa passou por hiatos devido à falta de recurso financeiro e pessoal, o qual foi retomado apenas no quarto trimestre de 2012. Desde então, ele vem aprimorando seu processo de pesquisa ao ampliar seu potencial teórico-metodológico e, conseqüentemente, sua aplicabilidade no circuito interacional.

Seja por meio do meio comunicacional ímpar dos museus – as exposições – ou a partir das outras linhas programáticas – ação educativa e ação cultural –, o programa tem gerado uma base de dados para processos de produção, difusão e distribuição de materiais com vistas à democratização do conhecimento e à promoção de reflexões temáticas sobre a memória dos períodos ditatoriais e democráticos. Nesse sentido, o conteúdo coletado é disponibilizado para pesquisadores ou para o público em geral, por meio de diversas plataformas. Por sua vez, tanto os testemunhos coletados quanto o acervo arrolado são usados para o desenvolvimento da terceira ação de pesquisa aqui elencado, isto é, o Centro de Referência (BRUNO, 2010).

Conseqüentemente, os testemunhos tornam-se base para a renovação das exposições de longa e curta duração, além dos recursos educativos, materiais audiovisuais ou, até mesmo, como elementos para o desenvolvimento de novas pesquisas. As informações obtidas são usadas para compreender a lógica de atuação do DEOPS/SP, preenchendo, ao mesmo tempo, as lacunas deixadas pelos documentos oficiais. O resultado deste processo de musealização está por todo o Memorial, seja nas exposições, na catalogação dos lugares de memória, no material pedagógico disponibilizado pelo museu ou no banco de dados no site institucional. Nesse viés, o projeto atua em consonância com os outros cinco programas de ação Memorial, respectivamente os Lugares da Memória, Exposições, Ação Educativa e Ação Cultural, enriquecendo o potencial comunicacional da instituição.

Por fim, cabe destacar que, em 2014, o Programa Coleta Regular de Testemunho ganhou um banco de dados *online*, junto ao site do Memorial da Resistência, no qual é possível consultar o acervo produzido pela instituição. Baseado no trabalho de sistematização das informações, o banco de dados possibilita o acesso remoto ao conteúdo produzido pelo

³⁴ Conforme as informações coletadas com a equipe do Memorial da Resistência.

museu, contribuindo para a fruição do acervo audiovisual do programa ao ampliar o potencial de pesquisa do público. Além das informações básicas sobre as entrevistas, tais como resumo e ficha técnica, é possível acessar pequenos trechos das entrevistas³⁵ e as informações correlatas ao Programa Lugares da Memória. Simultaneamente, o conteúdo produzido para o site também é divulgado via redes sociais, nas quais são feitas publicações dos vídeos.

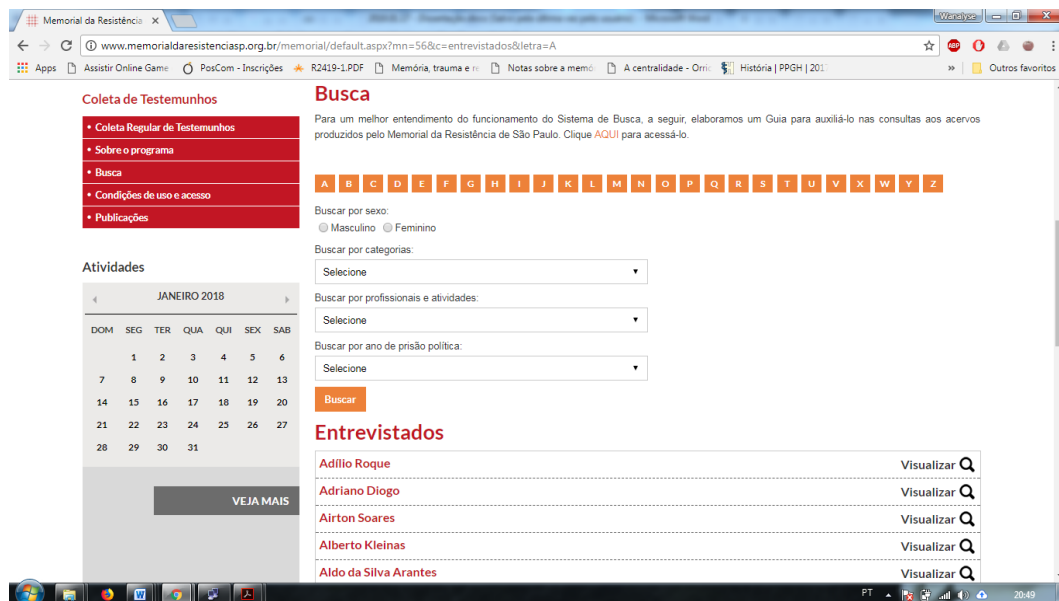


Figura 9 - Banco de dados do Programa Coleta Regular de Testemunhos e o guia de busca.



Figura 10 - Banco de dados do Programa Coleta Regular de Testemunhos e a ficha do ex-preso político Alípio Freire.

³⁵ Existem entrevistas indisponíveis, apesar da entrada na ficha catalográfica disponível no site.

2.4.2 Lugares da Memória

Constituindo uma das principais ações do Memorial da Resistência, o Programa Lugares da Memória é caracterizado pelo movimento de pesquisa e preservação por meio da identificação, inventário e mapeamento dos lugares usados no processo de repressão/resistência política dentro do estado de São Paulo. Sendo uma linha de ação intrinsecamente vinculada ao Programa Coleta Regular de Testemunhos, o programa tem a coleta de informações a partir da experiência ímpar dos indivíduos que vivenciaram a repressão estatal. Essas informações podem preencher lacunas em narrativas históricas, tal como corroborar ou confrontar possíveis verdades, exageros e mentiras encontradas na documentação aberta para a sociedade; testemunhos aptos a demarcar espaços utilizados tanto para o abuso do poder quanto para manifestações de resistência.

Iniciado em 2009, o programa foi efetivamente implantado no último trimestre de 2010, com o processo de ampliação das pesquisas pela equipe do Memorial. Em 2011, a contratação de profissionais específicos para tal linha ação passou a solidificar as ações de mapeamento dos espaços repressão/resistência em São Paulo. Como consequência, é justamente neste momento que as ações do programa resultam na exposição de curta duração “Lugares da Memória”³⁶, contendo parte do trabalho de pesquisa e catalogação feito pela instituição, tal como a sinalização de instituições similares ao Memorial da Resistência pelo mundo, via mapa da Coalizão Internacional de Sítios de Consciência.

Por conseguinte, dois anos mais tarde, em agosto de 2014, a antiga exposição de curta duração transformou-se em mostra itinerante, circulando por outras cidades do estado a partir do Programa de Apoio às Ações Sistema Estadual de Museus (SISEM), duas vezes ao ano, de forma a expandir o alcance preservacionista do Memorial da Resistência. Já em 2016, tal linha programática culminou na publicação “Memórias Resistentes. Memórias Residentes”, em parceria com Coordenação de Direito à Memória e à Verdade da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura de São Paulo, a qual apresentava mapeamentos e representações dos principais sítios ligados à repressão e à resistência na capital paulistana. Por fim, vale sublinhar a intencionalidade do Memorial em reformular a exposição de longa duração ao incorporar os resultados do programa em seu circuito.

Conseqüentemente, o Programa Lugares da Memória tem suas ações vinculadas ao Centro de Referência, linha programática voltada para o processo de democratização das

³⁶ A referida exposição ocorreu enquanto mostra de curta duração no Memorial da Resistência entre 26/11/2011 e 18/03/2012, tornando-se, posteriormente, uma mostra itinerante.

informações, seja *in loco*, no próprio Memorial da Resistência, ou virtualmente a partir de pesquisa remota via *site* institucional com um banco de dados específico. Além da ficha básica dos locais, o site do museu possibilita a pesquisa iconográfica dos lugares e sua correlação com as filmagens do Programa Coleta Regular de Testemunho. Até o momento, o referido programa catalogou 183 lugares por todo estado de São Paulo, o qual é composto por quatro projetos: inventário e exposição, ambos em pleno funcionamento, e sinalização dos lugares da memória e museu de percurso, ainda em fase de implantação.

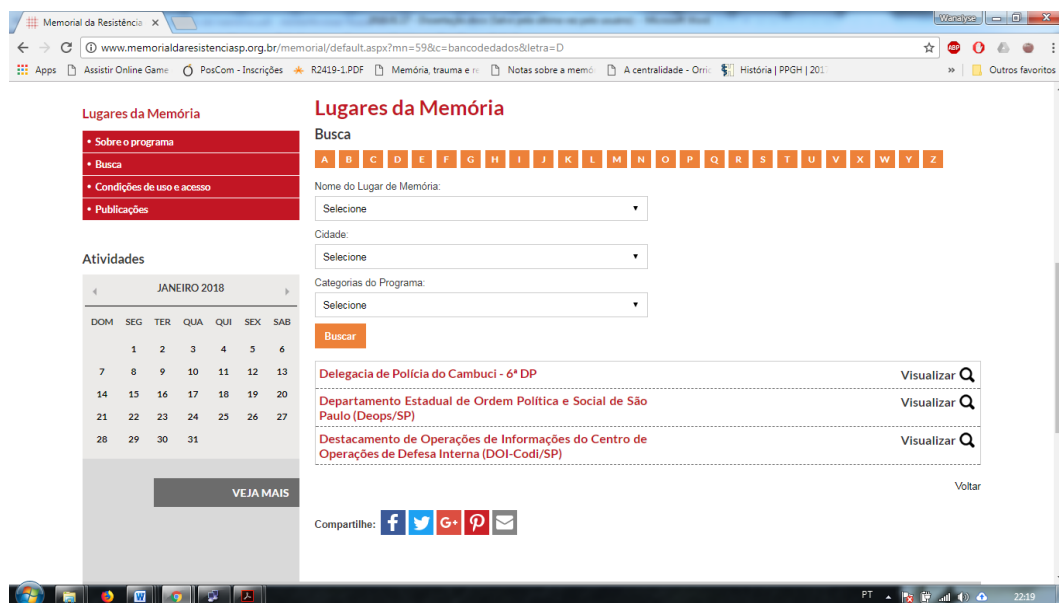


Figura 11 - Banco de dados do Programa Lugares da Memória e o guia de busca.

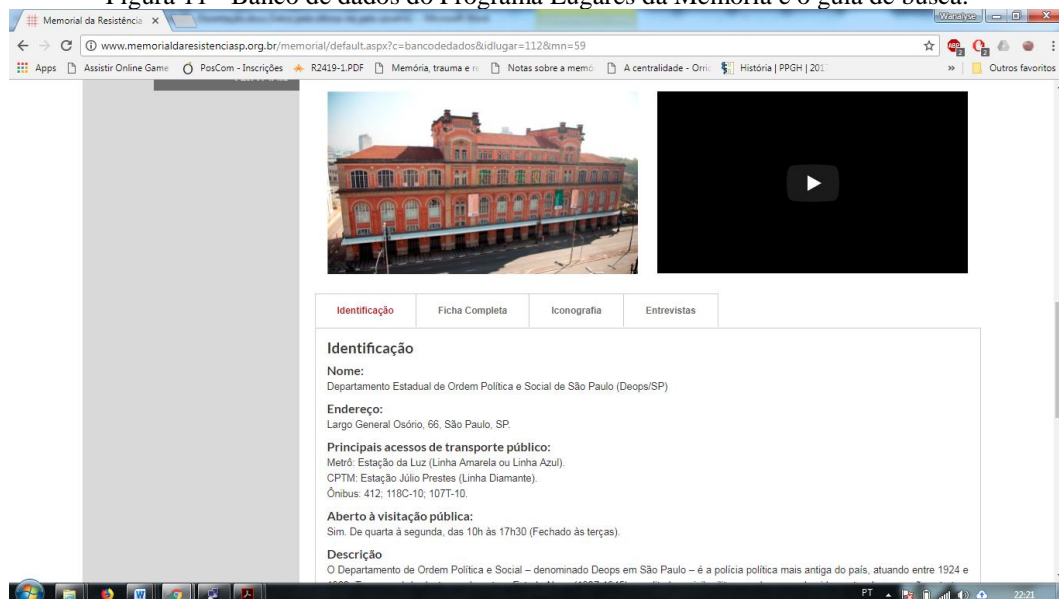


Figura 12 - Banco de dados do Programa Lugares da Memória. Ficha do DEOPS/SP.

Por sua vez, o programa conta com três diferentes profissionais, sendo apenas um pesquisador exclusivo. Os procedimentos metodológicos contemplam pesquisas sobre instituições similares ao Memorial da Resistência, com vistas a buscar projetos semelhantes, como pesquisas exploratórias sobre possíveis lugares de memória relacionados ao binômio repressão/resistência no estado de São Paulo; reflexões teóricas sobre os lugares de memória em nível internacional; definição dos objetos de pesquisa; identificação e inventário dos lugares; pesquisa sobre os lugares de memória da região que receberá a exposição itinerante; e desenvolvimento de banco de dados *online*.

2.4.3 Centro de Referência

O Centro de Referência é um lugar – físico e virtual – de articulação do conhecimento desenvolvido pela própria instituição, por universidades, assim como de outros grupos e projetos vinculados à Ditadura Civil-Militar. Tem por objetivo alinhar o trabalho de pesquisa e preservação do Memorial da Resistência aos diversos estudos relacionados ao movimento de repressão/resistência durante o período republicano. Desenvolvido como espaço de conhecimento, o Centro de Referência é voltado para a pesquisa do público em geral, com certa ênfase para o público estudantil. Além disso, tem como desdobramento um módulo na exposição de longa duração – Módulo D – no qual são apresentados documentos, foto ampliada da sala de arquivo do DEOPS e três computadores para pesquisas, contendo o acervo digitalizado do memorial via site institucional. Desse modo, mostra-se um espaço dedicado à pesquisa, aberto ao público, sem necessidade de agendamento (NEVES, 2014).

Enquanto espaço físico, em meio à exposição de longa duração, o Centro de Referência é subutilizado pelo visitante, conforme a fala de Maurice Politi (*apud* Neves, 2014), um dos militantes do Fórum de Ex-Presos Políticos de São Paulo presentes no Conselho de Orientação Cultural do Memorial da Resistência. Segundo Politi, o espaço que foi pensado para possibilitar o acesso ao trabalho de pesquisa do memorial, devido à sua capacidade de convergir informações ao ampliar o horizonte comunicacional do museu para além de seus muros, tem se mostrado desinteressante aos olhos do público. Por tal condição, o centro de referência deverá ser remodelado em breve, como afirmado em depoimento por Marília Bonas, atual diretora do Museu:

O centro virou uma coisa meio que de secretaria. A ideia é remodelar da sala da linha do tempo para frente. A gente redesenhar, pensar isso, as vítimas não aparecem. Acho que tem coisas que ainda está muito vinculada ao lugar. A gente precisa entender que existem outras maneiras de comunicar museologicamente e

trazer novos temas. Mas, o centro de referência também, mas outra coisa que vai entrar nesse novo desenho é a relação com o território. Então, que quer dizer o que o prédio estar nesse território. O que é a Luz, o que é a cracolândia, o que é a resistência, o que é a violência? Então, isso precisa entrar (BONAS, 2017).

Em sua plataforma virtual, junto ao site institucional, o Centro de Referência congrega material cultural e educativo produzido pela instituição. Nessa seção do site, é encontrado um conjunto de itens para aprofundamento temáticos, tais como: materiais de apoio ao professor; textos sobre Direitos Humanos e temas correlacionados ao passado de repressão na Era Vargas e período militar; assim como folders e catálogos expositivos. Desse modo, percebe-se que o espaço virtual do Centro de Referência é um local de convergência, estando especialmente vinculado à condição a fruição do conteúdo produzido pelo Memorial, no que tange as três linhas de comunicação: a Exposições, a Ação Educativa e a Ação Cultural.

2.4.4 Exposições

O viés comunicacional dos museus aparece claramente a partir da Declaração de Caracas, em 1992, quando se evidencia a exposição como principal veículo de fruição do conhecimento produzido em tais instituições (ARAÚJO; BRUNO, 1995). Toda exposição intenta partilhar algo, como uma forma particular de comunicação dos museus. Assim, constituídas enquanto texto, as exposições museológicas apresentam uma série de elementos relacionados entre si, aptos à construção de interfaces que permitem diferentes leituras do conteúdo produzido na pesquisa museológica. Essas leituras ocorrem no cruzamento dos objetivos estabelecidos pela instituição e da forma do visitante sentir e pensar a realidade que o cerca, ou seja, são leituras de um público que observa, decodifica e reelabora a narrativa museal a partir de aportes coletivos e pessoais, criando inferências sobre o mundo ao redor.

As exposições podem ser caracterizadas por conta da sua durabilidade: exposições de longa e curta duração. As exposições de longa duração apresentam maior prazo, enquanto as exposições de curta duração têm tempo limitado. Ao longo de sua trajetória, o Memorial da Resistência apresenta exposições de longa e curta duração que problematizam a relação repressão/resistência dentro de um recorte temporal específico, além de mostras itinerantes pelo estado de São Paulo. Formulada entre o final de 2008 e 2009, a exposição de longa duração tornou-se elemento basilar de comunicação do Memorial, fornecendo parâmetros para as exposições de curta duração. No que lhe concerne, tal condição permite a criação de novas abordagens dentro da temática do museu ao dinamizar a fruição do conteúdo

pesquisado e constituir, assim, olhares diversificados sobre os temas centrais elencados pelo Memorial.

Configuradas a partir de uma lógica própria, as exposições museológicas são uma montagem interessada a qual tem como base os processos de pesquisa e preservação desenvolvidos pelos museus. Uma montagem capaz de relacionar a materialidade intrínseca aos bens culturais salvaguardados, ressignificando a relação do objeto/documento com a memória/patrimônio. Apesar de tal condição, as exposições do Memorial da Resistência são resultantes de um processo museológico diferenciado, uma vez que tal instituição não musealiza objetos tridimensionais, palpáveis, mas a memória a partir do testemunho. Logo, a memória torna-se fonte de ressignificação da materialidade, capaz de recuperar de maneira simbólica os vestígios de um devir relacionado ao local no qual o museu se insere e que imprime força ao Memorial, seja como instituição museológica singular ou como lugar de memória relacionado ao passado traumático da Ditadura Civil-Militar.

Por conseguinte, as exposições do Memorial da Resistência materializam a memória individual e coletiva daqueles que resistiram ao controle e à repressão estatal, constituindo um sistema eficaz de ressignificação do passado. O ambiente expográfico é formulado em prol de uma construção semântica por meio da intertextualidade entre diferentes elementos e linguagens. Apesar de apresentar diversos enfoques e recursos técnicos – textos, vídeos, imagens, objetos etc. –, o circuito expositivo de longa duração chama à atenção pela produção de experiências sensíveis que dramatizam o contato do visitante com a memória musealizada. Desse modo, contextualizada dentro de um cenário específico, a experiência do passado torna-se geratriz de uma experiência no presente ao construir significados a partir da partilha de sentimentos e experiências.

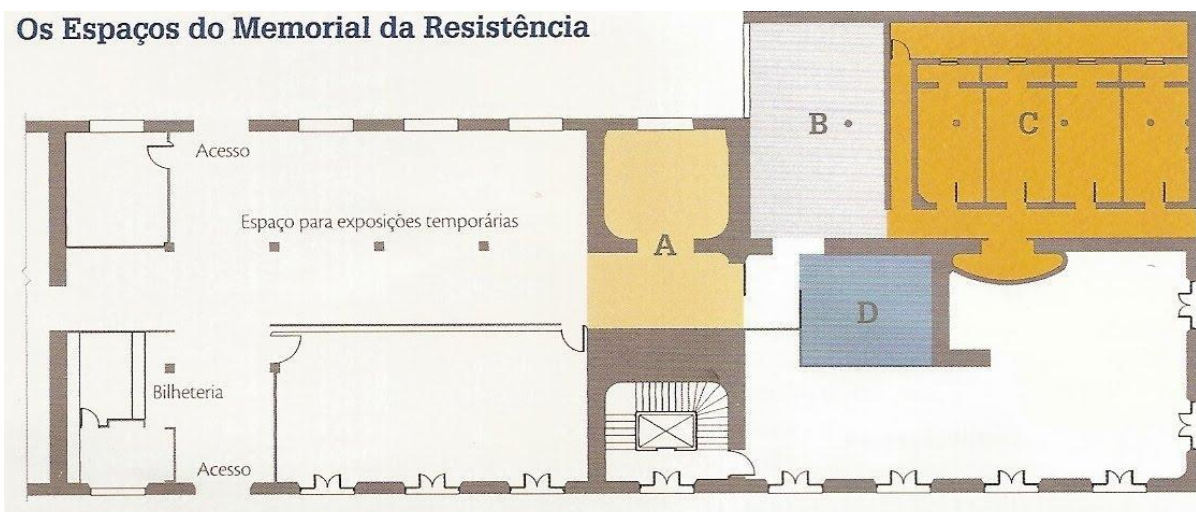


Figura 13 - Espaço inicial destinado às exposições do Memorial da Resistência.

Cumprindo seu papel de comunicar ideias, conceitos e informações ao público visitante, a exposição de longa duração propõe um circuito que se relaciona ao contexto da repressão e da resistência no Brasil republicano. Por conseguinte, parte do seu circuito está relacionada ao histórico do edifício e da atuação do DEOPS/SP, em sua transformação em memorial, e ao contexto de violência estatal cometido naquele espaço, neste caso, sempre a partir da valorização da experiência cotidiana dos militantes que ali venceram a barbárie. Contendo uma expografia ambientada pelo uso de cores, iluminação, recursos audiovisuais, tal como ambientações cenográficas, o circuito expositivo é dividido em quatro módulos distintos, a saber:

- 1) “Módulo A – O edifício e suas memórias”. Este espaço contém uma área de acolhimento ao visitante, onde há explanações sobre o projeto institucional, o edifício e o DEOPS. Tal seção expõe pontualmente o programa museológico e discursivo da instituição, a cronologia de ocupação do edifício, desde a sua construção até a criação do Memorial da Resistência, assim como a história do DEOPS de São Paulo.



Figura 14 - Módulo A – O edifício e suas memórias.
Foto: Acervo MRSP



Figura 15 - Módulo A – O edifício e suas memórias.
Foto: Acervo MRSP

- 2) “Módulo B – Controle, repressão e resistência: o tempo político e a memória”, constituindo um espaço sobre a história política nacional. Para tal, este módulo vincula várias fontes de informação interconectadas ao exibir, assim, uma linha do tempo multifacetada com acontecimentos políticos após 1888/89, aparelhos áudios-visuais com chamadas sobre a questão da preservação documental, uma vitrine expositiva com publicações sobre a temática abordada na instituição, assim como uma maquete panorâmica com a reconstituição do espaço prisional.



Figura 16 - Módulo B – Controle, repressão e resistência: o tempo político e a memória.
Foto: Acervo MRSP

- 3) “Módulo C – A construção da memória: o cotidiano nas celas do DEOPS/SP”. Aqui, há um percurso das celas com diferentes enfoques expográficos. O referido módulo apresenta o segmento estruturador do discurso institucional, sendo o local expositivo onde a memória dos ex-presos políticos é de fato materializada. É formado por quatro celas e um corredor de banho de sol.



Figura 17 - Módulo C – A construção da memória: o cotidiano nas celas do DEOPS/SP.
Foto: Acervo MRSP.

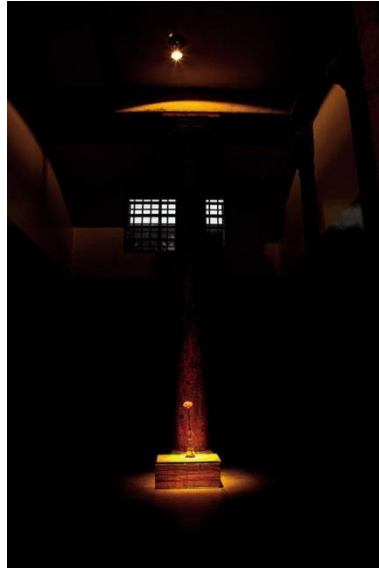


Figura 18 - Módulo C – A construção da memória: o cotidiano nas celas do DEOPS/SP.
Foto: Acervo MRSP



Figura 19 - Módulo C – A construção da memória: o cotidiano nas celas do DEOPS/SP.
Foto: Acervo MRSP

4) “Módulo D – Da carceragem ao Centro de Referência”, o qual contém uma área de pesquisa para utilização do público, com informações para além do conteúdo exposto. É constituído como espaço para consulta da base de dados do Memorial.



Figura 20 - Módulo D – Da carceragem ao Centro de Referência.
Foto: Acervo MRSP



Figura 21 - Módulo D – Da carceragem ao Centro de Referência.
Foto: Acervo MRSP

Apesar de possuir maior extensão temporal, as exposições de longa duração não são estáticas, pois se adéquam às expectativas do público museal. Sob tal aspecto, vale sublinhar que o Memorial tem se adaptado tanto ao uso do visitante quanto às questões do presente político, aprimorando-se ao longo do tempo. Em 2013, a exposição de longa duração passou por um estudo de readequação, com a consultoria dos mesmos profissionais que atuaram na

implantação do Memorial. Essa equipe era composta por Maria Cristina Oliveira Bruno (Museologia), Flávio Pires (Arquitetura), Renato Salgado (Projeto de Comunicação Visual), Maurício Moreira (Projeto Audiovisual), além dos ex-presos políticos Ivan Seixas e Maurice Politi (Núcleo de Preservação da Memória Política) – ambos com ampla vivência na instituição –, mais o quadro de funcionários do próprio Memorial da Resistência.

De acordo com relatório anual de 2015, há ensejos de mudança no circuito expositivo de longa duração, dentre eles a ampliação e incorporação da mostra “Lugares da Memória. Resistência e repressão em São Paulo”, produzida pelo Programa Lugares da Memória. Simultaneamente, a exposição tem assinalado pequenas alterações nos últimos tempos. Entre as mais visíveis estão: a atualização da linha do tempo até 2017 (havia intervenções ao longo do corredor das celas que, no final deste ano, foram realojadas na linha do tempo, no Módulo B); a retirada dos *headphones* da quarta cela do Módulo C, devido à constante quebra dos aparelhos; e um mapa dos sítios de consciência espalhados pelo mundo do Módulo D.

Desde a sua abertura até 2017, o Memorial da Resistência montou 23 exposições de curta duração, com uma média de três mostras temporárias por ano, sendo uma com base nas pesquisas realizadas pelo Memorial; uma relacionada à América Latina ou ao Programa de Residência Artística³⁷; e uma desenvolvida de acordo com propostas externas recebidas pela instituição. Inicialmente, as exposições de curta duração ocupavam uma área na parte térrea da Estação Pinacoteca, junto ao hall de entrada do edifício, entretanto, atualmente, as exposições estão alocadas em duas salas no terceiro pavimento, indicando um crescimento das atividades do Memorial da Resistência dentro da Estação Pinacoteca.

Com o objetivo de efetivar o Programa Lugares da Memória, criando, simultaneamente, uma interlocução com outras linhas de ação do Memorial – em especial com o programa Coleta Regular de Testemunhos –, a mostra itinerante “Lugares da Memória. Resistência e repressão em São Paulo” circula por cidades do interior e do litoral do estado desde dezembro de 2014. Ao constituir uma ação conjunta com o Sistema Estadual de Museus, a exposição apresenta uma amostra com alguns lugares de memória que serviram de palco para manifestações de repressão de resistência política na cidade de São Paulo, além de evidenciar, por meio de um mapa da Coalizão Internacional de Sítios de Consciência, instituições no mundo similares ao Memorial da Resistência (NEVES, 2011). A exposição conta com 12 painéis desmontáveis, contendo textos, fotos e documentos do Fundo

³⁷ Programa iniciado em agosto de 2012, a fim de aproximar as relações conceituais entre a história e memórias políticas do Memorial da Resistência e as reciprocidades com o universo das artes visuais da Pinacoteca do Estado.

DEOPS/SP, e chegou a circular por quatro cidades do interior e litoral de São Paulo, respectivamente Guarujá, Santos, Ribeirão Preto e Salto.



Figura 22 - Exposição “Lugares da Memória. Resistência e repressão em São Paulo”. Ribeirão Preto, 2014.
Foto: Acervo MRSP.



Figura 23 - Exposição “Cartas Abertas - correspondências na prisão”. São Paulo, 2016.
Foto: Acervo MRSP.

2.4.5 Ação Educativa

Os museus são instituições de pesquisa e preservação que possibilitam a construção de sentidos sobre a realidade; concepção esta delineada em meados do século XX, quando os museus democratizaram seu acervo, tornando-se locais de educação e desenvolvimento social. Essa reformulação permitiu maior acesso aos seus espaços ao gerar um ciclo virtuoso de possibilidades de fruição do patrimônio cultural. Nesse viés, a musealização do material, do imaterial, dos fenômenos e das ideias, acompanha a democratização do museu, o qual permite, por sua vez, uma dimensão educativa embasada em relações humanas de apropriação de saberes. Assim, torna-se uma mediação alicerçada dentro de um contexto específico – o cenário museal – e que propicia a comunicação entre diversos atores sociais, em diferentes graus de complexidade.

Com objetivo de ampliar as possibilidades de aproveitamento pedagógico dos museus, a ação educativa se inscreve enquanto elemento de ampliação da experiência museal ao permitir ao visitante um fluxo específico de significação entre o museu, o sujeito e o mundo ao redor. Por sua vez, tal termo se refere aos procedimentos que promovem a educação no museu, isto é, as formas de mediação entre o sujeito e o fato museal, permitindo ao público leituras, processos de significação e apropriação de ideias, com vistas ao desenvolvimento de uma consciência crítica e abrangente da realidade que o cerca.

A ação educativa promove processos de ensino e aprendizagem a partir da interação entre o público e patrimônio, sendo uma atividade baseada em metodologias próprias à

instituição, aptas à formação de sujeitos histórico-sociais que analisam, recriam e constroem o mundo a partir de um referencial situado em objetos tangíveis ou intangíveis (CABRAL, 2002). Dentre as ações educativas mais comuns nos museus, encontram-se as visitas mediadas, as atividades capacitação e o fornecimento de materiais pedagógicos. Por sua vez, o Programa de Ação Educativa do Memorial da Resistência busca desenvolver projetos a partir da relação entre o lugar e a memória individual e coletiva sobre um passado de repressão estatal, com vistas à conscientização sobre a importância do exercício da cidadania, da democracia e do respeito aos direitos humanos. Atualmente, nesta linha programática, há as seguintes atividades:

- 1) **Visitas Educativas:** oferecidas para grupos agendados e espontâneos, com duração aproximada de 1h30, tempo no qual são percorridos todos os módulos da exposição de longa duração. O atendimento é feito para aproximadamente 40 pessoas, cujas visitas mediadas são fundamentadas na interação entre indivíduos a partir de uma leitura específica da exposição. Além disso, o mediador e o público são integrantes ativos no processo de construção sentidos por meio da experiência no cenário museal.
- 2) **Material de Apoio Pedagógico:** material didático formado por um conjunto de subsídios pedagógicos, o qual contém reproduções de documentos, textos abordando as ditaduras do Estado Novo (1937-1945) e Militar (1965-1985), e as respectivas propostas de leitura e atividades educativas, nas quais é possível discutir os principais conceitos tratados pelo Memorial da Resistência – controle, repressão e resistência. Por sua vez, o conteúdo do referido material é desenvolvido como fim didático, para ser trabalhado por professores do ensino médio em sala de aula.
- 3) **Encontro com Educadores e Guias de Turismo:** esta ação é voltada para educadores de diversos níveis de ensino formal (principalmente fundamental, médio e técnico) e não formal (projetos sociais, organizações não governamentais e empresas voltadas ao turismo cultural). O projeto é estruturado por exercícios para utilização do Material de Apoio ao Professor, seguido de visita mediada à exposição de longa duração do Memorial. Os encontros são realizados uma vez por mês, desde 2009, com turmas de, aproximadamente, 20 a 30 pessoas. No que concerne ao projeto, os encontros possibilitam um contato prévio com os recursos oferecido pelo museu, resultando em melhor aproveitamento da visita para um público potencial.
- 4) **Encontros de Aprofundamento Temático:** são palestras realizadas desde 2010, com o objetivo de aprofundar temas relacionados aos contextos sociopolíticos das ditaduras do Estado Novo (1930-1945) e da Militar (1964-1985). Os encontros ocorrem no auditório

da Estação Pinacoteca, duas vezes ao ano, tendo como público-alvo professores de diferentes disciplinas e níveis de ensino, educadores sociais, educadores de museus, profissionais de turismo cultural e estudantes.

- 5) Curso Intensivo de Educação em Direitos Humanos – Memória e Cidadania: curso feito com o objetivo de promover conhecimentos específicos, experiências, reflexões críticas e projetos educativos no âmbito da Educação em Direitos Humanos. O curso é voltado para educadores formais da rede de ensino, educadores não formais de projetos sociais e profissionais de instituições de segurança pública. É ofertado uma vez ao ano, para 100 pessoas, e tem extensão de 40h.
- 6) Rodas de Conversa: diálogo com ex-presos políticos que resistiram ao controle estatal durante a ditadura militar e, por tal, estiveram presos no DEOPS/SP. O referido projeto visa inserir os atores sociais do passado na instituição ao criar um sistema de partilha da experiência social entre diferentes gerações, aproximando, assim, passado e presente por meio dos testemunhos. A atividade se desenvolve em dois momentos: inicialmente, com uma visita mediada à exposição de longa duração do Memorial da Resistência, posteriormente, com uma roda de conversa com algum militante político que passou pela carceragem do DEOPS/SP. A atividade tem como público estudantes do ensino médio e superior, além de grupos de professores, projetos sociais entre outros. As Rodas de Conversa são oferecidas quinzenalmente, porém, realizadas de acordo com a demanda, atendendo em torno de 45 participantes por turma.
- 7) Projeto “Conhecendo o DEOPS/SP: história e memória”: foi realizado em parceria com o Núcleo de Ação Educativa do Arquivo Público do Estado com o objetivo de possibilitar discussões sobre a atuação do referido departamento. A atividade buscou integrar o acervo documental presente no Arquivo Público com a exposição de longa duração do Memorial, a fim de despertar reflexões sobre os processos de construção da memória social e os usos dos vestígios desta memória. Teve como público-alvo estudantes do ensino fundamental, médio e superior. O referido projeto foi gestado durante o período da implantação do Memorial, em 2008, porém, seu início se fez apenas em maio de 2011, deixando de ser oferecido pela instituição desde 2015.
- 8) Contação de Histórias: é atividade de mediação dos conceitos e conteúdos do Memorial junto ao público infantil por meio de propostas lúdicas. A mediação é feita a partir da adaptação do livro “Era uma vez um tirano”, de Ana Maria Machado, acompanhada de visita à exposição de longa duração, sendo complementada com jogos e desenhos.

Começou entre os anos de 2011 e 2012, e tem como público-alvo crianças de 9 e 10 anos de idade.

- 9) Memorial Para Todos: voltado para a questão da acessibilidade ao Memorial da Resistência, este projeto realiza visitas educativas para públicos com deficiência. Ele foi desenvolvido para tornar acessível o conhecimento produzido pela instituição para esta parcela do público que necessita de outros estímulos sensoriais. A atividade começou no ano de 2014, quando houve a contratação de um educador específico para o público com deficiências cognitivas e sensoriais.



Figura 24 - Contação de Histórias.
Foto: Acervo MRSP.



Figura 25 - Memorial para Todos.
Foto: Acervo MRSP.

2.4.6 Ação Cultural

No contexto dos museus, a Ação Cultural aparece como um conjunto de procedimentos voltados para uma política cultural mais abrangente, não necessariamente relacionada ao acervo ou às exposições do museu. Por conseguinte, como exemplos dessa ação, destacam-se o funcionamento de bibliotecas, a apresentação de seminários e palestras, as projeções de filmes, a encenação de peças teatrais, os concertos musicais, ou seja, qualquer conteúdo que amplifique possibilidades de atuação do museu, tal como de agenciamento de público. No âmbito do Memorial da Resistência, a ação cultural pode ser entendida como o elo de interlocução entre os diferentes dispositivos interacionais do museu, tanto pela variedade de atividades quanto pela forma e conteúdo. Consequentemente, a ação cultural coloca sujeitos em uma relação de comunicação ao partilhar conceitos e ideias dentro do cenário museal.

Por sua vez, as atividades elencadas pelo Memorial da Resistência se fazem por meio de processos dinâmicos e sinérgicos, entrelaçando diferentes dispositivos interacionais dentro de uma rede de criação de sentidos. Tais atividades são realizadas mensalmente e, por vezes, atrelam-se a programas vinculados ao Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM/MinC (Semana de Museus e Primavera de Museus) – ou à Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo (Virada Cultural). Além dessas condições, as atividades são geralmente fomentadas por parcerias com grupos sociais e instituições, tais como: Núcleo de Preservação da Memória Política do Fórum Permanente de Ex-Presos e Perseguidos Políticos de São Paulo, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça entre outros grupos voltados para a solidificação da democracia e dos direitos humanos.

A Ação Cultural conta com a participação direta de um grupo de militantes do Núcleo de Preservação da Memória Política e se vincula, principalmente, a temas relacionados às violações e à resistência durante a ditadura militar. Nesta linha programática estão elencadas as seguintes ações:

- 1) Sábados Resistentes: conjunto de atividades relacionadas à promoção do debate de questões sociopolíticas do passado ou da atualidade, por meio de diferentes formatos – palestras, lançamento de livros, apresentação de filmes e peças teatrais entre outros. O projeto é uma parceria com o Núcleo de Memória, na qual a principal atividade do Memorial da Resistência vai além das exposições. Por sua vez, são realizados pelo menos 15 Sábados Resistentes ao ano, possuindo capacidade máxima de aproximadamente 180 pessoas.
- 2) Cinema da Resistência: exibição de filmes que abordam os temas trabalhados pela instituição – repressão e resistência, políticas e direitos humanos. A exibição é seguida por debates e palestras, e, partir de 2016, o projeto começou a ser realizado no mês de fevereiro, uma vez por semana.
- 3) Semana Nacional de Museus: participação na Semana Nacional de Museus do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM/MinC, realizando atividades diversas como palestras, seminários, oficinas entre outros, a partir do tema proposto pela referida autarquia. A Semana Nacional de Museus ocorre uma vez ao ano, durante o mês de maio.
- 4) Primavera dos Museus: participação na Primavera dos Museus do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM/MinC, com atividades diversas, tais como palestras, seminários, oficinas entre outros, sempre em acordo com o tema proposto pela referida autarquia. A Primavera dos Museus ocorre uma vez ao ano, durante o mês de setembro.

- 5) Projetos multimídia/intervenções artísticas: ações em conjunto com a Pinacoteca do Estado, as quais ocorrem, principalmente, em uma relação extramuros, no pátio, durante o período da Virada Cultural.
- 6) Apoio a propostas externas: realização de atividades propostas por outras instituições ou grupos sociais. Este projeto realiza em torno de 25 atividades por ano (contando com os Sábados Resistentes).

No âmbito da Ação Cultural, cabe sublinhar os Sábados Resistentes como a principal atividade desta linha programática. Produzidos em parceria com o Núcleo de Preservação da Memória Política, os Sábados Resistentes se iniciaram em junho de 2008, durante o processo de implantação do Memorial. Sua concepção parte da cobrança de ex-presos políticos, os quais não queriam apenas participar do processo de formulação do projeto museológico, mas atuar diretamente no local, gerindo com certa autonomia algumas de suas atividades. A partir da negociação com o Governo do Estado de São Paulo, com a Pinacoteca do Estado, surge, então, uma ação protagonizada por militantes políticos, com o objetivo debater os conceitos de liberdade, igualdade e democracia, promovendo não só a memória, mas, também, questões sociopolíticas da atualidade.

Por conseguinte, os Sábados Resistentes são produzidos pelo Memorial da Resistência, mas realizados pelo Núcleo de Memória, isto é, por um grupo de ex-presos políticos que militam a favor do direito à memória e à verdade, sendo Ivan Seixas, Maurice Politi e Raphael Martinelli os ativistas mais atuantes. São voltados para ex-presos políticos, militantes das causas libertárias, estudantes e interessados no debate sobre as lutas contra a repressão e, em especial, sobre a resistência política à ditadura civil-militar. O êxito deste projeto está justamente na parceria formada com o Núcleo de Memória, a qual trouxe consigo um conjunto de relações com o tempo, o espaço e a memória, constituindo, de fato, aquilo que se entende por um museu integral. O Memorial, por sua vez, possibilita a infraestrutura necessária para a promoção das atividades ao ajudar nos processos de divulgação e execução.

Os Sábados Resistentes foram aprimorados ao longo do tempo; inicialmente, as atividades contavam com um número reduzido de participantes, compostas, em sua maioria, por ex-presos políticos. A programação não era padronizada, sua divulgação era relativamente simples (feita por mala direta) e os eventos não eram devidamente documentados (fotografados ou filmados). Contudo, a partir de 2009, houve maior participação da equipe do Memorial – antes voltada para a implantação da exposição de longa duração – na execução do projeto. Assim, as atividades tornaram-se mais diversificadas, com seminários, homenagens,

leituras dramáticas, peças teatrais, exibição de filmes e lançamento de livros, sempre seguidas por debates temáticos. Além disso, interlocuções foram feitas com as exposições de longa e curta duração, como debates com curadores e pessoas ligadas às suas respectivas temáticas. O *mailing* foi ampliando devido aos contatos deixados no livro de visita e nas filipetas, tal como a partir do levantamento de instituições e grupos de potencial interesse (NEVES, 2011).

De acordo com a ex-coordenadora do Memorial, os Sábados Resistentes possibilitaram a ampliação do perfil do público museal ao aproximar o museu com outros grupos de militantes. O trabalho realizado tem alcançado um público diversificado, ativando uma rede de relações pessoais – seja entre o próprio grupo de rememoração ou entre militantes de diferentes gerações – e institucionais – tanto para o Núcleo de Memória quanto para o próprio Memorial da Resistência. Em virtude dessa condição, os Sábados Resistentes tornaram-se espaços representativos de diálogo entre gerações, entre presente e passado, em meio ao tensionamento de temas políticos e sociais de um Brasil contemporâneo. Não é ao acaso que as homenagens e os debates de temas atuais (Comissão da Verdade, Decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos etc.) são os mais concorridos, excedendo a lotação máxima (NEVES, 2011).



Figura 26 - Sábados Resistentes.

Foto: Acervo Núcleo de Preservação da Memória Política



Figura 27 - Sábados Resistentes.

Foto: Acervo Núcleo de Preservação da Memória Política

Ao apresentar um crescimento exponencial, os Sábados Resistentes saltaram de oito encontros temáticos, em 2009, para um mínimo de quinze atividades por ano, podendo-se estender o número de ações programadas, com um público médio de 110 pessoas (ocorre em um auditório com capacidade máxima de, aproximadamente, 180 pessoas no quinto andar da Estação Pinacoteca). Dentre as atividades culturais do Memorial, os Sábados Resistentes são as que mais se destacam, sendo um eficaz elemento de agenciamento de público. Sua função política e social visa despertar uma consciência democrática em meio a uma relação dialógica de comunicação. Esses encontros reconhecem a experiência individual e coletiva ao valorizar

as articulações da sociedade civil na formação de uma rede de sentidos voltada para a reflexão crítica do passado, tendo em vista os problemas do presente, em prol de uma ideia de futuro.

3 A CONFIGURAÇÃO DA NARRATIVA

Este capítulo estará centrado no entendimento da construção narrativa do Memorial da Resistência de São Paulo. Após uma breve conceituação teórica sobre o conceito de narrativa, em sua relação com a experiência e a temporalidade, o capítulo ganhará caráter analítico, a fim de compreender os aspectos inerentes às especificidades do Memorial da Resistência, principalmente no que tange a construção de sentidos pelos sujeitos agenciados pelo museu. A presente seção versará sobre a relação existente entre a experiência, a narrativa e a temporalidade, trabalhando os sujeitos e os processos de construção de sentidos nos dispositivos interacionais do museu. É neste capítulo que se fará a análise das fontes – orais e documentais – com o intuito de se entender os sujeitos presentes no Memorial da Resistência e, principalmente, como o público agenciado reverbera a experiência museal, assim como os dispositivos interacionais da referida instituição são construídos e remodelados a partir de seu uso.

Vale ressaltar que o trabalho tem como base a análise de nove relatórios, nove livros de visita da exposição de longa duração e duas entrevistas. Os livros de visita foram escolhidos aleatoriamente, tendo como critério um livro por ano durante o recorte temporal de 2009 e 2017. A partir dos livros extraíram-se comentários qualitativos relacionados a três condições: comentários relacionados à memória, em sua reatualização da lembrança; relacionados à condição política do cotidiano; e aos dispositivos interacionais do museu. As entrevistas foram realizadas a partir de condição semiestruturada, modelo que proporciona maior liberdade no direcionamento das perguntas (BONI, QUARESMA, 2005). As entrevistas encontram-se transcritas nos Apêndices A e B, a tabela de comentários no Apêndice C.

3.1 Narrativa, experiência e temporalidade

Como forma de mediação entre o homem e a realidade, a narrativa é um fenômeno essencial ao movimento de ordenação simbólica do mundo. Narrar é relatar, é partilhar sentidos, é constituir modelos de representação linguisticamente traduzidos, aptos a representar a teia de “significados e relatos intersubjetivos, produto da ação, vontade, pensamento e comunicação entre os próprios homens” (MOTTA, 2013, p. 69). É justamente a narrativa que significa a vida, instaurando um jogo de linguagem capaz de gerar contextos de compreensão da experiência, em um processo de interpretação do conhecimento adquirido.

Nesse viés, ela é uma operação cronológica capaz de humanizar o tempo físico, à medida que transcreve múltiplas relações entre passado, presente e futuro ao instituir sentimentos de duração e ruptura, em meio ao contínuo do viver.

As narrativas são práticas ordenadoras de sentido que ocorrem em intervenções concretas, em contextos específicos inerentes a processos mais amplos de comunicação (FRANÇA, 2006). São atos comunicacionais, enunciações que permitem diferentes perspectivas de compreensão da realidade, sendo, por assim dizer, a capacidade humana de negociar sentidos por meio de uma representação que coloca sujeitos em relação. Além disso, são dialógicas, desenvolvidas por sujeitos em ação, atuantes no mundo, os quais produzem e recebem formas discursivas em meio à dinâmica social. Práticas que significam o mundo ao redor, permitindo o compartilhamento de ideias dentro de uma teia de relações mediadas discursivamente e que trazem à tona uma complexidade social ao evidenciar consensos, dissensos, confluências e embates entre interlocutores. Os sujeitos da narrativa agem no mundo, se afetam e se constituem mutuamente, instituindo experiências e produzindo processos de partilha do comum.

Por partir da ação intencional de contar algo para alguém, as narrativas não são aleatórias. São discursivas, porém, sempre provisórias, já que possuem objetivos que nem sempre são alcançados e relacionam-se à experiência em graus diversificados, sendo configuradas e reconfiguradas a todo o momento ao constituir espaços de conflito em que convivem coerção, resistência, consonância e divergência (LEAL, 2006). Consequentemente, as narrativas estão inseridas em condições relacionais de comunicação, apresentando opacidades inerentes não somente aos movimentos de construção, mas, também, à percepção, as quais são fabricadas e recriadas em diferentes camadas de interpretação. Desse modo, mostra-se como um lugar de mediação, onde ocorre a modificação dos significados implicados, em diferentes processos de compreensão do mundo, sendo, neste contexto, articulada tanto à expectativa do narrador quanto à experiência do narratário.

As narrativas começam na experiência humana. Como forma dos indivíduos construírem sentidos sobre a realidade, a experiência é uma instância de formação de códigos e símbolos culturais; é o elemento básico de produção do conhecimento. Por sua vez, as narrativas são a plataforma de representação da experiência, meios de transmissão de um viver devidamente ressignificado, como formas de imitação da ação humana, as quais trazem a experiência para o mundo, onde será, mais uma vez, reinterpretada. Ao permitir a partilha do conhecimento, as narrativas constroem significados sobre uma realidade ordenada. Desse modo, não é de se surpreender que elas existam em diferentes realidades, em diferentes

tempos históricos, sendo um fato cultural, claramente antropológico, presente em cada sociedade – “ela começa com a própria história da humanidade e nunca existiu, em nenhum lugar e em tempo nenhum, um povo sem narrativa” (BARTHES, 1976, p. 19).

De fato, experiência e narrativa fazem parte do cotidiano de um mundo objetivado. A experiência é instituída na dimensão existencial do viver, como um princípio sensível – subjetivo e coletivo – de interpretação e simbolização da realidade. Uma dimensão capaz de gerar significação em sujeitos psicossociais, os quais retroalimentam suas vivências por meio da linguagem, constituindo formas de sentir e abstrair o mundo ao redor. Por conseguinte, as narrativas são o meio de acesso à experiência ressignificada. É o mecanismo que permite, por meio da partilha de sentidos, o processo de entendimento da experiência, sendo, portanto, “indispensável à concretude dos processos de interação que ocorrem entre seres humanos e seus ambientes” (LANA et al., 2015, p.147). Sob este aspecto, toda narrativa, mesmo que ficcional, sempre estará relacionada à experiência, conseqüentemente, à realidade, pois se encontra entrelaçada aos significados de um mundo prefigurado, onde o relato se constrói.

A experiência é base para a narrativa, pois está no encontro do indivíduo com o mundo. Empiricamente, aquela pode ser vista através da “percepção e apreensão de um dado sensível, causador de sensações, de impressões, de imagens, de significações experimentadas como pertencentes ao que é vivido de modo imediato pelo sujeito” (GUIMARÃES; LEAL, 2007, p. 05). Já em sua dimensão pragmática, a experiência é entendida por meio da ação humana, em um contexto de interação entre os sujeitos e o ambiente. Enquanto na concepção hermenêutica, é percebida na compreensão do indivíduo sobre a realidade, em um processo de leitura e aprendizagem, no qual se instituem um campo de possíveis, gerando mudanças no agir dos sujeitos diante do mundo. Esses contextos, em conjunto, mostram a experiência como uma categoria que, além de sentida, pode ser acrescida pela ação e expandir-se em outras ações, produzindo, assim, transformações recíprocas nos indivíduos e ambiente.

De acordo o filósofo pragmático John Dewey (2010), a experiência é uma constante, uma condição inerente ao contínuo do viver, porém, é a forma de interação dos sujeitos com o ambiente o qual permite a transformação da experiência em algo único, memorável, passível de ressignificação. Em Dewey (2010), toda vivência origina experiência, mas, a experiência só se torna significativa quando afeta os indivíduos, possibilitando a apreensão de sentidos sobre um evento, que será mentalmente selecionado e interpretado. A experiência significativa é diferente da experiência cotidiana, pois a condição de significância tem como premissa a maneira como os sujeitos se relacionam com a realidade. Assim, a experiência significativa – chamada pelo autor de estética – é caracterizada pela sua forma, singularidade

e conclusão, sendo um evento para além do fluxo ordinário do cotidiano. Essa experiência é resultante do agenciamento dos sujeitos em um processo de interação, que, por sua vez, tem como base os tensionamentos existentes da “criatura viva e algum aspecto do mundo em que ela vive” (DEWEY, 2010, p.122).

Em sua forma básica, a ideia de experiência cotidiana em Dewey (2010) não agencia sujeitos, pois ocorre na pouca interação dos indivíduos com o meio, assemelhando-se, em certo modo, à condição conceitual proposta por Walter Benjamin (1985) – cujo trabalho evidenciou a superficialidade da experiência a partir do desenvolvimento da técnica na sociedade moderna. Para Benjamin (1985), a modernidade está alçada pela pobreza de experiências, tal como um consequentemente declínio narrativo, principalmente, em sua possibilidade de transmissão de conhecimento e interação entre indivíduos. A experiência permite a reflexão, porém, o mundo atual tem estimulado experiências rasas, sem os rastros e vestígios, sem elementos espaciais e temporais aptos a processos de ressignificação. Nesse viés, encontra-se um mundo de experiências não significativas, as quais não edificam o patrimônio humano do saber e da memória. São experiências comuns que não se acumulam e nem se desdobram em movimentos de reapropriação de sentidos entre sujeitos em interação.

Benjamin (1985) e Dewey (2010) se assemelham no que tange a superficialidade da experiência moderna. Dewey assinala que “o gosto pelo fazer, a ânsia de ação, deixa muitas pessoas, sobretudo no meio humano apressado e impaciente que vivemos, com experiências de uma pobreza quase inacreditável, todas superficiais” (DEWEY, 2010, p.123). Já Benjamin (1985) evidencia o avanço tecnológico e sua interferência no cotidiano como elementos de alteração na capacidade de transmissão de experiências. Por conseguinte, ambos apontam que as percepções acerca da experiência são estabelecidas quando ressignificadas pela consciência humana. Entretanto, enquanto Dewey (2010) assinala a experiência pela sua singularidade, forma e conteúdo, Benjamin (1985) demonstra a ressignificação no encontro desta com o senso comum, que é, por sua vez, compartilhado.

Benjamin (1994) segue suas concepções acerca da experiência, questionando a condição das narrativas na modernidade. De acordo com o autor, a narrativa é uma experiência presente na memória coletiva, pois carrega consigo um acumulado de marcas e vestígios que possibilitam a construção de um saber, que usa a autoridade do tempo e do espaço na construção do conhecimento. Sob tal aspecto, Benjamin (1994) incide sobre a decadência da narrativa em um mundo que passou a valorizar cada vez mais a informação. Narrar e informar são condições distintas, pois a informação é conclusiva, é verificável e tem valor enquanto é nova. Não se prende à reminiscência, muito menos permite o verdadeiro

compartilhamento, já que reduz as possibilidades de compreensão da experiência. Por outro lado, a narrativa carrega consigo a autoridade do tempo, do espaço e, principalmente, da tradição, permitindo laços entre gerações ao deixar rastros na memória, uma vez que é inexoravelmente fruto do vivido.

Enquanto a experiência é a valorização do conhecimento adquirido em uma abertura de possíveis, a narrativa permite a construção de sentidos sobre a experiência, articulando tempos em uma construção de ritmo própria. É a narrativa que cria possibilidades entre o tempo do narrar e o tempo narrado, tornando-se inteligível por sua relação com a experiência, justamente por fazer parte dela (GENTIL, 2010). Com ação rítmica própria, ela permite inserir o leitor em uma horizontalidade temporal, que envolve a narração, a narrativa e o contexto (LEAL, 2006). Perspectiva na qual o processo temporal faz-se reconhecido, já que “o tempo torna-se humano na medida em que este está articulado de maneira narrativa; em contraposição a narrativa é significativa na medida em que desenha as características da experiência temporal” (RICOEUR, 2016, p.9). Nesse sentido, a narrativa é, por assim dizer, a mediação entre o tempo fenomenológico, sentido por seres conscientes, e o tempo físico, demarcado pelo movimento dos corpos celestes.

De acordo com Barros (2013), a narrativa está baseada na apreensão temporal do homem, pois a ideia de tempo só adquire sentido por meio da percepção, da imaginação e da vivência dos indivíduos. Para o filósofo Paul Ricoeur (2016), a narrativa é fundamental para a constituição da temporalidade, já que possibilita representar, por meio da intriga, as diversas perspectivas do sentir da experiência humana. Inicialmente, pode-se entender que a apreensão da temporalidade está na capacidade do sujeito sensível de reter vivências significativas junto ao fluxo contínuo da experiência cotidiana, significando um evento que precede e outro que sucede. Contudo, deve-se ater que somente a narrativa permite a exteriorização desta temporalidade subjetiva, justamente por ser um mecanismo operacional capaz de colocar acontecimentos em perspectiva, relacionando eventos em sucessões temporais ao modo de criar significação. É a narrativa que configura o sentir do antes e depois ao humanizar a percepção do tempo, sendo o elemento o qual possibilita a ressignificação da ação pela memória.

Ao problematizar a condição de representação da ação por meio da relação entre sujeito, tempo e experiência, Ricoeur (2016) assinala a narrativa enquanto uma operação lógica que possibilita ordenar o vivido em uma totalidade significativa. Para este autor, narrar é integrar eventos múltiplos e dispersos, em uma concordância discordante, como uma possibilidade de reconfiguração da experiência a partir da intriga, ou seja, é a incorporação do

mythos tal como da representação da ação, a *mimesis*, em seu agenciamento dos fatos. Desse modo, narrar é uma composição linguística instituída na seleção e organização de elementos distintos, em prol de uma unidade lógica capaz de criar relações de significância. É por este contexto que as narrativas são vistas como produções discursivas que instituem uma síntese do heterogêneo em meio à invenção e a montagem interessada, capaz de instaurar processo de produção de sentidos (FRANÇA; GUIMARÃES, 2004).

“A narrativa é um modo de apreender o mundo” (LEAL, 2013, p. 29), sendo uma síntese do heterogêneo que é, por sua vez, reunido e articulado em diferentes relações causais, em meio a um enredo, uma intriga, que tem objetivos, causas e consequências. Sua estrutura possui uma unidade temporal a qual permite imitar a realidade ao criar uma representação na qual diferentes acontecimentos são articulados em torno de uma inteligibilidade, que se revela justamente no ato comunicacional. Como meio, a narrativa se realiza em seu destino, gerando novas experiências a interlocutores à espera, os quais, por sua vez, reagem atualizando sentidos e significados. Enquanto possibilidade, ela permite uma condição infinita ao ocorrer na possibilidade de ser apreendida e recontada, colocada novamente em circulação. Assim, a narrativa não está em si mesma, mas na interpretação do narratário, que aciona todo um repertório de valores, refigurando sentidos e, principalmente, mudando o seu agir no mundo.

Ricoeur (2016) segue suas concepções ao assinalar a narrativa em sua forma hermenêutica, descrevendo três tempos de representação. A prefiguração, chamada de *mimese I*, busca o entendimento da experiência do campo prático da ação. A configuração, a *mimese II*, percebe a construção de sentidos através da narrativa, mediando temporalidades. E a refiguração, ou seja, a *mimese III*, possibilita a mudança no agir do público ao devolver a experiência para o mundo da ação, permitindo, assim, novas narrativas. Estes três tempos mostram a capacidade da narrativa de se projetar para além de si mesma por meio da experiência: a experiência a qual já está concretizada no mundo, a experiência que se faz no momento do narrar e a experiência que se volta ao campo da ação, em uma possível mudança de agir do narratário. A narrativa é, justamente, a experiência mediada, isto é, a experiência a qual permite o entrecruzamento entre o mundo prefigurado do narrador com a realidade do leitor.

Por sua vez, a dimensão hermenêutica é o processo que coloca a interpretação no centro dos gestos narrativos, ampliando, simultaneamente, a condição temporal da narrativa por gerar novos sentidos ao mundo. Ao refigurar a experiência temporal por criar um tempo mediado, a narrativa se coloca em relação ao passado, ao presente e ao futuro, conectando-se a um campo de experiências (passado), tal como a um horizonte de expectativas (futuro). Por

consequente, as construções narrativas permitem transpor experiências passadas ao perpassar não só o presente, mas também o futuro, gerando transformações com o porvir que se aproxima. Um horizonte de expectativas que se firma através de novas formas de sensibilidade, pois

[...] mais que o espelho de uma experiência, mais que um veículo para o saber, a narrativa produz outros conhecimentos e outras vivências e essa circulação é infinita. Quando narramos, sempre contamos outra história, não só porque cada contexto é único, como também porque os interlocutores se diferenciam e a organização que narrativamente geramos traz nem sutis diferenças (LEAL, 2013, p.33).

A narrativa é o componente que possibilita a transmissão da experiência, gerando conteúdos, levantando estados emocionais e viabilizando a construção de significados sobre o vivido. É uma transmissão que pode ser acrescida seja pela própria modificação da narrativa inicial ou pela possibilidade de mudança de agir em um porvir que se aproxima. Nesse sentido, pode-se entender que a narrativa desempenha um papel de mediação entre passado e futuro, na qual se encontram a *mimese I*, relacionada ao mundo da ação, em um passado prefigurado inerente a um campo anterior de experiência, e a *mimese III*, ou seja, ela desempenha um papel sobre um possível futuro refigurado, cuja interpretação do interlocutor se relaciona a um horizonte de expectativa, retroalimentando o viver por meio de novas experiências. Dito de outra forma, a narrativa gera um ciclo infinito de possibilidades, em um processo espiral, no qual os sentidos são postos em novas relações interacionais.

Ricoeur (2016) levanta a ideia de um círculo hermenêutico, no qual o interlocutor é colocado como recriador. Esse circuito infinito gera novas possibilidades na experiência, isto é, no mundo da ação, colocando em foco não só o narrar, mas, também, o interpretar. Assim, a narrativa torna-se um movimento da ação ao texto e do texto à ação, em uma atualização de sentidos que ocorre em três tempos: prefiguração (tempo do narrador), configuração (tempo da narrativa) e refiguração (tempo do narratário). Nesse sentido, fica claro que a narrativa diz algo para além de si mesma, pois

o que é comunicado, em última instância, é, para além do sentido de uma obra, o mundo que ela projeta e que constitui seu horizonte. Nesse sentido, o ouvinte ou o leitor o recebem segundo sua própria capacidade de acolhimento que, também ela, define-se por uma situação ao mesmo tempo limitada e aberta a um horizonte de mundo (RICOEUR, 2010, p.132).

Toda narrativa pressupõe um processo de seleção e articulação, sendo uma operação baseada no enquadramento de fatos e eventos, em uma perspectiva de mundo que é, por sua vez, baseada na dupla relação interpretação/narração. A condição hermenêutica da narrativa

permite um processo de mediação entretempos, pois toda narrativa é capaz de tecer uma relação temporal entre um devir e um povir, dilatando o mundo de possibilidades sobre a ação humana. Toda narrativa permite a construção diacrônica do tempo, em sua relação entre passado, presente e futuro, como uma operação que coloca temporalidades em relação. Contudo, são as narrativas não ficcionais que operam o vivido de maneira objetivada ao permitir construções tangíveis sobre a realidade a partir da ideia de espaço de experiência e horizonte de expectativa.

3.2 Memorial da Resistência de São Paulo: a relação entre dispositivos interacionais e sujeitos agenciados

Os museus vêm refletindo sobre sua função desde as décadas de 60 e 70, quando passaram a reavaliar sua importância como instrumento de desenvolvimento social. Entretanto, foi somente com a Declaração de Caracas, em 1992, que a ideia de museu como espaço comunicacional se consolidou de forma efetiva. As inquietudes sobre o tratamento dado à comunicação nos museus geraram movimentos de transformação das práticas museológicas, fazendo com que instituições ainda calcadas na simples transmissão de conteúdos repensassem sua própria condição. A mudança permitiu o questionamento da cadeia linear entre museu e público ao instituir no lugar processos dialógicos de negociação de sentidos, no qual o universo do visitante passou a ser incorporado pelas instituições museológicas. Além disso, respeitadas às possibilidades reais de cada museu, novas formas de mediação foram surgindo, transfigurando, cada vez mais, o público em agente ativo do ato comunicacional.

Por sua vez, a comunicação é um processo de partilha de pensamentos, ideias, valores e mensagens, fundamental ao movimento de constituição das relações sociais, sendo caracteristicamente baseada na imprecisão da expectativa de gerar sintonias, como uma potencialidade de acordes compostos entre sujeitos. Esse fenômeno não escapa aos museus, cujos espaços encontram-se a serviço da sociedade e possibilitam arranjos dinâmicos de interação, nos quais sujeitos se constroem mutuamente. É um processo que, segundo José Luiz Braga (2012), está relacionado a movimentos de interações sucessivas, em que sujeitos sociais se reverberam uns sobre ou outros, se escutam mutuamente e se modificam a partir de aportes múltiplos e entremeados. Desse modo, os atos comunicacionais constituem uma relação prática, na qual se espera o surgimento do novo, ao se homologar enquanto “tentativa

incerta do comunicar, uma vez que os sujeitos sociais são entendidos no intercâmbio e porosidade dos seus papéis enunciativos e culturais” (FERRARA, 2011).

Por conseguinte, os museus são instituições narrativas que produzem contextos amplos de comunicação, gerando sentidos a partir de uma lógica própria, em uma ordenação espaço-temporal única. Tais instituições possuem interlocutores diversificados, um público plural que percebe o discurso museal de maneira ativa e que atua no mundo como enunciatário de discursos sociais. Essa condição está relacionada a uma responsabilidade ética sobre o público o qual agencia, já que o museu se constitui a partir de um lugar de fala autorizado, sendo uma instituição de poder que permeia um conjunto de ideias teatralizadas. Valores que escondem ou desvelam interesses subjacentes ao criar movimentos de inclusão, dominação, exclusão ou, até mesmo, de cristalização de preconceitos.

Os museus são instituições narrativas que permitem processos de mediação entre o público e a realidade, em meio a um jogo de fala e silenciamento, minuciosamente formulado em sua intencionalidade. De caráter semiótico, são instituições que se realizam “na relação entre o mundo exterior e o mundo dos sentidos; entre o material e o virtual; entre o individual e o coletivo; entre o local e o global; entre o tangível e o intangível; entre criação e informação” (SCHEINER, 2003, p.1). Nesse sentido, o papel social dos museus está na capacidade de se adequar às necessidades de seu entorno, influenciando a comunidade que o habita através das suas ações. Assim, a comunicação desempenha uma função vital para as instituições museológicas, as quais devem instituir dispositivos destinados aos diferentes perfis de público em função das suas expectativas, motivações e necessidades. É justamente na criação de sentidos pelo público que tais instituições revelam sua potencialidade.

Como todo museu, o Memorial da Resistência é um sujeito social produtor de sentidos, pois é um museu narrativo que trabalha o tempo narrativo para discorrer sob o tempo vivido ao reorganizar experiências individuais e coletivas por meio de diversos dispositivos interacionais, assim, operando o passado através da memória e o futuro por intermédio da expectativa. Ou seja, é um sujeito social o qual interpreta um mundo que existe antes de si, decodificando/codificando a realidade a partir de uma dada finalidade. Nesse viés, o museu é uma instituição de comunicação da memória, o qual trabalha a relação do homem com o tempo ao representar a memória coletiva a partir dos diferentes modos de sentir da experiência individual. Não é neutro, pelo contrário, pois possui um propósito específico, uma vez que busca pela reflexão dos conceitos de democracia e cidadania, a começar pela ideia de resistência. Desse modo, há uma intencionalidade trabalhada de modo narrativo, cujos

sentidos são dialeticamente construídos com o público em uma experiência museal, a qual pode afetar ou não indivíduos que se relacionam com a realidade.

O Memorial da Resistência possui uma ideologia subjacente, que é inserida de maneira conotativa e denotativa (HALL, 2003) em uma narrativa minuciosamente construída a partir de diferentes processamentos técnico-metodológicos, os quais chancelam não só seu discurso, mas, também, as diferentes ações comunicacionais do referido museu. Por sua própria natureza, o memorial é narrador, uma vez que elabora significados na articulação de objetos-signos, ideias e emoções, operando a experiência individual e coletiva dentro de uma tessitura intencionada, a qual produz interpretações que extrapolam os sentidos propostos originalmente pela própria instituição. Além disso, ele possui uma trama que pode ser vista, lida e sentida, em meio a uma rede capaz de gerar experiências singulares.

Ao permitir novas experiências ao público, o qual reage em dimensões práticas e simbólicas sobre a própria realidade, o Memorial da Resistência tenciona o mundo ao seu redor, como um processo de comunicação que se faz dentro de um movimento tentativo, isto é, a partir da compreensão entre os sujeitos que compartilham significados. Consequentemente, ele promove um conjunto de mensagens a serem decodificadas por um público multifacetado, o qual reage ao conteúdo veiculado em graus diversificados de simetria/assimetria (HALL, 2003). Seu processo comunicativo é discursivo, embora seus dispositivos originem movimentos dialógicos os quais circunscrevem à circulação de significados fundados no simbólico e na linguagem (FRANÇA, 2001). Nesse viés, o memorial não constitui um sistema fechado de possibilidades, pelo contrário, possui uma linguagem aberta à interpretação dos significados operados.

Por sua vez, vale ressaltar que a memória é o elemento fundante do Memorial da Resistência, ao se preservar o prédio, subverter o processo de higienização do espaço e se fazer enquanto força basilar dos dispositivos interacionais em sua concepção inicial. Uma memória que ressignifica o contexto cotidiano, uma vez que permite o entendimento das estruturas as quais permanecem no contexto social do presente, além de se construir e se reatualizar tanto no plano individual quanto no contexto coletivo. Desse modo, a condição imaterial da memória permite a criação de uma rede de narratividade, que se espraia em diferentes dispositivos interacionais e que converge, ao mesmo tempo, para um sentido comum a ser construído.

Nesse viés, o Memorial da Resistência é um museu que narra a partir de uma rede de narratividade, a qual, por sua vez, se funda a partir de uma memória enquadrada (POLLAK, 1989), inserida entre a lembrança e o esquecimento, baseada em um processo de negociação

de sentidos sobre o passado. Essa memória encontra-se entrelaçada ao cotidiano, apesar de remeter a um contexto anterior, uma vez que discorre sobre valores os quais circulam pelo universo de relações históricas e sociais que caracterizam pragmaticamente o presente. Por tal motivo, ela permeia códigos que são lançados à interpretação, gerando disputas de sentido sobre os significados compartilhados. Códigos estes que se efetivam em meio a uma construção dinâmica e que se transformam em fonte de outras narrativas, as quais se inserem em uma realidade que está, conseqüentemente, em permanente mudança.

De acordo com Braga (2011), não há uma comunicação perfeita, nem uma ausência radical de comunicação, pois a comunicação é uma dimensão contínua, com graus, níveis e direções variáveis, como um agenciamento que evoca diferentes vozes sociais. Nesse sentido, entende-se a performance valorativa do Memorial da Resistência a partir da possibilidade, visto que deve ser vislumbrada na sua relação com os sujeitos agenciados e nos graus de simetria encontrados entre o museu e seu público, em sua tentativa de criação do novo. Ao entender tal condição, parte-se para a análise das vozes consonantes e dissonantes que são integradas ao espaço museal, permeando significados possíveis e evidenciando o museu como um espaço complexo, onde os sentidos são negociados, assim como a apropriação do museu pelo público, o qual direciona os dispositivos museais em sua criação e desenvolvimento.

3.2.1 Os sujeitos agenciados pelo Memorial da Resistência de São Paulo

O Memorial da Resistência se coloca no mundo com uma carga histórica específica, sendo fruto da militância política em sua luta pelo direito à memória e à verdade. Uma militância que experimentou um mundo anterior, cujas marcas e vestígios se fazem presentes através da narrativa testemunhal, em uma memória que se ancora de alguma forma na materialidade do espaço no qual se insere. Construindo sentidos a partir das memórias subterrâneas (POLLAK, 1989), a narrativa museal permite a fala dos sujeitos dentro de um território específico, possibilitando certa reparação simbólica a indivíduos que sofreram com a repressão estatal durante um período traumático. Esses sujeitos agora protagonizam parte da história ao interpretar publicamente o passado, inserindo sua memória em um lugar social (CERTEAU, 2002), o qual é chancelado pelas suas práticas de pesquisa, preservação e comunicação.

Ao articular testemunhos em meio a uma produção de sentido interessada, o Memorial da Resistência interpreta um mundo anterior, acionando uma memória histórica, baseada nos testemunhos individuais e coletivos de indivíduos que vivenciaram um passado que hoje é

fortemente disputado. Ele escolhe o que fica e o que será destruído, inserindo-se em um campo de poder e conflitos sociais. Como um sujeito comunicacional, que usa a força da memória dentro de um espaço representativo, em meio a uma vontade de registro, ancorado de representações sociais as quais versam sobre a experiência coletiva, a referida instituição congrega e identifica indivíduos em torno de um passado comum, sendo um espaço público que dá direito de fala às vozes silenciadas por um sistema de repressão já inexistente, mas não totalmente superado.

Desse modo, o Memorial da Resistência promove uma visão de mundo, no qual diferentes universos são postos em relação, criando movimentos de negociação de sentidos entre sujeitos sociais. Isto é, o museu agencia sujeitos do passado e do presente, em uma possibilidade de mudança futura, ao narrar um mundo prefigurado, que é, por sua vez, duplamente acionado: primeiro, pelo testemunho, depois pela instituição, a qual usa a retórica testemunhal como insumo de sua narrativa. Sujeitos que se constroem dentro de uma experiência museal e reverberam suas expectativas a partir de um contexto relacional de comunicação, no qual sentidos são produzidos e negociados.

1) A relação entre o museu e os sujeitos do passado

Como evidenciado no capítulo anterior, o Memorial da Resistência foi criado a partir da luta política do Fórum Permanente dos Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo, em meio ao deslocamento de sentidos sobre o Memorial da Liberdade. Assim, é um memorial estabelecido a partir do conflito e consonância de interesses entre diferentes sujeitos, segundo Maurice Politi, ex-presos político atuante no museu. De acordo com o entrevistado, a constituição do Memorial não foi pacífica, uma vez que se relaciona a disputas diversas, como uma instituição inserida entre a vontade de registro e a vontade de esquecimento, estando entre uma memória impedida e memória obrigada (RICOEUR, 2012).

A coletividade inicial se faz representada no museu, sendo parcialmente englobada nos conselhos consultivos via Núcleo de Memória ao atuar de maneira ativa dentro de alguns dispositivos interacionais. Segundo o entrevistado, o Memorial é fruto de um momento propício, somado à atuação de vários agentes sociais, mas nunca foi consenso entre os sujeitos relacionados ao passado que origina o museu. Politi afirma que o trauma impediu uma relação de proximidade de alguns ex-presos políticos com a instituição, uma vez que muitos queriam o esquecimento de memórias traumáticas. Ao mesmo tempo, lacunas foram formadas pela ausência do testemunho de agentes públicos que atuaram dentro do sistema de repressão e alguns atritos se formaram com parentes de mortos e desaparecidos, os quais não aceitaram a

abordagem temática do museu, a qual enfatizou indivíduos que sobreviveram ao processo de repressão. Uma temática sem pretensão de homenagear, mas de celebrar a vida, dizendo que a luta vale a pena e que a humanidade sempre vencerá a barbárie.

Ainda de acordo com Politi, além de fornecer testemunhos para a reconstituição cenográfica do espaço carcerário, os ex-presos políticos estão presentes e atuam efetivamente nas rodas de conversa e nos debates da ação cultural, via Núcleo de Memória – entidade social constituída em 2009, enquanto dissidência do grupo de trabalho educativo do Fórum Permanente de Ex-presos Políticos de São Paulo³⁸. O Núcleo atua como parceiro do Memorial desde sua inauguração, agindo de maneira ativa em conselhos consultivos e nas atividades dos Sábados Resistentes, dispositivo interacional que se tornou a principal atividade da ação cultural do museu. De acordo com Maurice, essa parceria foi firmada no momento de constituição do próprio Memorial devido à presença constante dos ex-presos no processo de implantação/consolidação da instituição museológica.

Para o referido entrevistado, os Sábados Resistentes foram criados a partir da impossibilidade financeira do museu de remunerar o trabalho desenvolvido pelo Núcleo, gerando um acordo entre essas duas entidades. Desse modo, a cessão do auditório para o Núcleo de Memória foi uma forma de pagamento, uma negociação sobre o trabalho voluntário dos ex-presos dentro do museu. Esse projeto que se constituiu de maneira voluntária acabou sendo incorporado às atividades regulares do Memorial, à medida que foi amadurecendo e gerando, posteriormente, uma ajuda de custo para manutenção do próprio Núcleo. Os Sábados Resistentes são organizados pelo ex-presos políticos, mas possuem participação da equipe do Memorial, a qual edifica as ações dentro do espaço museológico, discutindo as possibilidades temáticas dos assuntos debatidos.

Como um momento de encontro entre gerações, os Sábados Resistentes são proporcionados com a ajuda direta dos sujeitos que ali viveram experiências de repressão. Segundo Bonas, atual coordenadora da instituição, tais dispositivos são uma espécie de pleito aberto, sendo um momento que as pessoas falam, desabafam e contam suas histórias. “É muito bonito, neste sentido, ver também este contato entre gerações”, diz Bonas. Por sua vez, os Sábados são uma janela para vários temas que o Memorial da Resistência tem interesse em discutir, nas situações do presente, os quais se encontram no cotidiano, para além da memória da ditadura.

³⁸ De acordo com Politi, o Fórum Permanente de Ex-presos Políticos de São Paulo possuía vários grupos de trabalhos, dentre eles, o grupo de unificação de ações educativas, que era composto pelo Ivan Seixas, ele e outros indivíduos. Por sua vez, esse grupo acabou se separando por apresentar um maior dinamismo em relação às ações do Fórum.

De acordo com Marília Bonas, o museu tem buscado se inserir em debates pertinentes ao presente, transformando os Sábados Resistentes em um termômetro do interesse do público nos temas propostos para um debate atual. Segundo a sua fala, no radar encontram-se “temas que a gente gosta de trazer e discutir, desde temas como a imprensa, o movimento LGBT, a reforma da previdência, ou coisas que estão acontecendo agora, e que de uma maneira espelha coisas que já aconteceram” (BONAS, 2017). Ainda conforme Bonas:

[...] a gente vem numa discussão, o Núcleo e o Memorial, de como fazer que isso alcance mais gente. A gente vem de um lugar que as pessoas visitam menos espontaneamente, que tem ficado mais perigoso, a gente tem um número menor de pessoas que vêm aos sábados agora que vinham no começo. E a gente tem pensado nisso, se a gente faz transmissão online, o que a gente faz, como a gente disponibiliza, em termos de formato mesmo. Mas, em termos de estrutura estratégica, os sábados dão uma temperatura para gente do calor das discussões, do interesse das coisas, o que de repente a gente precisa discutir mais, o que não convém, porque que não convém, é muito importante para gente (BONAS, 2017).

Por conseguinte, as entrevistas de Maurice e Bonas mostram o processo evolutivo do Memorial da Resistência, o qual tem, cada vez mais, deslocado seu sentido para uma condição ampla de debate sobre os processos de resistência do cotidiano. Tanto Politi quanto a atual coordenadora deixam claro que o Memorial tornou-se uma instituição que trabalha o papel da resistência na construção da democracia, para além do passado, e da memória do grupo original de ex-presos políticos. Um deslocamento que usa a força da memória para ressignificar o espaço silenciado, devolvendo alguma cor para as marcas e vestígios esmaecidos do lugar, e transformando a luta e a resistência em modelo a ser seguido no presente. Ou seja, é um movimento de deslocamento à medida que o Memorial se volta cada vez mais para a construção dos conceitos de democracia e cidadania nos contextos de coerção do cotidiano.

Nesse sentido, a partir de todo material coletado, fica evidenciado que o Memorial da Resistência transformou-se em uma instituição museológica autônoma, apesar de ainda englobar o grupo inicial que permitiu sua existência. Ainda de acordo com ambos os entrevistados, Memorial e Núcleo possuem projetos distintos, mesmo com a forte presença do Núcleo no museu. Por sua vez, Politi afirma que a consolidação do Memorial enquanto instituição museológica fez com que o Núcleo deslocasse seu olhar para a conquista de outros lugares representativos à luta de resistência durante a ditadura civil-militar. Sob este aspecto, o entrevistado aponta para dois edifícios: o prédio da Auditoria Militar, onde será instalado o Memorial da Luta pela Justiça, e o antigo edifício do DOI-CODI, cujo processo de

tombamento foi aberto pelo ex-preso político Ivan Seixas, atual presidente do Conselho de Administração do Núcleo de Memória.

2) A relação entre o museu e os sujeitos do presente

O Memorial da Resistência surge a partir de um contexto específico, sendo impulsionado por uma confluência de ideais que naquele local circula. Obviamente, não há como separar o Memorial das pessoas que o fazem existir, das ideias que elas trazem e que ali se reverberam. É um museu que agencia um quadro de funcionários com pensamentos semelhantes, em consonância com as intencionalidades do museu. Sujeitos estes que, de alguma forma, permitem os discursos museológicos e, mesmo usando de procedimentos técnico-metodológicos, não são isentos em seu modo de enxergar a realidade. Por sua vez, todo o museu tem sustentação ideológica, a qual se expressa na seleção de seu acervo, tal como na sua estrutura institucional e operacional; conseqüentemente, essa condição não é diferente no Memorial. Contudo, deve-se ater que, neste caso específico, há um conjunto de ideias que são expressas de forma evidente, ao qual o Memorial agencia uma equipe afinada com os sentidos políticos que ele busca criar.

Em uma tentativa de modificação da realidade, o Memorial da Resistência pretende transformar sujeitos. Esse objetivo, fortemente vinculado ao mundo ao seu redor, gera questionamentos sobre o papel do referido museu dentro do contexto no qual, de fato, se insere. Marília Bonas (2017) evidencia que, apesar de vinculado ao passado, o Memorial está relacionado ao presente e à realidade que o cerca. Sob tal aspecto, a coordenadora enfatiza que suas ações não vinculam somente a representação da resistência civil a um Estado autoritário, dentro do recorte temporal anterior, mas às diversas formas de resistências que existem no cotidiano, resistências estas que levam à consolidação dos conceitos de cidadania e democracia, mudando pessoas e instituições.

Por conseguinte, a fala da coordenadora demonstra uma mudança, um novo deslocamento de sentido relacionado ao mundo atual que cerca o museu, em uma nova militância que agencia. Assim, há um deslocamento de função, que evidencia a ampliação da memória para seu atual espaço e tempo, como um novo desafio relacionado às relações de coerção as quais, em certo modo, acontecem na sua própria porta. Ainda de acordo com a atual coordenadora, o Memorial da Resistência tem se voltado cada vez mais para o presente ao ampliar a cena de debate em torno do conceito de resistência como um todo, fugindo do escopo inicial de sua criação. Por sua vez, o museu tem questionado seu papel em relação ao seu entorno, local de vulnerabilidade do centro da cidade de São Paulo, por estar situado

próximo à Cracolândia, espaço que abriga pessoas sem teto e sem perspectivas. Propondo inserir os conflitos sociais da área como pauta a ser trabalhada pelo museu, a coordenadora explica o valor emblemático do tema e a possibilidade de atuação do Memorial da região:

Os museus são instituições do seu tempo, né. Acho que a gente tem agora o desafio de olhar o Memorial neste lugar físico, dentro deste território da cidade [...]. Dentro da discussão do plano museológico, que a gente fez, no final do ano passado entre esse ano, e que o próprio Núcleo participou, e tal, tem essa coisa de o que perdura dentro destas estruturas de controle, pois essa perseguição política acabou com a redemocratização, mas a questão de controle social não, que estruturas do DEOPS permanecem dentro da polícia militar, da polícia civil, das ações e os critérios de perseguição. Caiu a lei de vadiagem, mas o que é lidar com uma minoria, lidar com uma população marginalizada. O quanto se repete disso, que é uma construção do DEOPS de fato. Eu acho que o Memorial tem esse compromisso de alargar, e, enfim, encontrar frentes (BONAS, 2017).

Sobre a Pinacoteca, Bonas assinala que o Memorial faz parte do contrato de gestão da Associação Pinacoteca Arte e Cultura (APAC). Nesse viés, o trabalho de pesquisa junto aos depoimentos atrelados ao Programa Coleta de Testemunho, da ex-coordenadora do museu, Katia Filipini Neves, e da museóloga Cristina Bruno, tal como a entrevista feita com Maurice Politi, deixou claro a importância da Pinacoteca do Estado de São Paulo na fundação do Memorial da Resistência. A percepção que ocorre a partir dos depoimentos consultados é que, sem apoio da Pinacoteca, a institucionalização do Memorial da Resistência seria muito mais tortuosa. Dessa forma, Bonas evidencia que há uma autonomia institucional balizada pela Pinacoteca, na qual o Memorial é parte integrante, porém, ressalta que o referido museu tem uma vida institucional diferente, com processos museológicos separados. A harmonia entre instituições é, em regra, comum a tais entidades museológicas, embora, às vezes, haja pequenos conflitos entre as vidas institucionais dos referidos museus.

As entrevistas citadas mostram o interesse notório do Memorial da Resistência em ocupar todo antigo edifício do DEOPS/SP. Contudo, duas questões impediram tal condição: 1) a existência da própria Estação Pinacoteca; e 2) a falta de equipe técnica capaz de promover uma ocupação efetiva do local. Nesse sentido, o Memorial inicia seu trabalho ocupando apenas a área carcerária remanescente do antigo edifício. Politi afirma que, por um lado, essa situação ajudou a própria formalização do Memorial, já que em nada adiantaria ter tal espaço sem uma equipe técnica adequada, capaz de transformar a materialidade do edifício em um verdadeiro lugar de fala de memórias silenciadas. Ainda de acordo com o seu depoimento, após a implantação do Memorial, a equipe contava com apenas três funcionários (uma museóloga, dois educadores) e um estagiário (que entrou depois). Logo, seria muita pretensão querer todo o prédio naquele momento, porém, a expansão do Memorial sempre foi

uma meta da institucional. De acordo com Bonas, seu crescimento é encarado com naturalidade pela Pinacoteca, a qual vê tal condição como resultante do aumento das ações do referido museu.

No que tange o Estado, Politi afirma que o governo estadual teve grande importância no processo de implantação do Memorial da Resistência, visto que determinados agentes públicos – em especial o Secretário de Estado da Cultura do Governo de São Paulo, João Sayad (que fora um exilado político), e Marcelo Araújo, então diretor da Pinacoteca – escutaram e apoiaram as demandas dos ex-presos políticos, permitindo a modificação do antigo Memorial da Liberdade em uma verdadeira instituição museológica. As negociações foram, em grande parte, promovidas por Raphael Martinelli, ex-presos político fundamental no movimento de negociação com o Estado, devido à sua articulação no meio político. Por conseguinte, Bonas afirma que o Memorial nunca sofreu interferência direta do governo estadual. Segundo a coordenadora, a cada cinco anos, o Estado faz uma chamada pública para a gestão da Pinacoteca e do Memorial, apontando linhas gerais relacionadas à política cultural estadual. Desse modo, um plano de ação é oferecido ao Estado a cada quinquênio, sendo reforçado ano a ano, com propostas de trabalho e metas firmadas. Tudo o que o Memorial produz tem chancela do governo estadual, porém, este não interfere na dinâmica do museu, o qual tem autonomia sobre a proposição de suas ações.

A relação do Memorial da Resistência com a Pinacoteca, tal com o governo do Estado de São Paulo, parece harmônica e com poucos ruídos. Apesar do crescimento do Memorial e da sua aceitação pela Pinacoteca, fica a indagação: até que ponto o avanço de uma instituição sobre a outra será possível? Afinal, mesmo que tais instituições apresentem processos museológicos diferentes, o Memorial é parte integrante da Pinacoteca, possuindo uma mesma gestão cultural. Ou seja, é uma situação que permite o diálogo, mas também impõe limites. Nesse sentido, é bem provável que o crescimento do Memorial fique cerceado a determinadas partes do edifício e nunca chegue à sua totalidade, uma vez que a Pinacoteca, instituição museológica centenária, também está consolidada naquele espaço. Simultaneamente, paira no ar a continuidade da relação pacífica do Memorial com o Governo do Estado de São Paulo, visto que o Memorial vem tratando de questões políticas e sociais do presente. Afinal, é o governo que mantém os trabalhos do museu, logo, será que o seu atual sentido pode gerar atritos com a instância governamental?

Ao instituir sentidos a um público de interesse diversificado, que sente e interpreta a experiência museal a partir de sua própria concepção de mundo, o Memorial da Resistência mostra-se enquanto um sujeito comunicacional, o qual media, interage e codifica uma dada

realidade. Desse modo, ele possui um sistema comunicacional produtor de significados compartilhados, negociados entre indivíduos, os quais não estão apartados das instâncias histórico-sociais das quais fazem parte. É um museu que atrai interesse do público, possuindo uma média constante de aproximadamente 70.000 visitantes/ano, como mostra os relatórios institucionais. Um público plural, que interage com os dispositivos interacionais da instituição e que se faz presente a partir de diferentes processos de agenciamento.

No que tange o público, a pesquisa aponta para a constituição de três grandes perfis, os quais se configuram a partir dos programas de comunicação do Memorial, possuindo um público educativo, um público expositivo e um público cultural, os quais se relacionam aos dispositivos interacionais de cada ação de comunicação do museu. Ao reconhecer o discurso museal a sua maneira, interpretando, selecionando e apropriando-se dos significados implicados a partir de sua própria realidade, destaca-se um público que não se aparta dos dilemas políticos e sociais do presente, e que, por tal, decodifica o conteúdo narrativo do museu em meio a inúmeras consonâncias e divergências. Assim, se vê um público que produz ecos imprevisíveis e que constitui o museu, ao mesmo tempo em que transforma a realidade, a qual o museu também faz parte.

Por tal motivo, os dispositivos do Memorial da Resistência agenciam vozes semelhantes, divergentes e, até mesmo, concorrentes, as quais se entrelaçam em um jogo de forças sobre um passado comum, constituindo um público multifacetado, que pode ser afetado ou não pelo museu. Stuart Hall (2011) mostra que a produção do discurso – a codificação – e o processo de recepção – a decodificação – não necessariamente possuem equivalência em seu objetivo, uma vez que podem ter ruídos e desvios. Por conseguinte, Braga (2010) evidencia que a potencialidade da comunicação é sutil, pois impregna os sujeitos de pequenas transformações imperceptíveis, as quais, em algum momento, serão constatadas. Isto é, a comunicação ocorre através de um processo de lento amadurecimento, cujas mudanças acontecem de maneira difusa no cotidiano. Além disso, o caráter tentativo se mostra na probabilidade de atingimento de objetivos comunicacionais, e não na mudança drástica dos sujeitos na ação comunicacional. Partindo de tal condição, a análise percorre as possibilidades de aparelhamento das diferentes vozes no museu.

Maurice Politi afirma que o Memorial da Resistência é um lugar de educação, onde as novas gerações podem se encontrar com um passado não vivenciado, sendo, em segundo plano, um lugar de reparação àqueles que passaram em condições deploráveis pelo DEOPS/SP. Sua fala deixa claro que o Memorial não é um lugar de homenagens, mas um local de constante educação, onde jovens podem entrar em contato com a experiência passada.

As entrevistas de Politi e Bonas foram fundamentais para o entendimento da importância do setor educativo para o Memorial, uma vez que a ação educativa é considerada o programa comunicacional de maior potencialidade do museu, justamente por possibilitar amplitude de um horizonte em espera. Por sua vez, as entrevistas também deixam clara a importância deste eixo programático para tal instituição e a potencialidade inerente de seus dispositivos interacionais.

A ação educativa transforma o Memorial da Resistência em palco de diálogo entre gerações ao colocar passado, presente e futuro em relação. Tanto Maurice Politi quanto Marília Bonas ressaltam a importância da ação educativa no processo comunicacional do museu, sendo, de acordo com os dois, o principal instrumento na busca de mudanças sobre um povir que se aproxima. No que lhe concerne, as atividades educativas do Memorial permitem que sujeitos tenham contato com as experiências de um mundo anterior, seja por meio de cursos formação, pela comunicação direta com indivíduos que participaram de uma ação passada ou pela simples possibilidade de mediação que existe em todo museu. Essas ações são voltadas para os educadores – os quais devolvem a narrativa ao mundo em meio ao processo de educação –, para os estudantes – que são levados para participar da experiência museal – e para um público avulso, que percebe sua possibilidade de ação dentro do museu.

Por conseguinte, as visitas mediadas para grupos escolares é um elemento que não pode ser ignorado, pois é a face mais visível do setor educativo, correspondendo entre 20% e 30% do público visitante. Bonas manifesta a importância da presença de grupos escolares no Memorial, uma vez que o assunto macro da exposição – o processo histórico relacionado à ditadura civil-militar (1964-1985) – faz parte do currículo básico de História do ensino fundamental e médio, além de envolver temas transversais relacionados a essa disciplina, como memória, democracia e temporalidade. Partindo de uma condição concreta de interação, as visitas mediadas a grupos escolares possibilitam a criação de um potente canal de diálogo com todos os educadores e alunos, pois seu espaço permite que estes sujeitos tenham contato direto com as experiências de repressão e resistência do passado (BACCEGA, MELLO 2014).

Dentre as ações educativas do Memorial, duas chamam atenção sobre seu caráter específico: a ação “Memorial Para Todos”, que tem caráter inclusivo, possui um educador exclusivo desde 2014 para atendimento do público com algum tipo de deficiência (ademais, a maquete do espaço é usada para englobar deficientes visuais), e a ação “Contações de Histórias”, a qual trabalha o tema resistência à coerção de forma lúdica, junto ao público infantil. Politi destaca o trabalho da ação educativa em seu projeto de inclusão com

deficientes físicos e, principalmente, com o Centro de Apoio Psicossocial (CAPS), o qual é uma frente que o grupo criador jamais imaginou trabalhar. Desse modo, engloba-se um público que passou a enxergar, em sua linha repressiva, as similitudes entre as coerções do DEOPS e o sistema de tratamento psíquico manicomial.

Como o tema macro do museu encontra-se vinculado ao conteúdo das escolas de ensino fundamental e médio, não é de se surpreender que o público estudantil representa uma parcela significativa dos visitantes do Memorial. Sob tal aspecto, vale ressaltar que o trabalho do seu setor educativo é, segundo Maurice Politi e Marília Bonas, o principal foco da instituição. Logo, o Memorial tem o propósito fundamental de educar, possibilitando que novas gerações entrem em contato com uma experiência que não vivenciaram. Politi é categórico ao afirmar que o testemunho é importante para preservar o lugar, porém, para a sociedade, é a ação educativa e cultural que, de fato, faz do Memorial um espaço de conscientização sobre a luta contra a barbárie. O entrevistado deixa clara a relação do museu com o público, tal como o seu papel social.

Observa-se, então, assim como todo museu, que o Memorial da Resistência possui um objetivo educativo. Suas ações permitem a ressignificação da memória, tal como a fruição dos conceitos de democracia e cidadania a partir do contexto de resistência. Em vista disso, acredita-se que o público educativo é o que apresenta maior potencial de mudança, pois enquanto uma parcela deste público busca pelos dispositivos do museu, a outra está em fase de aprendizado. Desse modo, cria-se uma proposição relacionada a uma prática de interações cotidianas do sistema educacional, para além do discurso vazio que, muitas vezes, se encontra em sala de aula. Em uma escuta ativa capaz de alimentar processos interacionais em sua produção de sentido, constrói-se um diálogo entre o museu e o público escolar. No mais, Baccaga e Mello (2014) assinala que a própria visita ao Memorial já abre possibilidades de diálogos educativos sobre o espaço urbano do entorno, uma região central vista como perigosa, que costuma ser evitada, mas que pode ser usada como debate para os processos de resistência do cotidiano.

A narrativa do Memorial possibilita a abertura de fronteiras para novas formas de resistência, uma condição difícil de ser mensurada. Braga (2010) assinala que a comunicação possui uma percepção difusa de sua relevância, evidenciando-se como uma tentativa, na qual diferentes processos de produção de sentidos podem ser percebidos. Apesar dessa colocação, um dado interessante é assinalado no Relatório Analítico de Avaliação de Público Estudantil de 2016. Dentre os 51 questionários aplicados entre 03/10/2016 a 28/11/2016, a estudantes do ensino fundamental, na pergunta aberta “o que você aprendeu ou descobriu na visita?

(verbos)”, os termos “acontecer (27), descobrir (19) e relacionar (5)” foram os três mais apontados. Curiosamente, são verbos que demonstram a relação entre ação e conhecimento.

Enquanto o público educativo é consubstanciado por uma condição quase que uníssona de possibilidade, o público expositivo é caracterizado pela pluralidade, apresentando dissonâncias discursivas perante o Memorial. Essa circunstância é percebida pelos livros de visita, em sua capacidade subjetiva de registrar impressões de forma espontânea. Por seu turno, os livros de visita são uma importante ferramenta de análise de público expositivo, uma vez que permitem inferências quantitativas e qualitativas sobre o fluxo diário, oferecendo, simultaneamente, uma amostra básica do perfil do visitante (nomes, gêneros, local de origem etc.). Tais livros documentam informações, como uma fonte de pesquisa em espera, capaz de fornecer subsídios sobre a própria essência do museu, assim como sobre o público que agencia. No que tange o Memorial da Resistência, tais livros são uma referência basilar para o entendimento das vozes em circulação na instituição, visto que permitem construir questões sobre o processo de troca e compartilhamento entre público e museu.

Por conseguinte, a análise dos nove livros consultados mostrou (ver Apêndice C) uma grande consonância do público com o discurso museal, porém, com algum nível de assimetria, pois contêm tanto mensagens em apoio aos militantes e ao trabalho do museu, como algumas críticas, várias sugestões e algumas contranarrativas. Entre os comentários mais comuns, encontram-se mensagens de ex-presos que nunca mais tinham pisado no espaço carcerário; parentes de ex-militantes mortos, desaparecidos e torturados; e de pessoas que nunca souberam sobre aquelas histórias, tal como sobre o significado daquele espaço. Uma grande parcela das assinaturas remete ao público escolar, fazendo menção à importância do Memorial para ampliação do conhecimento a partir da experiência de visitar um local de repressão relacionado ao recorte histórico estudado na grade curricular. Simultaneamente, este público, por vezes, deixa comentários, junto de suas assinaturas, falando sobre a importância do local. Entretanto, a maior parte das expressões é genérica, como “da hora”, “legal”, “gostei muito”, “aterrorizante”.

As dissonâncias mais comuns se relacionam às vozes esquecidas pelo Memorial, tal como ocorre nestes dois comentários escritos em julho de 2015, os quais, coincidentemente, encontram-se próximos: “a resistência negra foi esquecida, a real esquerda também. Se lembrar é resistir, é necessário desconstruir essa história do branco como construtor da sociedade brasileira” e “sugiro uma exposição que resgate a resistência das mulheres pretas e periféricas”. Dentre as críticas, a linha do tempo chama atenção pela ausência de eventos recentes. A exemplo, o seguinte comentário, de março de 2009, questiona a suposta ausência

da repressão, já no período democrático, do governo federal anterior à inauguração do museu, que, por sua vez, tinha vinculação ao governo estadual da época:

Toda história é sempre baseada em versões, o que é inevitável. Este museu não deveria se prestar à vassalagem despuída diante do poder do momento. É ridícula a linha do tempo montada na sala ao lado, que não conseguiu ver nenhuma atitude repressiva do Estado Brasileiro durante o governo FHC. Ao mesmo tempo, viu pelo menos três episódios repressivos no governo Lula. Quem poderia esclarecer a curadoria deste museu que houve sim repressão no governo FHC? Por acaso, nenhuma rádio comunitária deixou de ser atacada durante a gestão FHC? Por acaso não foi ele, FHC, o autor da lei do sigilo eterno? Vocês, tucanos, são ridículos ao fazer manipulações tão baratas. Pena que os cidadãos de São Paulo tenham que conviver com tão simplório ataque à memória brasileira.

No que lhe concerne, as contranarrativas são mais rarefeitas que as críticas a museu. Geralmente, encontram-se difusas em questionamentos sobre a memória representada no local ou por palavras que remetem a determinadas versões da história, que colocam os perpetradores como revolucionários e os oprimidos como terroristas. Entretanto, não é raro encontrar mensagens como estas: “Um marco do subdesenvolvimento de uma república bananeira. Presos de ontem, ladrões de hoje!” junto a um contracomentário o qual diz “Reaça”, as quais são percebidas no livro de abertura em janeiro de 2009; “Exposição editada e com cortes, isso não é autêntico”, de fevereiro de 2009; “Fomos felizes de ter uma ditadura militar ao invés de uma comunista. Vocês não têm ideia do que é uma ditadura de verdade (ditabranda)”, abril de 2016; “Dilma terrorista”, em dezembro de 2013; “Lembrar é sempre bom, mas porque também não se lembram do outro lado da memória? Somente dessa forma a geração é formada como geração que pensa, e não apenas seja doutrinada”, em julho de 2015; “Bolsonaro 2018. #Viva a ditadura” ou “Bora Temer, comunista tem é que morrer”, em novembro de 2016; e “Para alguns Bolsonaro (sic) e Trump é retrocesso. Para outros, é progresso. Quem está certo? Os dois e nenhum”, em abril de 2017.

Por conseguinte, a documentação consultada mostrou um grande número de comentários relacionados ao cenário político. Em sua relação política, encontram-se ocorrências de grande repercussão no debate nacional – casos políticos como as manifestações de junho de 2013, a prisão arbitrária do manifestante Rafael Braga e o desaparecimento de Amarildo Dias de Souza, ambos em 2013, e o processo de impeachment de 2016 são referenciados nos livros. Sob tal perspectiva, chama à atenção os livros de visita de 2013 em diante, quando o debate político ganha certo acirramento, uma questão também evidenciada pelos comentários: “E depois ainda escuto crítica por ter participado ativamente de dezenas de atos no Rio de Janeiro em 2013. Como um país com esta bruta história

consegue?”, dezembro de 2013; “Pelo fim da ditadura parlamentar”, em julho de 2015; “Volta Dilma” e vários “Fora Temer”, nos livros de 2016 e 2017³⁹.

Outro aspecto interessante dos livros é a capacidade de mostrar a memória como um elemento socialmente construído, tal como entendido por Halbwachs (1990), à medida que os sujeitos reconstroem lembranças individuais a partir da complexidade das interações sociais as quais se encontram no museu. Pessoas que ficaram presas ou tiveram parentes mortos, torturados e desaparecidos; sujeitos que escutavam rumores sobre o prédio; gerações distintas – pais, tios, filhos, sobrinhos, netos – construindo uma memória herdada (POLLAK, 1989), recebida de alguém que passou por uma situação de coerção. Essas lembranças são reatualizadas através da interação dos sujeitos com o museu, em uma construção individual e coletiva sobre um passado comum. Não obstante a busca por documentação e registro no material do museu, tal como nos computadores na sala do centro de referência, as lembranças também aparecem com certa frequência nos comentários.

Por sua vez, a análise deixou clara a capacidade do Memorial da Resistência enquanto operador da memória coletiva, em sua condição temporal do presente. Um operador que, ao trabalhar o contexto da ditadura civil-militar, também permite a atualização de uma memória recente, relacionada a experiências pouco vividas, mostrando as estruturas autoritárias que permanecem no cotidiano. Ao integrar uma memória coletiva, as lembranças individuais respondem à narrativa exposta e imprimem a força deste museu enquanto um mediador que dialoga com o visitante, tal como percebido neste comentário de julho de 2011:

Tenho um filho desaparecido desde maio de 2006, nos mesmos moldes que a ditadura militar. Sem nenhum motivo, mas por ser negro e pobre, deram um fim a ele, onde você estiver vai ser sempre lembrado por seus pais e irmã. Paulo Alexandre Gomes, desaparecido desde 16 de maio de 2006.

É visível o diálogo entre o público expositivo e o Memorial da Resistência, uma vez que os livros de visita evidenciam sujeitos que reagem à exposição, atualizando tanto a memória individual quanto coletiva ao expor vivências pessoais relacionadas a situações de coerção, autoritarismo e violência estatal, reconstruindo sua memória, tal como a relação passado/presente. Maurice Politi deixa clara a importância de tais registros para o Núcleo de Memória e se lembra dos primeiros meses de funcionamento do museu, quando os livros eram lidos com frequência pelos ex-presos políticos envolvidos com a implantação do museu,

³⁹ Os livros analisados apresentam uma grande quantidade de comentários contendo o termo “Fora Temer”, aproximadamente 161 menções em 2016, e 108 em 2017.

estabelecendo, assim, uma forma de contato direto entre o visitante e os sujeitos constituintes da narrativa testemunhal e museológica.

Vale salientar que, no geral, os livros de visita apresentam comentários de sujeitos que passaram pelo DEOPS/SP, durante período da ditadura civil-militar, além de diversas homenagens, muitas *in memoriam*, a amigos e familiares, os quais ficaram presos na dependência da delegacia ou sofreram com a repressão estatal. Mensagens relacionadas à transmissão da memória às novas gerações, a fim de que o passado não seja esquecido para nunca mais ser repetido, como pedidos de abertura completa dos arquivos e de punição aos torturadores. Por vezes, há estrangeiros, principalmente latino-americanos, que demarcam as similitudes de processos no continente, assim como evidenciado no comentário de julho de 2011:

Como participante de la resistencia contra las dictaduras militares en Guatemala, este Memorial de la Resistencia me lleno de emocion y me reafirma la confianza en la vocación común de los pueblos de América por la libertad e la justicia.

Além dos inúmeros comentários relacionados à temporalidade, destaca-se a relação entre presente e passado nas estruturas que permanecem, ou sobre o contexto passado e futuro, a partir da ideia de criação de horizonte de expectativa. Nesse caso, destaca-se um comentário mencionando o editorial do Jornal Folha de S. Paulo, do dia 17 de fevereiro de 2009, o qual usou a expressão “ditabranda” para caracterizar o regime civil-militar brasileiro e o respectivo protesto, ocorrido em frente à sede do jornal, no dia 07 de março:

Acabei de chegar da manifestação contra a “ditabranda” da Folha de São Paulo. Uma posição lamentável do jornal ao querer negar as atrocidades que foram cometidas neste lugar. Parabéns a iniciativa de apresentar a memória de “um tempo em que lutar por seus direitos era um direito que matava”.

No âmbito da ação cultural, vale ressaltar a parceria do Núcleo de Memória e da Memorial da Resistência em seu principal dispositivo, os Sábados Resistentes. Por sua vez, tal dispositivo é evidenciado como um local de debate, onde a militância política do passado encontra-se com a do presente, em um processo de troca de experiência e ideias. Um agora que se atrela a uma memória coletiva, mas que, também, busca pelo presente, em momentos de debate e reflexão. Um dispositivo interacional que agencia militâncias do passado e do presente: uma militância do passado, a qual atua no cotidiano e reivindica seu espaço de fala, apropriando-se de um lugar relacionado a um dever; uma militância do presente que quer discutir as relações de coerção do mundo ao redor. Nesse viés, observa-se um público que, no geral, é composto por educadores, pesquisadores, estudantes, ex-presos políticos e pessoas interessadas no debate político em geral.

Maurice Politi enfatiza que os Sábados Resistentes começaram de maneira tímida no que tange o público e a temática. Os primeiros encontros foram pequenos, sendo basicamente composto por ex-militantes, os quais homenageavam colegas que morreram ou desapareceram durante a repressão. Contudo, a sua fala encontra-se com a de Marília Bonas, ao mostrar o desenvolvimento das atividades dos Sábados Resistentes, tanto pelo escopo dos temas debatidos quanto pela ampliação o público alcançado. Em suas palavras, os Sábados Resistentes viraram uma espécie de “grife, um nome, uma marca”, a qual faz o público buscar pelas palestras com certa frequência, gerando “terças-feiras resistentes” devido à demanda. Segundo ele, isso é um indicativo positivo, uma vez que os Sábados começaram com poucas pessoas, em sua maioria de ex-presos políticos, sendo vistos, no início, como “um comitê de cotonetes”, e, agora, contêm um público maior, em sua maioria jovem, interessado nos debates do Memorial.

Maurice e a atual coordenadora deixam clara a influência do Memorial no desenvolvimento e edificação de seu formato atual, em sua busca por um debate atual. Os dois mostram a parceria duradoura, em uma relação profícua entre a instituição museal e a sociedade civil, que se apropria de um espaço público para compartilhar sentidos sobre a memória e a construção democrática brasileira. Bonas, por sua vez, destaca o papel de tal dispositivo como um momento crucial de encontro entre gerações, permitindo o contato direto entre sujeitos que interagem dentro do espaço do museu. Em sua visão, os Sábados Resistentes são fundamentais para Memorial, pois funcionam como um termômetro das estratégias e discussões que são propiciadas pela instituição.

Nesse sentido, a análise do livro de visitas evidenciou que as exposições são o dispositivo com maior número de assimetrias, já que atraem um público diversificado. Entretanto, de acordo com Politi, as ações culturais, principalmente os Sábados Resistentes, possuem uma condição simétrica, pois seu público é composto por sujeitos que estão interessados nos debates elencados pelo Memorial. Ao mesmo tempo, o educativo é visto como um campo potencial de ressonância comunicacional devido às expectativas que são geradas em torno de um público o qual é percebido como agente efetivo de transformação social.

Esse público é um sujeito do presente, que se insere no processo comunicacional do museu e pelo qual o museu se efetiva em sua função social. Desse modo, mostra-se um público que reage a processos comunicacionais tentativos, que atualiza valores a cada episódio interacional e que pode se transformar ou não dentro do cotidiano, gerando sujeitos os quais retornam ao mundo prático com seus próprios discursos, em diferentes camadas de

interpretação sobre os sentidos que são dispostos. Nesse viés, há um processo comunicacional contínuo, que atua na realidade social do presente, cuja narrativa discorre sobre um passado não superado, ainda em disputa.

3.2.2 Os dispositivos interacionais do Memorial da Resistência de São Paulo

As narrativas museais sempre se relacionam aos meios, pois estão entrelaçadas a dispositivos específicos que ocorrem dentro do espaço museológico. Esses dispositivos estão ligados ao mundo da ação ao possibilitar situações de interação, em contextos concretos, construindo processos de leitura sobre a realidade. São justamente nesses dispositivos que se instauram os repertórios e as falas institucionais, assim como a ação do público, o qual reage ao discurso museal. Instituídos como lugares de convivência, os dispositivos percebem os sujeitos no encontro e nas relações cotidianas, sendo, assim como as exposições, qualitativamente reflexivos, transcendentos, consequentes e temporais (CHAGAS, 2006).

Por sua vez, os museus possuem uma linguagem característica que é a exposição, dispositivo o qual constitui a principal plataforma interacional do museu. A narrativa construída na exposição é simultaneamente difundida por ações educativas e culturais, como ações museológicas que assumem formas diversas, construindo uma rede de sentidos e significados em prol de uma ideia comum, basilar, fortemente ligada à ideia primordial do discurso expositivo e, conseqüentemente, aos objetivos institucionais. É sobre o conjunto dessas ações que deriva uma série de plataformas as quais permitem a instalação de contextos de comunicação, nos quais sujeitos em ação geram movimentos de interação, produzindo sentidos na sua relação com o outro. Essas plataformas possuem linguagens específicas, que possibilitam a fruição de ideias e valores, contextualizando, assim, o mundo ao redor.

Em um caráter convergente, que tem como base as ideias fundantes da linguagem expositiva, todo museu busca pela correlação entre as suas ações comunicacionais. Apesar desse lugar comum, deve-se reforçar que cada dispositivo museal é singular em sua existência, uma vez que se relaciona diretamente a contextos específicos, atrelados aos sentidos que o museu quer construir. Esses dispositivos permitem a criação de significados a partir da experiência museológica, em gestos significantes para aqueles a quem são dirigidos. Desse modo, os vestígios materiais dos dispositivos podem ser observados no cenário museal, pois possuem, como afirmado por Braga (2011), forma, sentido, substância e direcionamento.

Por sua vez, o Memorial da Resistência é uma instituição de mediação capaz de significar a realidade a partir de diferentes plataformas – exposições, palestras, contação de

histórias, vídeos, filmes, peças teatrais, mídias sociais etc. Dispositivos estes de interação que colocam sujeitos em relação, orientando a criação de sentidos através de práticas relacionais, como plataformas que agenciam um público multifacetado, o qual se posiciona de diferentes maneiras sobre o contexto representado. Dispositivos que se inserem em um complexo cenário de dinâmicas relacionais entre museu e sociedade, levando a táticas tentativas de produção de valores e sentidos.

O Memorial da Resistência é um museu diferenciado devido à musealização da memória – objeto imaterial que dá sentido a própria instituição. Uma memória que se espalha em diferentes plataformas, e se distribui em tramas complementares, ao mesmo tempo em que convergem para um contexto primordial relacionado à construção de sentidos sobre conceitos de democracia e cidadania. Essa convergência relaciona-se tanto às possibilidades da instituição quanto aos usos que o público faz do museu, em uma dinâmica sinérgica a qual se atrela aos movimentos de constituição e remodelação do próprio processo de comunicação do museu.

Nesse viés, as exposições são a plataforma interacional basilar da rede de narratividade que é formada pelas ações comunicacionais do Memorial da Resistência. Uma rede cujos dispositivos se relacionam por meio de três operadores interconectados: a materialidade, a oralidade e a virtualidade. Esses operadores transmutam a memória social em diferentes ações, ao gerar uma teia narrativa que se estabelece sinérgicamente em torno de um sentido comum que o museu pretende produzir. Com isso, a sua materialidade se faz, de forma específica, nas ações expositivas, principalmente na mostra de longa duração. Já a oralidade se concretiza nas ações culturais e educativas, enquanto a virtualidade discorre por uma plataforma tecnológica, especificamente na *web*.

As exposições do Memorial da Resistência criam estímulos sensoriais ao permitir reações práticas e simbólicas ao conteúdo exposto. São mecanismos interacionais que possibilitam a produção de sentidos tanto pela via cognitiva quanto por meio do sensível, sendo uma plataforma de representação de um passado comum. Assim, há um microuniverso referenciado no tempo e no espaço, o qual se demarca em um circuito específico apresentado dentro do museu, com uma linguagem capaz de gerar experiências significativas ao público, a fim de que este atualize valores sobre o mundo ao redor. Essa linguagem multissensorial trabalha a tridimensionalidade do espaço e a presença dos sujeitos, tendo a interatividade como dimensões da mente e do corpo.

Por conseguinte, as exposições permitem a manifestação material da memória, a qual acaba por se constituir, também, de maneira oral nos programas educativos e culturais. Sob o

caráter educativo, os dispositivos do museu permitem o diálogo entre sujeitos, colocando-os em relação direta, por meio de visitas mediadas em que a memória se difunde, se reatualiza e, principalmente, se constrói, como uma memória salvaguardada não só pelo museu em seu enquadramento ativo do passado, mas também pela constituição de laços entre gerações, uma vez que o museu permite a ativação da lembrança. Essa memória, que se manifesta oralmente de maneira direta ou indireta, pode ser transmitida tanto pelos ex-presos políticos quanto pela equipe do museu, em meio à ressignificação da retórica testemunhal presente na exposição.

Em âmbito cultural, um conjunto de ações voltadas para questões sociopolíticas do passado e do presente se faz em diferentes formatos – palestras, lançamento de livros, apresentação de filmes e peças teatrais. Esses dispositivos são promovidos com a ajuda direta dos sujeitos que ali viveram experiências ao reunir indivíduos em uma espécie de pleito aberto, o qual possibilita a fala de sujeitos que partilham suas experiências sociais. Dessa forma, as plataformas colocam sujeitos em relação, possibilitando a interação direta entre gerações, em um movimento de partilha sobre o mundo ao redor, ou seja, são interlocutores – isto é, sujeitos que falam uns com os outros – e são produzidos junto aos laços discursivos que os unem.

No campo da virtualidade, o Memorial da Resistência possui plataformas tecnológicas as quais permitem acesso remoto ao conteúdo do museu, gerando possibilidades de aprofundamento temático pelo público. Essa condição está relacionada às novas tecnologias, às novas formas de comunicar, em uma crescente utilização das mídias digitais no consumo de atrativos educativos e culturais, além de, também, estar entrelaçada inexoravelmente à própria musealização da memória, em meio às novas tecnologias audiovisuais utilizadas no arquivamento do testemunho. A virtualidade permite a ampliação do acesso à pesquisa produzida pelo museu por meio de um banco de dados presente no site institucional, como uma plataforma de busca que reúne informações relacionadas ao trabalho museológico.

Nesse sentido, vale ressaltar o caráter único dos dispositivos do Memorial da Resistência, visto que eles permitem a construção da memória social em um movimento de reatualização de lembranças em diferentes temporalidades. Uma memória que alimenta a instituição, ao preservar o espaço e fortalecer vestígios do local, pois ela impregna a materialidade, permitindo a constituição de um lugar forjado a partir de uma vontade de registro, em meio ao rastro testemunhal, e gerando, assim, a condição material, funcional e simbólica dos lugares de memória (NORA, 1993). Essas marcas arquitetam o deslocamento do museu para o entendimento dos movimentos de resistência do cotidiano, construindo, ao

mesmo tempo, uma memória social que entrelaça passado e presente em prol de um futuro melhor.

Por sua vez, os dispositivos interacionais do Memorial da Resistência possuem formas específicas de criação, funcionamento e manutenção, os quais estão relacionados tanto aos usos que o público faz do museu quanto ao próprio movimento de deslocamento do Memorial, que busca trazer o cotidiano para dentro de si. A capacidade do Memorial da Resistência de distribuir conteúdos entre várias plataformas potencializa o processo de comunicação à medida que o público pode migrar de um dispositivo para o outro. Esses dispositivos coabitam e coevoluem ao adaptarem-se às formas como os sentidos são produzidos. Assim, há uma convergência, a qual se apresenta como uma ferramenta essencial para o próprio processo evolutivo da instituição, que, por sua vez, sempre permeará temporalidades e sempre estará relacionada ao passado que a criou, com o mundo do presente e o futuro que almeja construir.

O Memorial da Resistência apresenta três ações comunicacionais, respectivamente: as exposições, as ações educativas e as ações culturais, as quais se entrelaçam e se ampliam para resistências do presente, e que se modificam e se atualizam a partir das expectativas do público. Essas ações são inerentes aos modos práticos no museu e permitem, segundo Braga, incluir:

as mediações que o usuário traz para a interação; as expectativas sobre o usuário, no momento da criação dos produtos – levando à “construção do leitor”, aos modos de endereçamento, às promessas e contratos; permite incluir os processos em geral que cercam a circulação mediática; e aí também os contextos significativos de produção, de apropriação e da “resposta social” (sob qualquer forma em que esta ocorra) (BRAGA, 2011, p. 11).

Braga (2011) mostra que a realidade é construída pela sociedade por meio de processos interacionais os quais colocam indivíduos e grupos para se relacionarem. Esses processos são concretizados por dispositivos, os quais são utilizados, apropriados e recriados pelos sujeitos a partir de seu uso. Assim, é possível perceber a apropriação dos dispositivos sujeitos que efetivam o processo comunicacional a partir do livro de visitas do Memorial da Resistência, uma vez que tais documentos mostram as demandas e as expectativas do público museal. Sendo criados e remodelados em função de seu uso, os dispositivos sofrem os efeitos da interação. Desse modo, a partir dos livros de visita, faz-se, então, a análise das plataformas interacionais específicas deste museu, tendo como base os operadores anteriormente citados: a materialidade, a oralidade e a virtualidade.

1) A materialidade

As exposições são um tipo de linguagem característica aos museus. Apesar de tal condição, deve-se ater que a exposição de longa duração do Memorial da Resistência é resultante de um processo museológico diferenciado, uma vez que o referido museu não musealiza objetos palpáveis, mas a memória por meio do testemunho. Nesse sentido, a memória é usada para criar sentidos sobre o espaço que se insere, afetando a materialidade silenciada de um local-símbolo relacionado a um passado ainda em disputa. Assim, as exposições do Memorial da Resistência são uma via de acesso à experiência social do tempo, visto que media a memória através da experiência museológica. É justamente a materialização desta memória no espaço que a cerca, em meio à revitalização das marcas esmaecidas do passado, que gera a verdadeira potência comunicacional do referido museu.

Por sua vez, a exposição de longa duração se faz no mesmo local da experiência inicial, ao criar conexões diretas com o passado do local. Desse modo, ela é a experiência geratriz materializada por meio da recriação cenográfica, em meio à experiência museológica, significativa, caracteristicamente estética em sua forma, singularidade e conclusão (DEWEY, 2010). Mostra-se, portanto, como uma experiência do presente, que remete a uma vivência anterior e que afeta sujeitos em uma possível recriação de sentidos sobre o mundo ao redor. Essa condição pode ser medida nos livros de visita, uma vez que estes apreendem comentários relacionados à experiência promovida pelo circuito expositivo, tais como: “a beleza não é fútil, a flor no centro daquele lugar tão frio só comprova que as pessoas precisam de alguma poesia para sobreviver”, em abril de 2009.

Vale ressaltar que o espaço expositivo não é estático, pois se remodela com o tempo, a partir dos usos, expectativas e demandas dos sujeitos os quais, naquele local, se constituem. Segundo Braga (2011), essa condição é intrínseca aos dispositivos interacionais – lugares de episódios comunicacionais, que podem ser gerados, desenvolvidos, mantidos e transformados pelos próprios contextos nos quais se desenvolvem. Dispositivos estes que são espaços de contato caracterizados por processos específicos da experiência vivida e das práticas sociais, como modos de uso, os quais não se caracterizam apenas por regras institucionais ou pelas tecnologias acionadas, “mas também pelas estratégias, pelo ensaio-e-erro, pelos agenciamentos táticos locais – em suma – pelos processos específicos da experiência vivida e das práticas sociais” (BRAGA, 2011, p. 11).

Sob tal condição, o livro de visitas evidencia expectativas de atualização da exposição de longa duração em sua relação com uma memória do presente, a partir da reformulação da linha do tempo do Módulo B. Devido a certa quantidade de questionamentos sobre a falta de

eventos relacionados à repressão estatal de governos democráticos, em especial, após os anos 2000, essa condição foi revista na própria reformulação do espaço, no final de 2017, que atualizou sua linha do tempo inicial, sob a intervenção da artista Clara Ianni⁴⁰. Nesse sentido, o próprio Memorial pensou em remodelar todo o circuito expositivo, incluindo vozes que não presentes naquele espaço. Essas vozes estão relacionadas aos negros, à população periférica, ao entorno e às coerções do cotidiano, tal como previsto por Bonas:

A ideia é remodelar da sala da linha do tempo para frente. A gente redesenhar, pensar isso, as vítimas não aparecem. Acho que tem coisas que ainda está muito vinculada ao lugar. A gente precisa entender que existem outras maneiras de comunicar museologicamente e trazer novos temas. Mas, o Centro de Referência também, mas outra coisa que vai entrar nesse novo desenho é a relação com o território. Então, que quer dizer o que o prédio estar nesse território? O que é a Luz, o que é a cracolândia, o que é a resistência, o que é a violência? Então, isso precisa entrar (BONAS, 2017).



Figura 28 - Atualização feita na linha do tempo, contendo episódios de repressão do período democrático. Foto: Wanalyse Emery, 2017.

Ainda sobre o espaço expositivo, a última cela é a mais citada, mostrando o poder do testemunho e a experiência estética proporcionada pelo cravo vermelho, seguida da reconstituição do próprio ambiente carcerário na terceira cela. De acordo com Neves (2011), o cravo é o elemento cenográfico mais fotografado do Memorial. É natural, trocado semanalmente. Por conta da sua manutenção, cogitou-se o uso de uma flor artificial, contudo,

⁴⁰ A referida artista participou da exposição de curta duração *Hiatus*, ocorrida em 21 de outubro de 2017 a 13 de março de 2018. Além das obras na exposição de curta duração, entrevistou diretamente na exposição de longa duração, afixando placas contendo atos de arbítrio estatal do Estado Democrático de Direito em frente à área das celas.

devido ao impacto provocado, a hipótese foi descartada. Como assim mostra o seguinte comentário, feito seis meses após a abertura do museu:

Em vez de chorar e lamentar apenas os nossos familiares que se foram, podemos, a cada visita, recobrar forças a partir do reconhecimento da luta daqueles que nos antecederam. Pensei que o cravo estaria vivo apenas na inauguração. Para minha surpresa, o cravo vermelho se mantém vivo no centro da cela e daqui por diante no meu coração. Viva a luta pela democracia e o socialismo.⁴¹

Além da reformulação da linha do tempo, há pedidos de ampliação do museu, condição que foi atendida a partir do próprio processo evolutivo da instituição, uma vez que o circuito expositivo foi ampliado para o terceiro andar e a mostra de longa duração ganhou um novo módulo sobre os lugares de memória na cidade de São Paulo. Entre as sugestões mais comuns estão o fim dos *headphones*, com a abertura dos áudios, pois eles limitavam o público da sala – expectativa atendida, porém devido à constante quebra dos aparelhos –, assim como a disponibilização do conteúdo exposto na linha do tempo no site institucional (possibilidade não atendida até o presente momento) e nos folders do museu.



Figura 29 - Foto do novo módulo da exposição de longa duração.
Foto: Acervo do Memorial da Resistência de São Paulo.

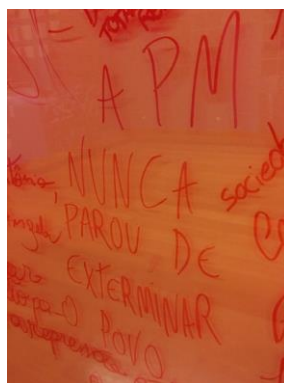


Figura 30 - Painel interativo no novo módulo da exposição de longa duração.
Foto: Acervo do Memorial da Resistência de São Paulo.



Figura 31 - Foto do novo módulo da exposição de longa duração.
Foto: Acervo do Memorial da Resistência de São Paulo.

2) A oralidade

No campo da oralidade, o Memorial da Resistência apreende programas educativos e culturais os quais permitem a relação direta entre sujeitos e que foram ampliados com o amadurecimento institucional, atendendo a expectativa de parte do público museal. É justamente nessas ações que reside o encontro entre gerações, seja através testemunho

⁴¹ Comentário extraído a partir de fonte secundária, respectivamente, da pesquisa da ex-coordenadora do museu Kátia Filipini Neves.

musealizado ou da interação entre indivíduos que vivenciaram a experiência de repressão e gerações do presente, as quais não viveram um período de terrorismo estatal institucionalizado. Sob esse aspecto, chama à atenção a possibilidade de visitas mediadas com ex-presos políticos – ação que certamente irá acabar devido à efemeridade da vida humana – e sua requisição pelo público educativo.

A ação educativa é a maior porta de entrada sobre a modificação de um horizonte em espera, em sua abertura de possibilidades, pois o seu público é plural e se relaciona com o museu de maneiras diversas, em uma série de plataformas, cada qual modelada à especificidade do público que quer atingir. Além das visitas mediadas e da formação de agentes multiplicadores, o Memorial tem procurado agenciar um público relacionado à resistência no cotidiano, expandindo suas ações para visitantes com necessidades especiais; público este com deficiências sensoriais, físicas, intelectuais e transtornos mentais, cujo tema resistência é percebido continuamente no mundo da ação.

Por conseguinte, novas formas de mediação foram criadas ao adaptar os dispositivos do museu ao público, por meio de diferentes abordagens, com recursos multissensoriais, os quais tornam a narrativa museal acessível a determinados visitantes. Nesse sentido, a visita tornou-se disponível ao toque, à impossibilidade do som e à possibilidade tridimensional de indivíduos com mobilidade reduzida. Essa condição também alcança a ação cultural, uma vez que esta, também, tem sido remodelada, oferecendo, por exemplo, peças teatrais em libras as quais transitam entre o mundo do som e do silêncio. Segundo Politi, essas ações jamais foram pensadas no início do trabalho do Memorial:

Eles têm uma atuação com pessoas, que e levam gente para lá, que há uma identificação. Esse trabalho que a gente nunca pensou que podia existir. Pessoas que... libras, pessoas cegas, pessoas que são deficientes mentais, que estão em hospícios, e que associam o CAPS ao DEOPS, a repressão que eles estão sentindo agora.



Figura 32 - Visita mediada para deficientes visuais.
Foto: Acervo MRSP.



Figura 33 - Cartaz com programação para surdos.
Foto: Acervo MRSP.



Figura 34 - Visita mediada para deficientes visuais.
Foto: Acervo MRSP.

Consequentemente, a ação cultural pode ser entendida como o eixo de ligação da estrutura sinérgica a qual movimenta as ações museais ao gerar uma teia que enreda o visitante em vários dispositivos, já que pode ser vinculada simultaneamente às ações expositivas e às ações educativas. Seus dispositivos produzem uma rede de agenciamento na qual o visitante é induzido a perpassar por diferentes plataformas comunicacionais. Nesse viés, Bonas evidencia, na sua entrevista, que as ações educativas e culturais agenciam públicos diferentes que, em algum momento, se desdobram.

Por fim, vale ressaltar que a ampliação das ações do Memorial, ao longo dos anos, só foi possível graças ao aumento da equipe técnica especializada; condição vislumbrada pelo público desde a abertura em 2009, devido aos pedidos de ampliação dos trabalhos e à necessidade de consolidação do museu a partir de profissionais específicos. Essa situação pode ser constatada, por exemplo, neste comentário de fevereiro de 2009: “Parabéns pela exposição atual. Espero que o trabalho tenha continuidade com pessoal formado para as funções do Memorial. Que a Secretaria contrate pessoas legalmente como funcionários públicos ou CLT”.

3) A virtualidade

Sob este operador – o Memorial –, o material reunido pela pesquisa museológica pode ser acessado virtualmente por meio de um banco de dados presente no site do Memorial da Resistência. Nessa plataforma, trechos das entrevistas são relacionados a dados históricos e materiais iconográficos, permitindo o aprofundamento temático sobre os espaços de repressão e resistência no Estado de São Paulo. Bonas afirma que, no plano virtual, o museu ainda encontra-se defasado, pois o site abriga os programas de pesquisa, mas ainda é pouco aproveitado no que tange a pluralidade de ações desenvolvidas pelo museu, sendo um dos dispositivos que a equipe mais quer modificar. Essa condição é confirmada, também, pela grande quantidade de pedidos de disponibilização das informações do circuito expositivo do museu, em especial, da linha do tempo, em espaço virtual.

Já as mídias sociais exploram a capacidade de interação com o usuário, uma vez que esse possui espaço para o público virtual expor sua opinião e compartilhar perspectivas. De acordo com a atual coordenadora, as mídias sociais, em especial, o Facebook, são uns dos pontos fortes de interatividade do museu com seu público. No que se refere ao atual acirramento do debate narrativo, sobre um passado em disputa, o Memorial já sofreu pequenos ataques virtuais na referida rede social, como o caso do bloco carnavalesco do Porão do DOPS, o qual vinculou o nome do Memorial em outras páginas na referida rede

social. Ao mesmo tempo, a entrevistada fala da grande quantidade de curtidas e compartilhamentos sobre as ações do Memorial da Resistência e Núcleo de Memória, as quais mobilizaram o Ministério Público em uma tomada de atitude.

Na atualidade, o acelerado desenvolvimento tecnológico permitiu a criação de novas formas de interação em uma mediatização de base tecnológica. Essa foi uma dinâmica absorvida pelo Memorial, o qual dispõe de mais um meio para a construção da realidade social. Consequentemente, as novas formas de armazenamento e comunicação em rede permitem a promoção da memória, via testemunho, dentro da sociedade, em um fluxo informacional contínuo. Desse modo, as mídias possibilitam que a memória armazenada não seja esquecida em meio ao puro e simples arquivamento, em um uso cotidiano capaz de agenciar o público, graças às condições atuais de mediatização. Devido a tais práticas, a memória do grupo inicial de ex-presos políticos passa a ser ressignificada no presente, seja por conta dos interesses do museu, seja por conta das expectativas sociais e das especificidades midiáticas da atualidade.

Por fim, demonstra-se a capacidade do museu em se comunicar para além de seus próprios dispositivos físicos, visto que sua pesquisa e plataformas são agenciadas por outros meios, próprios às novas tecnologias; condição relacionada à adaptação do museu ao cenário que se insere, aos usos e consumos atuais de um público enredado cada vez mais por novas tecnologias. Nesse sentido, vale registrar a recente criação do aplicativo SP64, o qual mapeia os lugares de memória da resistência e repressão política do período da ditadura civil-militar na cidade de São Paulo. Sendo fruto de parcerias institucionais – Peripécia Filmes, Memorial da Resistência, com apoio do Instituto Vladimir Herzog –, o aplicativo identifica espaços significativos pela cidade ao permitir acesso ao histórico do lugar, testemunhos, imagens, *links* e ferramentas de compartilhamento nas redes sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como ramo de interesse de diversas disciplinas, o processo de produção de sentidos é central ao estudo das ciências sociais. Apesar de possuir caráter multidisciplinar, tal discussão está fortemente amparada no campo da comunicação, já que a produção de sentido só se faz por meio da interação entre sujeitos em ação, sendo intersubjetiva às relações humanas. Por sua vez, as narrativas são utilizadas em função de objetivos específicos, como um elemento discursivo inserido em processos amplos de valores e significados, nos quais ocorrem negociações e disputas de sentidos, cujo uso pode ser feito tanto para a manutenção de hegemonias, quanto para a conscientização social. Analisá-las é, portanto, pontuar as mediações de diálogo ou de conflito que ocorrem em um mundo ordenado, em contextos de significação, os quais são criados por meio de práticas sociais.

A partir de tais considerações, caminhou-se para o tema desta pesquisa, que se dedicou ao estudo do processo comunicacional instituído pelo Memorial da Resistência de São Paulo, sob a análise pragmática e hermenêutica da narrativa, na qual sujeitos foram colocados em interação, dentro de um contexto específico, que tem como base uma rede de dispositivos interacionais. Assim, buscou-se apreender a potencialidade da narrativa, enquanto relação comunicativa entre narrador e narratário – museu e público –, sobre os efeitos pretendidos, descortinando uma possibilidade de compreensão de seu processo de criação do novo. Um movimento narrativo que se instaura na mediação de sujeitos e temporalidades, em busca de possíveis efeitos de sentido, mas que, também, olha para os dispositivos interacionais, os quais formatam e direcionam o processo comunicacional, permitindo a ação concreta de sujeitos em interação.

Além disso, a pesquisa mostrou que a comunicação reside na natureza singular do espaço museológico, pois o museu é um lugar de troca, onde ocorrem ações concretas de interação. Em sua condição hermenêutica, buscou-se pelo entendimento dos sujeitos agenciados em sua construção de significados, como uma situação relacional, seja esta de diálogo ou embate, por meio de possíveis interpretações e mudanças de agir no mundo. A narrativa gera diferentes relações entre interlocutores e, no caso Memorial da Resistência, sua construção perpassa por sujeitos do passado que buscam por um lugar de fala, a fim de contar suas histórias aos sujeitos do presente, assim como sujeitos institucionais, que se demarcam dentro de esferas de poder e de possibilidades de ação.

A partir desse contexto, orientou-se por uma compreensão do fenômeno comunicativo no Memorial da Resistência de São Paulo, em uma perspectiva interacional da comunicação,

isto é, em uma condição não linear e transmissiva. Esse modelo dialógico é instituído dentro de práticas nas quais os sujeitos são dotados da consciência do próprio fazer, já que a construção de sentidos é efetuada de uma maneira conjunta e compartilhada. Nesse viés, o trabalho buscou elucidar traços do processo de interpretação do público e de sua ação no mundo contemporâneo. Um processo hermenêutico no qual os dispositivos trazem, em meio a uma linguagem própria, a experiência humana do mundo novamente para o mundo, onde é reinterpretada.

Ao mesmo tempo, o entendimento da dimensão narrativa, caracteristicamente hermenêutica, perpassou o entendimento das linguagens acionadas pelo Memorial. Isto é, uma compreensão que tem como base uma condição pragmática de análise dos dispositivos interacionais. Assim, perceber sua potencialidade significou compreender como os dispositivos interacionais são inventados e remodelados em seu uso, tal como estes possibilitam construção de sentidos em um contexto de representação e ressignificação de experiências pelos sujeitos em ação. Uma comunicação que “efetivamente se faz, em algum ponto entre o total sucesso e o total fracasso, como resultado de uma ação, de um trabalho humano e social para produzir alguma coisa que não está inteiramente dada nos pontos prévios a uma interação” (BRAGA, 2010, p. 80).

Em seu viés pragmático, o trabalho recaiu sobre os dispositivos interacionais do Memorial da Resistência, em seus recursos, códigos e articulações para criar certa organização discursiva. Sob tal condição, uma rede de narratividade foi instalada com vista a formar uma estrutura relacional, a qual se desenvolve e transforma conforme processos próprios ao campo museológico, à comunicação e, principalmente, aos usos que o público faz desse museu. O recorte empírico dos dispositivos permitiu, por sua vez, a identificação do processo evolutivo do Memorial da Resistência e, conseqüentemente, a constatação de certa efetividade em sua potencialidade, devido à apropriação e ampliação dos seus dispositivos ao longo do tempo.

Efetivamente, a pesquisa percebeu que a comunicação nos museus é sempre uma prática complexa que se relaciona às ações do público, o qual se permite permanecer naquele espaço por um tempo específico, interagindo de alguma maneira com a instituição e demais vozes que lá se encontram. A ideia de processo pressupõe algo que está em permanente construção, que sofre modificações, como um movimento narrativizante por envolver sujeitos em uma constante negociação para além do microcosmo do museu. Essa situação não foge ao Memorial da Resistência, cuja narrativa agencia sentidos sobre passado, presente e futuro, à

medida que possibilita a ressignificação de um contexto sócio-histórico complexo, fortemente atrelado a disputas do presente.

Partindo de tal característica, o trabalho tentou evidenciar o Memorial da Resistência como uma instituição narrativa, que trabalha a memória como elemento de força discursiva. Ou seja, uma instituição que coloca sujeitos em relação direta ou indireta, agenciando um público que se posiciona sobre o narrado ao mostrar condições subjetivas e coletivas de interpretação. Nessa ótica, tanto a memória como os sujeitos sociais presentes no museu são colocados em primeiro plano, objetivando o entendimento da potencialidade do processo de produção e interpretação de sentidos, tal como a identificação dos discursos envolvidos e as manifestações singulares da prática discursiva do museu.

Capaz de tecer narrativas a partir da representação e ressignificação da experiência humana, o Memorial da Resistência de São Paulo é um operador de sujeitos e temporalidades, assim como um narrador, que trabalha passado e futuro como qualidades da narração, apreendendo, em meio ao tempo presente, um processo de mediação temporal, capaz de relacionar um antes e um depois a partir de seu poder de refiguração. Compreender o referido museu sob essa perspectiva significa analisar sua linguagem em via de constituição, tal como sua relação com o arco de operações às quais a experiência no museu precede e sucede. Desse modo, é um contexto operacional capaz de construir sentidos a partir de estrutura dialógica de comunicação, sob a qual os dispositivos reiteram a experiência a cada momento, produzindo vínculos entre o passado, presente e futuro, a favor de uma ideia a ser compartilhada.

A partir do arquivamento do testemunho, o passado elencado pela memória ganha potencialidade. O uso de recursos tecnológicos permite a salvaguarda da experiência para além do tempo da vida, impactando a formação da memória coletiva, a qual pode ser mantida para além do grupo inicial a partir do processo narrativo do museu. Essa narrativa produzida por um lugar social articula referências materiais a imaterialidade da memória, as quais se somam, por sua vez, ao discurso historiográfico. Desse modo, observou-se uma narrativa que usa a força do testemunho para criar um lugar de memória, onde ancora o passado na percepção das estruturas as quais permanecem no presente, e que agencia seu leitor/público por meio de dispositivos interacionais, ao gerar sentidos amplos sobre o conceito de democracia e cidadania dentro dos movimentos de resistências no cotidiano.

Colocando em questão a relação entre a memória (narrado), o museu (narrador) e o público (leitor), a metodologia usada empregou um viés pragmático e hermenêutico, sob o qual se estabeleceu a compreensão dos aspectos que propiciaram a construção de sentidos pelo Memorial da Resistência de São Paulo e sua condição narrativa em três tempos de

representação: 1) sujeitos do passado e museu em sua relação com a memória; 2) sujeitos do presente, museu e a narrativa; 3) sujeitos do futuro que são construídos na relação de interação entre museu e público. Essa metodologia permitiu compreender a interpretação e a ação do público, que remodela o próprio museu a partir de seu uso.

Por conseguinte, o material analisado, especialmente os livros de visita, permitiu a apreensão da capacidade do museu em sua interação com o público. Um diálogo capaz de evidenciar tanto a reatualização da memória sobre um passado fundante, quanto às lembranças de um tempo quase presente, ao passo que a narrativa museal ativa de recordações sobre a memória individual e coletiva de seu público. Um diálogo que também remete ao tempo presente, devido ao conjunto de comentários relacionados ao cenário político dentro elencado na esfera pública. Uma atualização que mostra o museu como um elemento de construção do cotidiano, em sua tentativa comunicacional de estabelecer um senso comum sobre a ideia de coerção, tal como de resistência em meio às estruturas que permanecem e os contextos que se criam ao longo do tempo.

Vale ressaltar que os livros de visita apresentam inúmeras possibilidades de análise, seja por meio do conteúdo ou discurso nos comentários presentes – abordagens metodológicas que não foram usadas para este trabalho. E que os comentários elencados no Anexo C representam apenas uma parcela da totalidade do material pesquisado, sendo extraídos a partir de critérios específicos para construção da abordagem pragmática e hermenêutica, aqui privilegiada. Comentários recortados a partir do contexto de reatualização da memória, o debate político no cotidiano e as expectativas do público sobre o museu e seus dispositivos – momentos chave que respondiam as inquietações presentes nesta pesquisa. Por conseguinte, também há de se clarificar que esta análise pode ser ampliada por outras metodologia e fontes, já que a narrativa do museu e os sentidos produzidos dentro no mundo ao redor não se resumem aos livros de visitas do Memorial.

Por sua vez, sobre as fontes elencadas há de se clarificar a potencialidade de análise da instituição na bios virtual, já que a imaterialidade do objeto musealizado permite a transformação da memória em informação virtualizada em vídeos, imagens, textos digitais, dentre outros elementos, que são disponibilizados no ambiente da internet. Local onde a narrativa flui de maneira difusa, em meio a um processo de comunicação em rede, gerando embates entre as distintas visões do passado que circulam na esfera cotidiana. Nesse sentido, os graus de simetria/assimetria podem mudar, uma vez que as possibilidades de agenciamento e, principalmente de engajamento de público são diferentes daqueles que ocorrem na instituição em seu espaço físico. Sob tal aspecto, existe a potencialidade de análise dos

comentários e avaliações do museu no ambiente virtual, em especial no Google Maps ou nas redes sociais do Memorial.

Por fim, coloco-me no trabalho como sujeito agenciado, que viveu uma experiência museológica, que interagiu no espaço museal, que fez uso de diferentes dispositivos e que hoje narra, produzindo sentidos sobre o referido museu. Esse agenciamento me fez perceber o Memorial da Resistência sob um novo ponto de vista, para além da experiência inicial que tive na minha primeira visita, quando ainda cursava a graduação em Museologia, e que me fez entender a força do testemunho na construção narrativa do museu, para além de um discurso recorrente, o qual, na minha visão, é falho, uma vez que se fala em musealização do antigo espaço carcerário do DEOPS/SP. Isto é, uma narrativa diferente, à medida que a pesquisa se baseou na hipótese de musealização da memória e na construção de uma rede de narratividade a qual se efetiva a partir de dispositivos que mediam a retórica testemunhal.

Por esse viés, o meu agenciamento me fez perceber, de maneira empírica e metodológica, um processo de evolução museal, no sentido de amadurecimento institucional e modificação de sentidos do Memorial da Resistência. Um deslocamento de sentidos relacionado ao tempo presente, suas necessidades e conflitos, para a construção da cidadania e da democracia nas resistências às coerções do cotidiano. Um deslocamento que transformou o museu em uma instituição realmente relacionada à memória, já que esta pode ser continuamente agenciada, para além da experiência inicial de um passado específico. Uma memória que não se esgota, já que a repressão ainda é uma constante na realidade brasileira.

Consequentemente, essa estrutura permitiu o entendimento de que os dispositivos mudam em relação ao uso do público, gerando, assim, o amadurecimento da própria função social do museu, o qual vem, novamente, deslocando o sentido sobre seu papel e atuação. Um amadurecimento relacionado às resistências no cotidiano, e não apenas a uma memória específica, inerente à resistência à repressão estatal dentro de um determinado recorte temporal. Assim, destaca-se uma memória atualizada pelos sujeitos do presente, os quais enxergam na realidade social as estruturas que ainda permanecem; assim como o movimento evolutivo, que não esquece seu elemento fundante, mas que caminha para a amplificação de uma memória ainda em construção, a qual se relaciona à sua nova função.

Ao mesmo tempo, a experiência vivida no Memorial me colocou em relação direta com sujeitos do passado e do presente, os quais me contaram suas histórias e visões sobre aquele espaço. Fui colocada em relação, em interação com outros sujeitos, de maneira direta e indireta pelo museu. Incorporei visões de mundo à minha pesquisa, à medida que elas forneciam informações para o entendimento do museu, de suas ações e dos sujeitos que,

infelizmente, não pude entrevistar de forma direta – o público. Apesar dessa intempérie, o público se fez presente, uma vez que suas impressões ficam registradas nos livros de visitas do Memorial, fornecendo informações que podem ser mensuradas em uma relação temporal, pois mostram o que o museu era e no que ele se tornou.

Por fim, concluo que a memória fundante é aquilo que arquiteta o museu, que sustenta suas paredes, que dão cor aos vestígios os quais se esmaeceram. A memória do processo de repressão e a consequente resistência à ditadura civil-militar de 1964-1985 sempre estarão presentes naquele espaço museológico, impregnando seus vestígios materiais, dando força ao lugar de memória e ao trabalho do museu. Um trabalho que se desloca para o presente, mas que mantém o sentido original de uma memória sobre um passado relacionado à repressão institucionalizada do Estado. Assim, destaca-se um deslocamento, o qual gera tessituras amplas entre temporalidades, uma vez que essas constroem a memória coletiva sobre um passado comum, ao possibilitar, ao mesmo tempo, a reatualização de memórias individuais, as quais se vinculam às resistências do cotidiano, em um tempo presente, criando, desse modo, perspectivas sobre a esperança de um futuro melhor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRÃO, Paulo. A lei de anistia no Brasil: as alternativas para a verdade e a justiça. In: RUIZ, Castor M.M. Bartolomé (Org.). **Justiça e memória**. Direito à justiça, memória e reparação: a condição humana nos estados de exceção. São Leopoldo: Casa Leiria, 2012.

ALMEIDA, G. **As esperanças do passado**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

ALZAMORA, Geane, C.; SALGADO, Tiago B. P. Mídia. In: FRANÇA, Vera V.; MARTINS, Bruno G.; MENDES, André M. (Orgs.). **Grupo de Pesquisa em Imagem e Sociabilidade (GRIS): trajetória, conceitos e pesquisa em comunicação**. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – PPGCom – UFMG, 2015. p. 183-190

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Museologia: correntes teóricas e consolidação científica. In: **Revista Museologia e Patrimônio**, v. 5, n. 2. Rio de Janeiro: UNI-RIO, 2012, p. 31-54.

ARAÚJO, Marcelo Mattos; BRUNO, Maria Cristina Oliveira (coord). **Memorial da Resistência de São Paulo**. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2009.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

BACCEGA, M. A; MELLO, F. C. O diálogo entre o Memorial da Resistência do Estado de São Paulo e o campo escolar. **Revista Comunicação & Educação**, v. 19, n.2. São Paulo: 2014, p. 97-107. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/viewFile/83345/87477>>. Acesso em: 01 set. 2017.

BARROS, José D`Assunção. **O tempo dos historiadores**. Petrópolis: Vozes, 2013.

BARTHES, R. Introdução à análise estrutural da narrativa. In: _____. **Análise estrutural da narrativa**. Rio de Janeiro: Vozes, 1976.

BENJAMIN, Walter. Experiência e Pobreza. In: BENJAMIN, W. **Obras escolhidas**. São Paulo, Brasiliense, 1985.

_____. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BONI, V., QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar, como fazer entrevistas em Ciências Sociais. In: **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. V.2, nº 1 (3), São Carlos: jan./jul. 2005, p. 68-80,. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027/16976>>. Acesso em: 21 jan. 2017.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; AIDAR, Gabriela. Projeto Museológico de Ocupação. In: ARAUJO, M.; BRUNO, Maria Cristina Oliveira

(Orgs.). **Memorial da Resistência de São Paulo**. São Paulo: Pinacoteca do Estado/ Memorial da Resistência de São Paulo, 2009.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de velhos**. 3. Ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

BOTTALLO, Marilúcia. Os museus tradicionais na sociedade contemporânea: uma revisão. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, n. 5. São Paulo: 1995, p. 283-287.

BRAGA, José Luiz. Nem rara, nem ausente – tentativa. In: **Matrizes**, ano 4, nº 1, jul./dez. São Paulo: ECA/USP, p. 65-81, 2010. Disponível em: < www.revistas.usp.br/matrizes/article/download/38276/41086>. Acesso em: 16 abr. 2018.

_____. **Dispositivos interacionais**. Apresentado no GT de Epistemologia da Comunicação. XX Encontro Nacional da Compós: Porto Alegre, 2011.

_____. Interação como contexto da Comunicação. In: **Revista Matrizes**, ano 6, n. 1. São Paulo: 2012, p. 25-41.

BURKE, Peter. História como memória social. In: **Variedades de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000, p. 67-89.

CABRAL, Magaly. **Educação em Museus como produto: Quem está comprando?** (CONFERÊNCIA DE NAIROBI, 2002). Boletim CECA-Brasil, nº 1, 2002.

CARVALHO, Carlos Alberto de. Apontamentos teóricos e metodológicos para compreender as vinculações sociais das narrativas. In: LEAL, Bruno; CARVALHO, Carlos Alberto de (org.). **Narrativas poéticas e midiáticas: estudos perspectivas**. São Paulo: Intermeios, 2013.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHAGAS, Mário. **Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade**. Chapecó: Argos, 2006.

CURY, Marília Xavier. **Exposição: concepção, montagem e avaliação**. São Paulo: Annablume, 2005a.

_____. Museologia: Marcos referenciais. In: **Cadernos do CEOM**. Chapecó: Argos, n. 21, p. 45-73, 2005b.

DERRIDA, Jacques. **Mal de Arquivo: uma impressão freudiana**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DEWEY, John. **Arte como Experiência**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

DUARTE, Alice. Nova Museologia: os pontapés de saída de uma abordagem ainda novadora, p. 99-117. In: **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio**, v. 6, n. 1, 2013.

FALK, J.; DIERKING, L. **The museum experience**. Washington: Whalesback Books, 1992.

FARIA, A. C. G. de. Exposições: do monólogo ao diálogo tendo como proposta de estímulo à mediação em museus. In: MAGALHÃES, A. M.; BEZERRA, R. Z.; BENCHETRIT, S. F. (Org.). **Museus e Comunicação: exposições como objeto de estudo**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2010.

FECHER, Viviane. **A história é de todos nós: narrativas sobre a formação do Memorial da Resistência**. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania). Brasília: Universidade de Brasília, 2015.

FERRARA, Lucrécia D'Alessio. A comunicação entre mediações e interações. In: **Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação 20**. Porto Alegre: jun. 2011. Disponível em: <http://fapcom.edu.br/revista-paulus/index.php/revista-paulus/article/view/29>. Acesso em: 5 nov. 2017.

FRANÇA, Vera. Paradigmas da Comunicação: conhecer o quê? In: Ciberlegenda n°5, 2001. Disponível em: <<http://www.uff.br/mestcii/vera1.htm>>. Acesso em: 15 abr 2018.

_____. Sujeito da comunicação, sujeitos em comunicação. In: GUIMARÃES, C., FRANÇA, Vera. (orgs). **Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p.61-88.

FRANÇA, Vera; GUIMARÃES, César. Narrativas Midiáticas e Experiência Estética. In: **Ícone, Programa de Pós-Graduação em Comunicação** / Universidade Federal de Pernambuco. Volume 3 - n.º5, Julho, 2004. Recife: Editora Contraluz, 2004.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar, escrever, esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006.

GENTIL, Hélio Sales. Introdução. In: RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Vol. I. A Intriga e a narrativa histórica. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

GIDDENS, Anthony. Admirável mundo novo: o novo contexto da política. In: MILIBAND, David. **Reinventando a esquerda**. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.

GINZBURG, Jaime. Escritas da tortura. In: **Diálogos latino-americanos**, Aarhus, n° 3, 2001, p.131-146. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=16200306>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

GONDAR, Jô. Quatro proposições sobre memória social. In: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (org.). **O que é Memória Social?** Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005, p. 11-26.

GUARNIERI, Waldisia Russo. Cultura, Patrimônio e preservação, texto III. In: ARANTES, Antônio Augusto (org.). **Produzindo o passado**. São Paulo: Brasiliense/CONDEPHAAT, 1984. p. 59-64.

_____. **Conceito de cultura e sua inter-relação com o patrimônio cultural e a preservação**. In: Cadernos Museológicos: Revista do Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural, n. 3, 1990, p. 7-12

_____. A interdisciplinaridade em Museologia. In BRUNO, M. C. O. (Org.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional**. São Paulo: Pinacoteca do Estado: Secretaria de Estado da Cultura: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010. Vol.1. p.123-126.

GUIMARÃES, C.; LEAL, B. Experiência mediada e experiência estética. **Anais da XVI COMPÓS**. Curitiba: Universidade Tuiuti do Paraná, 2007. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/intexto/article/viewFile/7998/4765>>. Acesso em: 20 de jan. 2018.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. Codificação/decodificação. In: SOVIK, Livia (org.). **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003, p.365-380.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumento, mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

_____. **Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória**. Rio de Janeiro: Contraponto. Museu de Arte do Rio, 2014.

ICOM, 1992, I Declaração de Caracas - ICOM, 1992. In: **Cadernos de Sociomuseologia**, América do Norte, 15, Jun. 2009. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/345/254>>. Acesso em: 25 Ago. 2017.

LANA, Lígia; MARTINS, Bruno G.; SALGADO; Thiago B; SILVEIRA, Fabrício J. N. da. Experiência. In: FRANÇA, Vera V.; MARTINS, Bruno G.; MENDES, André M. (Orgs.). **Grupo de Pesquisa em Imagem e Sociabilidade (GRIS): trajetória, conceitos e pesquisa em comunicação**. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – PPGCom – UFMG, 2015. p. 141-148.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990. Disponível em: <<http://Memorial.trt11.jus.br/wp-content/uploads/Hist%C3%B3ria-e-Mem%C3%B3ria.pdf>> Acesso em: 10 jul. 2017.

LEAL, Bruno. Saber das narrativas: narrar. In: FRANÇA, Vera; GUIMARÃES, César. (Org.). **Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2006.

_____. O jornalismo à luz das narrativas: perspectivas e questões. LEAL, B; CARVALHO, C. (org.) **Narrativas e poéticas midiáticas**. São Paulo: Intermeios, 2013.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. A exposição museológica: reflexões sobre pontos críticos na prática contemporânea. **Ciências em Museus**, n. 4. Belém: 1992, p. 103-120.

MEZAROBBA, Glenda. **Um acerto de contas com o futuro**. A anistia e suas consequências – um estudo do caso brasileiro. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da FFLCH/USP, 2003.

_____. Entre reparações, meias verdades e impunidade: o difícil rompimento com o legado da ditadura no Brasil. In: **Revista Internacional de Direitos Humanos**. v. 7, n. 13, São Paulo: dez/2010, p. 8-23.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise crítica da narrativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

NEVES, Kátia Regina Felipini. **A potencialidade dos lugares da memória sob uma perspectiva museológica processual**: um estudo de caso. O Memorial da Resistência de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Museologia). Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2011.

NEVES, Déborah Regina Leal. **A persistência do passado**: patrimônio e memoriais da ditadura em São Paulo e Buenos Aires. Dissertação (Mestrado em História Social). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2014.

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. In: **Revista Projeto História**. São Paulo: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduação em História e do Departamento de História da PUC-SP, v. 10, 1993, p. 07-28.

OLIVEIRA, Maria de Fátima Costa de; COELHO, Priscilla Arigoni. Liberdade ou Resistência? As representações institucionais do Memorial da Resistência de São Paulo. In: **MUSAS - Revista Brasileira de Museus e Museologia**, n.6. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2014.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). **Varia história**, vol.31, n.57. Belo Horizonte: 2015, p.863-902. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/vh/v31n57/0104-8775-vh-31-57-0863.pdf> Acesso em: 07 de set. 2017.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. In: **Estudos Históricos**. Vol. 2, n.3. Rio de Janeiro: 1989, p. 3-15.

PRIMO, Judite Santos. Pensar contemporaneamente a museologia. In: **Cadernos de Sociomuseologia**. Lisboa: ULHT, n.16, 1999, p. 5-38.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

RICOEUR, P. **Tempo e narrativa**. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

ROQUE, Maria Isabel Rocha. **A Comunicação no Museu**. Dissertação (Pós-graduada em Museologia e Patrimônio Artístico). Lisboa: Universidade Lusófona de Lisboa, 1990.

SANTAELLA, L. **Cultura das mídias**. São Paulo: Experimento, 2000.

SANTOS, Maria Célia. Processo Museológico: critérios de exclusão. **IV Fórum de Profissionais de Reservas Técnicas de Museus**. Salvador: COFEM, 2002.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. O pesadelo da amnésia coletiva: um estudo sobre os conceitos de memória, tradição e traços do passado. **Cadernos de Sociomuseologia**. N. 19, 2002. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/370/279>>. Acessado em: 20 mai. de 2017.

_____. **Memória Coletiva e Teoria Social**. 2ª Ed. São Paulo: Annablume, 2012.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: Cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

SCHEINER, Tereza Cristina. Comunicação – Educação – Exposição: novos saberes, novos sentidos. In: **Revista Semiosfera**, ano 3, n. 4-5. Rio do Janeiro: UFRJ, 2003, p. 1-8.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Auschwitz: história e memória. **Pro-posições**, vol. 1, n 25. São Paulo: jul/2000, p. 78-87.

_____. **História, Memória, Literatura: o testemunho na era das catástrofes**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

_____. **Narrar o trauma**. A questão dos testemunhos de catástrofes históricas. *Psic. Clin.*, vol. 20, nº 1. Rio de Janeiro: 2008.

_____. O Local do Testemunho. **Tempo e Argumento – Revista do Programa de Pós-graduação em História**, v. 2, n. 1. Florianópolis: jan. / jun. 2010, p. 3-20.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** 2ª ed. Edições Loyola. São Paulo: 2005.

TEITEL, R. Genealogia da Justiça Transicional. In: REÁTEGUI, F. (org). In: **Justiça de Transição – manual para a América Latina**. Brasília: Ministério da Justiça; Nova York: ICTJ, 2011.

WINTER, Jay. A geração da memória: reflexões sobre o ‘boom da memória’ nos estudos contemporâneos de história. In: SELIGMAN-SILVA, Márcio (Org.). **Palavra e imagem: memória e escritura**. Chapecó: Argos, 2006, p.67-90.

Documentos

ASSOCIAÇÃO PINACOTECA ARTE E CULTURA. **Relatório anual de atividades 2009**. São Paulo: 2010. Disponível em: <<http://apacsp.org.br/contrato-de-gestao/relatorios-trimestrais-e-aneais/>>. Acesso em: 15 abr 2018.

_____. **Relatório 4º Trimestre e Anual Consolidado 2010**. São Paulo: 2011. Disponível em: <<http://apacsp.org.br/contrato-de-gestao/relatorios-trimestrais-e-aneais/>>. Acesso em: 15 abr 2017.

_____. **Relatório 2011**. São Paulo: 2012. Disponível em: <<http://apacsp.org.br/contrato-de-gestao/relatorios-trimestrais-e-aneais/>>. Acesso em: 15 abr 2017.

_____. **Relatório Anual 2012.** São Paulo: 2013. Disponível em: <<http://apacsp.org.br/contrato-de-gestao/relatorios-trimestrais-e-anuais/>>. Acesso em: 15 abr 2017.

_____. **Relatório 4º Trimestre e Anual Consolidado 2013.** São Paulo: 2014. Disponível em: <<http://apacsp.org.br/contrato-de-gestao/relatorios-trimestrais-e-anuais/>>. Acesso em: 15 abr 2017.

_____. **Relatório 4º Trimestre e Anual Consolidado 2014.** São Paulo: 2015. Disponível em: <<http://apacsp.org.br/contrato-de-gestao/relatorios-trimestrais-e-anuais/>>. Acesso em: 15 abr 2017.

_____. **Relatório 4º Trimestre e Anual Consolidado 2015.** São Paulo: 2016. Disponível em: <<http://apacsp.org.br/contrato-de-gestao/relatorios-trimestrais-e-anuais/>>. Acesso em: 15 abr 2017.

_____. **Relatório 4º Trimestre e Anual Consolidado 2016.** São Paulo: 2017. Disponível em: <<http://apacsp.org.br/contrato-de-gestao/relatorios-trimestrais-e-anuais/>>. Acesso em: 15 abr 2017.

_____. **Relatório 4º Trimestre e Anual Consolidado 2017.** São Paulo: 2018. Disponível em: <<http://apacsp.org.br/contrato-de-gestao/relatorios-trimestrais-e-anuais/>>. Acesso em: 21 mai 2018.

Sites

COALIZÃO INTERNACIONAL DOS SÍTIOS DE CONSCIÊNCIA. Sobre a coalizão Disponível em: <<http://www.sitesofconscience.org/pt/sobre-nos>>. Acesso em: set de 2017.

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO. Sobre o museu. Disponível em: <<http://www.memorialdaresistenciasp.org.br>>. Acesso em set de 2017.

APÊNDICE A - Entrevista com Maurice Politi

Entrevistadora: Wanalyse Emery

Wanalyse Emery: Qual foi sua percepção sobre o Memorial da Liberdade?

Maurice Politi: Memorial da Liberdade? Era totalmente negativa, porque não havia realmente um apelo para que o público se dirigisse aquele Memorial, não estava nem sinalizado. A única forma de você ir no Memorial da Liberdade era se você tivesse a curiosidade de perguntar para um dos guardas que estavam lá, o quê que tem ali no fundo? E aí ele te dizia, ali são celas onde ficou, na época do DEOPS. Então você, se o visitante tivesse interesse, ia lá. Tinha 50 visitantes por mês, quando tinha visitante. Não tinha registro de visita. Não era um espaço museológico. Era um espaço que as pessoas iam se tivesse a curiosidade, um lugar de curioso. Fora isso, como tinha sido tudo apagado, teve gente que entrava na porta, celas novas, a tá, e via ar condicionado. A pessoa vivia bem, parecia esses apart hotéis pequenos. Então, era, por isso que, além do nome. A única coisa que não teve nesse lugar foi liberdade. Como é que a gente chama o lugar de Memorial Liberdade. Aí a gente discutiu com, aí já entrou a Cristina Bruno: qual o enfoque que a gente vai dar para esse espaço? “Controle, repressão e resistência”, você deve ter lido. “Controle, repressão e resistência” foi debatido amplamente, não surgiu porque um ex-presos quis, porque a professora quis. Qual o enfoque que a gente vai dar para o museu?

WE: O que te levou a participar deste processo de criação do Memorial da Resistência?

MP: É justamente o fato da gente, como grupo, lutar para a existência de um lugar de memória aqui em São Paulo. A gente sabe que aqui em São Paulo, nós tivemos, na verdade nós tivemos quatro lugares emblemáticos, que eram: o DOI-CODI, o DEOPS, o Tiradentes, e a Auditoria Militar. Então nos já temos o DEOPS, que é Memorial da Resistência, super exitoso, e tal, com 80 mil de visita ano; a Auditoria Militar, que é nosso segundo, é futuro Memorial da Luta pela Justiça. Não sei se você chegou a ver isso.

WE: Eu ouvi falar, e o dos advogados?

MP: Isso, é o dos advogados, depois eu vou te dar um livro sobre isso. Onde nós estamos trabalhando nesse momento, todo nosso esforço aqui está sendo para conseguir o acervo do que vai esse Memorial. Em São Paulo estamos brigando, agora, dia 20 eu vou para Petrópolis, sentar lá com a comissão de tombamento para justamente tomar o lugar chamado casa da

morte. Enfim, a gente luta para isso. Então nós queríamos, desde o principio, que o DEOPS, que era o lugar mais próximo, porque ele já era da Secretaria da Cultura. Ele era da Pinacoteca, com quem nós tínhamos o apoio do Marcelo Araújo. E ele tinha fisicamente as quatro celas, apesar de desfiguradas elas estavam lá. A gente falou: vamos focar nisso. Era o mais propícios naquele momento, e o dos advogados só veio três anos depois, por causa de um pedido nosso ao procurador federal encarregado do direito do cidadão, mas isso é outra história. E vai ser o segundo Memorial em São Paulo. O DOI-CODI, através do Ivan, o pai dele morreu no DOI-CODI, ele como vítima principal, ele foi aconselhado pelos advogados. Ele foi o portador do expediente para tombar o DOI-CODI. Demorou 10 anos, mas foi tombado em 2013. Só que lá, a situação está horrível, porque foi tombado, mas tem uma delegacia. E está na mão Secretaria de Segurança. E aí, esse vai ser o terceiro lugar. E o quarto lugar que era o Tiradentes não existe mais, não dá para fazer nada lá.

WE: A vantagem do DEOPS foi sua relação com a ferrovia, deve ter sido mais fácil de fazer esse tombamento pelo passado do prédio.

MP: Exato, o DEOPS era de um arquiteto famoso. O DOI-CODI demorou muito, porque justamente por isso, porque membros do Condephaat, que eram arquitetos, não viram. Não sei se você conhece o prédio.

WE: Não

MP: Vou te mostrar o prédio.

WE: É, é uma casinha normal.

MP: Então os arquitetos disseram: isso não tem valor arquitetônico. Então, uma professora de Campinas, a Silvine/Silvana, ela fez um parecer dizendo: não, isso tem que ser tombado pelo valor histórico do prédio. Dá uma olhada nisso, essa é uma cartilha que a gente fez pro DOI-CODI. Pode levar esse aí. Esse é o Memorial dos Advogados. Já existe o projeto, já foi aprovado pela Lei Rouanet. Está no período de captação de recurso, já tem um projeto museológico avançado. Bem, vamos lá, qual o próximo.

WE: Qual foi sua percepção sobre a participação do Estado na constituição do Memorial da Resistência?

MP: Ah, foi importante. Eu acho que foi importante, embora, embora muita gente criticou, porque falou que o Estado intervisse. Eu acho que se não houvesse essa boa vontade que teve

o Marcelo Araújo, e o Estado através da Secretaria de Cultura, não teria saído o projeto. Então, eu acho que eles entenderam bem, que aqueles, ou aquela nossa reivindicação, era uma reivindicação que fazia sentido, que ia trazer também para eles um ganho político interessante. Foi essa maneira que a gente foi partícipe. E eles deram os recursos, sem os recursos, quer dizer, sem os recursos para a contratação dessa equipe inicial, que é a Cristina Bruno, a Kátia, a historiadora Maria Tutti Carneiro, e a Gabriela Aidar, e dois estagiários, que durante trabalhavam só eles e tinha grupinho. Foi muito importante, e que tinha sido financiado pelo Estado. Ninguém tinha recursos, os ex-presos. Então eu acho que a participação do estado foi vital. E outra coisa que a gente tem que reconhecer, tem pessoas que não gostam é que o Estado até agora nunca interferiu. Nunca interferiu, na verdade o governador Alckmin nunca oi lá. O governador Serra foi no dia da inauguração e saiu. Não gostou e saiu. Não gostou não do espaço, mas dos discursos que foram feitos, né! Então ele achou que, estava uma agressão. Então ele se retirou, né! E nunca mais apareceu. E o Alckmin, ele só foi uma vez no Memorial da Resistência, porque interessou para ele, por uma jogada política. Não sei se você lembra, você, deve dar uns três anos atrás, veio uma blogueira cubana. Uma blogueira que era perseguida em Cuba, que ela mora nos Estados Unidos, e ela foi recebida aqui com festas, como um exemplo avançado de defensora da liberdade. Então, aí quê que o Alckmin fez, ele recebeu ela no Memorial da Resistência. Foi à única vez que ele foi. Então o Estado, foi importante para conservação, e não, até o momento não interfere. A gente organiza lá, você deve ter visto, os sábados resistentes, e nunca ninguém disse, não esse tema assim, esse tema não, até agora a gente não teve o que se queixar.

WE: Você já esteve em outras iniciativas estatais de reparação?

MP: Envolvido, primeiro que, reparação que teve foi à reparação econômica, né. Tanto no Estado de SP, quanto a comissão de anistia de Brasília. Cada estado teve sua lei de reparação, aqui em São Paulo teve também foi em 2001, aí eu tive envolvido, porque recebi a reparação. Mas não tive na concepção. E eu morava fora, então não tive nenhum envolvimento.

WE: As demandas dos ex-presos políticos foram contemplada no projeto do memorial?

MP: Foram, foram.

WE: Acho que só a questão do espaço na totalidade. Mas ela ainda está se constituindo.

MP: Exato. Estava no projeto inicial de aumento do espaço do Memorial Ela está se fazendo aos poucos. Mesmo porque também seria muita pretensão. Tivéssemos recebido todo prédio naquele momento, íamos perder por não dar conta.

WE: O Memorial corresponde suas expectativas depois de inaugurado?

MP: Sim. Sim, eu acho que sim. É, eles desenvolveram uma série de atividades, como você bem viu, que são, inclusive, independentes da gente na ação educativa. A gente tem espaço lá para fazer nossas atividades. Eu acho que corresponde sim.

WE: Na atualidade, como é atuação dentro do Memorial da Resistência?

MP: Bom, nós temos uma atuação como Núcleo de Memória. O Núcleo de Memória é, ele é atualmente desvinculado do Memorial, embora a gente trabalha muito no Memorial. O Núcleo de Memória foi constituído em 2009, como entidade própria, CNPJ próprio, com uma sede, diferente do Fórum. Na realidade, nós fomos, o quê que houve no fórum dos ex-presos políticos. O Fórum dos Ex-presos, ele era dividido em grupos de trabalho... Tinha um grupo de trabalho de advogados, tinha um grupo de trabalho que quem ajudava na constituição dos processos, e tinha um grupo de trabalho, que trabalhava mais para a unificação de ações educativas. E neste grupo, a gente estava: eu, o Ivan, e mais algumas pessoas. Então esse grupo de ação educativa, vamos dizer assim, ele, dentro do Fórum, ele se separou, porque tinha muita ciúmeira, muita, sabe? Então, como a gente era mais jovem, entre aspas, a gente tinha mais força e dinamismo para, então a gente se separou e formou o núcleo. O núcleo se forma e estabelece uma relação de parceria com o Memorial através dos sábados resistentes. Então a gente, tínhamos principalmente, nós tínhamos passado um ano inteiro em 2008 nas reuniões, e tal, e o Marcelo tinha dito claramente vocês não podem ser contratados, vocês não são funcionários do Estado e nem posso contratá-los na equipe de museologia, porque vocês não são museólogos. O quê que vocês querem em troca? Então a gente falou. E como a gente pode pagar essa boa vontade de vocês, voluntária, que a gente passava o dia lá. Aí a gente disse, a gente queria usar o auditório uma vez por mês, pelo menos, e foi aí que a gente criou esse espaço dos sábados resistentes desde 2008.

WE: Que se tornou a principal atividade do Memorial

MP: Exatamente, e no primeiro ano ele foi totalmente voluntário. E a partir do segundo ano, a gente estabeleceu uma parceria, que a gente tem um contrato com o Memorial, que o Memorial paga uma ajuda de custo simbólica, que ajuda a manter isso, e nos temos (inaudível). Então a relação, é uma relação de parceria. Não é uma relação funcional, uma relação de parceria, que, cara, à medida que os anos vão passando, ela vai se afiançando de um lado, mas por outro lado, que eu, que sou absoluto e convencido, que o Memorial buscará

parceria, já está buscando com outros setores, faz, depende do núcleo, e por isso que nós também estamos saindo do Memorial da resistência e estão indo para auditoria militar, então temos projetos diferentes, temos um projeto que temos agora, atualmente, que se for contemplado, é que é fazer um áudio guia para o DOI-CODI. Entendeu, e dizer: o governo, olha, já que vocês não querem fazer nada nesse treco, nós queremos, e nós temos isso pronto para as visitas, Vamos fazer um programa de visitas para o DOI-CODI. Mas claro, não temos recursos para botar gente todo dia lá, então vamos fazer um áudio guia. Então, são projetos novos, nós como núcleo estamos desenvolvendo outros projetos, eles como Memorial tratam de desenvolver outros projetos, mas a gente tem essa parceria desde 2009, 2008 na verdade, 2009, é a remuneração, temos essa parceria. Identidade de propósitos.

WE: Qual o sentido que você atribui ao Memorial: reparação, homenagem, espaço político?

MP: Eu diria que é um lugar de educação, né! Primeiro é um lugar de educação é um espaço de educação para novas gerações que não viveram esse período. Ele também é um símbolo de reparação para aqueles que passaram por condições tenebrosas. Então, é uma forma de reparação. Homenagem, acho que ele não é, porque não estamos para homenagear, pelo contrário, estamos para, não sei se você deve ter percebido também, foi uma discussão, onde a gente, quais são os vetores que vai ter, então: controle, repressão e resistência. O ponto de vista é dos resistentes, e a ideia é o título do livro da Viviane Fleche, Onde a humanidade vence a barbárie. A gente quer que este lugar seja um lugar que mostre para as gerações mais novas, que a humanidade sempre vence. Que não adianta, que por mais que tenhamos períodos ditatórias na história, e tivemos, a humanidade vence. Então, aquela última cela, que tem os relatos, as flores, aquele negócio é para isso. E quando os jovens vão lá, e perguntam: poxa, mas vocês falam tanto em tortura, ou a gente escuta tanto, não tem um instrumento de tortura pra gente ver, como ele era? Falaram, foi de propósito, foi discutido.

WE: Sim, eu vi nos outros trabalhos, isso ficou muito claro, tanto o trabalho da Cristina, quanto da Kátia, a questão da solidariedade, que se desenvolveu ali. Que não era para passar essa questão da dor e do sofrimento, mas sim, como vocês resistiram de outras maneiras.

MP: Mesmo porque você é professora, você sabe. Quando você insiste muito nos jovens, que não viveram esse período, você insiste muito na questão da tortura, vocês acabam afastando as pessoas. Nós já tivemos inúmeras provas disso. Temos ex-presos, já mais velhos e tal, que a única coisa que eles fazem é: que eu fui barbarizado, que fizeram isso comigo, fizeram aquilo. Então, quando você fala muito isso, o jovem fala: putz. Se tiver outra ditadura eu vou

nem me meter, porque para aguentar o que você aguentou, eu não aguento nem um pouquinho. Então, você acaba, e não isso que a gente quer. A gente quer que o Memorial seja um espaço de cidadania, de compromisso. Todas as falas que a gente falar, a gente termina, sabe, como quem nunca termina a frase. A gente fala, olha, esse foi falando com garotos e garotas de 10, 12 e 15 anos. E falar: essa foi a forma como nos resistimos há 50 anos atrás. Chama ditadura, a gente resistiu. É, e vocês aqui resistem? E aí dá o baque.

WE: Porque você vincula o presente com o passado, e não é uma coisa distante.

MP: Aí o cara começa a falar, bom, mas eu tenho o que resistir. Mas a gente começa a falar: está tudo bem? Tua escola está bem? BBB, é isso que você quer ver na televisão todo dia, é isso que, é esse o programa que você quer? Se não, o que você está fazendo contra isso? A gente quer que na sua família, no seu bairro, a gente quer que você participe. Então, o Memorial tem que representar isso. Tem que ser um espaço que leve a participação, que no fundo é uma participação política. Mas, mesmo que não seja, seja comunitária, é também política. Não é afastar os jovens da política. Acho que neste sentido que o Memorial tem seu grande valor, para mim pelo menos.

WE: Qual sua percepção sobre o papel do Memorial da Resistência na atual realidade brasileira?

MP: É, ele, ele é um espaço de poder, ele é controverso, de discussão, de relatos, de diferentes relatos, que tem, que existem hoje, muito mais acirrados, pelo momento político que a gente está vivendo. Eu acho que o papel do Memorial é fundamental para que as pessoas saibam ou vejam, né, que num período ditatorial, as pessoas sofrem. Podem sofrer. Porque estar lá, ver aquelas celas, escutar aqueles relatos, né! Por mais que a solidariedade tenha sido o papel, né. Mas ver aquela parte audiovisual, que você vê o que acontecia fora da prisão, quando você estava dentro da prisão. Aquela parte do meio. Eu acho que isso é fundamental para que hoje as pessoas percebam, e muita gente nos pergunta, mas, como você acha que tem gente querendo a volta da ditadura? E você diz: é gente que não entrou aqui ainda, que não viu, que não viu o que aconteceu aqui, que quer esconder uma realidade, que quer falar de uma realidade que não conhece. Então, venha conhecer e depois discuta. Então, acho que o Memorial tem servido para isso, e ele tem que servir para mostrar a realidade, a verdade dos fatos, que um período ditatorial, é um período de, a gente fala isso sempre, que é um período de medo. Lembra a tortura, lembra as mortes, porque ditadura é medo. Porque a gente relata para eles muitos momentos de medo. E a gente pergunta: você não tem avô que

fala para você sair com documento? Ah, sim, ele sempre fala para eu levar RG. Então, de onde vem isso? Por que você acha que na Itália os jovens não andam com RG? Não precisa. Na Inglaterra precisa de documento forever? O de guiar carro é que precisa. Então, de onde vem isso? De onde veio esse assunto? De onde que veio esse assunto do zelador, perguntar para onde você vai, onde você vai no terceiro andar, quem você vai visitar? É da ditadura. Então a gente relata isso, e mesmo que as pessoas não tivessem envolvidas, porque tem muito este discurso: ah, se foram presas é porque estavam metidas em alguma coisa. Não, teve gente presa que não estava metida em nada, que eu conto, e nós temos milhões de histórias. Um alfaiate que tinha, que ficou dez dias sendo torturado na minha cela, porque encontraram um cartão de visita de um cara que eles estavam buscando. E o cara, o cara era um alfaiate, um senhor alfaiate, ele falou eu não sei nem quem é esse cara, é alguém que veio simplesmente fazer um corte, uma camisa, um terno. E foi torturado por mais de dez dias. Então, a gente fala isso, acho que o Memorial tem que servir para isso. Para mostrar a realidade do que é uma ditadura.

WE: Passar para última parte. Qual é o papel do testemunho para o Memorial da Resistência?

MP: Bom, eles têm um programa específico para isso, de coleta de testemunhos. Eu acho que ele é vital para o entendimento do que é este espaço. Infelizmente, até agora, os testemunhos tem sido de familiares, advogados e presos. Nós, no início, quando nós discutimos sobre esse programa de coleta de testemunho, a gente queria envolver funcionários, enfim, pessoas que trabalhavam no local, e que nunca foi possível até agora. As pessoas resistem. E só uma delegada que se prontificou a fazer o depoimento, a gente, uma senhora que já tinha certa idade. A Kátia ficou super animada. Bolamos as perguntas que a gente tinha que fazer, mas de última hora, o filho dela impediu ela de vir. Então, o testemunho para o entendimento do espaço é fundamental. Quer dizer, sem ele a imaginação daria tratos para explicar esse espaço. Tendo o testemunho, e os jovens podendo acessar esses testemunhos, aí, fecha o círculo. Você tem o espaço, e depois tem a pessoa relatando sobre o espaço. Então você fecha, eu acho que é... Espero só que um dia a gente possa ter relatos de pessoas que não foram vítimas, que foram perpetradores.

WE: O Memorial consegue representar a memória coletiva dos ex-presos políticos?

MP: Bom, aí, vai ser, vou te dar a minha opinião. Eu acho que sim, agora, eu sei que tem presos políticos que acham que não. Infelizmente.

WE: Bem, é isso que eu queria te perguntar. Eu vi na fala da Kátia, que teve muita que quando vocês tentaram retomar o espaço do DEOPS, muita gente ficou resistente, querendo apagar essa memória. Essas pessoas, essas vozes dissonantes naquele momento, como elas... elas se identificam hoje com o Memorial ou continuam com o sentido de afastamento?

MP: Bem, existem pessoas que passaram por lá, e o trauma foi tão grande que eles não querem passar mais. Não querem, nós temos, nós estamos, nessa questão do memorial dos advogados, nós estamos entrevistando advogados. E muitas das entrevistas são feitas lá, teve advogados que falaram que lá eu não faço, que eu não entra lá. Mas como, já é museu, já não é mais! Não, mas lá eu não entro porque me traz muita lembrança. Então, temos vítimas, principalmente mulheres, que não querem entrar lá. Elas vão lá de vez em quando, quando tem algumas atividades, mas raras, elas não são frequentadoras assíduas. O pior não é estas pessoas, o pior são pessoas que foram ex-presos políticos, que foram vítimas, e que acharam que a concepção museológica estava errada.

WE: Por quê?

MP: Eles falaram que não vão. A gente sabe, por exemplo, existe um grupo, é, que foi, na verdade, é um grupo a quem a gente deve muito, que foi o grupo dos familiares dos mortos e desaparecidos. Sem os familiares dos mortos e desaparecidos talvez o processo político brasileiro não tivesse avançado tanto. Apesar de que, ainda falta muito, porque eles foram sempre o esteio dessa luta pela punição. Então, por exemplo, uma das representantes desse grupo foi na inauguração, e falou com várias pessoas, não comigo: para fazer essa merda, melhor não ter feito nada. Por quê? Porque não viu ali na parede o nome daqueles que morreram e tal, como faz um negócio desse, onde falam dos presos. Mas isso acontece aqui, acontece na argentina, os presos são aqueles que sobreviveram. Afinal, eles sofreram, mas sobreviveram, estão aí. Eles queriam que tivessem o nome na parede. Tem sempre essa disputa entre eu, que perdi meu irmão, meu marido, minha filha, então, que estou destroçado para resto da vida, que tal esquecido, e esse que sobreviveu, que está bem, ele é que está sendo homenageado. Então, fica essa marca. Então existe sim, vozes dissonante. Principalmente, desse grupo de pessoas que não veem a concepção museológica como sendo do seu agrado. Mas, de novo, foi uma coisa decida, nós, quando fizemos as reuniões, nós não limitamos as pessoas que podiam vir discutir. Falamos todo mundo pode vir conversar com a Cristina e dar opinião. Só que claro, a Cristina a Kátia e Tutti, tiveram que se limitar a quem estavam lá todo dia. Pessoas que vêm de vez quando, é muito fácil chegar no fim e falar eu não gostei. Por que você não veio quando estava criando?

WE: O memorial da resistência ajudou na ampliação da coletividade inicial de ativistas?

MP: Sim, eu acho que sim. Ele ajudou na medida em que ele se constitui como um local inclusive de reunião do pessoal. O pessoal mais velho lamenta, nós tínhamos antes dessa nova concepção do espaço - não sei se você veio antes? Tinha um café.

WE: Sim, eu conheci o Memorial nessa época.

Pois é, acabaram com o café. O café era um ponto de encontro dos ativistas e dos ex-presos. Muitas vezes a gente fez reunião lá, muitas vezes nossas assembleias do núcleo lá. Então eu acho que sim, que funcionou. Ele naturalmente tem suas atividades próprias, ele tem que ter uma função social, que não é só atender os ex-presos, né? Os ex-presos são uma minoria de pessoas que estão morrendo. Quer dizer, cada vez temos menos ex-presos, e é normal que seja assim. Agora, em um primeiro instante, ele foi identificado como o lugar dos ex-presos. Se você fala com as pessoas mais velhas, que não tem essa concepção de museu, eles falam: esse é nosso lugar.

WE: Entre as atividades de comunicação do Memorial da Resistência qual é a mais relevante para você?

MP: Olha, eu acho que tudo que é feito, é difícil falar qual é a mais importante, porque, por exemplo, o trabalho da ação educativa com os grupos de deficientes, com os grupos de crianças, com – não sei se eles te contaram com o trabalho deles com o CAPS – centro de atenção psicossocial, é um trabalho muito bacana. Eles têm uma atuação com pessoas, que e levam gente para lá, que há uma identificação. Esse trabalho que a gente nunca pensou que podia existir. Pessoas que... libras, pessoas cegas, pessoas que são deficientes mentais, que estão em hospícios, e que associam o CAPS ao DEOPS, a repressão que eles estão sentindo agora. Então, eu iria que, o que faz, tem duas vertentes que eu acho... o testemunho é importante para preservação do lugar, mas se a gente deixar de lado o testemunho, porque é uma coisa mais para pesquisadores, estudiosos, se eu falar, para a sociedade de São Paulo, ou do Brasil, eu acho que os dois programas mais importantes são tudo que se faz na ação educativa para geração mais jovem e os Sábados Resistentes, que se tornou uma grife, que nem o MC Donalds. Nós já tivemos pessoas de Campinas, ou da Bahia. Não, Bahia não, Ceará, que querem fazer Sábados Resistentes na terça. Vamos fazer terça-feira resistente, podemos? Epa, aí virou uma grife, um nome, uma marca, né! Então eu acho que é importante porque a gente conseguiu também, no início, nossos Sábados Resistentes, era, a gente chamava tudo de uma plateia de cotonetes, que era tudo cabelo branco, hoje não, hoje a

maioria é de jovens interessados. Então, eu acho que cumpre a função. Qual a função do Memorial? Construir a geração da juventude. Esse é o papel mais importante. Então, tanto a ação educativa, quanto os Sábados Resistentes visa à população mais jovens.

WE: Qual o papel dos Sábados Resistentes?

MP: Os Sábados Resistentes surgiu como uma forma da gente, se congregar entre ex-presos, e poder discutir entre nós e acabou sendo um espaço de debate, e de atividades, deste passado correlacionado com o presente. Nós já fizemos lá, inúmeros. Imagina, oito anos, 15 sábados por mês.

WE: Você sabe o total?

MP: Sei, nós tivemos setenta e... Espera aí eu te mostro.

WE: Eu contei pelos relatórios, mas a Júlia não sabia ao certo.

MP: Eu acho que está na nossa memória (MP sai para pegar um livreto sobre o Núcleo). O número, depois se ela quiser, aqui tem. Isso aqui nós fizemos esse ano. É porque nós também estamos fazendo quase 10 anos, então, falamos, vamos fazer. A Paula trabalho muito nisso, e tem um capítulo só sobre os Sábados Resistentes.

WE: Aqui, os Sábados Resistentes, número 26.

MP: 127, a média de público é... Então eu acho que este espaço se tornou um espaço de debates, se tornou uma marca, hoje em dia, por exemplo, uma pessoa quer lançar um livro, nós vamos fazer o primeiro sábado resistente dia 24, lançamento do livro, que fala dessa época. Todo mundo quer fazer o lançamento lá.

WE: Eu fui ao último, ultimo não, na abertura da Hiatus. Uma coisa que eu achei interessante, porque parece um momento de fala.

MP: É exatamente.

WE: Na sua percepção, qual o público agenciado pelo Memorial da Resistência. E qual o público agenciado pelos Sábados Resistentes?

MP: Bom, o público que vai ao Memorial, ele é dividido, entre o público de escolas e de grupos. Não só escolas, mas universidades, grupos sociais, grupos de igrejas, né. E o público, assim, isolado, espontâneo. Os Sábados Resistentes ele tem uma característica, ele é de

público mais interessados em temas e debates do passado e do presente. Quer dizer, é gente que já vem, não vem um espontâneo, difícil. Pode ser que até venha, mais não vem um espontâneo que está visitando prédio e vem para um Sábado Resistente assistir o debate. Ele pode até vir, mas se ele não tá, se ele não tem essa ligação com tema, ele vai embora. Eu acho que os Sábados Resistentes atraem um público que ávido de troca de experiências. Enquanto o público que vão ao Memorial, é público normal do museu. Às vezes as crianças que vão lá, nem sabe o que vão ver, e só ficam impactado depois vem. Não, quem vem aos sábados, já sabem para que vem. Se nós estamos lançando, fazendo um debate, como fizemos sobre o movimento negro ontem e hoje, LGBT ontem e hoje, são pessoas que estão interessados na discussão deste. Os Sábados Resistentes têm essa característica. No início, ele era de muita homenagem: 20 anos da morte de fulano, vamos homenagear. Ainda continuamos, mas agora é mais de debate. O momento político exige mesmo esse debate.

WE: Terminando, ah, uma coisa... Como você vê o site do Memorial da Resistência? Você acha que ele consegue agenciar? Os bancos de dados, eles são funcionais?

MP: Eu tenho acessado algumas vezes, quando eu quero ouvir alguns testemunhos. Eu acho que tem que conhecer, não é para leigo. Eu sempre fiz essa crítica. Eu acho que o grande problema do Memorial, quer dizer do site do Memorial, é que ele deve se tornar um site, onde além das informações, sobre os testemunhos, as atividades que eles fazem, ele deveria ser um site interativo do próprio Memorial. Eu sei que eles queriam fazer isso, mas faltam recursos. Uma pessoa de MG quer visitar o Memorial, mas não pode vir aqui, mas ele quer ver como é que é o Memorial. Se tivesse uma visita interativa, certamente ajudaria na repercussão, e no faz do Memorial ser um exemplo para outros memoriais. Como ele não tem essa visita interativa no site, ele só tem informações ou testemunho, são pessoas que já tem informações, que está fazendo um doutorado, um mestrado. E quem quer ver a programação, vai lá e encontra. Mas lá não tem aquilo que eu acho importante ter, que é a visita interativa.

WE: E as mídias sociais, elas conseguem fazer esse contraponto? Tipo, o facebook, etc?

MP: A gente também tenta atrair mais público, mas, é relativo.

APÊNDICE B - Entrevista com Marília Bonas

Entrevistadora: Wanalyse Emery

Wanalyse Emery: Vou fazer uma pergunta em relação sobre as questões institucionais. Como que é a relação do Memorial com Estado, a relação do Memorial com a Pinacoteca e depois com o Núcleo de Memória?

Marília Bonas: Com o Estado a gente faz parte, que o Memorial, é um dos, é uma das instituições geridas por uma organização social que é APAC (Associação da Pinacoteca Arte e Cultura) e que tem o contrato firmado com a Secretaria de Estado da Cultura a partir de uma concorrência que rola a cada cinco anos. Então o Memorial está dentro desse contrato da Pinacoteca da APAC, e com a OS. Então a gente tem essa relação irmã caçula e compartilha também as áreas meio da Pinacoteca, financeira, RH e tal. Mas a área finalística de pesquisa, preservação e comunicação do Memorial. Então essencialmente essa relação.

WE: Sim, mas o Estado chega a interferir em alguma coisa?

MB: O Estado não interfere dentro desse modelo que a gente faz pra cada ano ou para cada contrato, que são geralmente contratos de cinco anos e a gente apresenta uma proposta, é uma concorrência nessa proposta tem uma, na verdade, quando o estado faz o chamamento, ou seja, ele fala “está aberta a convocação para gerir a Pinacoteca e o Memorial” ele aponta linhas de políticas de cultura. Então a gente quer que seja democrático o acesso, tenha no programa as disposições, ele tem uma coisa dessa política delineada e a gente faz a proposta de como a gente vai fazer essa gestão a partir desses indicativos. Então a gente tem autonomia nesse sentido de proposição, mas absolutamente tudo é feito com ciência do estado. Então eles não interferem, mas eles aprovam, mas tem fins essencialmente em como eles tem no caso do Memorial não tem interferência política, essa é uma das vantagens desse modelo, assim, quer dizer a gente tem uma autonomia, passa por conselhos, pelo Conselho de Orientação Cultural o COC e aí depois tem os conselhos de administração e tal que são da OS como um todo da Pinacoteca e do Memorial. Mas aí ano a ano a gente faz uma proposta, então a gente fecha um contrato de cinco anos e que a gente faz a proposta anual e depois ano a ano a gente fecha uma proposta de plano de trabalho que a gente tem as metas firmadas desde as frentes de pesquisas...

WE: É eu vi nos relatórios.

MB: Isso, ele tem tudo isso, mais ou menos isso, o relatório é o espelho do plano de trabalho realizado, e a gente tem quatro relatórios no ano, três trimestrais e um anual, que é tipo trimestral e anual no último trimestre. E então em relação ao estado é mais ou menos essa dinâmica em relação à Pinacoteca, também é uma dinâmica, então a gente tem autonomia, mais os diretores da Pinacoteca que são também diretores do Memorial, mas como instituição a gente tem autonomia de proposição e negociação.

WE: Chega a ter algum conflito de interesse, assim, para dividir o espaço?

MB: Acho que não chega a ser conflito de interesse, acho que tem vidas institucionais diferentes que às vezes entra algum tipo de conflito, né.

WE: Essa relação do Memorial que está se expandindo, por que isso é uma proposta desde o início, né?

MB: É

WE: Mas está sendo tranquilo esse processo?

MB: Eu acho que, assim, eu não sei né. Eu cheguei em junho do ano passado, e sei que não foi sempre assim tranquilo, mas o diretor atual, ele também entende isso de uma maneira natural, entende que a expansão não só é uma questão de expansão física, mas é uma coisa de expansão de qualidade e de assunto do Memorial. Então a gente tá tentando equilibrar isso também em termos de orçamento, porque todos os museus do estado tem um corte nos últimos quatro anos, e acho que o Memorial estava de fato naquele momento, sabe, assim um bolo crescendo num forno, aí você abre o forno e o forno afunda no meio. A gente tem usado mais o flyer da Estação Pinacoteca, tem se apropriado nesse sentido desse espaço também junto com a Pinacoteca, mas tem sido ok, assim, mas é, acho que é uma questão.

WE: De concílio e...

MB: É uma questão dessa coexistência. Então a gente sempre trabalha com essa palavra da coexistência e do compartilhamento diário, do entendimento disso, pensar que a Pinacoteca é uma estrutura centenária, é o museu mais antigo né de São Paulo, então, ela tem uma estrutura centenária também em termos de processo e tal, e a gente no Memorial começou com duas pessoas, então agora a gente tem uma equipe de dez, então é, isso tem, então, são tempos institucionais diferentes assim, de maturidades distintas, pospostas e tal.

WE: E o Núcleo? Você falou que tem essa relação com o Núcleo, que tem relação com o presente ou talvez estão mais voltados para o passado, como que isso se faz?

MB: Acho que o Maurice deve ter falado isso, né. Quando o núcleo começou ele nasce dessa primeira articulação do Fórum de Ex-presos para poder implantar e constituir o Memorial, e ele nasce muito dentro de uma pulsão de uma memória específica de um grupo de pessoas e dentro desse contexto, principalmente é dada essa luta pela memória e pela justiça, e nesse momento de ouro que a gente de alguma maneira teve desse tema, né. E desde então a gente tem a parceria firmada com o Núcleo nos Sábados Resistentes, e aí eu acho que ao longo do tempo o próprio papel do Memorial foi mudando. Então esse primeiro momento do Memorial foi constituído. Estava falando de uma memória que de fato tinha, sido pouco construída, ainda sim, pouco pesquisada, mas era uma coisa muito vinculada ao passado, que você tinha que trazer para o grande público. Hoje essa é uma memória muito mais presente no discurso conservador, né. Então hoje tem uma ameaça de fato de retenção disso que não havia quando o Memorial foi constituído, então eu acho que a função social do Memorial mudou e obviamente o Núcleo, a formação dele, eu acho que também estava muito vinculado a esse primeiro momento do Memorial, e agora o próprio Núcleo tá repensando, né. Então a gente vem observando e eu estou aqui há pouco tempo, mas mesmo na programação dos Sábados Resistentes do ano passado e a programação que a gente propôs pra esse ano, é uma programação que, enfim, a gente sempre define tudo mundo junto, tem muito uma preocupação de trazer as novas gerações para entender o quanto tem de permanências nesses processos, nessas estruturas. E que não que isso não fosse uma questão, mas era uma questão que tinha, é, outro papel acho que ao longo dos sábados e da própria vida do Núcleo que era dar voz a quem nunca tinha tido voz, só que aí chegou num momento que você tem que dar voz pra esse passado, mas ao mesmo tempo você tem que mostrar que esse passado infelizmente perdura, né, e eu acho que isso implica em uma série de coisas, inclusive entrar em uma perspectiva crítica do que não deu certo nesse processo de redemocratização, dos acordos e que aí né, não é uma questão do Núcleo, mas de como foi construída essa memória, porque que politicamente ela é tão frágil e porque que essa fragilidade chega a esse ponto hoje das pessoas naturalizarem as violações ou validarem e desejarem de novo uma ditadura. Então, acho que é o que a gente tá vendo hoje, excepcionalmente, em termos de função dessa memória é muito doloroso, acho que pra todo mundo que trabalha com esse tema, porque de repente a gente estava falando das coisas que aconteceram e que pouco se sabia, trazendo isso e de repente.

WE: Acontece algo semelhante no presente

MB: Exato. Então, você fala, putz, não, pera, eu tava construindo aqui, eu tenho que parar e tenho que construir concomitante a vincular com o que está acontecendo, né? Tipo, olha não acabou, olha isso aqui já não deu certo. Então essa relação com o presente e com o futuro, que eu acho que é uma coisa que o Memorial tem por natureza de instituição, né? Então essa é uma coisa de função museológica mesmo, né? Institucionalmente o museu nunca vive num passado, ele sempre se vincula, eu acho que isso fica muito mais forte e acho que dentro desse sentido tem uma diferenciação do Núcleo e do Memorial, de poder a gente ampliar para essa discussão da memória das perseguições aos movimentos e tudo mais.

WE: No livro de visitas eu vi um comentário falando “A memória termina em 2008”. E aí como que vocês conseguiram já começar a ultrapassar essa situação?

MB: A gente tá, mas assim, é isso, como os museus são instituições de seu tempo, né. Então eu acho que a gente tem agora esse desafio de olhar o que é o Memorial dentro desse lugar físico, dentro desse território da cidade. Então essas violações, ela acontecem aqui na porta.

WE: Na hora que eu cheguei tinha gente tomando batida na porta.

MB: Isso é uma coisa, isso perdura, né? Quer dizer, então a gente, dentro das funções do plano museológico que a gente fez, do final do ano passado a esse ano, e o próprio Núcleo participou e tal, tem essa coisa de que, o que que perdura dentro dessas estruturas de controle, então se vocês se [inaudível] né? Se a perseguição política acabou com a democratização, a questão do controle social não. Então, que estruturas do Dops ou do Deops, permanecem dentro da polícia militar, da polícia civil, das ações, e os critérios de perseguição. Caiu a lei de vadiagem, mas o quê que é lidar com uma minoria, lidar com a população marginalizada, o quanto se repete disso, dessa construção, que é uma construção do Deops desde 64, né. Então eu acho que o Memorial tem esse compromisso de mergulhar e, enfim, encontrar frentes, e o Núcleo de fato tem outro objetivo, assim, em termos de preservação, mas é fundamental para nossa vida, assim em termos de discussão.

WE: Você acha que o Memorial consegue representar a memória coletiva dos ex-presos políticos?

MB: Não, eu acho que não, acho que essa é uma discussão bem interessante, bem intensa, eu acho que como todo esse [inaudível]. Eu acho que ele nasceu, o grande potencial do Memorial teve, ele vem em primeira pessoa, então não são especialistas falando sobre, foi o próprio

Fórum que compôs isso, e ele compôs isso dentro de um recorte, que era esse recorte dentro da questão da perseguição política, mas na medida que a gente, pensa todo o contexto de resistência nesses períodos ditatoriais, e a gente também vê como que era a perseguição e esse controle da ordem social, isso ainda não está presente no Memorial, e muitas coisas também que vieram com a questão da comissão da verdade, como a gente estava falando outro dia, são questões que ainda não surgiram dentro, não estão traduzidas dentro do Memorial. A questão indígena a questão camponesa ou mesmo a questão das mulheres como um todo, a gente sente ainda que tem uma coisa de entender dentro dessa resistência, enfim, que as mulheres, elas aparecem menos do que poderiam. Eu acho que hoje tem uma construção de pesquisa e de memória, é uma questão mesmo de lugar de fala dessas mulheres, e eu entendo que isso seja um processo de construção. Então o Memorial hoje não é. Eu acho que ele nasceu representativo, à medida que o Memorial foi alargando no entendimento do papel dele, ele provavelmente, deixa criando novas lacunas. Se a gente fosse um lugar especificamente da memória de ex-presos, de um grupo, de grupos de ex-presos, dentro desse contexto como foi de fato, se este possui enquadramento da perseguição política o Memorial daria conta. Como a questão é mais ampla, vem se tornando mais ampla o Memorial tenta trabalhar com essas variantes e questões que surgem historiograficamente agora, né? Até mesmo a questão do movimento LGBT, e toda essa discussão de como isso foi dentro da época da resistência, o quanto isso era considerado uma coisa que separava a resistência e não uma coisa que agregava. Então todos esses movimentos também de direitos, assim, dentro desse contexto da ditadura tem conflitos internos, que estão pouco traduzidos ainda e que a gente quer trazer.

WE: O Memorial você acha que ele ajudou em algum momento na criação de uma coletividade inicial de interesses políticos?

MB: Acho que sim, acho que o Memorial consolidou de alguma maneira, acho que ele foi um ponto, ele é um ponto de encontro do presente do passado.

Eu acho que primeiro essa, uma certa, um certo reencontro, quer dizer já existiam os fóruns, já existiam os grupos de ex presos, de familiares e tal. Mas aí eles se juntaram para construir alguma coisa, deixar um legado dessa memória, e eu acho que o Memorial serve como, foi um ponto de articulação e um ponto de apoio e ao longo dos anos, em especial ao longo dos Sábados Resistentes. Mas também nas ações educativas se tem essa vinculação com os grupos de resistência, da juventude, a questão dos escrachos, acho que tem várias coisas que o próprio Núcleo como um memorial, enfim, deu espaço para que esses grupos pudessem falar, os secundaristas e tudo mais, e é um momento muito interessante. Assim, toda vez que rola

essa coisa Inter geracional, é muito mais forte, assim, a coisa, aí eu acho que o Memorial tem isso, acho que pode, a ideia que a gente cada vez mais cresça exatamente nessa perspectiva de encontro com as questões contemporâneas, e então acho que isso vem sendo uma pendência também. Trazer gente mais nova, grupos jovens organizados também pra sentar juntos com os ex-presos e ouvir, trocar e falar. Acho que isso já acontece, mas tem potencial de acontecer cada vez mais.

WE: Entre as atividades de comunicação do Memorial, pra você, assim, qual é mais relevante?

MB: De comunicação? Eu acho que a ação educativa é mais importante por hora, acho que a gente ainda está estruturando uma política de exposições, tipo o Memorial como modelo museológico ele emula muitos modelos de memoriais e centros de memória da América Latina, o que é muito bom. Por outro lado a memória da ditadura no Brasil é radicalmente diferente da condição da memória da ditadura, na Argentina, no Chile ou na Colômbia. É, então, a gente tendo idiossincrasias, a gente tem acordos políticos que foram feitos, a gente tem personagens e grupos que atuam na construção ou na desconstrução dessa memória com uma dinâmica que é muito particular do Brasil, então acho que é entra política de [inaudível], a gente tá muito próximo desses modelos, mas a gente ainda problematiza muito pouco as questões locais. Acho que a gente tem que avançar, nas questões indígenas, a gente vai ter exposições sobre isso esse ano, a própria questão dos camponeses. Então isso são questões que a gente precisa trazer como foco do memorial e ter uma política a disposição, que a gente tem estrutura. Ação educativa não. Ela já, ela nasce, acho que é um museu que nasce com uma vocação pedagógica, que tem a força do lugar de Memorial, mediar essa força, pra que ela seja constitutiva, que não seja só informativa. Espero que seja reflexiva, da importância da democracia, isso é uma coisa que o educativo faz brilhantemente e que tem sido cada vez mais desafiador, com essa onda conservadora que vem de toda as classes sociais.

WE: Qual o papel dos Sábados Resistentes?

MB: Eu acho que é um ponto fundamental. Acho que é uma janela pra vários temas com os quais a gente trabalha que a gente tem interesse. A gente tem uma equipe super diminuta em termos de pesquisa e preservação, a gente tem as nossas limitações, os nossos projetos, mas a gente tem um radar dos temas que a gente gosta de trazer e discutir. Então desde temas como imprensa o movimento LGBT, a reforma da previdência, coisas que são muito, estão acontecendo agora, e que de alguma maneira espelham alguma coisa que já aconteceu e a

gente consegue fazer esse link. Assim, então os sábados de fato, são muito, muito importante dentro desse sentido, acho que a gente vem uma discussão do Núcleo, do Memorial de como fazer que isso alcance mais gente, a gente vem de um lugar que as pessoas visitam menos espontaneamente, que tem ficado mais perigoso. E tem estas situações mesmo. Então a gente tem um número de menor de pessoas que vem aos sábados agora, que vinham no começo. Então a gente tem pensado nisso, se a gente vai fazer transmissão online, o que a gente faz. Como a gente disponibiliza. Em termos de formato mesmo, mas em termo de estrutura estratégicas os sábados são, e eles dão uma temperatura pra gente do calor das discussões, do interesse das coisas, e do que de repente a gente tem que discutir mais, o quê que não convém, porque que não convém. Então, é muito importante pra gente assim.

Nosso maior público é um público de escolas, que implica de estar dentro de uma proposta de programa, de currículo, e de expectativa da escola. É, e o público dos sábados ainda é um público ligado a esta memória fundante do Memorial, mas a gente vem observando cada vez mais jovens chegando. E os Sábados tem uma coisa muito legal, pelo fato de ser uma coisa meio pleito aberto, assim né, tem uma coisa de mesa, mas a fala, as pessoas falam. Tem uma coisa muito de desabafar e contar sua história. Isso também é muito importante, muito dialógico. E é bonito neste sentido, ver também este contato entre gerações, e isso é o mais importante. A gente tem o Martinelli, por exemplo. O Martinelli é um cara que é inacreditável, assim. Ele vai e senta com o pessoal, por exemplo, é, sei lá, ele senta com o pessoal antifascista. Com os movimentas antifascistas, e o povo olha: é o Martinelli. É muito legal ver isso também e a força que isso traz de encontro. Então, eu acho que são públicos diferentes, mas que se desdobram também, porque a ação é complementar.

WE: Qual o papel do site do Memorial da Resistência e das redes sociais?

MB: Eu acho que é uma frente também. Isso é uma frente que a gente está bem defasada. É, o site hoje abriga os programas de pesquisa: o coleta e o lugar de memória, mas ele ainda é um pouco formal. Enfim, um pouco inflexível para quantidade de programação que o memorial tem. O site em si. Então ele está lá no nosso, é a coisa que a gente mais quer mexe, e de fato a gente está pensando como fazer isso, partindo dos projetos de pesquisa. Um sistema de banco de dados, como é que você trabalha. E, no caso das mídias, é a parte que a gente está mais forte, em especial o facebook. É bem grande o número de curtidas de likes, e de, mesmo o site tem um número bem expressivo de visitação. Mas o facebook é muito bate e pronto, né. Então, por exemplo, essa coisa do bloco do Porão do Deops, que a gente se posicionou contra e pressionou o Ministério Público. Foi uma coisa que o Núcleo capitaneou, e aí com a gente

meio que junto. Fizeram uma entrevista comigo. Eu passei o celular do Maurice. O Maurice entrou em contato com um tribunal, enfim, e o Ministério Público acionou. Isso tudo a gente teve um nível super importante de compartilhamento, curtidas, e você vê que é mesmo um lugar importante de acompanhamento. Então, acho que é isso. Ainda o twitter a gente usa super pouco. O Instagram a gente usa, mas a gente ainda não tem um plano de mídia. Acho que a gente precisa ver isso.

WE: No facebook está rolando estes embates de narrativa, isso já está aparecendo dentro do facebook do Memorial?

MB: Aparece algumas vezes. Não está aparecendo sempre, mas a gente está esperando. Assim, aparece. A gente já sofreu pequenos ataques, por exemplo, já sofreu ofensa em post aberto. Mas a gente começou a ser citado em post dessa direita conservadora. Então, o tal do movimento da Direita Brasil tirou sarro do Memorial por causa dessa posição contra o Bloco do DEOPS, falando que aqui não é nem um memorial, que não é nem um museu, e tal. A gente, nosso nome já está de alguma maneira circulando dentro destes grupos, mas ataque sistemático ainda não. É, mas ainda está nesse ainda.

WE: Qual o papel da ação educativa do Memorial?

MB: Eu acho que é um papel fundamental de entender, de mediar essa experiência desse lugar de memória. Essa memória que ainda é pouco conhecida por N razões e provocar essa reflexão do risco de repetição. Eu acho que é um papel, é o coração do Memorial. Até por nesse sentido, porque acho que o Memorial nasce com isso, com essa vocação. E a parte tanto de pesquisa, quanto a parte de comunicação museológica de exposições, é uma parte que vai se esculpando depois. Eu acho que o educativo é fundamental. O projeto para sensibilidade para todos, pioneiro, ganhamos prêmio. E é um tema árido de se trabalhar. A gente tem metodologia para isso, para trabalhar com público com deficiência.

WE: Você tem alguma observação, percepção sobre o público, que vi tem percebido?

MB: Eu acho que a gente tem, é muito difícil passar impunemente pelo Memorial. Diferente de outros museus, que a pessoas falam: por que vi vai ao museu? Vou para ter uma boa experiência, eu vou para me divertir. Ninguém vem ao Memorial para se divertir. As pessoas sabem o que é. E, então o Memorial tem essa carga de responsabilidade de ser esse lugar de Memória, e fazer que esse lugar que promove exposição, o público é um público muito, assim, que a gente sente que fica tudo muito a flor da pele. As pessoas interagem, as pessoas

falam, é. Mas o que a gente percebe que é um público que gosta muito. Nossos índices de avaliação são sempre muito altos: 98% 99%. E não é porque a experiência é boa, é porque ela é efetiva. O que eu acho que é um potencial do lugar mesmo, a gente tem esse privilégio. E é um público que, enfim, que é bastante fidelizado. A gente não tem um grande índice de retorno, porque é uma experiência pesada. A gente está criando essa rotina de exposições temporárias. Mas, é um público fiel. O grande desafio do memorial é falar para não convertido. Não pregar para não convertido. É como chegar em quem não tem interesse nesse lugar. Como que a gente alcança novos públicos. É interessante pensar que a gente divide espaço com a Estação Pinacoteca é bem legal. A pessoa vem para a exposição temporária e cai no Memorial. E putz, é um lugar que talvez ela não viesse.

A exposição, vocês estão remodelando ela. A Júlia falou que estava pintando.

Isso, a gente vai abrir uma sala nova. A gente vai abrir uma sala nova para o "Lugares da Memória".

WE: Onde essa sala vai ser?

MB: Vai ser no hall de entrada que tem duas salas. Mas a ideia é que a gente comece a repensar toda a exposição de longa duração.

WB: E o Centro de Referência? Li que ele é subutilizado.

MB: O centro virou uma coisa meio que de secretaria. A ideia é remodelar da sala da linha do tempo para frente. A gente redesenhar, pensar isso, as vítimas não aparecem. Acho que tem coisas que ainda está muito vinculada ao lugar. A gente precisa entender que existem outras maneiras de comunicar museologicamente e trazer novos temas. Mas, o centro de referência também, mas outra coisa que vai entrar nesse novo desenho é a relação com o território. Então, que quer dizer o que o prédio estar nesse território. O que é a Luz, o que é a cracolândia, o que é a resistência, o que é a violência? Então, isso precisa entrar. Mas a gente tem a impressão que este ano vai ser um ano longo, e o que o próprio entendimento do que o Memorial pretende ser daqui a cinco anos vai se dar até a eleição. E dependendo do rumo... Eu acho que a grande mudança do memorial, de quando ele surgiu, quando foi implantado para o Memorial agora, é o Memorial que vai mudando de lugar. Ele passa a trazer a memória em outra posição.

APÊNDICE C - Recorte dos comentários do Livro de Visitas

PG	DATA	COMENTÁRIO	LIVRO 01 (24/01/2009 – 01/05/2009)
02	24/01/2009	Preso 50 dias no DEOPS.	
02	24/01/2009	Preso aqui por três meses e 1970.	
03	24/01/2009	Ex-diretor Sindicato Construção Civil S. Paulo cassado 1964. Hoje anistiado.	
13	31/01/2009	Um marco do subdesenvolvimento de uma república brasileira. Preso de ontem, ladrões de hoje!	
14	05/02/2009	Nunca imaginei o que o DOPS era por dentro, pois sempre fiquei do lado de fora na esperança que soltassem meus amigos 79 e 80, esperança!!! Infelizmente eu perdi todos!!!	
16	06/02/2009	Necessário! Que este trabalho continue e seja ampliado.	
17	07/02/2009	Parabéns a vocês!!! Espero que muitos colégios visitem aqui para que nossas crianças vejam.	
18	07/02/2009	Simplesmente maravilhoso. Pena que a juventude de hoje seja tão alienada, pois do cenário com certeza, muitos escândalos (mensalões, dinheiro na cueca) não teriam acontecido.	
19	08/02/2009	Parabéns pela exposição atual. Espero que o trabalho tenha continuidade com pessoal formado para as funções do Memorial. Que a Secretaria contrate pessoas legalmente como funcionários públicos ou CLT.	
20	11/02/2009	Eu Carlos Teixeira Junior encontrei meus parentes no arquivo. Obrigado.	
23	13/02/2009	Acho importante que qualquer museu público possa se modernizar e acolher o público. Sou funcionário de museu também e fique impressionado com a proibição em entrar no Memorial da Resistência com boné. Sou educador de museu e professor da rede pública de ensino, e esta atitude da proibição mostra um ranço baseado na “moral e nos bons costumes” que se cultivava muito no período militar. Pessoalmente, nunca gostaria de ver isso de novo, como cidadão e como educador. Acho que esta instituição já nasceu velha.	
24	14/02/2009	Sala de informática deficiente.	
25	18/02/2009	Presente na década 68-75, presente hoje e emocionadíssimo.	
28	19/02/2009	Exposição editada e com cortes. Isso não é autêntico.	
28	19/02/2009	Adorei o Memorial, mas gostaria de ver palestras e debates com quem esteve preso aqui e quem escreveu livros sobre o tema, espaço poderia ser maior.	
30	22/02/2009	Apesar do frio na alma e no corpo... quase 40 anos depois voltamos aqui. Que não se repita, que não se feche o coração e a boca para o que vivemos e sofreremos aqui. Chorar, sofrer, recordar e lutar para que a ditadura tortura, jamais. Viva a vida! Viva a liberdade.	
31	22/02/2009	Divulguem melhor a exposição.	
33	28/02/2009	A exposição está impecável! Deveria ser mais divulgada! Parabéns pelo excelente trabalho!!!	
37	03/03/2009	Acredito que os tempos da ditadura não estão muito longe dos dias atuais. Ainda convivemos diariamente com os oponentes que lideram o nosso país: o político corrupto, a polícia com tom de superioridade, manchando o juramento e a farda que veste, se aliando ao crime. Sem contar a perseguição ao negro, ainda continua. Com toda certeza acredito que a igualdade e a humanidade está chegando ao mundo para termos direito a liberdade. E podemos falar e falar, para que a nova geração não tenha que ser iludida pelos desejos de fama e fortuna, e sim lutem com a mente aberta com os veteranos por justiça.	
43	11/03/2009	Acabei de chegar da manifestação contra a “ditabranda” da Folha de São Paulo. Uma posição lamentável do jornal ao querer negar as atrocidades que foram cometidas neste lugar. Parabéns a iniciativa de apresentar a memória de “um tempo em que lutar por seus direitos era um direito que matava”.	
53	21/03/2009	Toda história é sempre baseada em versões, o que é inevitável. Este museu não deveria se prestar à vassalagem despuddorada diante do poder do momento. É ridícula a linha do tempo montada na sala ao lado, que não conseguiu ver nenhuma atitude repressiva do Estado Brasileiro durante o governo FHC. Ao mesmo tempo, viu pelo menos três episódios repressivos no governo Lula. Quem poderia esclarecer a curadoria deste museu que houve sim repressão no governo FHC? Por acaso, nenhuma rádio comunitária deixou de ser atacada durante a gestão FHC? Por acaso não foi ele, FHC, o autor da lei do sigilo eterno? Vocês, tucanos, são ridículos ao fazer manipulações tão baratas. Pena que os cidadãos de São Paulo tenham que conviver com tão simplório ataque a memória brasileira.	
56	24/03/2009	Sou estudante e meu pai (70 anos) viveu neste momento. Ele é completamente a favor da ditadura. A mostra poderia mostrar esse outro lado que os militares maquiaram tão bem.	
57	26/03/2009	Sugestão: abrir o áudio da sala de depoimento.	
63	01/04/2009	Passsei por aqui na qualidade de preso em 1974, no xadrez 4. Fui interrogado pelo delegado Edsel Magnot. Lamento a desfiguração das celas e do corredor externo. Penso que uma e outra deveria ter sido preservado tal qual eram quando nós passamos por eles.	
73	08/04/2009	A beleza não é fútil, a flor no centro daquele lugar tão frio só comprova que as pessoas precisam de alguma poesia para sobreviver.	
78	11/04/2009	Preso em 31/03/64, no dia do golpe militar – Santos.	
79	12/04/2009	Comentário: Filha de Sônia Maria Goulart Sales, com muito orgulho. Ex-presas política no Doi-Codi –RJ . Parabéns, Mami, por sua luta. Resposta: Sônia Maria Goulart Sales. Ex-presas política do Doi CODI – RJ. Nova luta continua: punição aos torturadores!! Abertura dos documentos e arquivos da ditadura!!! Por um Brasil Justo e livre!!	
86	18/04/2009	É somente um lado da verdade, tem muito mais, pois santo os presos políticos não eram.	
95	26/04/2009	Gostaria de acessar a linha do tempo no site.	
97	27/04/2009	A Aparecida é uma ótima guia, muito simpática. E o editorial da ditabranda deveria ser exposto no museu como exemplo de vergonha. Faltaram mais depoimentos, principalmente dos militares ou pessoas que apoiaram a ditadura.	
PG	DATA	COMENTÁRIO	LIVRO 02 (22/05/2010 – 13/10/2010)
43	01/09/2010	Comunistas, militaristas, direitistas, todos errados. A liberdade é maior que qualquer ideologia	
56	10/10/2010	Revisitando este espaço quando era um dos terríveis centros de tortura da época da ditadura civil-militar imposta ao povo brasileiro, em 1964-1985, através de um golpe de força armada, derrubando nosso presidente democraticamente eleito João Goulart, o Jango. Aqui passei 45 dias sem saber se sairia viva ou morta. Com orgulho fiz parte de uma geração de brasileiros que não se amedrontou, que não se submeteu ao arbítrio de generais traidores da Pátria, generais assassinos, torturadores, ocultadores de cadáveres dos nossos amados companheiros.	
PG	DATA	COMENTÁRIO	LIVRO 03 (22/04/211 – 13/08/2011)

08	30/04/2011	É louvável a articulação dos ex presos políticos no processo de desmaquiagem do DOPS. Ainda sim, fomos privados de nossa própria história. O Estado só revelou novamente autoritário na tentativa de apagar a memória que nos pertence.
11	04/04/2011	A liberdade é a janela da consciência, a esperança de um país livre hoje e sempre, cujos direitos e a democracia sejam respeitados. Do passado só história existe e é dolorosa nunca mais surja entre nós
62	30/06/2011	A primeira vez que visitei o Memorial da Resistência. Fiquei extremamente emocionada. Lembrei de amigos que passaram pela tortura e pela perseguição sistemática do Estado. Poderia ser qualquer um de nós.
64	02/07/2011	Hoje foi um debate legal e conheci uma pessoa que ficou presa aqui.
64	02/07/2011	Tive colegas presos e um foi assassinado pelo regime ditatorial do período.
65	05/07/2011	Filho de ex-presos Antônio José da Silva, que esteve em uma dessas celas em 1971.
67	07/07/2011	Será que devemos ser gratos ao governo por mostrar este espaço? Governo tal que muitos já participaram e ou apoiaram espaço, crueldade como estas!! Liberdade para as muitas almas que ainda não foram encontradas e que nosso governo democrático relate todos os episódios e que se faça justiça.
70	10/07/2011	Como participante de la resistencia contra las dictaduras militares em Guatemala, este Memorial de la Resistência me lleno de emocion e me a reafirma la confianza em la vocación común de los pueblos de América por la libertad e la justicia.
94	30/07/2011	Tenho um filho desaparecido desde maio de 2006, nos mesmos moldes que a ditadura militar. Sem nenhum motivo, mas por ser negro e pobre, deram um fim a ele, onde você estiver vai ser sempre lembrado por seus pais e irmã. Paulo Alexandre Gomes, desaparecido desde 16 de maio de 2006.
PG	DATA	COMENTÁRIO LIVRO 04 (06/11/2012 – 13/04/2013)
21	21/11/2012	Parabéns pelo trabalho desenvolvido pelo memorial da resistência. Acredito que o contexto histórico da ditadura permite-nos a compreender e ver os direitos que foram conquistados no pleito da luta social pela igualdade e democracia, mesmo havendo a desigualdade social, somos capazes de lutar por um país melhor.
30	01/12/2012	Emilio Ivo Ulrich Preso político (70/71)
35	08/12/2012	Tinha medo de passar aqui na frente do prédio, quando estudante, em vinda do interior. Eu pensava: um dia teremos a nossa Queda da Bastilha. E aconteceu... voltei hoje aliviado pela primeira vez. Vivam os nossos heróis!
35	08/12/2012	Leandro Carvalho esteve aqui para lembrar o passado e não permitir que não se repita no futuro.
42	23/12/2012	Devemos pensar como esta o aparelho repressor hoje. Será que estamos muito diferente?
45	04/01/2012	Muito interessante a exposição, embora eu seja filha de um ex...
48	08/01/2012	Muito bom. Meu pai, senhor Silvio Neles, foi agente da repressão no ano de 1968 a 1984, da reserva militar de São Paulo e Paraná Doi-Codi, repressão, soldado da 1ª instância e reserva.
55	08/01/2012	Minha homenagem ao militante Chiquinho Penteadado (ANL). Morto em março/1970
55	23/01/2013	Sugestão: fazer mostras itinerantes pelo interior do estado!
57	25/01/2013	Lembranças como estudante da época.
58	30/01/2013	O povo em luta sempre! Uma espanhola que também sofreu a repressão do regime franquista!!!
60	31/01/2013	Memorial muito bem montado para um espaço limitado – vem-se muitas coisas. No entanto, seria interessante a inclusão de depoimentos de torturadores a respeito das atrocidades cometidas – viu-se mais de uma vez que boa parte deles não parece envergonhar-se disso – e também a inclusão de esquemas ilustrativos de aparelhos de tortura, otimizando a compreensão. Seria interessante também haver a instalação de uma sala para exibição de vídeos censurados à época. Exibição eventual, apenas semanal.
60	01/02/2013	Vivi esta época, sem direito à formatura na UFRJ. Muito triste. Parabéns pelo trabalho.
60	01/02/2013	Meu pai foi enviado em uma escola militar por ter minha avó já dois filhos e meu avô morrido. Por seu gênio muito forte foi perseguido por vários militares e perdeu tempo em várias detenções por rebeldia. Jurado por vários superiores da Agulha Negra. Foi campeão de várias competições, mas não pode seguir carreira por sr jurado de morte. Uma vez foi perseguido e tendo que mudar de cidade várias vezes. Por fim, tiraram (sumiu) sua documentação que minha mãe nunca achou e foi demitido da Rio Porto e Canais por esta razão. No período de 64 teve que esconder-se. Mas sobreviveu a tudo isso: Raymundo Boavista.
60	01/02/2013	Dois parentes meus: Djalma de Carvalho Maranhão e Luiz Inácio Maranhão Filho foram perseguidos políticos durante a Ditadura Militar, instalada em março de 1964. Eram irmãos. Djalma Maranhão foi deputado estadual e federal por dois períodos: 1956-1959 e 1960-1964. Exilou-se no Uruguai, vindo a falecer em 30 de julho de 1971, em Montevideu. Luiz Inácio Maranhão, militante do PCB, foi deputado estadual. Preso por tropas do Exército, em março de 1974, na cidade de São Paulo. É um desaparecido político.
61	02/02/2013	Parabéns pelo projeto. Sei que meu irmão Wesly Macedo não permaneceu preso na penitenciária Lemos Bento – Salvador durante três anos por uma causa nobre.
62	02/02/2013	Me pergunto porque esse benefício não é tão promovido pela mídia. Tenho quase certeza que 90% do público que vem aqui não é o povo que mora na região. A cultura, o acesso e muitas coisas ainda são para poucos, muito poucos.
67	22/02/2013	Toda verdade tem dois lados!
69	24/02/2013	Muito bom! Precisa atualizar!
75	05/02/2013	Vencemos, vencemos... Derrotamos o comunismo cubano, país dos membros do mensalão, e hoje podemos ser livres. Amém...
75	09/03/2013	O encontro de educadores é uma iniciativa de muita importância. Parabéns!!
75	09/03/2013	Precisamos condenar os crimes contra os direitos humanos. Mas terrorismo e querer substituir um autoritarismo de direita por um totalitarismo de esquerda também é crime.
76	09/03/2013	Meu avô Hamilton José Gomes da Silva foi preso no ano de 1964 em Recife pelo DOPS. Aqui, hoje, ele também fica registrado e fica a minha indignação onde ainda existe lugares que não podemos expressar nosso sentimentos de revoltas.
80	16/03/2013	Estive preso aqui em 71/72
96	06/04/2013	Fomos felizes de ter uma ditadura militar ao invés de uma comunista. Vocês não tem ideia do que é uma ditadura de verdade (ditabranda). Anônimo (não quero deixar meu nome e depois desaparecer...)
98	09/04/2013	Me lembro dos pais de meus amigos serem buscados de dentro de casa pela polícia em Niterói... me lembro de escutar prisioneiros no Estádio Caio Martins cantando para não se deixarem esmaecer.
PG	DATA	COMENTÁRIO LIVRO 05 (02/11/2013 – 23/03/2014)
04	03/11/2013	Achei o máximo escutar os testemunhos.

04	03/11/2013	Comentário: Esperava mais no tamanho do memorial e mais realismo nas celas! Esperava fotos das torturas mostrando como elas eram ruins e cruéis! Resposta: Filha, você acha a eles fotografavam as torturas?
07	07/11/2013	Comentário: acabou a ditadura. Resposta: Tem certeza Gregório? Quanto tempo duramos com o buraco da bala de borracha numa manifestação?
09	08/11/2013	Será que as prisões de hoje em dia são muito diferentes?
23	19/11/2013	Nunca mais! Muito boa exposição, infelizmente o governo e a PM de SP são filhas mais velhas desse tempo.
24	19/11/2013	Seria importante que as informações estivessem disponíveis em braile. Há na maquete o mapa em braile, porém ele está do lado de dentro do vidro.
42	10/12/2013	Olhar o passado é relembrar os fatos, pois não posso dizer que fiz parte desse passado, mas não fico fora, nem que queira negar, nessa época eu estava servindo o exército, lembro de muitas coisas.
43	13/12/2013	A linha do tempo poderia ser mais didática, pragmática, ao invés de apenas placa escritas. Fora isso, achei a visita ao memorial uma experiência ímpar.
46	17/12/2013	Acho a exposição bem interessante. Entretanto, retrata parcialmente apenas um lado da história, o dos bandidos. Cade a foto dos mocinhos, dos militares mortos, dos rombos praticados, aí sim seria imparcial.
46	17/12/2013	Eu, aos 90 anos de idade, residente (hoje) no Rio de Janeiro, tive o terror de 2 irmãos presos no Estádio do Caio Martins em [inelegível], sem que eles tivesse qualquer envolvimento político. Preso em Vassouras / Estado do Rio.
49	27/12/2013	Dilma terrorista.
51	28/12/2013	E depois escuto crítica por ter participado ativamente de dezenas de atos no Rio Janeiro em 2013. Como um país com esta história consegue.
53	03/01/2014	Em 2014 a luta continua ainda se faz urgente e necessário pela desmilitarização da política e da polícia.
53	03/01/2014	Nos porões do nosso Estado Democrático de Direito tantos são os Amarildos.
53	03/01/2014	Dois sentimentos tomaram o meu corpo como se eu tivesse um banho de história não vivida. A gratidão e o medo fizeram como que eu tivesse certeza de que eu tivesse vivido nesta época seria um deles.
61	17/01/2014	Uma história contada apenas pela esquerda brasileira. Em parte heroica, porém, precisamos saber os reais motivos dos dois lados. Os políticos de hoje está muito mal administrado.
62	18/01/2014	Da luta não me retiro. #nãovaitercopa. Resistência.
68	29/01/2014	A visita ao Memorial foi extremamente emocionante. Participei de muitos momentos aqui mostrados como exilada Argentina, no Brasil e me senti comovida pelas recordações deles. Este lugar será sempre a testemunha viva daqueles momentos históricos. Continuo a acreditar que lembrar é resistir. Parabéns àqueles que desenvolveram esta ideia.
71	02/02/2014	Não sou a favor de ditaduras ou qualquer tipo de repressão aos cidadãos, no entanto, achei a exposição tendenciosa, pois houve também tortura de alguns movimentos revolucionários que não foram documentadas, assim como a ideologia de implantar um regime socialista opressor que outros carregavam, e não apenas a luta pela liberdade. Vida longa aos que lutam ou lutavam contra qualquer tipo de opressão. Viva a liberdade!
72	04/02/2014	Toda história possui dois lados e aqui se vê um desses lados.
73	05/02/2014	Tão importante e bem feito que decidi revisitar 3 anos depois. Parabéns!
75	15/02/2014	Acho que é a 3ª ou 4ª vez que venho – pensei que não iria mais me marcar – e saio com lágrimas nos olhos
86	06/03/2014	Estou chocada com a organização da exposição. Apenas uma cela guarda a memória de alguns presos? Esse espaço foi criminalmente alterado, pois viola o direito a memória de resistência dos presos, seus familiares e da sociedade brasileira como um todo. De fato esse espaço não atende as expectativas de uns presos que lutou contra a Ditadura Militar. Que pena! Ainda temos que lutar para reconstruir esses eventos.
86	06/03/2014	Muito interessante, mas pouco conteúdo. Achei que foi muito valorizado a parte chocante, dramática, sendo que existem muitos benefícios que foram adquiridos neste período da história do Brasil, obrigado.
92	15/03/2014	São histórias tristes, eu tenho um exemplo de detento na minha família. Meu irmão Gustavo Carvalho passou a vida inteira numa cela. “Eu sei o que ele passou e passa até hoje”. Já passei por uma rebelião na Penitenciária do estado. Sei o que eu e minha mãe passamos lá.
94	18/03/2014	Aqui esteve a maioria que hoje governa esse é o lugar de onde jamais deveriam ter saído.
95	19/03/2014	Todas as vezes que venho é como se fosse a primeira vez.
96	20/03/2014	Nossa! Não sabia que isso acontecia com os “terroristas” (kkk)
96	20/03/2014	E aí? Ditadura acabou? Onde está Vanuchi? Onde está o Amarelado? Anistia!!!
96	20/03/2014	Não sabia ao entrar aqui que era uma prisão, fiquei horrorizado ao saber uma pena isso acontecer na nossa história.
96	20/03/2014	Vocês ainda querem fazer parte da Marcha pela Ditadura?
PG	DATA	COMENTÁRIO
		LIVRO 06 (23/03/2014 – 31/05/2014)
05	28/03/2014	São 12h40 de um sábado quente e vim pela 1ª vez visitar o museu. Na semana passada alguns incautos, sem conhecimento algum, em um protesto, pediram a volta da ditadura. Certamente estas pessoas não têm a menor ideia do que é a ditadura. Hoje eu pude ter a oportunidade de ver um pouco da história. Posso afirmar sem medo! Não troco a minha democracia por nada e jamais irei esquecer das pessoas aqui lutaram e sangraram.
06	29/03/2014	Não tem como não chorar toda vez que venho aqui.
10	02/04/2014	Repressão nunca mais. Também fui torturado injustamente por um crime que não cometi. Levei choque de militares até o momento da chegada de meus pais. Há uma viatura da Rota que me mantinha escondido. Não desejo nunca mais passar por esse constrangimento.
10	02/04/2014	Minha família foi destruída, pois prenderam meu papai. Tinha eu, três anos de idade. Hoje tenho 58 anos.
11	02/04/2014	A tortura, os traumas, os dias sem fim, um pesadelo que parecia nunca acabar, mas nada poderia ser mais ruim do que ficar longe dos que amo, assim tem uma coisa: olhar para face dos que causaram marcas profundas.
12	03/04/2014	Fiquei abalada, achei o sobrenome da família do meu pai (Porfírio).
18	06/04/2014	Haroldo Lima – Preso na Chacina da Lapa; depois das torturas, no Rio, vim, com os demais presos para cá; fomos instalados, cada um em uma solitária, que chamavam de “cela forte”; eram no mínimo 4: em uma ficou eu; nas outras Aldo Arantes, Wladimir Famar e Elza Manerat. Só ficamos re[inelegível], inteira – [inelegível], cada um em uma cela. Depois fomos trazidos para o chamado xadrez. O xadrez foi preservado. A parte das celas fortes, as solitárias, não estão aqui.
19	06/04/2014	Excelente linha do tempo relacionando fatos históricos internacionais com a seleção política do Brasil. Onde podemos ter acesso a este conteúdo?
61	07/05/2014	Na cronologia dos partidos políticos não tem a fundação do PSTU (1994) que tem na sua tradução correntes como a

		Convergência Socialista e Liga Operária que lutaram contra a ditadura militar.
68	11/05/2014	Também tem que ser dito o que os militares passaram.
72	14/05/2014	É uma pena que os usos anteriores não tenham preservado toda a história contida na configuração original do prédio, mas o ato de preservação do museu conseguiu manter e transmitir o poder e a dor que emanam dessas paredes. Obrigada por um serviço lindo e essencial para nossa sociedade.
75	15/05/2014	#somostodosmacacos.
81	18/05/2014	Seria importante que vocês realizassem cursos para formação de professores com os conteúdos aqui explícitos.
84	20/05/2014	Importante fazer analogias sobre a ditadura militar e o nosso Estado Democrático de Direito que mata pobres assim como se matava subversivos.
PG	DATA	COMENTÁRIO LIVRO 07 (21/06/2015 – 03/10/2015)
21	09/07/2015	Organizar uma exposição itinerante e levar para outros estados e cidades.
31	16/07/2015	A resistência negra foi esquecida, a real esquerda também. Se lembrar é resistir, é necessário desconstruir essa história do branco como construtor da sociedade brasileira.
31	16/07/2015	Sugiro uma exposição que resgate a resistência de mulheres, pretas e periféricas.
33	19/07/2015	Nunca me emocionei tanto numa exposição de arte... Essa sala, essas celas cheiram a sangue... A sala de áudio me causou lembranças dos meus pais que vieram de Recife a São Paulo comigo e meu irmão ainda pequenos, participar da guerrilha armada contra a ditadura militar! Sinto profunda tristeza por tanta história de opressão, repressão do Estado para com o cidadão, se é que poderíamos chamar os brasileiros de cidadão. Ao mesmo tempo sinto muito orgulho de ser filha de José Soares Fernandes Filho (hoje 62 anos) e Edna Maria [inelegível] da Silva (in memoriam), que me ensinaram com muita arte, música e delicadeza a importância de lutar por justiça e dignidade e principalmente, liberdade!
41	23/07/2015	Estive aqui na década de 80 quando funcionava o DECON e já nesta época, me emocionei com a energia!
43	24/07/2015	Comentário: Que venha a ditadura!! 2015 Resposta: Desnecessário. Resposta: tnc, coxinha de merda. Espero que se voltar você seja o 1º a morrer
45	25/07/2015	Comparar o MST com os presos e torturados políticos?
47	26/07/2015	Deveria haver mais divulgação sobre esse espaço. Estamos em 2015 e vemos cada dia mais pessoas pedirem a volta da ditadura nas ruas
57	12/08/2015	Tendo visitado muitas vezes este espaço, vejo que há certa desorganização a vinda de grandes grupos de estudantes do Ensino Médio. Temo que o Memorial se transmute em parque temático. Seria triste.
59	15/08/2015	Cada vez mais certa da minha posição acerca do momento político atual. Por isso não irei amanhã manifestar contra a democracia, a duras penas conquistada! Obrigada!
59	15/08/2015	Somente loucos se unirão as manifestações previstas para amanhã. Qualquer movimento que cogite a ruptura democrática não poderia nunca encontrar adeptos. Aos que pedem “volta à ditadura”, impeachment, convido-os a conhecer este lugar e um pouco da história do nosso país.
61	19/08/2015	Eles deram a sua força, sua juventude! E agora? Os que vieram dessa época, será que não estão fazendo pior? Que vergonha tanta corrupção! Tantos roubos!!
67	27/08/2015	No quadro da linha do tempo poderia haver uma contextualização dos partidos político criados após os anos 90. No mais, excelente trabalho, parabéns!
69	29/08/2015	Primeira vez que percorro este espaço sempre com a mesma emoção que senti ao ser trazido para cá em 1970 e encontrar aqui dentro a fraternidade e o companheirismo, que, na ocasião tanto faziam falta lá fora. Lembranças de Augusto [inelegível] de Juiz de Fora, dez irmãos cearenses e tantos outros. Vivos p/ sempre em nossa memória.
75	05/09/2015	E ainda somos obrigadas a ver manifestantes (assegurados pela democracia) pedirem a ditadura militar. Haja ignorância.
78	06/09/2015	É inacreditável que existam pessoas que vão as ruas para se manifesta e pedirem o retorno da ditadura. Hoje só temos essa liberdade por causa dos brasileiros valentes que lutaram e morreram naquela época de trevas. Inclusive a presidenta Dilma.
82	12/09/2015	Filha de oficial da aeronáutica na ditadura, em 76-82.
82	12/09/2015	Meu pai, Almir Amorim Fonseca dos Santos, quando era apenas um estudante secundarista foi sequestrado e torturado pelo Estado brasileiro, nesse local. Para não esquecer para nunca mais acontecer
89	17/09/2015	Muito importante a presença do historiador na visita guiada, que prendeu durante a visita. Uma verdadeira aula que desenvolve nas crianças e adolescentes a consciência crítica e amor aos museus e história. Parabéns!
91	22/09/2015	Eu morava em Brasil 1970-1971 com uma voluntária de paz, por o governo americano. Durante este mesmo tempos estes prisioneiros estavam aqui, Eu estava fazendo assistência social em Salvador Bahia – sou de esquerda political dos Estados Unidos – fiquei emocionada. Abrigada para o trabalho fiz para apresentar este assunto.
PG	DATA	COMENTÁRIO LIVRO 08 (25/09/2016 – 15/01/2017)
02	25/09/2016	Impressionante a recuperação do espaço que, infelizmente, conheci em 1968.
04	26/09/2016	#foraDilma
05	28/09/2016	Muito bom, as informações contidas, mas onde está pelo menos o nome e quem foi o delegado Fleury?
14	07/10/2016	João Zettel Coimbra Novaes. Minha avó é fundadora do “Tortura Nunca Mais RJ”, presa e torturada, sou neto de Cecília Coimbra. FORA TEMER
17	08/10/2016	#Ustra. Bolsonaro 2018. Chupa Comuna. Chola mais. (obs.: o comentário foi riscado por outro visitante)
18	08/10/2016	Vamos resistir juntos a esse golpe! Diga não ao golpe! #foratemer
18	09/10/2016	Lembrando que a tortura física continua as favelas e recantos sombrios do país pelas polícias militares das federações, inclusive está sem nenhuma referência direta a esta questão. Gestão cultural = PSDB, esperar diferente? Negras e negros continuam os [inelegível]. Eis um (branco) almas privilegiadas, que já sei...
22	11/10/2016	Liberdade Rafael Braga.
26	17/10/2016	Memória e reflexão sempre necessárias, sugiro ampliar a linha do tempo: vivemos 8 anos que não podem ser ignorados.
26	17/10/2016	Gostaria de saber quando estiver algum ex-presidiário da época da repressão. Me avise pelo email: anna.clara.1@hotmail.com
27	18/10/2016	Ensine sobre a resistência dando a devida atenção à aspectos históricos e sociais, homenageia os oprimidos. Importância fundamental.

40	28/10/2016	Pessoas que vivenciaram essas experiências no Deops estão aqui algum dia da semana para estudantes fazerem perguntas e tirarem suas dúvidas?
43	29/10/2016	O golpe de 64 e atual golpe apresenta semelhanças. Em 64 os militantes lutavam por conquistar direitos e golpe queria impedir estar pessoas de lutaram. Atualmente estão retirando os direitos conquistados.
61	19/11/2016	Volta para seus companheiros QUERIDA.
65	21/11/2016	Aqui a memória vai até 2008. Infelizmente há que se abrir um novo capítulo: 2016. Resistência. Vai ter Resistência.
67	24/11/2016	#boratemer #comunistatinhaquemorrer
67	24/11/2016	Bolsonaro 2018! Viva a ditadura!
88	30/11/2016	Fora Temer! Moro, pode prender o povo do PSDB?
93	09/11/2016	A segunda vez aqui, sempre comovente. Aprovado a ampliação do espaço.
PG	DATA	COMENTÁRIO LIVRO 09 (16/01/2017 – 27/05/2017)
04	20/01/2017	Memoria, verdade e justicia. Solo um mundo mejor. Em memoria de Jorge Victor [inelegível] desaparecido a los 19 años, por la ditadura argentina. Nunca mas!
04	20/01/2017	Fora João Trabalhador. Mais arte menos cinza.
04	20/01/2017	Grafite é arte. Roubar não!!
07	25/01/2017	Gente que morreu pela liberdade e foi tida como criminosa. Absurdo Bolsonaros e militares ainda terem voz neste país e militantes o que é pio. Mídia nojenta que apoio e apoia esse lixo de ser... Fora Temer!!
08	25/01/2017	Houveram excessos, mas a situação hoje está muito pior do que antes. Continuamos sem educação, saúde, segurança, etc. Hospitais sem UTIs. Políticos corruptos, roubando a população. Saber votar! Votar em quem, são todos bandidos. Precisamos repensar a nossa posição.
10	26/01/2017	Fora Temer! Fora golpistas! O Brasil é nosso! O petróleo é nosso! Por um Brasil livre, justo, [inelegível] e soberano! Salve o Brasil!
33	18/03/2017	Fora Temer! Por uma democracia + forte e participativa.
38	26/03/2017	Realmente este espaço é uma das poucas coisas democráticas de SP. Que continue p/ sempre ativo e [inelegível] de nossas consciências.
39	27/03/2017	Preto no poder!
42	31/03/2017	Sugestão: coloquem a linha do tempo no site.
43	31/03/2017	Em meu mestrado investigo as representações sociais de professores sobre a autoridade docente. Defendo que o fato de o autoritarismo ter se feito presente durante toda a linha história e social do Brasil, tendo o seu ápice no período de repressão, não teria como o autoritarismo não se fazer presente na vida/concepção de autoridade e sociedade do professor. Essa exposição evidencia, elucida e clarifica os meus caminhos em meu estudo.
44	01/04/2017	Seria interessante ter esse painel cronológico na internet (site)
44	01/04/2017	Também gostaria que esse painel estivesse na internet.
44	01/04/2017	Já vim aqui 4 vezes, sempre há uma nova reflexão.
48	08/04/2017	Muito interessante a exposição. Gostaria de registrar meu pedido para disponibilizarem a linha do tempo na internet. O segundo pedido é para utilizarem tecnologias livres (abertas) no desenvolvimento dos vídeos e material interativo. Além de disponibilizar e promover o acesso ao material educativo. Possibilitaria a reutilização do material, remixagem e adaptação.
48	08/04/2017	4ª vez que venho aqui. E aqui que renovo as esperanças e me incluo de coragem para resistir e lutar pelos dias atuais.
52	11/04/2017	Ustra vive.
54	15/04/2017	O tempo é curto para podermos estar vendo, analisando esta história que faz parte do nosso país deste movimento, desta nação que levou muitos presos políticos a perderem suas vidas em prol da liberdade. Seria interessante ser colocado na internet para conhecermos mais deste movimento, fotos, cartas, como foram vistos enfim tudo sobre este movimento.
57	15/04/2017	#ForaTemer #Nenhumdireitoamenos
67	20/04/2017	Para alguns Bolsonaro e Trump é retrocesso. Para outros é progresso. Quem está certo? Os dois e nenhum.
69	26/04/2017	Diga não a democracia.
70	27/04/2017	Comunismo não funciona. Capitalismo >> All.
74	30/04/2017	#eleiçõesdiretasjá
75	01/05/2017	Volta Dilma! Só estávamos sendo manipulados, não sabíamos das consequências.
82	06/05/2017	Bolsonaro 2018 Resposta: o pior cego é o que não quer ver.
85	12/05/2017	Sueli Alves Barbosa 46 anos de SBC, neta de um comunista Pedro Alves de Oliveira, preso e torturado aqui em 1964. Gostei da visita, pena que falta muita história para este acervo e muitas memórias apagadas.
85	12/05/2017	Resistir sempre, esquecer jamais. Hoje, 2017, vivemos uma nova ditadura, tão terrível quanto à vivida aqui. A manutenção desse espaço é importante para lembramos das atrocidades e não desistamos de lutar. #foratemer #democraciasempre #ditaduranuncamais.
88	13/05/2017	Precisamos urgentemente nos apropriar desse período histórico e passá-lo a diante. Mais uma vez estamos repetindo a história desastrou o processo que foi a ditadura, precisamos conversar, debater, falar sobre 1964 e sobre 2016, anos de golpe. Ouvi que extremistas de direita estiveram aqui no processo de golpe contra Dilma e não nós que lutamos todos os dias nos faz perceber o quanto estamos precisando ser mais duro na luta.